



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIOLOGIA
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E IDENTIDADES

MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO

O JOGO POLÍTICO DA DEMOCRACIA:
LUTAS SIMBÓLICAS NA “REDEMOCRATIZAÇÃO” BRASILEIRA (1984-1985)

CAMPINA GRANDE – PB

SETEMBRO DE 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIOLOGIA
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E IDENTIDADES

MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO

**O JOGO POLÍTICO DA DEMOCRACIA:
LUTAS SIMBÓLICAS NA “REDEMOCRATIZAÇÃO” BRASILEIRA (1984-1985)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande para cumprimento dos requisitos parciais para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

ORIENTADORA:

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Christina de Andrade Lima

CO-ORIENTADORA:

Prof.^a Dr.^a Marinalva Vilar de Lima

CAMPINA GRANDE – PB

SETEMBRO DE 2015

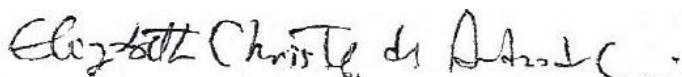
MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO

**O JOGO POLÍTICO DA DEMOCRACIA:
LUTAS SIMBÓLICAS NA “REDEMOCRATIZAÇÃO” BRASILEIRA (1984-1985)**

Aprovada em:

30 de setembro de 2015

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Dr.^a Elizabeth Christina de Andrade Lima – PPGCS-UFCG

ORIENTADORA



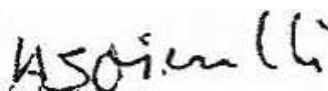
Prof.^a Dr.^a Marinalva Vilar de Lima – PPGH-UFCG

CO-ORIENTADORA



Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino – UEPB/PPGH-UFPE

EXAMINADOR EXTERNO



Prof. Dr. José Antonio Spinelli Lindoso – PPGCS-UFRN

EXAMINADOR EXTERNO



Prof. Dr. Celso Gestermeier do Nascimento – PPGCS-UFCG

EXAMINADOR INTERNO



Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira – PPGCS-UFCG

EXAMINADOR INTERNO

CAMPINA GRANDE – PB

SETEMBRO DE 2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

- C794j Cordão, Michelly Pereira de Sousa.
O jogo político da democracia : lutas simbólicas na "redemocratização"
brasileira (1984-1985) / Michelly Pereira de Sousa Cordão. – Campina
Grande, 2015.
236 f.: il. color.
- Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades.
"Orientação: Prof.ª Dr.ª Elizabeth Christina de Andrade Lima, Prof.ª Dr.ª
Marinalva Vilar de Lima".
Referências.
1. Política Brasileira. 2. Projeto Liberal. 3. Esquerda. 4. Grande
Imprensa. 5. Tancredo Neves. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade.
II. Lima, Marinalva Vilar de. II. Título.

CDU 316.334.3(81)(043)

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Terezinha Vicente de Sousa Cordão, e a meu pai, Antônio Pereira Cordão, pelo *exemplum* e pela responsabilidade com que assumiram, em condições socioeconômicas adversas, a vida e a formação educacional de seus doze filhos.

AGRADECIMENTOS

“E esse jeito de deixar sempre de lado a certeza
E arriscar tudo de novo com paixão,
Andar caminho errado pela simples alegria de ser”.
(*Belchior*)

A construção deste trabalho simbolizou um novo ciclo em minha vida acadêmica e social, sobretudo pelo diálogo que, enquanto historiadora, passei a estabelecer com o campo das Ciências Sociais, o que produziu alterações na minha maneira de encarar o mundo social e os indivíduos que o constituem.

Começo agradecendo às Famílias Cordão, Vicente, Sousa e Davi (mãe e pai, tias, tios, primas, primos, irmãs, irmãos), com seus vários exemplos de meninas e meninos que nasceram e viveram parte da vida em condições materiais precárias e conseguiram superá-las através do estudo e da educação aos quais puderam ter acesso em virtude, sobretudo, da atuação de nossas mães que, a exemplo de muitas outras no Brasil afora, transformaram suas casas em escolas;

Destaco as minhas primeiras professoras que me ensinaram na Escola Cícero Pereira Cordão, no Sítio Emas (município de Itaporanga-PB), até a 3ª Série do ensino básico: Terezinha Cordão (mãe), Iza Maura Cordão (prima), Terezinha (prima-madrinha, *in memoriam*) e Ana Klébia. Pontuo, também, aqueles que não tiveram acesso “às condições de acesso” à educação e que são vistos socialmente como exemplares do “fracasso natural”, a despeito de não serem responsáveis individualmente por ele;

Aos meus onze irmãos (pela ordem: Euclides, Jô, Corrinha, Peta, José, Dulce, Terceiro, Patrícia, Ana, Elias, Mery) que seguiram trajetórias distintas em suas experiências de migrantes, mas mantiveram em comum a capacidade de resiliência que (n)os fizeram conquistar espaços na sociedade, superando fragilidades e a estigmatização social. Sobretudo, mantêm em comum um forte sentimento de pertença ao nosso querido Sítio Emas (“Zema”), onde nascemos, fomos criados e educados para o mundo;

A Rosa Idalino, pelo apoio e paciência com que ouviu os dilemas que surgiram durante o processo de construção desta tese, acompanhando suas flutuações e os efeitos destas provocados no humor da autora. Agradeço, também, pelos diálogos cotidianos que mantivemos sobre o tema;

À orientadora Prof.^a Elizabeth Christina de Andrade Lima que me acolheu nos últimos e decisivos momentos de produção da tese, com uma leitura séria, responsável e perspicaz dos capítulos com a qual pontuou aspectos pertinentes a serem retrabalhados, com indicações bibliográficas que foram decisivas para seu término. Sobretudo, agradeço por ter me dado confiança para concluí-la;

À co-orientadora Prof.^a Marinalva Vilar de Lima por ter aceitado a mudança do meu tema durante o curso do Doutorado, acompanhando os “pequenos” avanços que, no fim, gestaram esta tese;

Aos professores do PPGCS com os quais cursei disciplinas durante o Doutorado: Roberto Vérias, Mércia Rangel, José Gabriel, Vanderlan Silva, Luís Henrique Cunha, Lemuel Guerra, Ramonildes Gomes, Jesus Izquierdo, Gonzalo Adrián. Obrigada pelas discussões que me permitiram uma ampliação do diálogo com o campo da Sociologia. Destaco, ainda, o Prof. Roberto Vérias por ter contribuído em suas aulas para um maior aprendizado sobre Pierre Bourdieu e por compor a Banca Examinadora;

Ao Prof. Rogério Humberto Zeferino pelas conversas sobre o tema, pela participação no Seminário de Tese e no Exame de Qualificação;

Ao Prof. José Antonio Spinelli Lindoso pela disponibilidade em compor a Banca Examinadora. Agradecimento que estendo ao Prof. Celso Gestermeier do Nascimento de quem fui aluna na graduação em História e que, agora, participará como examinador na minha Defesa de Tese;

Ao Prof. Cristiano Luís Christillino, pelas conversas sobre meu tema que, além de terem contribuído na construção dos argumentos desenvolvidos, estimularam a autora para seguir adiante. Obrigada, também, por compor a Banca Examinadora;

Aos colegas da turma de doutorado 2011 e de outras turmas com quem cursei disciplinas e estabeleci diálogos: Rostand, Marciano, Itamar, Shana, Aécio, Cícero, Aldo...;

A Martinho Guedes pelos diálogos sobre o campo da política brasileira que contribuíram para as reflexões aqui construídas;

A Flávio Carrero e Francisco Fagundes pelos diálogos sobre a “arte” de fazer tese;

À querida Marisa Tayra (*in memoriam*) que se foi inesperadamente e com quem pude conversar sobre este trabalho recebendo a atenção que marcava seu jeito peculiar de tratar a todos;

Aos alunos e alunas que tive até aqui e com quem pude dialogar sobre política fazendo da sala de aula um “laboratório” de análise sociológica e historiográfica;

Aos que fazem a UFCG, instituição que me acolheu na Graduação, no Mestrado e no Doutorado: colegas, funcionários, professores e ex-alunos do curso de História, colegas, professores e funcionários de Ciências Sociais e do PPGCS, funcionários das xerografias (Genilda, Júnior, Joana), do Restaurante Universitário, da Biblioteca Central, do Centro de Assistência Estudantil, etc. Foram doze anos de vinculação com esta Universidade que, portanto, exerceu um papel de protagonista na minha formação enquanto sujeito social;

Ao Governo Federal e a CAPES pela concessão da bolsa.

“Tudo se discute neste mundo, menos uma única coisa que não se discute: não se discute a democracia. A democracia está aí como se fosse uma espécie de santa no altar, de quem já não se espera milagres, mas que está aí como uma referência, uma referência: a democracia. E não se repara que a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada porque o poder do cidadão, o poder de cada um de nós, limita-se, na esfera política, a tirar um governo de que não gosta e a por outro de que talvez se venha a gostar. Nada mais. Mas as grandes decisões são tomadas numa outra esfera, e todos sabemos qual é: as grandes organizações financeiras internacionais, os FMI's, a Organização Mundial do Comércio, os bancos mundiais, a OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico], tudo isso. Nenhum desses organismos é democrático e, portanto, como é que podemos continuar a falar de democracia se aqueles que efetivamente governam o mundo não são eleitos democraticamente pelo povo? Quem é que escolhe os representantes políticos dos países nessas organizações? Os respectivos povos? Não! Onde está, então, a democracia?” (José Saramago, Palestra no Fórum Social Mundial, 2005).

RESUMO

A tese discute as disputas simbólicas que envolveram o projeto conservador e liberal da “redemocratização” articulado por grupos políticos que, no âmbito da sucessão presidencial (1984-1985), se construíram e foram construídos como legítimos símbolos da democracia e da “oposição” ao regime civil-militar. Conferimos um maior espaço de discussão a Tancredo Neves por entendermos que ele representou, nos anos 1980, uma concepção de democracia aceitável pelas elites políticas e econômicas. Paralelamente a isso, destacamos posições do Partido dos Trabalhadores no sentido de evidenciar que o modelo de “redemocratização” tramado pelas elites políticas não configurou um “consenso”, a despeito da propaganda midiática que alardeava o contrário. A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de discursos políticos e da grande imprensa, pensada enquanto instrumento simbólico que arrematava teses e argumentos políticos aos quais estava alinhada, na mesma medida em que desqualificava “opiniões” que lhe eram contrárias. Utilizamos, sobretudo, os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, compreendidos enquanto veículos que interferem no campo político, definindo pautas e legitimando posições. Dos diálogos com a teoria sociológica, a nossa ênfase foi às discussões sobre campo político de Pierre Bourdieu que possibilitaram o estranhamento das verdades socialmente construídas e, portanto, da noção de democracia que venceu as lutas simbólicas nos anos 1980. Nesse sentido, propomos análises que apontaram para a percepção de que no cenário das disputas em torno da “redemocratização”, saíram vitoriosos grupos políticos que representavam uma concepção conservadora de democracia, cujo estabelecimento se deu a partir de um amplo esforço político e midiático voltado para o esquecimento da colaboração de seus defensores com a ditadura, bem como, o silenciamento de propostas alternativas que a “contestavam”. Construiu-se o mito de uma “redemocratização” sem antagonismos, anulando-se a pluralidade política a partir da imposição autoritária de uma “verdade” que reafirma a tese “clássica” de que o modelo liberal-capitalista se constitui no único caminho capaz de promover a democracia. Observamos, por fim, que o projeto conservador de “redemocratização” legou-nos uma concepção de democracia que defende o Estado Democrático de Direito e, contraditoriamente, odeia a democratização social.

PALAVRAS-CHAVE: Política Brasileira, Projeto Liberal, Grande Imprensa, Tancredo Neves.

ABSTRACT

This thesis discusses the symbolic disputes involving the conservative and liberal project of “redemocratization” engaged by political groups which constructed themselves and were constructed as legitimate symbols of democracy and “opposition” to civil military regime during the presidential succession (1984-1985). We have emphasized the figure of Tancredo Neves because we regard him as an acceptable conception of democracy for both political and economical elites in the 1980s. At the same time, we have highlighted Workers Party in order to evidence that the “redemocratization” model plotted by political elites did not configure as a “consensus” concerning the media propaganda which praised the opposite. This research has been carried out through the analysis of both political discourses and mainstream media regarded as a symbolic instrument which covered the theses and arguments in agreement on one hand, and the disregarding of contrary “opinions” on the other hand. We have utilized mainly the newspapers *O Globo* and *Folha de São Paulo* regarded as means which intervene in the political field, by defining agendas and legitimating positions. Considering the sociological theory, our discussion has been based on Pierre Bordieu’s concept of political field which enables the strangeness of socially-constructed “truths”, and thus the notion of democracy which won the symbolic struggles in the 1980s. In this sense, our analytical proposal points out that within the scenary of disputes around the “redemocratization”, the winner political groups were the ones who represented a conservative conception of democracy whose foundation relied on the political and media effort engaged in erasing their defenders’ struggle against the dictatorial period, as well as the silencing of alternative proposals which “contested” it. Therefore, a myth of “redemocratization” without antagonisms was constructed, by annulling the political plurality from an authoritarian imposition of a truth that restates the classical thesis of a liberal-capitalist model regards the only way capable of promoting democracy. At last, we have verified that a conservative project of “redemocratization” we bequeathed is a conception of democracy which defends the Democratic State of Law, and in a contradictory way, it dislikes the social democratization.

KEYWORDS: Brazilian Politics, Liberal Project, Mainstream Media, Tancredo Neves.

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour but de discuter les disputes symboliques impliquant le projet conservateur et libéral de la “redémocratisation” assemblé par des groupes politiques, qui ont été construits et qui se sont construits comme des symboles légitimes de la démocratie et comme “opposition” au régime civilo-militaire, au sein de la succession présidentielle (1984-1985). Nous ajoutons plus d'espace pour discuter la figure de Tancredo Neves parce que nous croyons qu'il représentait, dans les années 1980, une conception de démocratie acceptable par les élites politiques et économiques. En parallèle, nous mettons en évidence les positions prises par le Parti des Travailleurs afin de montrer que le modèle de la “redémocratisation” concocté par les élites politiques n'a pas configuré un “consensus”, en dépit de la propagande des médias qui se vantait contrairement à ce projet. La recherche a été développée à partir de l'analyse des discours politiques et de discours de la grande presse qui a été pensée comme un instrument symbolique, qui concluait des thèses et des arguments politiques auxquels cette presse était alignée, dans la même mesure dans laquelle elle disqualifiait des “opinions” qui lui étaient contraires. Pour cela, nous avons utilisé, principalement, les journaux *O Globo* et *Folha de São Paulo*, compris comme des véhicules qui interfèrent dans la politique, qui définissent les lignes directives et qui légitiment des positions. Dans les dialogues avec la théorie sociologique, nous avons mis notre accent sur les discussions du champ politique de Pierre Bourdieu, ce qui a permis l'étrangeté de vérités socialement construites et, donc une étrangeté de la notion de démocratie qui a vaincu les luttes symboliques dans les années 1980. Dans ce sens, nous proposons des analyses qui ont souligné la perception du scénario des disputes autour de la “redémocratisation”, et dans cela, des groupes politiques qui ont été victorieux et qui représentaient une conception conservatrice de la démocratie, dont l'établissement a été pris à partir d'un vaste effort politique et médiatique visant l'oubli de la collaboration de ses défenseurs avec la dictature, ainsi que le silence des propositions alternatives qui la “contestait”. Un mythe d'une “redémocratisation” sans antagonismes s'est construit, annulant la pluralité politique, à partir de l'imposition autoritaire d'une “vérité” qui réaffirme la thèse “classique” que le modèle libéral-capitaliste constitue le seul moyen capable de promouvoir la démocratie. Nous observons, enfin, que le projet conservateur de la “redémocratisation” nous a laissé une conception de démocratie qui défend l'État Démocratique de Droit et, paradoxalement, déteste la démocratisation sociale.

MOTS-CLÉS: Politique Brésilienne, Projet Libéral, Les Grandes Presses, Tancredo Neves.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	181
Figura 2 –	182
Figura 3 –	183
Figura 4 –	184
Figura 5 –	193
Figura 6 –	200
Figura 7 –	201
Figura 8 –	202
Figura 9 –	206
Figura 10 –	212

LISTA DE ABREVIATURAS

AP – Ação Popular
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CNV – Comissão Nacional da Verdade
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
FSP – Folha de São Paulo
GAP – Grupo de Ação Patriótica
HGPE - Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
JB – Jornal do Brasil
LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros
IPÊS – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MAC – Movimento Anticomunista
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OESP – O Estado de São Paulo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PDS – Partido Democrático Social
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLOP – Política Operária
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
TFP – Tradição, Família e Propriedade
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO –	15
CAPÍTULO I – DEMOCRACIA EM DEBATE: A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DO PROJETO LIBERAL	25
1. Definições de democracia em disputa: estratégias simbólicas de legitimação do modelo liberal	33
2. (Re)discutindo a tese liberal do “atraso”: contribuições para uma teoria crítica da democracia brasileira	57
2.1 Contradições da democracia: os que a defendem são os mesmos que a odeiam	67
CAPÍTULO II – “OPOSIÇÃO LIBERAL” VERSUS “CONTESTAÇÃO” NA TRAMA DAS (IN)DIRETAS: ALIANÇA DEMOCRÁTICA E CONFLITOS COM A “ESQUERDA”	72
1. Atuação da grande imprensa no campo político: “arauto da democracia” e inimiga dos “radicalismos”	74
2. Disputas simbólicas: o “conservadorismo” da Aliança Democrática e o “radicalismo” do Partido dos Trabalhadores	94
CAPÍTULO III – TANCREDO NEVES E A “ORDEM AUTORITÁRIA”: COLABORAÇÕES COM O REGIME CIVIL-MILITAR	119
1. “Ódio aos extremismos”: a política da “conciliação”/colaboração	124
1.1. “Lealdade” a Jango e o “silêncio” pós-golpe: estratégias para permanecer no campo político	133
2. Oposicionista e governista: a estratégia do “diálogo” no cenário da “abertura”	149
2.1. O discurso de Tancredo arrematado pela grande imprensa: as disputas no âmbito das reformas	157
CAPÍTULO IV – APROPRIAÇÕES DA “REDEMOCRATIZAÇÃO”: CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DE UMA CONCEPÇÃO CONSERVADORA DE DEMOCRACIA	175
1. Mitificação póstuma de Tancredo: estratégias midiáticas para legitimação de um modelo conservador de democracia	178
2. Por uma democracia (neo)liberal e pela “ordem social”: reedições da memória da “redemocratização”	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS –	217
REFERÊNCIAS –	225

INTRODUÇÃO

O difícil, em sociologia, é conseguir pensar de modo completamente assombroso, desconcertado, coisas que acreditávamos compreendidas havia muito tempo (BOURDIEU, 2004, p. 192-193).

As palavras democracia, golpe, esquerda, direita, radicalismo e conservadorismo têm sido bastante acionadas contemporaneamente pelas narrativas midiáticas para dar conta das tensões que perpassam o campo político brasileiro. Os temas da ditadura civil-militar, do autoritarismo e da “redemocratização” são rememorados com frequência pelos profissionais da política, pela grande mídia e por sujeitos diversos que se apropriam das redes sociais para tornarem públicas suas posições políticas. No ano em que são lembrados os 30 anos da “redemocratização”, pautas conservadoras reocupam espaços mais centrais na agenda das discussões políticas, configurando uma espécie de ódio à democracia e, portanto, de rejeição às possibilidades de igualitarização social.

Junto a isso, acirram-se tensões entre governo e oposição, cuja composição foi e está sendo reconfigurada após doze anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Circunstância que ocorre após uma eleição bastante disputada e violenta, cuja legitimidade tem sido questionada pelo partido derrotado, o Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) a partir de uma linha de atuação no Congresso Nacional que, junto com setores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tentam inviabilizar a governabilidade do mandato da presidenta Dilma Rousseff, do PT.

São lutas de representações que têm em sua base dois projetos políticos que, a despeito de terem pontos em comum, se distinguem historicamente: de um lado, o projeto representado pelo PT que, não obstante suas pautas neoliberais, construiu-se em sua trajetória a partir de uma plataforma voltada para políticas sociais; de outro, o projeto representado pelo PSDB que foi fundado para representar as classes médias a partir de um modelo neoliberal, cujo símbolo maior foi o governo FHC. O PMDB atua como fiel da balança tentando tirar proveito das disputas entre governo e oposição e, sobretudo no âmbito da Câmara Federal, articulando estratégias para aprovar projetos de leis e emendas constitucionais conservadoras que têm contribuído para a contenção da democracia.

Na esteira de um cenário em que ocorre um acirramento da luta política entre uma oposição, que é herdeira dos grupos políticos liberais que articularam a “transição

conservadora” nos anos 1980, e o governo do PT, partido que a rejeitou, pretendemos analisar as disputas simbólicas que envolveram a vitória do projeto liberal de democracia no cenário da “redemocratização” brasileira nos anos 1980: de um lado, um projeto de caráter elitista engendrado por uma ampla coligação partidária sistematizada na Aliança Democrática, liderado por Tancredo Neves e alardeado pela grande imprensa; de outro, uma proposta de “esquerda”, com uma pauta que dava centralidade aos trabalhadores, representada pelo PT, que foi silenciada e desqualificada. Naquele momento, a grande mídia dava ênfase a uma ideia de “consenso” ignorando as “opiniões” contrárias, diferentemente do que tem feito no cenário atual em que suas narrativas estão focadas na ideia de “polarização”.

A intenção é evidenciar que, a despeito do discurso de consenso criado pelos grupos que se colocavam como oposição ao regime civil-militar, houve alternativas para a “redemocratização” que foram, deliberadamente, esquecidas, sobretudo com a atuação da grande imprensa que alardeou a tese de que a proposta de “conciliação”, resultado de acordos entre as elites políticas, incluindo aquelas que protagonizaram a ditadura civil-militar, representava a possibilidade única de por fim ao autoritarismo. Desse processo resultou a produção do esquecimento de que civis, a exemplo de Tancredo Neves, colaboraram com a ditadura que, segundo essa versão, teria sido obra apenas dos militares.

A nossa hipótese é que a vitória do projeto liberal foi possível em razão de uma ampla campanha política e midiática que legitimou a Aliança Democrática e a eleição indireta de Tancredo Neves e de José Sarney a partir de usos simbólicos da campanha das “diretas já” e de uma ênfase positiva a uma noção conservadora de democracia alicerçada nas ideias de “conciliação”, “ordem social” e “liberdade”. Como parte da campanha, houve a produção de um esquecimento de que civis colaboraram com a ditadura “militar” e um silenciamento deliberado em relação a posições políticas situadas “à esquerda” e que, naquele momento, representavam alternativas à manutenção de um projeto conservador de “transição” defendido tanto por civis como por militares. Hipótese que perseguimos ao longo dos capítulos cujas discussões foram por ela orientadas.

Nesse sentido, interessa-nos entender como se consolidou a versão histórica de que naquele momento, especialmente com a vitória de um presidente civil na campanha para a eleição indireta de 1984-1985, o Brasil “voltou” a ser um país democrático. Como a grande imprensa, representada por veículos liberais, a exemplo da *Folha de São Paulo* e de *O Globo*, homens públicos da oposição e da situação, construíram a memória daquele contexto enquanto um divisor de águas para a consolidação da democracia brasileira? Questões que

podem contribuir para uma percepção das tensões que envolvem o próprio trabalho de significação da democracia no Brasil e de como ele está ligado a aspectos socioculturais e, portanto, ultrapassam a esfera jurídico-institucional.

Destaquemos que os jornalistas também são agentes políticos que frequentam os espaços por onde circulam os profissionais da política, farejando informações que podem vir ou não a se tornar notícia no instante seguinte. Esse artefato que não corresponde exatamente ao que aconteceu, uma vez que se trata de uma versão dos fatos, uma narrativa, uma interpretação (DARNTON, 2010). As notícias intervêm no jogo político, podendo redirecionar seus rumos e sendo remodeladas por ele, numa inter-relação contínua que, por vezes, é marcada pela confluência entre os interesses dos que atuam no campo político e na imprensa. Daí a importância de estudos sociológicos que relacionem mídia e política (BIROLI, MIGUEL, 2010), compreendendo-as enquanto campos que se interagem.

As notícias que dão conta das tramas que envolvem o campo político são elaboradas a partir das posições políticas assumidas pela imprensa que, sob a retórica da isenção estabelecida no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1980, coloca-se como mera difusora de informações factuais e objetivas. Em zonas não tão invisíveis ficam os interesses econômicos, políticos e “ideológicos” que orientam os grupos de comunicação que expõem suas percepções do mundo social sub-repticiamente a partir de estratégias jornalísticas, nem sempre vistas a “olho nu”, noticiando certas informações e silenciando outras.

A grande imprensa brasileira – *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* – atuou nos anos 1980 como arautos da democracia, legitimando as posições liberais da oposição oficial aos governos militares. Apoiou o golpe, colaborou com a ditadura e defendeu a “redemocratização”, fazendo tudo isso em nome da “democracia” que, contradizendo o seu discurso editorial, refere-se a quaisquer modelos de governo que dificultem a ampliação de uma cultura mais democrática e igualitária e que conservem seus privilégios.

Isso nos levou a indagar, por exemplo, os motivos pelos quais a proposta de uma agenda política centrada na ampliação da igualdade democrática e, portanto, não focada apenas nos interesses das elites, pôde ser rechaçada e considerada “radical” nos anos 1980. E, nessa direção, como o projeto “conservador” de uma democracia liberal, favorável à manutenção dos privilégios das elites políticas e econômicas, representado pela candidatura de Tancredo Neves, saiu vitorioso.

Fontes e Metodologia: caminhos da pesquisa

A experiência de cursar um Doutorado no campo das Ciências Sociais não estava nos nossos planos acadêmicos quando já havíamos construído nossa identidade associada ao curso de História, no qual nos graduamos e nos tornamos mestre. A despeito do discurso da interdisciplinaridade, tínhamos a compreensão política de que nossa empregabilidade e nossa posição no campo dependeriam de uma “coerência” acadêmica, o que nos orientava a tentar construir uma trajetória intelectual sem nos desviarmos da nossa área de formação inicial.

No entanto, o aleatório, o imprevisto e o descontínuo caracterizam as trajetórias individuais, que são socialmente constituídas e afetadas pela ação da historicidade, do tempo, das mudanças que golpeiam os percursos supostamente lineares, desviando-os de seu *telos*. Indivíduos, portanto, são orientados por um *habitus*, esse “princípio ativo”, construído historicamente a partir de um movimento relacional entre as experiências biográficas e o espaço social. É assim que nos enxergamos ao longo da experiência deste Doutorado em Ciências Sociais.

Estando no Programa, dialogamos com teóricos que contribuíram para construirmos nossa posição intelectual estabelecendo interações entre História e Sociologia. A participação nas diversas disciplinas proporcionou o diálogo com novas categorias, conceitos e vocabulários, reorientando a maneira como enxergávamos o mundo social e, do ponto de vista da produção acadêmica, o próprio projeto de pesquisa – mas também de vida – a que nos dedicaríamos a partir daquele novo ciclo.

Não se tratava de abandonar o campo da História, visto que nosso *habitus* intelectual se constitui ao longo de uma formação que é contraditória, complexa, podendo ser reconstruída na relação com os espaços sociais dos quais fazemos parte. Tratava-se de nos reposicionarmos no campo intelectual, assumindo o novo lugar enquanto estudante de Doutorado em Ciências Sociais.

Quando escolhemos um novo tema¹, a democracia, sobre o qual nos debruçamos a partir das narrativas midiáticas e de discursos parlamentares acerca da recente experiência política da “redemocratização”, em especial do período em torno do qual se definiu o fim do

¹ Gostaríamos de pontuar que o projeto submetido à Banca de Seleção do Doutorado do PPGCS intitulava-se *Cultura política, carisma e poder: o príncipe de Maquiavel enquanto um “tipo ideal”*, numa tentativa de manter, ainda que com uma mudança de orientação teórica, o objeto sobre o qual nos debruçamos no Mestrado em História pelo PPGH/UFCG e que resultou na Dissertação *Por uma imitazione delle cose antiche: recepção e tradução de Tito Lívio em Maquiavel*, defendida em 2010.

regime civil-militar através de acordos “pactuados”, fizemo-lo num momento em que sequer sabíamos que o trabalho ganharia esta configuração. O que evidencia o carácter não linear da pesquisa sociológica.

Afirmamos isso porque quando escolhemos analisar o período da “redemocratização”, inicialmente não tínhamos questões formuladas objetivamente a partir de teorias e métodos sociológicos estabelecidos. A pesquisa foi ganhando novos desdobramentos à medida que íamos realizando-a, aspecto importante para o pesquisador que não deve condicionar suas análises a argumentos pré-estabelecidos, mas adotar uma estratégia metodológica que lhe permita sentir o entusiasmo de uma ideia nova, ainda que instantes depois ela já lhe pareça obsoleta.

Tínhamos, num primeiro momento, um interesse por discutir a política brasileira, expressão muito vaga, certamente, para se sistematizar uma pesquisa e, depois, se escrever uma tese. As ideias foram sendo articuladas a partir de diálogos com autores, “clássicos” e contemporâneos, da sociologia brasileira (HOLANDA, 1995; FREYRE, 2006; MARTINS, 2011; SOUZA, 2000, 2009) e da teoria sociológica (BOURDIEU, 2005), de leituras das fontes jornalísticas (*Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Veja*) através de um acesso que nos foi relativamente fácil em virtude da disponibilização gratuita de suas edições na *internet*, casos do JB, da FSP e da *Veja* ou através de assinatura, caso de *O Globo*, cujas edições que cobriram os anos 1980 puderam ser integralmente acessadas na seção “acervo”. A prática da pesquisa com jornais nos foi facilitada, portanto, pelo fato de termos podido lê-los e analisá-los em nosso próprio ambiente doméstico, a qualquer horário, sem as limitações próprias de acervos públicos.

As indicações teóricas de Bourdieu relativas às noções de campo político, *habitus* e dominação simbólica foram fundamentais para a análise que desenvolvemos do objeto temático escolhido, sobretudo pelo pensamento crítico do autor que contribui para o exercício teórico de desconfiança em relação aos modelos supostamente universais, a exemplo do próprio liberalismo. Trata-se de um autor que fomentou a problematização das ideias que parecem “naturais”, contribuindo para a percepção de que são histórica e socialmente construídas. Nessa direção, vale citar Jessé Souza (2000, 2003, 2009) que, fundamentado em Bourdieu, contribuiu para uma leitura crítica do liberalismo e para a percepção de que cabe à Sociologia insistir na crítica a esses modelos que se pretendem universais e absolutizantes.

Hannah Arendt (2007), também, com sua discussão sobre a ação política enquanto a possibilidade do debate plural, denunciou o que chamou de “verdade factual”; noção que dá

conta do caráter tiranizante de interpretações que são estabelecidas como verdades absolutas e, por essa razão, anulam as “opiniões”. Tratou-se de uma definição que nos foi importante para a análise da “redemocratização” brasileira que se constituiu a partir de um formato em que as alternativas foram anuladas em nome de um “consenso”.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se desenvolveu a partir da análise de discursos políticos e de como seus argumentos eram arrematados e proliferados para um público maior pela grande imprensa. Ainda que tenhamos utilizado reportagens, colunas e matérias da seção de política, a nossa ênfase foi à análise dos editoriais, uma vez que se trata de um material em que os jornais costumam expor explicitamente suas posições, inclusive na tentativa de intervir nas decisões a serem tomadas pelos atores políticos.

Depois do Exame de Qualificação, fase da pesquisa e da escrita em que os argumentos estavam muito generalistas, sobretudo porque estávamos ainda com uma “ilusão utópica” de que seria possível investigar as diferentes “fases” da “redemocratização” – da campanha das “diretas já” até as eleições de 1989 sob o eixo das tramas políticas que envolveram o processo – é que passamos a verticalizar as ideias.

As arguições que nos foram colocadas apresentaram sugestões voltadas para a necessidade de estabelecermos o objeto e o problema com maior clareza para, a partir daí, tornarmos possível e exequível o desenvolvimento intelectual do projeto. Junto a isso, duas circunstâncias políticas nos foram fulcrais para irmos afinando o que efetivamente queríamos pesquisar: as manifestações de 2013 e a eleição presidencial de 2014. O nosso tema continuava sendo a “redemocratização” nos anos 1980, no entanto o presente imediato nos colocava questões para a reflexão, sem as quais, provavelmente, este trabalho teria ganhado outros contornos.

Por exemplo, decidimos que precisaríamos pesquisar o período a partir do jornal *O Globo* que, num primeiro momento, não constava na lista dos jornais selecionados. Isso porque gostaríamos de investigar as posições políticas desse jornal que compõe o grupo de comunicação com o maior poder econômico do Brasil e, para isso, era fundamental analisarmos como um de seus canais havia narrado as lutas políticas em torno dos projetos de “redemocratização” nos anos 1980. A *Folha de São Paulo* tornou-se, também, o outro veículo que escolhemos para emprendermos a pesquisa, uma vez que trata(va)-se de um jornal que, assim como *O Globo*, tinha uma posição política e econômica liberal alinhada aos grupos que venceram as disputas no âmbito da “redemocratização”.

São jornais que, desde os anos 1970 e, sobretudo, nos anos 80, fizeram amplas reformas, técnicas e editoriais, passando a se colocarem como “a-partidários, despolitizados e plurais” (ABREU, 2003), depois de terem apoiado o golpe de 1964 e colaborado com a ditadura civil-militar, com um argumento semelhante de que era preciso estabelecer a ordem e a paz social e, para isso, exigia-se uma caça aos “comunistas”. Ambos proliferaram o discurso da “isenção”, supostamente democrático, chamando de “ideológicos” os veículos de comunicação que assumissem posições políticas explícitas em seus editoriais. Criaram uma polarização entre “democracia” e “ideologia” – leia-se “esquerda” ou “comunismo” –, colocando-se como “arautos” dos representantes do primeiro grupo (SILVA, 2011). Foi a partir desse tipo de violência simbólica que a grande imprensa alardeou o discurso de boa parte dos profissionais da política de que o modelo liberal era o único possível para a implementação da “redemocratização” no Brasil por ser capaz de derrotar ditaduras e totalitarismos de esquerda.

Trata-se de um argumento, aliás, frequentemente reatualizado nas páginas desses mesmos jornais, a exemplo do que ocorreu em suas coberturas das manifestações de 2013, narradas como expressões do “vandalismo”, da “violência”, da “baderna”; jamais como ação política e democrática, sobretudo quando noticiavam a respeito de jovens manifestantes da “esquerda” que defendiam pautas “absurdas” para o mercado e para a imprensa (neo)liberal, como o passe livre ou a reforma agrária (O GLOBO, 23/06/13, p. 4). Narrativas que seguiram o mesmo caminho “ideológico” adotado nos anos 1960 e 1970 em suas reportagens e editoriais sobre greves, movimentos estudantis, ambos chamados de “agitações” e “perturbações da ordem”.

Portanto, a pesquisa e a escrita desta tese nos possibilitaram diálogos, quase inevitáveis, entre o passado e o presente, ambos lidos e analisados sociologicamente através das narrativas da grande imprensa, aqui pensada como agente que constitui o campo político, definindo pautas e apontando caminhos para a economia do país concomitantes com seus interesses enquanto empresas privadas. Por fim, ainda se coloca como “isenta”, “imparcial” e, por isso mesmo, “democrática” a partir de uma astúcia (neo)liberal, matriz “ideológica” que circula livremente pelas redações de jornais como *O Globo* e a *Folha*, embora estes não reconheçam sua presença; ou melhor, não reconheçam que se trata de uma posição política, partidária e parcial.

A atuação do pesquisador pressupõe um esforço intelectual que costuma afetá-lo emocionalmente com frequência e de formas variadas: ora nos empolgamos com novas percepções construídas acerca do tema abordado, ora nos angustiamos com a urgência de

desenvolvê-las, de lhes ordenar através da escrita, com o receio de que os *insights* se percam no emaranhado de questões que vão emergindo e de que o prazo restante para concluir o trabalho não seja suficiente para lhes dar a construção intelectual desejada.

Argumentos, trechos de capítulos, páginas que levaram um tempo para serem produzidas precisaram ser abandonados, ao menos para o texto da Tese, uma vez que acabam se tornando circunstancialmente “desnecessários”. Como ressalta Certeau (2000), a escrita exige um desprendimento em relação à pesquisa, pois nem tudo que é investigado constará na narrativa final. Vamos lapidando, por vezes subjetivamente, o que consideramos importante naquela circunstância para ser desenvolvido e analisado.

Da mesma maneira, vamos abandonando o que não nos parece fundamental, ainda que o tenha sido instantes antes. O caráter infinito da pesquisa se contradiz com a exigência de finitude que a escrita nos impõe. Talvez esta seja mais um ponto de partida do que um ponto de chegada, sobretudo se tratando de uma temática que envolve diretamente acontecimentos e narrativas contemporâneas que acabam recolocando-a em frequente discussão, tornando-a mais atraente para a própria pesquisadora, a despeito da urgência de um mínimo de distanciamento.

Divisão dos capítulos

No capítulo I, intitulado **Democracia em debate: a violência simbólica do projeto liberal**, discutimos o tema de nossa tese, a democracia, dando ênfase ao fato de que sua concepção liberal é uma construção social e histórica e, portanto, não se trata do único caminho possível para se estabelecer uma sociedade democrática, a despeito do que seus pregadores afirmam. Questionamos a relação entre liberalismo e democracia, demonstrando como ambas são díspares do ponto de vista da Ciência Política e que, ao serem apropriadas pelas elites políticas brasileiras, foram justapostas com a intenção deliberada de construírem um modelo institucionalmente democrático, ainda que não o fosse socialmente.

No capítulo II, **“Oposição liberal” versus “contestação” na trama das (in)diretas: aliança democrática e conflitos com a “esquerda”**, analisamos as lutas simbólicas entre a “oposição liberal” e os “novos sujeitos políticos” que apresentavam propostas alternativas, consideradas “radicais” pelos setores conservadores, para a “redemocratização”. Motivo pelo qual a grande imprensa atuou no sentido de desqualificar e silenciar o projeto de caráter

“socialista-democrático” engendrado pelo Partido dos Trabalhadores. A partir de um conjunto de estratégias simbólicas, impôs-se como verdadeira uma representação do mundo social segundo a qual a candidatura indireta de Tancredo Neves pela Aliança Democrática era legítima por ter sido arquitetada através de uma campanha que a tornou uma reedição das “diretas-já”. Da mesma forma, segundo essa versão, a vitória no Colégio Eleitoral teria representado o “fim” da “ditadura militar”, ainda que, ao longo de sua trajetória, Tancredo tenha exercido um papel de seu colaborador.

Nesse sentido, consideramos importante destacar a figura de Tancredo Neves pelo fato de ter representado, naquele momento, um projeto político que desqualificava conflitos e construiu a “conciliação”, a “cordialidade” e a “ordem” como sendo expressões verdadeiras de uma democracia. Por outro lado, tratou-se de um ator político que, à semelhança de outros, foi sendo narrado – e ainda o é – por jornalistas e intelectuais como um homem público que resistiu à ditadura, tendo sua memória, inclusive, reatualizada contemporaneamente pelo seu neto, o Senador Aécio Neves, que recoloca no presente a memória de que Tancredo foi um herói da resistência.

Problematizar suas posições, ressaltando que foi um civil que colaborou com militares, é uma forma de chamarmos atenção para uma construção discursiva que ecoa bastante no cenário contemporâneo como sendo uma verdade: a ideia de que a ditadura foi obra apenas dos militares. A defesa da “conciliação” e da “ordem” provém das elites políticas conservadoras que costumam afastar possibilidades de rupturas abruptas. Sobre ele e sua relação dentro do campo político e midiático, discutimos nos capítulos III e IV.

No capítulo III, com o título **Tancredo Neves e a “ordem autoritária”:** **colaborações com o regime civil-militar**, analisamos a trajetória política de Tancredo Neves destacando suas posições em conjunturas de “crise” e observando como costumava se posicionar do lado das elites conservadoras e inclusive dos setores militares, dos quais foi colaborador. Foi primeiro-ministro em 1961 na manobra da emenda parlamentarista que empossava João Goulart, mas retirando sua prerrogativa de governar o País; atuou em “silêncio” como Deputado no Congresso Nacional ao longo da ditadura civil-militar, sem contestar os governos e, a partir da “abertura política”, proposta por Geisel, passou a defender, na trilha do governo militar, a “redemocratização”; colaborou, portanto, com a ditadura, ainda que seja lembrado por uma memória que o heroifica como sendo um ícone da resistência ao autoritarismo.

Problematizamos, portanto, a biografia de Tancredo, proliferada pelas narrativas midiáticas, que o eternizou como sendo o símbolo da democracia e o “inimigo da ditadura”. Na trilha desse argumento, no capítulo IV, **Apropriações da “redemocratização”: construção simbólica de uma concepção conservadora de democracia**, analisamos representações midiáticas de sua imagem póstuma e observamos como ocorreu um processo de sua mitificação com o qual foi possível produzir o esquecimento de possibilidades de democracia alternativas àquela por ele representada. Uma concepção de democracia que tem sido apropriada no cenário contemporâneo pela grande imprensa e por atores políticos e publicizada em manifestações, como as que ocorreram a 15 de março de 2015, data simbólica que lembrou os 30 anos da “redemocratização”. Manifestações que foram amplamente veiculadas pela grande imprensa e narradas enquanto uma reedição da democracia defendida nos anos 1980 por sujeitos, como Tancredo Neves. Ao reeditarem-na, a grande mídia tentou retomar uma concepção de democracia conservadora que ela própria defendera e legitimara naquele período.

Por fim, nas **Considerações Finais**, re colocamos resultados alcançados, procurando evidenciar a importância da nossa tese sobre a “redemocratização” nos anos 1980 para a compreensão contemporânea de democracia, cujo conservadorismo atua na contração das possibilidades de sua ampliação.

CAPÍTULO I

*Democracia em debate:
a violência simbólica do projeto liberal*

QUEREMOS O PODER!



Charge de Henfil, publicada em *O Pasquim*, [198-].

CAPÍTULO I

DEMOCRACIA EM DEBATE: A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DO PROJETO LIBERAL

A democracia liberal enquanto o modelo “universal” supostamente mais adequado à sociedade brasileira nos parece ser uma das “verdades incontestes” fabricadas ao longo do processo de construção da ideia de nação e reforçadas pelos agentes sociais – políticos da “oposição liberal”, governistas e grande imprensa – que protagonizaram a chamada “redemocratização” e o “fim” do “regime militar”². Em especial, aqueles que faziam parte da “oposição liberal” e que estão presentes na memória histórica enquanto os responsáveis pela “restauração das liberdades democráticas”, ainda que, no epílogo da “transição”³, tenham usado um recurso da “ordem autoritária”, o Colégio Eleitoral, numa articulação com personagens que estiveram no centro do regime “de exceção”.

O estranhamento de tais verdades é tarefa dos cientistas sociais que, como sugere Bourdieu (2001), devem superar o estágio de “inocência” a fim de desvendar não as verdades, mas as estratégias simbólicas que as constroem e as legitimam, desvelando, portanto, “as lutas pela imposição da representação verdadeira da realidade” (BOURDIEU, 2001, p. 14). Trata-se de admitir que os sujeitos, ao elaborarem o mundo social, o fazem num cenário de disputas das quais determinadas representações saem vitoriosas e passam a exercer uma dominação simbólica sobre outras. Daí a importância de problematizar as ideias naturalizadas como verdades, conforme nos indica Bourdieu (2014, p. 39):

Há uma política reconhecida como legítima, quando nada porque ninguém questiona a possibilidade de fazer de outra maneira, e porque não é questionada. Esses atos políticos legítimos devem sua eficácia à sua legitimidade e à crença na existência do princípio que os fundamenta.

Orientados por uma compreensão da Sociologia enquanto um campo que formula questões motivado pela “desconfiança” em face do que aparenta ser “natural”, é que

² Apenas mais recentemente, é que os historiadores (REIS, 2014) passaram a utilizar as expressões golpe civil-militar e ditadura civil-militar, com a intenção de apresentar para a sociedade brasileira uma outra versão, de acordo com a qual a sociedade civil não resistiu em sua totalidade à ditadura; pelo contrário, boa parte a apoiou. No entanto, a colaboração foi sendo apagada por uma memória que a silenciava a partir da construção dos militares como “bodes expiatórios”.

³ Expressão que se tornou usual na Historiografia, na Sociologia e na Ciência Política para definir o período entre 1974, com a proposta de “abertura política” do governo Geisel até 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves (BERTONCELO, 2007, p. 60; ARTURI, 2001, p. 10).

escolhemos um tema já muito discutido, a democracia brasileira. Uma democracia que, no cenário contemporâneo, tem sido associada a forças políticas consideradas responsáveis pelo fim da ditadura civil-militar mediante um processo de “transição”, cuja etapa final, a eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral em 1985, teria simbolizado uma “refundação” da República brasileira, ideia que a expressão “Nova República”⁴ pretendia significar.

Processo “conservador” articulado pelos governos militares e pela “oposição liberal” que, juntos, construíram um projeto “conciliador” para “redemocratizar” o País, silenciando propostas alternativas e, ao mesmo tempo, apagando a atuação colaborativa de civis ao longo do regime autoritário. Forças políticas que se legitimavam socialmente a partir do argumento de que estavam preocupadas em construir uma nação democrática e liberal, opondo-se ao “arbitrio”, mas não aos atores políticos que compuseram os governos militares.

Durante os próprios governos civis, os militares não voltaram totalmente para os quartéis, conforme evidencia Zaverucha (2000), segundo quem nos governos Collor, Itamar Franco e FHC⁵ não havia um controle civil que tem a função de limitar a autonomia das Forças Armadas e dos militares que não se afastaram totalmente das decisões governamentais. Conservou-se, portanto, um “entulho autoritário” dentro de um Estado Democrático de Direito.

Por essas razões, escolhemos analisar um período definido historicamente como “transição democrática”, mais especificamente as articulações e as disputas no campo do poder que geraram uma “saída conciliadora” para se promover o fim da ditadura “militar” e se restabelecer as instituições democráticas, sem que os civis envolvidos fossem apontados como colaboradores desse passado “sombrio”, assim como, sem que os militares fossem julgados e/ou punidos por atos contra os direitos humanos.

Entendemos que a memória segundo a qual os anos de 1985 (eleição indireta de um civil), 1988 (promulgação da Constituição) e 1989 (eleições diretas para Presidente da

⁴ Conceito utilizado por Tancredo Neves, em discurso no Congresso Nacional a 15 de janeiro de 1985, para designar o que seria o Brasil após sua vitória como presidente civil; vitória que representava o fim do regime autoritário.

⁵ Ressalte-se que o autor publicou o livro à época do governo FHC e, portanto, não pesquisou o governo do PT. O governo Dilma Rousseff, após pressões das famílias dos “desaparecidos políticos” – leia-se assassinados pela ditadura –, com destaque para a família do ex-deputado Rubens Paiva, criou a Comissão Nacional da Verdade, com a lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, para investigar crimes de tortura e pôr fim ao esquecimento desse passado “sombrio” determinado pelo próprio Estado brasileiro logo após o fim da ditadura. Com a divulgação do relatório final em dezembro de 2014 pela comissão, o governo manteve o discurso da “reconciliação nacional”, não se dispondo a aplicar punições aos torturadores, conforme as sugestões do relator da comissão.

República) significaram o restabelecimento e a consolidação da democracia brasileira, obedece a critérios e conceitos institucionais definidos pela Ciência Política. Isso porque, do ponto de vista deste campo de saber, o Brasil deixou de ser um país autoritário e se tornou democrático, na medida em que as eleições diretas foram restabelecidas e uma constituição que resguardava direitos civis, políticos e sociais foi promulgada.

Por outro lado, as relações sociais no Brasil são permeadas por uma cultura autoritária e antidemocrática que não se restringe ao campo político-partidário, estando presente na percepção por sujeitos e grupos sociais de que são hierarquicamente superiores a outros e que, portanto, são merecedores de privilégios. Democracia antes de ser um Estado com instituições “consolidadas”, é uma negação da hierarquia, é a ampliação de conquistas sociais que garantem uma convivência mais igualitária dos indivíduos uns com os outros. Sérgio Buarque de Holanda (1995), Roberto DaMatta (1997) e outros pensadores sociais já discutiram a respeito ao definir a identidade nacional a partir do patrimonialismo e do personalismo.

O primeiro evidenciou as dificuldades de se estabelecer o liberalismo e a democracia no Brasil em razão das heranças ibéricas que constituíram aqui uma cultura na qual o privado prevalece sobre o público, a concepção de Estado familista prevalece sobre o Estado burocrático-moderno e a cordialidade sobre a civilidade (HOLANDA, 1995). O último investigou o rito do “sabe com quem está falando?” (DAMATTA, 1997) enquanto um traço da vida social brasileira que põe em contraste a prática cotidiana do autoritarismo de uma sociedade hierárquica e a teoria do igualitarismo republicano.

Nesse sentido, perguntemos: a nossa modernidade é “atrasada” e “incompleta” mesmo, conforme proclamam autores eurocêntricos, ou o liberalismo brasileiro não conseguiu viabilizar a democracia pelo fato de que seus adeptos estiveram (e estão) mais empenhados em garantir seus privilégios privados e vencer as disputas dentro do jogo político do que em promover a isonomia? Como explicar o “ódio à democracia”, tomando de empréstimo aqui uma expressão usada por Rancière (2014), que vem sendo demonstrado por grupos incomodados com conquistas sociais que ampliam a inserção na esfera pública de grupos historicamente estigmatizados?

A reafirmação de que *somos um país democrático porque conseguimos derrotar uma ditadura truculenta* produziu um esquecimento de quaisquer ranços autoritários na tentativa de criar um novo futuro para um país que vivera 21 anos de ditadura “militar”; futuro otimista que estava condicionado à exigência de que o passado recente deveria ser apagado. Estratégia

das elites políticas liberais para que sua identidade autoritária e seu trânsito com os militares fossem apagados da memória histórica?

Interessa-nos, também nesta tese, problematizar a “verdade” que circula no campo político e intelectual de que o Brasil é um país democrático porque possui regras institucionais “consolidadas”. Entendemos que uma discussão sociológica sobre a democracia deve considerar para além das variáveis políticas indicadas por Dahl (2005)⁶, as variáveis socioculturais, mesmo porque a existência de instituições formais não é suficiente para o funcionamento de uma sociedade isonômica. A adoção do modelo liberal, desde o Império, não se tornou garantia de que o Brasil seria uma sociedade democrática; pelo contrário, produziu a exclusão de grupos historicamente marginalizados. Reações à inclusão de negros e indígenas, de pobres e da população LGBT, expressam o quanto a democracia é vista como um mal por uma parte da sociedade, um empecilho para a manutenção de sua posição dominante e hierarquizadora.

Nesse sentido, o diálogo com a sociologia relacional de Pierre Bourdieu (2001b, 2004, 2005, 2014) contribui para o exercício de problematização da “verdade”, proliferada no campo político, segundo a qual o liberalismo é o único modelo político capaz de promover a democracia. “Verdade” que foi reforçada e (re)significada no Brasil dos anos 1980 pelos grupos que articularam um projeto liberal de “redemocratização” através do qual impuseram sua representação do mundo social, derrotando, no âmbito das lutas simbólicas, possibilidades alternativas. A proposta de uma democracia associada à defesa de interesses sociais dos trabalhadores, representada partidariamente pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foi derrotada e afastada das discussões que ocupavam centralidade no debate político.

Uma versão da democracia que a associa à liberdade – leia-se democracia liberal – saiu vitoriosa numa dinâmica política em que os temas postos em evidência pelos atores políticos que ocupavam espaços midiáticos e pela grande imprensa eram: democracia *versus* autoritarismo, civis *versus* militares, liberdade *versus* arbítrio. Defender a democracia no Brasil, naquele momento, significava defender eleições diretas, liberdades civis, sociais, políticas e de expressão. Definição que garantia os interesses das elites políticas, uma vez que

⁶ Segundo Dahl (2005), no “mundo real” as democracias só podem ser pensadas como *poliarquias*, cujos pressupostos são a competição, com a existência de oposição sem que haja repressão, e a participação política através do sufrágio. Conforme suas palavras: “As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública” (DAHL, 2005, p. 31).

não colocava na agenda das discussões propostas sociais que pudessem ampliar o acesso democrático à esfera pública, promover a redistribuição de renda ou dialogar com os trabalhadores.

O foco da conceituação de democracia era a liberdade e, portanto, talvez seja mais justo conceitualmente falar em restabelecimento das instituições democráticas e de governos civis do que em “redemocratização”, uma vez que a democracia não se restringe à definição clássica da Ciência Política (DAHL, 2005), devendo ser relacionada a conquistas sociais e culturais e à expulsão de estruturas e comportamentos hierárquicos do ambiente público.

Importante, pois, considerarmos a historicidade dos significados da palavra democracia para que seja possível reatualizar sua discussão no presente. Se restabelecer as instituições democráticas, com destaque para o sufrágio universal, foi uma demanda dos anos 1980, simbolizada na campanha pelas “diretas já”⁷, trata-se, talvez, de uma reivindicação obsoleta no contexto contemporâneo, no sentido de já ter sido superada. As demandas atuais passam pela maior igualitarização de grupos sociais historicamente postos à margem da sociedade, assim como, pelo estabelecimento de uma cultura democrática, na qual os indivíduos se percebam iguais uns aos outros do ponto de vista cívico, a despeito de suas diferenças étnicas, culturais e socioeconômicas.

O diálogo com a Sociologia contribui para que pensemos a democracia para além das instituições. É esse caminho que nos orienta à problematização do conceito a fim de não restringi-lo a instituições, como quer a Ciência Política, com destaque para a definição de Dahl (2005). A Sociologia ajuda a ampliar a discussão, colocando-nos para pensar o caráter autoritário da sociedade brasileira, cuja definição de democracia a partir dos anos 1980 se restringia à conquista de direitos civis, políticos e sociais que haviam sido esquecidos durante a ditadura civil-militar e que foram restabelecidos, sobretudo com a Constituição de 1988.

Instituições democráticas e práticas patrimonialistas ou autoritárias convivem no Brasil; estas últimas não são “permanências” do passado colonial ou ibérico, uma vez que são (re) significadas pelos agentes do presente que lhes conferem sentidos atualizados em função das demandas particulares de seu tempo e, sobretudo, das posições que ocupam no campo social. O ritual do “sabe com quem está falando?”, discutido por DaMatta (1997), expressa

⁷ Proposta de emenda constitucional apresentada em 02 de março de 1983 pelo deputado Dante Martins de Oliveira que estabelecia eleições diretas para novembro de 1984. Foi derrotada em 25 de abril de 1984, após uma ampla campanha que envolveu setores da sociedade e líderes políticos entre 1983 e 1984, com intensificação neste último ano. Há muitos trabalhos a respeito, a exemplo de: LEONELLI, OLIVEIRA, 2004; BERTONCELO, 2007.

uma cultura hierárquica e violenta constantemente mobilizada no cotidiano e que põe em cheque a tese, incorporada pelos indivíduos, de que somos “cordiais” e “amistosos”.

A ênfase de nosso trabalho, dentro de uma perspectiva sociológica, é à dinâmica política e, por isso, entendemos que os atores políticos atuam num espaço social que é autoritário e hierárquico. A corrupção e o sentimento de “superioridade” e de diferenciação social, conforme aponta DaMatta (1997, p. 190), em relação a outrem em razão de sua posição, não são idiosincrasias de grupos específicos, a exemplo dos profissionais da política, estando presentes em setores sociais variados, inclusive naqueles que compõem os chamados grupos “dominados”.

Uma reflexão sociológica sobre a democracia, portanto, supõe entendê-la não somente enquanto um regime político ou uma forma de governo. Trata-se de problematizar a pluralidade de suas definições associada às posições políticas de quem as elabora e às condições de possibilidades em que são elaboradas; de considerar que ela se constitui a partir da relação dialética entre “os sistemas objetivos de posições e os pacotes subjetivos de disposições”, entre o campo político e o *habitus*, os dois estados do social, conforme sugestão teórica de Bourdieu reinterpretada por Wacquant numa tentativa de apontar suas contribuições para análises sociológicas sobre a prática democrática (WACQUANT, 2005, p. 11). Na esteira de Bourdieu, o autor considera importante que se promova um exercício que afirma ser omitido pela Ciência Política, qual seja:

[...] a *escavação sistemática das condições sociais de possibilidade* das práticas democráticas, que exige uma dupla mudança de foco. Exige, em primeiro lugar, que desçamos do céu das ideias abstratas e grandes ideais [...] e arar o solo dos comportamentos políticos, significados e organizações realmente existentes; e segundo, que localizemos não somente as capacidades políticas inscritas nas estruturas formais, mas também as variadas predisposições e esperanças dos agentes concretos e como elas passam a ser dotadas (ou não) de categorias, habilidades e desejos necessários para se jogar o jogo democrático (WACQUANT, 2005, p. 10-11).

Propostas que partem de um exercício crítico frente a Ciência Política que atua enquanto instrumento de legitimação do poder; isso pode ser identificado na própria definição de democracia para boa parte da elite política brasileira que a associa ao direito de votar, à liberdade de expressão e aos direitos civis, sociais e políticos. Definição incorporada por boa parte da sociedade; a mesma que, segundo DaMatta (1997), ao lançar mão do rito “sabe com quem está falando?”, expressa uma mentalidade autoritária que pouco foi ou é alterada pela

criação de instituições democráticas. O que dificulta que se pense a democracia enquanto igualdade entre os cidadãos, não importando sua etnia, gênero, religião, orientação sexual e posição social.

Ainda que o nosso paradigma de análise não seja antropológico, consideramos importante ressaltar a dimensão autoritária da sociedade brasileira que, culturalmente, é permeada por relações hierarquizantes e antidemocráticas. Situação que pode ser identificada na insatisfação por parte de alguns setores da sociedade em relação à lei que regulamenta a profissão de empregada doméstica ou em relação ao consumo de bens simbólicos, como de automóveis e de passagens de avião por grupos historicamente excluídos do acesso a eles. São exemplos de como projetos políticos que podem contribuir para uma maior igualitarização são mal recebidos por grupos sociais que lançam mão do lugar socioeconômico que ocupam para imprimir de forma autoritária uma distinção frente a outros grupos que consideram “inferiores”. Ocorre uma reprodução do *ethos* aristocrático e anti-republicano da hierarquia que inviabiliza a possibilidade de isonomia. É o *ethos* patrimonialista convivendo com os discursos pró-democracia liberal.

Além disso, queremos destacar como a noção de democracia dos anos 1980 defendida pelos setores conservadores que se uniram na Aliança Democrática⁸ da qual parte da sociedade contemporânea coloca-se como herdeira, priorizava a defesa das liberdades num contexto em que vigorava um regime autoritário governado por militares. Não havia, portanto, uma ênfase à democracia enquanto um caminho político cujo objetivo fosse promover uma cultura igualitária e uma sociedade inclusiva com valores sociais que alcançassem grupos excluídos das condições de acesso ao “universal”. Ideia que foi defendida por grupos, em especial aqueles que giravam em torno do PT, cujas propostas foram derrotadas naquele cenário. O grupo majoritário, composto pelos sujeitos e partidos que formavam a Aliança Democrática, defendia o modelo político liberal que, histórica e conceitualmente, se contradiz com a noção de democracia.

⁸ Aliança formada entre os partidos de oposição ao partido do governo militar, o PDS, cujo candidato à presidência foi Paulo Maluf. As duas principais agremiações foram o PMDB, de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães e a Frente Liberal, de José Sarney e Aureliano Chaves, às quais se juntaram o PDT, de Leonel Brizola e o PTB, de Ivete Vargas. Sarney se filiou ao PMDB para ser candidato a vice-presidente, visto que a Frente Liberal (futuro PFL) não era um partido oficial ainda. Além desses, PCB, PC do B, MR-8 também apoiavam a aliança, ainda que não tivessem representantes no Colégio Eleitoral por não serem partidos legalizados. PCB, PC do B são legalizados em 1985. O MR-8 era uma organização política, conhecida pela participação na luta armada nos anos 1960 e 1970, e que atuava dentro do PMDB. Vale lembrar que nem todos os representantes seguiram a orientação da bancada de seu partido. Membros do PDS votaram em Tancredo, do PDT e do PTB votaram em Paulo Maluf e do PT, partido que não apoiou a candidatura de Tancredo, votaram em Tancredo.

Grupo que venceu as lutas políticas em torno de classificações cognitivas que foram construídas na tentativa de se impor uma visão legítima do mundo social. Considerar esses aspectos, implica dar atenção à “eficácia do poder simbólico e aos truques sociais com que ele nos engana a todos” (WACQUANT, 2005, p. 12), haja vista ser ele dotado de uma força não física capaz de transformar determinadas representações da vida política e social em “verdades absolutas”. Poder presente no discurso da Ciência Política que constrói categorias para definir o funcionamento da política e de suas instituições, usando-as para determinar se um país é ou não democrático.

Neste sentido, estabelecemos como um exercício intelectual fundamental em nossa tese a percepção da violência simbólica que atravessa o discurso liberal fortemente disseminado no campo político brasileiro dos anos 1980 pelos políticos, civis ou militares, e pela grande imprensa, na medida em que seus defensores o significavam enquanto a expressão verdadeira da democracia. Foi em nome dele que os golpistas de 1964 também atuaram, justificando um gesto antidemocrático como expressão da democracia. Tratava-se e trata-se de um projeto elitista, cujos atores, historicamente, excluíram grupos sociais, estigmatizaram as diferenças e mantiveram, deliberadamente, a partir de sua (re)significação, práticas patrimonialistas e autoritárias.

Compreendendo isso é que neste capítulo propomos uma discussão em torno das noções políticas de liberalismo e democracia, problematizando suas definições que, conforme argumentaremos, são construídas em condições históricas específicas e a partir de disputas entre diferentes posições ocupadas por sujeitos e grupos que, lutando a partir de armas simbólicas, tentam estabelecer sua dominação no campo social.

1. Definições de democracia em disputa: estratégias simbólicas de legitimação do modelo liberal

Na definição de Bobbio (2000), o liberalismo é uma concepção de Estado que se caracteriza pela limitação do poder centralizador, opondo-se ao Estado absoluto e ao Estado de bem-estar-social⁹, sobretudo pelo fato de se opor a processos intervencionistas. A democracia é uma forma de governo que se caracteriza pela presença do poder nas mãos da maioria,

⁹ Modelo de Estado que se opõe ao (neo)liberal, haja vista organizar-se a partir de uma intervenção política e econômica no sentido de garantir serviços públicos e de proteger a população. O Estado (neo)liberal se caracteriza por sua participação mínima nas questões econômicas, atribuindo ao mercado ampla liberdade. Citando Francisco de Oliveira, nele a política é controlada pela economia e não o contrário (OLIVEIRA, 1999).

opondo-se às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia. Daí que nem sempre um Estado liberal é democrático, estando presente em sociedades em que o poder está restrito às elites, assim como, nem todo governo democrático está circunscrito num Estado liberal, até porque a democratização através do sufrágio universal o colocou em crise (BOBBIO, 2000, p. 7). Liberalismo, portanto, é definido como uma teoria moderna do Estado e democracia como uma forma antiga de governo. Porém, ambos foram mesclados pela “representatividade”, aspecto que passa a servir de distinção entre a democracia moderna e a grega/antiga, uma vez que nesta prevalecia o método direto de participação cidadã, ressaltando o caráter restrito da noção de cidadania.

A estratégia da representação, já defendida pelos autores do *Federalista*¹⁰ e pelos constituintes franceses, era posta como único mecanismo para se estabelecer um governo popular nos grandes Estados, sobretudo em virtude da “irracionalidade” das “multidões”, construídas historicamente como incapazes de se autogovernarem. Pretexto, segundo Bobbio (2000, p. 33), para o domínio político por minorias oligárquicas. Com a ampliação do sufrágio universal para o maior número de indivíduos, homens e mulheres com restrições ligadas apenas à maioria, a democracia e o liberalismo se encontraram, diz Bobbio (2000, p. 43), ao menos do ponto de vista político, associado ao sufrágio universal, não do ponto de vista do “ideal igualitário”.

Historicamente, o liberalismo foi e é utilizado por grupos políticos para legitimarem sua posição dominante no campo do poder. Cabe sociologizá-lo, estranhá-lo, não naturalizá-lo como um dado incontestável. Em primeiro lugar, reforçando o que afirmou Bobbio (2000), destaque-se que a incorporação da representação política à democracia constituiu um “arranjo liberal” teorizado por Locke no séc. XVIII que (re)significava a versão grega, com a justificativa de que era preciso adaptá-la ao cenário dos nascentes grandes aglomerados urbanos (HOLLANDA, 2011, p. 8-9).

Nesse sentido, conforme aponta Hollanda (2011, p. 9), democracia e liberalismo eram noções políticas antagônicas até meados do séc. XIX, sendo aglutinadas pelo princípio mediador da representação que as acomodaram na fórmula da democracia liberal. Ocorre que os indivíduos são liberados para se dedicarem à vida privada, participando da vida pública

¹⁰ A referência é ao conjunto de artigos escritos por James Madison, Alexander Hamilton e John Jay e publicados na imprensa de Nova York em 1788. Dos 85 artigos, 51 são atribuídos a Hamilton, 29 a Madison e 5 a Jay. O texto estava inserido num contexto de debates políticos envolvendo a Constituição dos Estados Unidos, no cenário pós-independência. Para acessar os artigos e um comentário a respeito, conferir: LIMONGI, Fernando. P. “O Federalista”: remédios republicanos para males republicanos. In: WEAFFORT, Francisco (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 1995. pp. 245-287.

apenas esporadicamente através do voto, pelo qual instituem seus representantes. Estaria aí a diferença, estabelecida por Benjamin Constant, entre a liberdade dos antigos, que significava a igualdade de participação política dos “cidadãos”, e a liberdade dos modernos, que era associada às garantias de livre atuação como indivíduos privados. Nessa distinção, segundo Bobbio (2000, p. 8), está a raiz da oposição entre democracia e liberalismo ou entre igualdade e liberdade.

Fórmulas que, contraditoriamente, estiveram presentes nos debates envolvendo a política brasileira desde o início da construção do Estado nacional no séc. XIX e que se mantêm (re)significadas no presente na convivência entre diferentes posições políticas, umas centradas na defesa do mercado financeiro internacional e do crescimento econômico, outras, na viabilização de medidas de inclusão para grupos sociais que foram historicamente “marginalizados” em razão de suas diferenças. O modelo liberal convive, também, com práticas contra as quais sua própria “ideologia” moderna se coloca, a exemplo do clientelismo, do patrimonialismo e das hierarquizações sociais, típicas das chamadas sociedades “tradicionais” e “antimodernas”. Dialogando com Canclini (1998), são expressões híbridas que aliam ideias ontologicamente díspares, mas que no âmbito das práticas sociais coexistem entre si.

A experiência brasileira com a “ideologia liberal” se caracterizou, durante o estabelecimento da monarquia constitucional, por impasses em torno da instauração da democracia, cuja máxima – o igualitarismo – não correspondia ao liberalismo que priorizava a liberdade econômica das elites latifundiárias, num cenário de recém independência política. Sobre isso, Adorno (1988, p. 25) afirma que houve um “dilema democrático” ao longo do séc. XIX na sociedade brasileira desde os movimentos de independência, marcados pela cisão entre princípios democráticos e liberais ou entre forças políticas “radicais” e “conservadoras”:

Progressivamente, as forças populares foram expulsas do âmbito institucional e silenciadas as reivindicações verdadeiramente democráticas. Em contrapartida, a luta pelas liberdades se sobrepôs e mesmo obscureceu a luta pela igualdade. Desse modo, pouco a pouco, o liberalismo moderado e conservador, distante das preocupações em democratizar a sociedade brasileira, passou a informar a ação político-partidária de homens que acabaram se configurando verdadeiros artífices do Estado Nacional, Estado patrimonial articulado a práticas típicas do modelo liberal de exercício do poder (ADORNO, 1988, p. 25).

A ênfase do autor é à divisão entre os discursos da liberdade e da igualdade, os quais são representados por grupos com interesses contraditórios que compunham, respectivamente, a elite política e setores populares. Chama a atenção para os arranjos articulados pelos atores políticos que compunham o Estado nacional, fazendo deste seu patrimônio privado ao darem ênfase a ações antidemocráticas, assim definidas pelo fato de não atenderem a reivindicações dos grupos sociais que as faziam. Um Estado “híbrido”, que combinava o patrimonialismo e o liberalismo, se estabeleceu e silenciou as demandas pautadas na democratização social. O que nos parece evidenciar a distância entre liberalismo e democracia, a despeito do esforço intelectual historicamente levado a efeito pelas elites políticas para afirmar e reafirmar o contrário.

Para além dos significados universais dos conceitos que compreendiam o ideário liberal, havia apropriações feitas por distintos grupos que os (re)significavam em função dos lugares que ocupavam no campo social e dos interesses aí defendidos:

Assim, para as elites proprietárias rurais a agenda liberal significou progresso, liberdade, modernização e civilização, não obstante implicasse paradoxalmente a proposição de um projeto político de âmbito nacional que mantinha a propriedade escrava, não tinha pretensões democratizantes, não revelava intenção de transformar o país numa república e sequer se baseava na premissa da igualdade jurídica, política e social. Para os grupos urbanos pauperizados, ao contrário, a liberdade e igualdade significaram “o fim da miséria, das diferenças de cor, de privilégio, de fortuna e de ocupação de cargos preferenciais” (ADORNO, 1988, p. 34).

As posições políticas assumidas por sujeitos e grupos que detinham um maior capital social e econômico derrotaram aquelas defendidas por quem não os tinham na mesma proporção. O autor sociologiza, portanto, o ideário liberal ao dar ênfase às disputas no Brasil pós-colonial que evidenciavam uma polarização entre as elites políticas conservadoras que se opunham às propostas democratizantes de grupos sociais considerados “radicais” e que expressavam suas posições na “rebeldia dos escravos”, na “constituição de quilombos”, no “banditismo rural” e em “movimentos reivindicatórios urbanos”. Grupos que eram contidos com a “militarização da sociedade e a configuração das milícias patrimoniais” que resultaram na criação de um “forte aparelho repressivo acionado nos momentos de comoção nacional e regional” (ADORNO, 1988, p. 35). Trata-se de uma situação que foi sendo protelada e que, na contemporaneidade, continua sendo a base das lutas reivindicatórias.

Havia, ressalta o autor, uma estrutura política imperial – “monarquia constitucional hereditária, submissão da Igreja ao Estado, voto censitário e descoberto implicando a existência de intermediário na relação representante/representado, além da presença algo incômoda do poder moderador” – que evidenciava a contradição entre uma “propensão à democracia liberal e o exercício autoritário e aristocrático do poder” (ADORNO, 1988, p. 35). Contradições que, a despeito de não serem idênticas às contemporâneas uma vez que as práticas são históricas, não são tão diferentes daquelas que visualizamos na conjuntura política brasileira atual, na qual a defesa das liberdades convive com práticas autoritárias e antidemocráticas, seja no âmbito do poder, seja no cotidiano social.

O processo de apropriação do liberalismo na sociedade brasileira se caracterizou por disputas de interesses dos sujeitos partícipes, por resistências à racionalização burocrática do Estado, pela ambivalência entre seus princípios e o patrimonialismo. Constituíram-se diversas modalidades de pensamento liberal, destacando-se o “liberalismo moderado”, de perfil conservador, presente na estrutura do império, e o “liberalismo radical”, cujos representantes eram geralmente acusados pelos conservadores de promoverem o “ódio entre as raças”, como se essas vivessem “confraternizadas”, como argumentara Gilberto Freyre (2006), em seu livro clássico de 1933.

Conflitos e contradições que, segundo Adorno (1988, p. 36), são evidências de como esse modelo jurídico-político foi contestado tanto pelas elites dominantes, receosas quanto ao futuro de sua posição política, como pelas camadas populares que buscavam ampliar formas de participação nas decisões que envolviam a “nova ordem” nascida com o pós-independência. A principal problemática do liberalismo brasileiro, segundo o autor, dava-se em torno da supressão da igualdade e da democratização social que não caminhavam juntas com a liberdade:

Característico daquela época, o gosto pela liberdade de poucos sufocou o grito pela condição de igualdade de muitos. Liberdade associou-se a modernização e progresso; democracia, a anarquia. Nesse contexto de lutas políticas, o “liberalismo heroico”, nascido e edificado nos movimentos pré-independência, foi paulatinamente substituído por um liberalismo regressista (ADORNO, 1988, p. 47).

Na sequência de seus argumentos, Adorno (1988, p. 55) aponta que inaugurou-se no Império uma “política da conciliação” com a qual os liberais eram cooptados através de mecanismos clientelistas para que não se unissem aos movimentos populares “radicais” e,

portanto, para que não pusessem em risco o poder dos latifundiários. “Conciliavam-se” formas ambivalentes de organização estatal, representadas por parlamentares liberais moderados e proprietários rurais, a fim de garantir a domesticação dos grupos de oposição que defendiam pressupostos democratizantes que colocariam em perigo o poder político e econômico das elites dominantes. Portanto, a articulação entre liberalismo e patrimonialismo enfraqueceu perspectivas mais igualitárias de organização social, originando o que o autor chama de “dilema democrático”.

Nos debates em torno da Assembleia Constituinte, afirma Adorno (1988, p. 58), havia tolerância no tocante à definição das liberdades, mas não quanto ao princípio da igualdade, excluindo-se as “ideias radicais”, como costuma acontecer nos processos de criação ou alteração das leis¹¹. Na carta constitucional de 1824, outorgada pelo imperador, “ficou selado o compromisso entre a burocracia patrimonial, conservadores e liberais moderadores, condenando-se ao desaparecimento liberais exaltados e radicais” (ADORNO, 1988, p. 61).

Ajustou-se, portanto, o sistema patrimonial ao modelo liberal ou vice-versa, relegando-se ao segundo plano a democratização social e dividindo o poder do Estado entre grandes proprietários rurais e o estamento burocrático patrimonial. Estrutura política que institucionalizou a desigualdade social na esfera pública e evidenciou a “verdadeira faceta” do liberalismo: o conservadorismo. “Ao tornar-se cada vez mais conservador, afastou-se de suas raízes revolucionárias, expurgando seus traços radicais e democráticos” (ADORNO, 1988, p. 63), os quais não tinham representatividade no parlamento. Tratava-se de uma estratégia para manter o controle sobre a “massa de trabalhadores escravizados e trabalhadores livres” (ADORNO, 1988, p. 74). Daí, sustenta o autor, que no regime monárquico houve um dilema democrático, haja vista que:

Os construtores do Estado Nacional viveram, por sucessivas gerações e durante quase cem anos, acreditando que era preciso primeiro ser livre para poder ser democrático. Insistiram na questão da liberdade que lhes pareceu a ante-sala da soberania nacional. Influenciados por uma versão liberal lockeana e decisivamente não rousseauiana, atropelaram a herança revolucionária que os viu nascer no final do século XVIII para se transformarem em homens seguramente de seu tempo e apegados ao progresso: repudiaram o radicalismo “ultrapassado de 89”, em favor das “modernas” posturas conservadoras, tão em moda na virada do século. Suas

¹¹ As legislações são elaboradas historicamente no Brasil em correspondência com os interesses das elites econômicas que os legisladores representam. A título de exemplo, a despeito de amplos setores da sociedade, como a OAB, a CNBB, parlamentares e cidadãos privados defenderem o fim do financiamento privado das campanhas eleitorais, um projeto conservador, liderado pelo Presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), estabelece a sua manutenção, tendo feito uso de manobras regimentais para aprová-lo.

ideias não estavam fora do lugar. Não eram, portanto, homens *démodés* (ADORNO, 1988, p. 75).

Compreensão política que se aproxima daquela defendida pelos que participaram do processo de “redemocratização” “conciliado” entre civis e militares no Brasil dos anos 1980. A sua defesa girava em torno das liberdades que haviam sido reprimidas pelo regime autoritário, não havendo um foco político em relação à democratização social. Agenda esta que foi defendida pelo PT, mas que não ganhou um espaço de visibilidade no campo político em razão de ter sido rechaçada e relegada, naquele momento, ao esquecimento.

Adorno (1988) faz uma crítica à noção deliberadamente enfatizada pelos setores conservadores da monarquia constitucional de que importava antes a liberdade do que a igualdade democrática. E, além disso, reforça o argumento de que as “ideias não estavam fora do lugar”; pelo contrário, os homens as ajustavam aos interesses dos grupos políticos que representavam ou dos quais faziam parte. Para o autor, a importância de estudar o liberalismo brasileiro está na possibilidade de entendê-lo sociologicamente enquanto privilégio de uma categoria de indivíduos que compunham a elite dominante, os bacharéis em Direito, que se converteram em profissionais da política e em legisladores que não colocavam na pauta de suas proposições a democratização da sociedade. As ideias liberais, portanto, foram sendo reconfiguradas no Brasil por uma elite de “intelectuais iluminados” que atuavam na administração estatal em função da garantia dos privilégios daqueles que tinham maior capital político e econômico.

Nesse sentido, ao discutir a relação entre liberdade e igualdade ou entre liberalismo e democracia no complexo processo de construção da nação brasileira durante o Império, Adorno (1988) pretendeu contribuir para uma compreensão sociológica de uma conjuntura política contemporânea a sua pesquisa: a “redemocratização”. Preocupou-se em problematizar o “saber mágico” dos juristas que “acreditavam” poder democratizar a sociedade brasileira a partir de leis sólidas e da defesa do Estado de Direito, sem discutir a dimensão autoritária da sociedade evidenciada em suas próprias práticas no âmbito jurídico.

A prioridade dada à defesa das instituições democráticas em detrimento das instituições autoritárias foi, propositadamente, uma estratégia política para não discutir efetivamente questões históricas da sociedade brasileira, em especial a própria “questão social” que, naquele momento, incluía o problema da exclusão de setores que não tinham acesso às promessas da modernidade. O caráter conservador com que o processo foi

articulado pode ser envidenciado no próprio esforço midiático em silenciar os chamados “novos sujeitos políticos”, sobretudo aglutinados no PT e em movimentos sociais, que apresentavam propostas “progressistas”, pautadas em interesses dos trabalhadores.

A discussão que Adorno (1988) fez sobre o “dilema democrático”, cuja razão de existência era a combinação entre o liberalismo e o patrimonialismo, ajuda-nos a problematizar o discurso universalista que afirma ser a democracia liberal o modelo político e econômico absoluto, único capaz de solucionar o problema da desigualdade que ela própria ajudou a fortalecer. “Verdade” construída historicamente e fortalecida no processo de “redemocratização” por sujeitos, como Tancredo Neves, que também foi um bacharel em Direito convertido em profissional da política, defendendo um modelo liberal que também era patrimonial.

Importa-nos observar que, entre as vantagens simbólicas obtidas pelos agentes políticos que reproduzem socialmente a “verdade” segundo a qual a democracia liberal é o único modelo político e social viável, destaca-se o silenciamento de propostas consideradas “radicais” que defendem uma participação política mais direta da sociedade e, sobretudo, a igualdade social, e não apenas a liberdade. Um argumento histórico utilizado pelos liberais costuma afirmar que a “massa” é desorganizada, incapaz e débil politicamente, sendo necessária uma elite “intelectualizada” que se disponha a agir em seu nome. A democracia liberal resolveu essa questão criando o sistema representativo que libera os indivíduos da atividade política contínua, permitindo-lhes exercê-la apenas esporadicamente à época de eleições. Talvez a maior participação dos sujeitos através das mídias sociais possibilitadas pela ampliação do acesso à *internet*, seja uma evidência do incômodo de parte da população brasileira em relação ao formato de sistema representativo que aqui se estabeleceu.

Não se trata aqui de adotar um ceticismo radical e afirmar que o modelo liberal deveria tão somente ser substituído por outro para que, assim, a democracia pudesse ser estabelecida. Trata-se, em primeiro lugar, de ressaltar que ele é uma construção histórica e, portanto, não universal, que não aboliu as práticas “tradicionais” contra as quais seus ideólogos afirmavam se opor, sobretudo o patrimonialismo e o clientelismo. Pelo contrário, em se tratando do Brasil, ambos foram sendo justapostos, conforme evidenciou Adorno (1988), para garantir a manutenção de hierarquias e privilégios sociais. Apesar de o autor abordar o império, seu argumento contribui para reflexões sobre os anos republicanos, inclusive aqueles que nos são contemporâneos.

Nesse sentido, para cânones do pensamento social brasileiro do período da Primeira República, a formação política do País se caracterizava por uma incompatibilidade entre o projeto liberal, proclamado como universal, e a realidade nacional, interpretada a partir de binarismos (moderno e tradicional, urbano e rural, Estado moderno-burocrático e Estado patrimonialista) que eram analisados como responsáveis pelo “atraso” do progresso e da modernidade. Para alguns autores (TORRES, 1914, 1978; VIANNA, 1927), a alternativa a esse modelo “artificial” importado de nações europeias era o estabelecimento de um Estado forte, cuja tarefa seria construir a nacionalidade brasileira e promover a modernização socioeconômica, haja vista a “fragilidade” da sociedade civil que seria “incapaz” de fazê-lo.

Para outros autores contemporâneos (BARBOSA, 1919), a defesa era em favor do liberalismo e das oligarquias liberais com argumentos que atribuíam às “unidades pensantes” o papel de protagonismo na gestão do País devendo-se afastar a “massa inconsciente” das decisões políticas” e, ao mesmo tempo, fazer valer a Constituição republicana. Havia, ainda, propostas socialistas e anarquistas, que não foram “canonizadas” pelo pensamento social brasileiro, no geral divulgadas por meio de jornais, e que se desenvolveram a partir de um eixo político centrado nos trabalhadores (Cf.: GOMES, 1988; NASCIMENTO, 2006).

Nas primeiras décadas do séc. XX, portanto, pensadores que se contrapunham ao “formalismo” do liberalismo conviviam e disputavam espaço com os seus defensores, com os que reivindicavam uma reforma social, ou até mesmo, a revolução social¹² (IANNI, 1994, p. 47). Os grupos distintos tinham em comum, no entanto, uma obsessão por resolver o que consideravam o responsável pelo “atraso” da sociedade brasileira: a inadequação entre as instituições “estrangeiras” e a realidade local. O Brasil viveria uma situação de anacronismo, de não contemporaneidade, de “ideias fora do lugar”.

De acordo com boa parte dos intérpretes do pensamento social de início do século, no ambiente intelectual dos anos 1930 prevalecia o pensamento autoritário e não por acaso o Estado Novo de Getúlio Vargas teria sido sua culminação. Em síntese, “o clima, desde antes, mas como adensamento crescente nos anos vinte e trinta, seria de hostilidade à democracia, de ojeriza à política, de apego à ordem e de preocupação com a centralização do poder, com a nacionalidade e com o controle social” (PIVA, 2000, p. 38). Havia projetos voltados para

¹² Ver, por exemplo, discussões sobre as propostas socialista e anarquista de sociedade no início do séc. XX nos capítulos “República e socialismo na virada do século” e “O anarquismo: outra sociedade, outra cidadania” (GOMES, 1988). Ver, também, a tese de Nascimento (2006) sobre a atuação dos anarquistas na Primeira República.

repensar o Brasil propondo um caminho não liberal, chamado de “autoritário” pelos liberais, como resposta ao descontentamento diante do “liberalismo e o artificialismo das classes dirigentes” (PIVA, 2000, p. 39).

A solução, para Alberto Torres (1914), por exemplo, era o estabelecimento de governos fortes:

A ideia de “força governamental” é das que mais carecem de ser definidas. Nunca a necessidade de governos fortes se fez tanto sentir como em nossa época, em que se diria que todas as crises dos problemas sociais, ignorados ou voluntariamente abandonados, ameaçam explodir; cumpre, porém, que a força governamental não se confunda com a ambição de poder [...]. A força governamental deve consistir na delegação ao governo de maiores funções e atribuições, no aumento do alcance da ação governamental, na investidura, em suma, do depositário do poder político, com a soma dos poderes de providência prática, imanentes à autoridade do Estado, como órgão da sociedade nacional, isto é, como órgão da força e da ação coletiva e permanente que ampara o indivíduo e a sociedade, no presente e no futuro. Este poder está íntima e indissolúvelmente ligado à mais ampla publicidade, à mais inteira liberdade de crítica, à mais completa responsabilidade política (TORRES, 1914, p. 270).

Modelo de governo que, segundo ele, seria mais fiel à realidade brasileira do que aquele proposto na Constituição republicana de 1891 que não se aplicava às suas necessidades particulares por se tratar de uma cópia de teorias estrangeiras. É por adotar esse raciocínio que identifica falhas na democracia:

As democracias são regimes instáveis, impressionistas, volúveis. Formados por eleição, os governos democráticos tendem a reproduzir os impulsos, as inspirações, as preferências, as simpatias e os preconceitos do momento. É a grande falha dos governos democráticos, que o regime monárquico não corrigiria, desde que fosse organizado com forma representativa, ainda que sob um monarca excepcionalmente dotado. Ponto ainda não solvido da organização das democracias, o problema da eleição dos governantes é, e será por algum tempo, uma das maiores dificuldades da política (TORRES, 1914, p. 271-72).

Essa compreensão que discorda da democracia liberal se opõe à concepção defendida pelas elites políticas liberais, a exemplo de Rui Barbosa que neste discurso, proferido no

início do séc. XX, durante uma campanha presidencial¹³ da qual saiu derrotado, expõe sua perspectiva:

O Brasil não é *isso*. É *isto*. O Brasil, senhores, sois vós. O Brasil é esta assembléia. O Brasil é este comício imenso de almas livres. Não são os comensais do erário. Não são as ratazanas do Tesouro. Não são os mercadores do Parlamento. Não são as sanguessugas da riqueza pública. Não são os falsificadores de eleições. Não são os compradores de jornais. Não são os corruptores do sistema republicano. Não são os oligarcas estaduais. Não são os ministros de tarraxa. Não são os presidentes de palha. Não são os publicistas de aluguel. Não são os estadistas de impostura. Não são os diplomatas de marca estrangeira. São as células ativas da vida nacional. É a multidão que não adula, não teme, não corre, não recua, não deserta, não se vende. Não é a massa inconsciente, que oscila da servidão à desordem, mas a coesão orgânica das unidades pensantes, o oceano das consciências, a mole das vagas humanas, onde a Providência acumula reservas inesgotáveis de calor, de força e de luz para a renovação das nossas energias. É o povo, em um desses movimentos seus, em que se descobre toda a sua majestade (BARBOSA, 20/03/1919).

Rui Barbosa contrapõe o que o Brasil *era* com o que *deveria ser*, elogiando os valores políticos modernos representados pelas “unidades pensantes”, opondo-se a práticas “antimodernas”, sobretudo à corrupção e propondo que a “massa inconsciente” fosse afastada das decisões políticas. Ideias com as quais Rui Barbosa interpretava a realidade nacional e, sobretudo, construía um lugar de discurso enquanto candidato, cuja imagem era alicerçada no modelo ocidental de modernidade. À semelhança dos “autoritários”, criticava a existência de práticas na política que eram dissonantes com o modelo republicano, mas se distinguia deles por propor uma saída liberal para o problema: adotar efetivamente o que havia sido legislado na Constituição, como o teriam feito países europeus. Não considera a possibilidade de *construir o próprio*, visto demonstrar em seu discurso que compreendia que o Brasil poderia *transplantar* o modelo europeu, “copiando-o”, independentemente de suas especificidades históricas.

Rui Barbosa alinhou-se ao discurso liberal-democrático no final do séc. XIX, momento de tensões que envolviam as questões da Monarquia e da Abolição, a fim de legitimar o poder das oligarquias que contestavam a proeminência da Coroa e defendiam a República. Sua defesa era por reformas políticas, não sociais e, contraditoriamente, propôs um “liberalismo oligárquico” que disputava espaço naquele cenário com a proposta de Joaquim

¹³ Os dois candidatos à presidência da República mais votados foram Epiácio Pessoa, paraibano do PRP (Partido Republicano Paulista), e Rui Barbosa, baiano do PRM (Partido Republicano Mineiro). Epiácio Pessoa foi o candidato eleito.

Nabuco que, também sendo liberal, defendeu a manutenção das estruturas políticas monárquicas por considerá-las capazes de romper o poder oligárquico e promover reformas sociais, como a alteração da estrutura fundiária para que fosse possível criar trabalhadores educados e pequenos proprietários (LYNCH, 2008).

Os embates se davam em torno de propostas para a construção da democracia brasileira: de um lado, um liberalismo que defendia as oligarquias propondo o estabelecimento da República e, de outro, uma espécie de “despotismo esclarecido” que propunha reformas sociais, não políticas, sendo seus defensores chamados de “autoritários” pelos republicanos.

Disputas que, com as devidas ressalvas, são reeditadas no séc. XXI e que o foram no séc. XX. Oliveira Vianna (1927), na direção do que defendia Alberto Torres (1914), referiu-se a um “idealismo da Constituição” para argumentar que os constituintes republicanos agiram com improvisos em virtude de não terem um pensamento político organizado. Elaboraram uma carta cheia de vácuos e de frases vagas, “bela” do ponto de vista doutrinário, porém propensa ao fracasso por não ter sido baseada nos “nossos próprios males” (VIANNA, 1927, p. 26-27). Doutrina centrada na “ideologia republicana” da época cuja síntese aglutinava três modelos principais: o “democracismo francês”, o “liberalismo inglês” e o “federalismo americano” (VIANNA, 1927, p. 27). No entanto, pondera Vianna:

Veio a República. Veio a Democracia. Veio a Federação. E para logo se levantou um sussurro de desapontamento do seio da turba fanatizada – e esse desapontamento se acentuou, com o tempo, numa permanente desilusão. Os mais fortemente desiludidos foram precisamente os mais ardentes evangelizadores do novo credo. Os Cristos da Nova Revelação foram justamente os que mais alto fizeram ressoar o refrão do seu desânimo. – *Não era esta a República dos meus sonhos!* Diziam, sucumbidos e cheios de melancolia (VIANNA, 1927, p. 28-29).

Criou-se o sistema de eleição direta para presidente da República sem que houvesse uma opinião pública consolidada no Brasil. A partir de um olhar etnocêntrico, Vianna (1927) apresenta o modelo inglês como sendo o inverso do brasileiro, haja vista que nele o “regime de opinião” não é definido pelo direito ao voto, uma vez que preexiste à prerrogativa eleitoral. O que o tornava “maravilhoso” eram dois atributos do cidadão inglês: “a sua índole ativa e combativa, por um lado; por outro, o espírito de solidariedade, o sentimento instintivo do interesse coletivo [...]”. São eles que “asseguram à democracia inglesa esta surpreendente

vitalidade” (VIANNA, 1927, p. 46-47). No Brasil, a ausência de predisposição para o interesse coletivo gerava o insucesso das instituições, o que poderia ser observado, segundo o autor, na questão do voto:

O eleitor vai à urna para comprazer o chefe local, ou porque aí o leva o *boss* do partido; nunca, porém, por um impulso superior de civismo, por um movimento espontâneo da sua consciência – para o fim de constituir os órgãos do governo político da sociedade. Ir às urnas, como servir no júri, como exercer qualquer cargo não remunerado, mas benefício à coletividade, representa tudo isto, para 99% de nós brasileiros, um “sacrifício”, um “incômodo”, uma “massada”. – Este é um dos traços mais característicos da nossa psicologia social e, infelizmente, estamos muitos longe de vê-lo desaparecer como elemento determinante da nossa conduta na vida pública (VIANNA, 1927, p. 49-50).

Faz uma crítica às eleições diretas analisando-as como um recurso político usado por “chefes locais” para eleger os seus, com um argumento que visava a criticar as oligarquias liberais da época, contra as quais se colocava o discurso que justificou o movimento de 1930 liderado por Vargas. Aspectos da experiência política brasileira que, segundo Vianna, evidenciavam o descompasso entre a Constituição e a realidade, traço principal do pensamento social de sua época (PIVA, 2000). Sobretudo, pontua os “males” e “corrupções” decorrentes da ausência de opinião pública organizada que fazia com que o povo utilizasse o recurso do voto “sem consciência”. Leitura recorrente a sua época que ajudou a perpetuar a tese de que o “povo não sabe votar” e que, portanto, deve ser orientado por chefes políticos.

Entre os “males” que Vianna cita, estava o domínio das oligarquias que colocava os presidentes numa posição de submissão:

A única organização que os presidentes encontram em torno de si, cercandose, sugestionando-os, exigindo, impondo, são os clãs facciosos, que os elegem. Estes é que acabam dominando-os inteiramente e reduzindo-os, por fim, a simples instrumentos dos seus interesses e ambições. Eis porque o “governo do povo”, idealizado pelos sonhadores da Constituinte, se torna aqui apenas o governo das *conteries* politicantes (VIANNA, 1927, p. 59).

Sua crítica era às oligarquias, “clãs facciosos”, cuja existência inviabilizava a efetivação do poder político da figura republicana do presidente. Oligarquias que, ressalte-se, eram porta-vozes do liberalismo que era adaptado às demandas locais e, portanto, perdia o significado universal que seus defensores tanto proclamavam.

Havia, criticava Vianna, uma ausência de organização de opinião expressa no caráter “inerte” da sociedade que não participava das ações do governo, de quem esperava, como se fosse um ser divino, o cuidado e a salvação: “todas as vezes que ascende ao poder um novo presidente, a Nação inteira fica atenta, toda ouvidos e toda olhos, num grande silêncio, à espera que ele diga o que ela, a Nação, precisa para a sua salvação e prosperidade” (VIANNA, 1927, p. 55).

Nesse tom de crítica a uma nação que, para ele, ainda não existia em razão de sua falta de unidade e de organização social e política, Vianna destaca ainda mais a sua submissão ao governo ao compará-la com uma imagem otimizada que apresenta do povo inglês que, inversamente, desconfiava e exigia do governo. Em se tratando do Brasil, no entanto, reforça Vianna:

Nenhuma classe vem a ele para dizer-lhe com dignidade: – Nós, que conhecemos os nossos interesses melhor do que vós, queremos para nosso bem tais e tais providências. [...] – Somos alguns milhares, ou alguns milhões de interesses espalhados por todo o país, todos unidos e confederados numa poderosa solidariedade. E, em nome deles, pedimos isto e mais isto. [...] – Somos unidos, somos organizados, somos fortes. Podemos, se quisermos, agitar o país. Exigimos, pois, para o nosso bem, para a melhoria dos nossos interesses, tais e tais medidas, tais e tais reformas. [...] Na Inglaterra é o contrário disto. Lá, ninguém confia na onisciência do governo. [...] Os governos ali [...] são apenas meros executores, vão realizar programas já elaborados cá fóra, na imprensa, nos comícios, nas cátedras, nos livros, pela ação dos grandes partidos e das grandes solidariedades de classes: as ligas, as associações, os sindicatos (VIANNA, 1927, p. 56-57).

Ressaltar a existência de uma submissão da sociedade ao governo e a falta de “consciência” do povo foram estratégias utilizadas por Vianna para reafirmar a defesa de um governo forte que pudesse fazer uma dupla função: organizar a sociedade e governá-la. Não bastava, pois, reformas constitucionais, cujo maior exemplo de fracasso, para o autor, era o voto; propunha reformas sociais e econômicas. Em primeiro lugar, porque grande parte do eleitorado residia no campo e vivia numa condição de dependência em relação aos “senhores territoriais” como “párias, sem terra, sem lar, sem justiça e sem direitos”. Sua independência, diz Vianna, dependeria antes de reformas estabelecidas pelo Estado, como o “estabelecimento da ‘pequena propriedade’; um sistema de ‘arrendamentos a longo prazo’ [...]; a difusão do espírito corporativo’ e das ‘instituições de solidariedade social’”, do que do “sufrágio universal”, da “eleição direta” ou do “voto secreto” (VIANNA, 1927, p. 65-66).

Para Ianni (apud PIVA, 2000), Vianna privilegiava o papel “civilizador” do Estado na medida em que se baseava no pressuposto de que a sociedade era débil e de que o povo não estava preparado cultural e politicamente para atuar nos negócios públicos e, portanto:

Precisa ser tutelado, administrado, por um poder estatal cada vez mais corporativo, organizador e modernizador. [...] [Essa interpretação] pode ser vista como uma proposta de modernização conservadora, pelo alto, que se impõe à sociedade como um todo, em seus grupos e classes, instituições e formas de organização (IANNI apud PIVA, 2000, p. 57).

A compreensão do “povo” enquanto instância que deve ser tutelada não é uma exclusividade do pensamento que defendia um Estado forte e centralizador, haja vista que liberais, a exemplo de Rui Barbosa, entendiam que apenas elites intelectuais, providas de “racionalidade”, poderiam organizar a sociedade agindo em nome da “massa irracional”. Trata-se de uma questão que traz à tona a discussão sobre cidadania e sua extensão aos setores populares. De acordo com Gomes (1988, p. 21-22), no Brasil e na América Latina o acesso à cidadania não se deu através do direito ao voto, segundo o modelo de representação política liberal, estando ligado, antes, à constituição da identidade da classe trabalhadora através de lutas políticas por ela própria protagonizadas.

A autora considera que o modelo político estatal do governo Getúlio Vargas, sobretudo a partir do “Estado Novo”, incorporou os trabalhadores à categoria de atores políticos a partir de um projeto que ela conceitua de “trabalhismo” e que se caracterizou pela criação de políticas sociais voltadas para os trabalhadores com a intenção de reagir à “ameaça comunista” e às lutas sociais que marcaram os anos 1920. Tratou-se, segundo Gomes (1998), de um projeto político de um regime que se autodefiniu, através da atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), como uma democracia social, estabelecendo uma distinção em relação à democracia liberal e se colocando como defensor dos interesses dos trabalhadores. Segundo esse discurso, a chamada “revolução de 1930” teria estabelecido a ordem ao pôr fim ao “estágio pré-político” em que vivia a sociedade e construído um novo elo de ligação entre “povo” e Estado (GOMES, 1988, p. 208).

Os argumentos principais dos ideólogos do movimento liderado por Vargas, como Azevedo Amaral e o próprio Oliveira Vianna, diziam respeito à necessidade de estabelecer um projeto político voltado para a realidade nacional, de promover uma articulação entre elites e massa, de criar políticas sociais para os trabalhadores. Aspectos que seriam possíveis a

partir de um Estado intervencionista desvinculado dos pilares liberais, nazistas e comunistas e ligado a uma noção de “democracia social” centrada nos ideais do trabalho tratado como o caminho para a inclusão.

De acordo com essa concepção, veiculada, através da revista *Cultura política*, criada pelo DIP para fazer propaganda do governo, o cidadão era definido pela posse de direitos sociais e não de direitos civis e políticos. A democratização, enfim, tratava-se de uma tarefa a ser realizada pelo Estado que deveria intervir a fim de criar mecanismos “artificiais” de promoção da igualdade social. O que não significava proibir, como defendiam os “comunistas”, a propriedade privada. Para Gomes (1988, p. 222-223), a concepção de um Estado intervencionista no governo Vargas se opunha ao liberalismo político, mas não totalmente ao liberalismo econômico, caracterizando-se como autoritária. O discurso político getulista centrava-se na construção do trabalhador enquanto o símbolo de uma noção de “povo” e de democracia controlada pelo Estado corporificado na imagem de um “líder paternal” (GOMES, 1988, p. 227).

Situamos o projeto getulista a fim de evidenciarmos as disputas intelectuais e políticas que envolviam a defesa de diferentes modelos de nação e diferentes concepções de democracia nas primeiras décadas da República, uns centrados nas elites liberais, outros na defesa de um Estado centralizador com forte apelo popular, configurando embates no campo político, dos quais, naquele cenário dos anos 1930, as propostas favoráveis a um governo intervencionista saíram vitoriosas. Mais do que esmiuçar cada um deles, o nosso interesse, por ora, foi evidenciar a existência de disputas que envolviam o campo intelectual e o campo político. Disputas que se expressavam, também, nas definições acerca da democracia, cujos significados são socialmente construídos e “manipulados” em função das posições que os sujeitos assumem dentro do jogo político.

Nesse sentido, intelectuais brasileiros contemporâneos, assumindo posições político-partidárias, escrevem em defesa da democracia liberal ou de um projeto político de viés socialista ou de “esquerda”, utilizando ferramentas de comunicação – livros, colunas em jornais, artigos em *blogs*, perfis em redes sociais – para fazê-las circular socialmente. São posições políticas que expressam um embate que é cotidianamente reatualizado dentro da arena do poder e que, no cenário contemporâneo, têm sido retomadas no cotidiano social por indivíduos que se definem como sendo “de esquerda” ou “de direita” no âmbito de lutas, “virtuais” ou não, que também são políticas.

A tese hegeliana do “fim da história” de Fukuyama (1992), segundo quem a democracia liberal-capitalista, após a desarticulação do “socialismo real” da URSS e da reunificação alemã, expandir-se-ia inevitavelmente para o mundo inteiro, é contrariada pelas tensões entre os que a representam e a (re)significam e aqueles que, mesmo dentro dela, apontam alternativas, a exemplo da atual situação da Grécia, governada por um partido de esquerda que, se sofre derrotas dentro do jogo com a União Europeia, apresenta possibilidades de resistência.

Na esteira dessa concepção teleológica da democracia, Lamounier (2005) entende que sua expansão nas últimas décadas do séc. XX para países pobres, como Afeganistão e Haiti, reforçam o conceito de “universalização da democracia”, realimentando o discurso que permeou a filosofia ocidental do séc. XIX, segundo o qual a modernidade ocidental seria inexoravelmente estabelecida em todas as regiões do mundo (LAMOUNIER, 2005, p. 261). Nessa direção, o autor critica intelectuais brasileiros que compõem o que chama de literatura “pirrônica”, expressão que associa a interpretações que, desde o séc. XIX, são céticas em relação ao funcionamento de instituições políticas e dos mecanismos de representação política, como as eleições, os partidos e o legislativo, por entenderem que elas seriam incompatíveis com a realidade local.

Criticando-a, Lamounier (2005, p. 69) afirma que “historiadores e cronistas quase sempre se descuidaram de indagar se mazelas semelhantes não teriam ocorrido também nos países mais adiantados, nas etapas iniciais do sistema representativo”, reforçando que nas “democracias mais aperfeiçoadas, o desenvolvimento das instituições eleitorais foi mais lento e difícil do que em geral se imagina”.

Para Lamounier (2005), as origens desse “pessimismo” remetem ao pensamento antiliberal que no Brasil se manifestou nas primeiras décadas do séc. XX no “protofascismo” e no “marxismo stalinista”¹⁴, modelos por ele interpretados como sendo politicamente autoritários. Ele fortalece a tese de que o liberalismo, teoria política que fundamenta a democracia representativa, é o modelo mais “verdadeiro” e “equilibrado”, haja vista que não assume posições “extremistas”, seja de “direita”, seja de “esquerda”. A constatação do antiliberalismo ramificado no profascismo e no marxismo é o ponto de partida para ele evidenciar o principal malefício que afirma ter sido provocado por aqueles que se opuseram à

¹⁴ Quanto ao “protofascismo”, a referência é a autores, como Alberto Torres e Oliveira Vianna, já citados neste capítulo, bem como, ao governo de Getúlio Vargas. Quanto ao que chama de “marxismo stalinista”, refere-se a propostas socialistas forjadas entre os finais do séc. XIX e os início do XX, conforme pode-se ver em GOMES (1988).

democracia liberal: o nascimento de um veio autoritário na política brasileira (LAMOUNIER, 2014, p. 18-20).

Esforça-se por naturalizar a hipótese, construída socialmente por intelectuais e políticos que compactuam com seus argumentos, de que quaisquer caminhos diferentes do modelo liberal são necessariamente autoritários. Hipótese com a qual o autor pretende legitimar sua posição de que o liberalismo é o único caminho possível, sob o argumento de que é defensor da liberdade. Trata-se de uma violência simbólica que demoniza outros projetos políticos e, ao mesmo tempo, diviniza aquele em favor do qual Lamounier se coloca. Esse exercício é bem característico de sociedades autoritárias que precisam desqualificar o outro para se autoconstruir, bem como, não promovem o exercício democrático da autocrítica.

Consideramos, em concordância com Arendt (1989), que tanto Hitler na Alemanha nazista quanto Stalin na Rússia bolchevique adotaram o totalitarismo¹⁵, expressão que a autora associa exclusivamente a essas duas experiências políticas. No entanto, entendemos, também, que Lamounier faz uso de expressões generalistas, sem discutir particularidades históricas e locais, para legitimar a todo custo sua tese, criando um esquema binário (liberalismo/antiliberalismo) com o qual associa ao autoritarismo quaisquer posições que se coloquem como alternativas ao modelo que defende. Além disso, não problematiza as limitações deste, sobretudo no que diz respeito a sua relação contraditória com a democracia e as suas (re)significações de práticas que seus próprios ideólogos consideram “arcaicas” e “antimodernas”, a exemplo do patrimonialismo.

Francisco de Oliveira (1999) talvez seja um dos sociólogos brasileiros mais críticos do modelo (neo)liberal que, segundo ele, se caracteriza pela vitória do privado sobre o público, pela submissão da política à economia e pelo foco no livre mercado que está na base da privatização da esfera pública. O discurso da liberdade face ao poder de intervenção do Estado, tão utilizado pelos liberais, serve de sustentação simbólica para a imposição de valores econômicos centrados na livre iniciativa e na percepção do mercado enquanto instituição autoreguladora das relações sociais. Oliveira (1999) dá ênfase à necessidade de

¹⁵ Conceito usado por Hannah Arendt (1989), em livro publicado nos anos 1950, para definir o que considerava uma particularidade da Rússia bolchevique de Stalin e da Alemanha nazista de Hitler, visto que o totalitarismo teria, para ela, chegado ao fim com o fim desses dois governos. Ditaduras e tiranias não são necessariamente governos totalitários, segundo a autora, sobretudo porque “o domínio total é a única forma de governo com a qual não é possível coexistir” (ARENDR, 1989, p. 343). O que definia o “terror totalitário” era o fato de “não haver razões” para os crimes cometidos por Stalin e Hitler. No caso do primeiro, por exemplo, diz Arendt, ele já havia eliminado seus “inimigos internos”, a “oposição política”, mas seu governo continuou a desencadear ações totalitárias. E essa “falta de razões” é o que, para Arendt (1989: 344), definia a gravidade do assassinato de milhões de pessoas, alvo do “terror totalitário”, mesmo não sendo acusadas de atividades “contra-revolucionárias”.

restabelecer a política enquanto um mecanismo de ação reivindicatória das “classes dominadas” e que é anulado pela “polícia política” que, por sua vez, procura garantir as condições de operação do livre mercado legitimando o que chama de “totalitarismo neoliberal”.

Mattos e Souza (2007) chamam a atenção para a importância de se construir um pensamento crítico num contexto social, político e acadêmico em que o liberalismo triunfa quase hegemonicamente, em virtude de sua naturalização social, cujo efeito foi/é ocultar a força simbólica de sua dominação. Dialogando com Bourdieu, Souza (2007) destaca sua teoria crítica que desmascara a “ideologia da igualdade de oportunidades” naturalizada pelo discurso liberal. E problematiza:

Naturalizar a sociedade é retirar a possibilidade de sua crítica. A natureza é dada (embora não seja dada a forma que nos relacionemos com ela), mas a sociedade é construída. A sociedade transformada em natureza é a sociedade cuja legitimação está garantida do modo mais perfeito precisamente porque ela perdeu sua falibilidade humana, sua contingência (SOUZA, 2007, p. 61).

Naturalizou-se, por exemplo, a tese de que as relações sociais no Brasil são “cordiais” e “pacíficas”, exercício político que funciona para ocultar os conflitos, a desigualdade e a dominação exercida pelos grupos que, silenciosamente, impõem uma “ideologia” de mundo a fim de garantir seus privilégios. Através de esquemas simbólicos, portanto, o liberalismo foi se constituindo a partir de uma estratégia que transformava em dados naturais o que era histórico e cultural, fazendo com que seu modelo de organização social e política fosse percebido como indiscutível.

Em livro mais recente, por exemplo, Lamounier (2014) reforça a ideia de que a história republicana brasileira foi e é atravessada por dois pensamentos, liberal e antiliberal, anulando a política ao desqualificar posições alternativas que chama de “antiliberais”, numa tentativa tornar exclusiva sua própria posição¹⁶. Ao dedicar os últimos capítulos do livro à análise de interpretações de intelectuais sobre a relação liberalismo/autoritarismo no Brasil, Lamounier localiza essa dicotomia nas três etapas que, segundo ele, dividem a história das ideias políticas brasileiras: “a ‘construção do Estado’, da proclamação da República até a

¹⁶ Importante destacar que nos agradecimentos desse livro Lamounier cita o Instituto Fernando Henrique Cardoso (fundado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 2004. Site oficial: <http://www.ifhc.org.br/>), indício que evidencia seu lugar de discurso enquanto um cientista político que atua no campo de poder fazendo circular nele representações que coadunam com aquelas defendidas pelos grupos políticos historicamente vinculados ao modelo liberal de democracia; ao mesmo tempo, desqualificando aqueles que a ele se opuseram e se opõem.

Segunda Guerra; a ‘industrialização’ – coincidindo com a reimplantação do regime liberal-democrático – do segundo pós-guerra até 1964; e a ‘tematização da democracia’, de 1964 a 1988” (LAMOUNIER, 2014, p. 133).

Interessa-nos pontuar a abordagem do autor sobre esta última “etapa”, na qual identifica uma polarização entre as posições liberal, presente nos militares e na “oposição legal”¹⁷, e antiliberal, presente na cultura intelectual brasileira e incorporada no final dos anos 1970 e início dos 1980 pelo PT. Ele situa três interpretações sobre a “transição” – pressão de baixo para cima com papel protagonista das manifestações sociais; iniciativa do governo Geisel que estabeleceu um processo “controlado”; e a combinação entre ambas. Lamounier assume a defesa, enquanto cientista político, da última perspectiva, construindo a tese de que, no contexto da “transição”, a tensão entre liberalismo e autoritarismo (antiliberalismo) deve ser encontrada nos embates entre o projeto de “redemocratização” levado a cabo pelos dois últimos governos militares e pela oposição (pe)medebista e o projeto considerado “radical” encampado pelo PT.

Em sua leitura, as propostas de “esquerda” é que eram autoritárias e não necessariamente os governos militares. De tal maneira que em sua narrativa da história política brasileira, estabelece um deslocamento sobre a memória do período da ditadura civil-militar ao não circunscrevê-lo numa temporalidade específica que costuma ser de 1964-1985, na medida em que generaliza o que chama de “tematização da democracia” entre 1964 e 1988.

A ditadura brasileira teria sido em grande medida liberal, segundo seus argumentos, haja vista que os militares não abandonaram completamente a democracia representativa ao conservarem, em certo sentido, o processo eleitoral:

Conquanto o arbítrio fosse da índole do regime, sobram evidências de que os governos militares evitaram uma ruptura completa com o precedente regime representativo e com a legitimidade democrática. Suspenderam as eleições diretas para a presidência da República e, durante certo período, para os governos estaduais e principais prefeituras; estenderam o último mandato presidencial de quatro para seis anos através do Pacote de Abril de 1977, mas prefixaram legalmente os mandatos e mantiveram a exigência de legitimação eleitoral para todos eles. Na prática, a escolha dos presidentes ficou inicialmente limitada ao seletivo grupo dos generais de quatro estrelas e reduziu-se ainda mais a partir do próprio Geisel, mas não dispensou a liturgia da legitimação pelo Colégio Eleitoral. As eleições legislativas nos

¹⁷ A oposição feita pelo MDB, partido criado para dar legitimidade ao regime. A partir de 1980, tornou-se PMDB. Sobre isso, discutiremos no capítulo II.

níveis federal, estadual e municipal sofreram diversas interferências mutiladoras, mas seguiram no geral os procedimentos tradicionais e não deixaram de ser competitivas. Dessa forma, o processo eleitoral foi preservado durante quase todo o regime como um espaço de luta *recuperável* e *revitalizável* (LAMOUNIER, 2014, p. 169).

Com efeito, os governos militares não abandonaram totalmente as instituições liberais que serviram de sustentação ao seu regime. No entanto, destaquemos que Lamounier ressalta este aspecto com a intenção de reforçar sua defesa do modelo de democracia representativa, cuja consolidação teria ocorrido com a derrota da “direita fascista” e da “esquerda comunista” no séc. XX (LAMOUNIER, 2005, p. 145), chegando a argumentar, com tons valorativos, que essas permanências democráticas no período da ditadura reforçam sua tese de que há uma conexão entre o modelo liberal e a sociedade brasileira, diferentemente do que dizia o pensamento “pirrônico” que os considerava incompatíveis.

Para Lamounier (2005, p. 145-146), a não ruptura dos militares com o sistema representativo facilitou o retorno ao regime civil e democrático, haja vista que as eleições foram mantidas, mesmo que indiretas; os mandatos para presidentes eram fixos, o que esvaziava possibilidades de populismo; o bipartidarismo ensinou à sociedade o que era vida partidária. Daí questionamos: temos aí uma interpretação em defesa da “reconciliação nacional” e a reatualização da versão que, sobretudo nos anos 1980, tentou produzir um esquecimento de um passado de repressão e torturas para garantir a “transição pactuada”, sem “rupturas”?

Nessa direção, Lamounier afirma ser possível pensar a “transição brasileira como um processo de ‘redemocratização pela via eleitoral’” (LAMOUNIER, 2014, p. 170), demonstrando muita satisfação com o seu “resultado” – a eleição indireta de Tancredo Neves – que teria combinado “uma pressão de *cima para baixo* com outra de *baixo para cima*: iniciativa presidencial e demandas sociais e eleitorais”, visto que:

Afastada em 1984 a hipótese da redemocratização mediante eleições presidenciais diretas, que permitiriam despetrificar o regime e ao mesmo tempo maximizar a legitimação de seu sucessor, restou o *second best*, o Colégio Eleitoral, que funcionou a contento devido à produção de legitimidade ensejada oito meses antes pela megamanifestação das Diretas Já (LAMOUNIER, 2014, p. 172).

A eleição indireta de Tancredo Neves foi, na leitura de Lamounier, o resultado positivo do estilo “lento e controlado” da “transição”, defendido por aqueles que tinham

“maior responsabilidade” e, por essa razão, ponderaram “os benefícios e custos de prosseguir ou estancar a transição”. Prossegue:

E de como fazê-lo, num caso ou noutro: prossegui-la com o mínimo possível de disrupção social e institucional ou arriscar-se a um prolongamento arrastado das lutas já em curso em várias arenas, e talvez até ao reaparecimento da luta armada, em maior escala e com a legitimidade social que a anterior não teve em nenhum momento? (LAMOUNIER, 2014, p. 172).

Lamounier legitima a “transição controlada” com o argumento, presente em outros autores liberais (VILLA, 2014), de que seria um risco conceder liberdade de manifestação ou de resistência, considerando-se a possibilidade de reaparecimento da luta armada, cuja atuação nos anos 1960 e 1970 teria sido o motivo para uma maior repressão por parte do regime. Nesse sentido, o autor analisa a conjuntura política que envolveu a “redemocratização” entendendo que as perspectivas liberal-democráticas foram recuperadas ou ampliadas, já que não haviam sido totalmente abandonadas, com o processo “dialogado” de “transição”, ressaltando, em tom de crítica e de lamento, que as “resistências antiliberais”, enraizadas em instituições e na cultura intelectual brasileira, não foram removidas.

Uma posição, sim, antidemocrática no sentido de pregar uma unanimidade e de negar a legitimidade de alternativas que são por ele definidas como autoritárias na tentativa de desqualificá-las. O que ele chama de “resistências antiliberais” dizem respeito a intelectuais de “esquerda” e, do ponto de vista partidário, ao PT, que no âmbito dos anos 1980 representavam novas possibilidades de democracia contrariando o modelo liberal-capitalista, construído em seu texto como uma verdade inquestionável. De tal forma, que considera “fantasiosas” as discussões que apontam para um esgotamento do regime representativo (LAMOUNIER, 2014, p. 12), aspecto principal do liberalismo político.

O modelo liberal, apesar de ser naturalizado como universal e unânime, disputa espaço com outros projetos de sociedade, cuja existência é o que permite a crítica e o dissenso, seja no campo político, social ou acadêmico. A inserção do PT na história política brasileira, partido articulado a partir das lutas operárias do final da década de 1970 e de movimentos sociais, apontou, conforme destaca Oliveira (2004), para a possibilidade de se construir uma nova perspectiva de democracia e de política a partir de um referencial baseado num projeto autônomo dos trabalhadores.

Construía-se uma narrativa de esquerda para interpretar a sociedade brasileira a partir de propostas que marcavam inflexões em relação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), sobretudo pela oposição ao comunismo soviético ou ao “socialismo real”. Alexandre Fortes (2005) destaca que os petistas denunciavam o stalinismo, a falta de democracia interna e a ortodoxia teórica dos comunistas, propondo autonomia em relação à esquerda internacional e um modelo que, conforme documentos do partido¹⁸, é definido como “socialismo democrático” pelo fato de incluir os trabalhadores enquanto atores políticos e, portanto, enquanto protagonistas do processo democrático.

Nesse sentido, a proposta de construção de uma socialismo de viés democrático e, portanto, afastado da perspectiva stalinista, possibilitava o questionamento, naquele cenário dos anos 1980, acerca da suposta prerrogativa do discurso liberal em relação à democracia. Prerrogativa defendida por Lamounier (2014), segundo quem o PT teria “reticências em relação ao modelo de democracia acolhido tradicionalmente pelo Brasil” (LAMOUNIER, 2014, p. 175). Destaca o que considera um caráter “anti-institucional” e “antiliberal” do partido, situando os grupos que o fundaram e, ao mesmo tempo, suas propostas “novas”, dentre as quais um modelo de democracia direta¹⁹ e, portanto, não representativa, contra a qual ele se coloca alegando ser “utópica”:

A fundação do Partido dos Trabalhadores (1979) é o fato a destacar na virada dos anos 1970 para os 1980. Reunindo egressos da luta armada, setores do sindicalismo, uma parte do clero, católicos de esquerda e, naturalmente, um grande número de estudantes e intelectuais, o PT apresentava-se como o “novo”: uma forma de fazer política sem precedente na história brasileira. Orientar-se-ia por uma rigorosa pureza ética, combatendo a corrupção e o clientelismo; em seu funcionamento interno, observaria à risca o ideal romântico da democracia direta, consubstanciando no assembleísmo e num discurso evocativo do mandato imperativo. Talvez

¹⁸ A título de exemplo, ver trecho da Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores, de 1º de maio de 1979: “O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressar seus pontos de vista”. Cf.: Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores, 01/05/1979). Disponível em: <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/.../cartadeprincipios.pdf>. Acesso: em 20 maio 2015.

¹⁹ Veja-se, por exemplo, argumentos do PT em documento de 1979, centrados na defesa de uma “democracia direta”, sem os “formalismos” do modelo liberal: “O PT entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem nosso povo e de pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação – tão comuns na história brasileira. Por isso, o PT proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades. Cf.: Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores, 01/05/1979. Disponível em: <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/.../cartadeprincipios.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

por não ter ainda “construído” sua teoria socialista, a visão petista da sociedade logo se configurou como um maniqueísmo *à outrance*, contrapondo o “povo” (por definição bom e oprimido) às “elites” (por definição más e gananciosas) (LAMOUNIER, 2014, p. 175).

O autor afirma ser importante destacar o que considera ser pouco abordado pela literatura sobre o PT, seu traço “antidemocrático”, fazendo uma leitura do partido da época de sua fundação a partir de argumentos de trinta anos depois, uma vez que cita o combate à corrupção e ao clientelismo como bandeiras do partido para sublinhar que ele teria fracassado. Isso porque membros seus têm sido acusados de participação em esquemas de corrupção e alguns deles foram condenados em 2012 e presos em 2013 no processo do “mensalão”. O autor legitima argumentos de ódio veiculados socialmente segundo os quais a corrupção é uma idiossincrasia do PT. Ironiza, ainda, a polarização entre “povo” e “elites” que, se se transformou em recurso eleitoral pelo partido, não significa que seja incompatível com as evidências socioeconômicas de concentração de renda e de desigualdade social presentes no Brasil.

Além disso, pontua setores progressistas, como a Igreja, sobre a qual constrói uma imagem negativa ao se referir a uma “esquerdização do clero” manifestada na teologia da libertação²⁰. Ele ressalta, por exemplo, que esse setor da Igreja teve um peso na luta contra o arbítrio e que defendia um “pluralismo social”, mas “pluralista no sentido liberal ela nunca foi” (LAMOUNIER, 2014, p. 173). Ser pluralista, na leitura autoritária de Lamounier, seria uma exclusividade dos liberais, cujo discurso universalista a respeito da democracia é elevado à “verdade absoluta” ao passado que as propostas a ele alternativas são chamadas de “ideal romântico”.

Entendemos que essa maneira de analisar é estratégica e contribui para que o perfil antidemocrático do liberalismo seja ocultado, afinal de contas proliferar a ideia de que o direito de votar é um dos principais símbolos de democracia política faz com que outras formas, a exemplo de uma participação mais direta através de plebiscitos ou referendos, sejam ocultadas e deslegitimadas.

Lamounier (2014) se insere no campo das lutas de representações em um contexto político-partidário polarizado, modelando a imagem do PT para encaixá-lo no rótulo

²⁰ Trata-se da definição dada a um movimento que surgiu de dentro da Igreja Católica nos anos 1960 na América Latina, com propostas que desviavam a instituição para uma maior preocupação com os pobres e suas condições precárias de existência. Grupos do clero que resistiram às ditaduras latino-americanas tinham participação no movimento. O teólogo brasileiro Leonardo Boff é um dos seus expoentes.

dicotômico – liberalismo e antiliberalismo – com que interpreta a política brasileira, fazendo uma leitura negativa do partido com a intenção de reafirmar sua tese de que o que chama de discurso antiliberal é prejudicial e a única solução para a organização política do país é o seu antônimo. Sobretudo, ele quer fixar a tese de que o liberalismo foi o único modelo que se adaptou ao Brasil, até porque, mesmo nos governos militares, ele não foi abandonado.

Posição que constrói a partir de um esforço no sentido de deslegitimar o que considera uma concepção “hostil” à democracia representativa que, segundo ele, perpassa a cultura política brasileira e latino-americana que “sonham” com um “modelo utópico” – a democracia “direta”²¹ – que, segundo ele, só existe no “mundo das ideias” (LAMOUNIER, 2014, p. 226). Concordando ou não com o modelo liberal, importa sociologizá-lo, entendendo, inclusive, que a argumentação de Lamounier reverbera sua posição e sua vinculação a um projeto político que saiu vitorioso das lutas simbólicas que atravessaram o processo de “redemocratização”²² e que define como antiliberais ou autoritárias propostas que não o corroboravam.

As reflexões de Lamounier (2005; 2014) expressam um projeto político e social baseado em estratégias liberais, dando a entender que não aderir a elas significaria permanecer “sonhando” com “utopias”, o que tornaria impossível ao país “avançar”. Em sua leitura, o Brasil precisaria adotar os modelos que “deram certo” em outros lugares, como nos Estados Unidos e em países europeus e, portanto, *construir o próprio* também seria uma “utopia”.

2. (Re)discutindo a tese liberal do “atraso”: contribuições para uma teoria crítica da democracia brasileira

Um dos objetivos políticos do discurso liberal e moderno foi e continua sendo estabelecer como verdade a tese de que as sociedades que não o adotarem são “atrasadas” e “subdesenvolvidas” e, portanto, os problemas socioeconômicos e políticos que nelas existirem decorrem dessa “teimosia”. Países que resistem ao modelo “global” são rotulados de

²¹ Lamounier cita Flavio Konder Comparato como o maior defensor da democracia direta, considerada por ele uma “utopia” e, sobretudo, um mecanismo que contribuiria apenas para a legitimação de decisões autoritárias, favorecidas pelo recurso aos instrumentos do plebiscito e do referendo. Modelo que, para ele, aumentaria o poder do executivo e, portanto, afetaria a parlamentação, a negociação e o entendimento, aspectos que pontua como sendo fundamentais numa democracia (LAMOUNIER: 2005, p. 280).

²² A referência é às lutas entre a Aliança Democrática, com a candidatura de Tancredo Neves e José Sarney, e a proposta “radical” do PT, único partido que se opôs às eleições indiretas e que apresentava uma saída alternativa para derrotar a ditadura civil-militar.

autoritários e “comunistas”, conforme ocorreu e ocorre, historicamente, na América Latina²³. Cuba e Venezuela, por exemplo, são frequentemente representadas pela grande imprensa como países “atrasados” e “autoritários” porque optaram por *construir o próprio*, rejeitando intervenções do mercado internacional ou priorizando o local face o global.

A tirania do global e do universal é uma herança do discurso “colonizador” e “civilizatório” que procurava impor verdades, face as quais as sociedades “colonizadas” latino-americanas resistiram, uma vez que seus valores não foram destruídos. Houve o que Serge Gruzinski (2001) chamou de “mestiçagem”, um processo de “ocidentalização” caracterizado por contatos culturais entre representações europeias e nativas. O movimento neozapatista no México, que ganhou ênfase no início dos anos 1990 com a não concordância de grupos étnicos, que se identificavam como indígenas, em relação à assinatura pelo governo do acordo neoliberal com os Estados Unidos e o Canadá através do NAFTA²⁴, é um indício de resistência aos modelos que se pretendem universais²⁵. De forma semelhante, a vitória para a presidência da República na Bolívia de Evo Morales, cujo sentimento de pertença é associado aos *aymara*, grupo étnico que se vincula a ancestrais anteriores à colonização²⁶, é um exemplo de que há processos de resistência aos discursos que se pretendem universalistas e globalizantes.

Benedict Anderson (2008) chama de “provincianismo eurocêntrico” o fato de os estudiosos europeus costumarem afirmar que tudo de importante do mundo moderno teve início na Europa (ANDERSON, 2008, p. 21). Ele propõe “deseuropeizar o estudo teórico do nacionalismo” a partir do pressuposto de que nacionalidade e nacionalismo são produtos culturais específicos e que, portanto, é preciso estudar suas condições históricas. Procurando adotar um olhar anti-eurocêntrico, o autor sugere que se pense as nações como “comunidades imaginadas”, entendendo que cada uma se distingue pela maneira como são construídas e não por se localizarem num “estágio avançado” ou “atrasado” de modernização.

²³ Importante destacar a presença de um pensamento de esquerda na América Latina constituído desde o séc. XIX com contribuições de imigrantes que criaram organizações e jornais para fazerem circular na região ideias socialistas ou anarquistas. Vale pontuar autores marxistas, a exemplo do peruano José Mariátegui, sobretudo com sua crítica à exclusão indígena do processo de construção das identidades nacionais com argumentos voltados para a defesa dos interesses locais. Sobre a trajetória das esquerdas latino-americanas, ver: CASTRO, Nils. As esquerdas latino-americanas: observações acerca de uma trajetória. In: FORTES, 2005, pp. 69-112.

²⁴ Acordo de Livre Comércio da América do Norte, firmado em 1994.

²⁵ Sobre isso, ver: ABDEL-MONEIM, Sarah Grussing. O ciborgue zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético. *Estudos Feministas*, v.1, ano 10, pp. 39-64, jan/jun. 2002.

²⁶ Ver, por exemplo: NASCIMENTO, Celso G. A nação aymara: realidade no século XXI? **9º Encontro Nacional da Anphlac**, UFG, 2010; NASCIMENTO, Celso G. *O uso do ciberespaço na reconstrução do Qollasuyu. Mnemosine Revista, Campina Grande, v. 2, n.1, pp. 123-135, jan/jun. 2011.*

Canclini (1998), em sua reavaliação da modernidade latino-americana, avançou na direção de apontar as particularidades de sua experiência, problematizando as teorias do “atraso” e da “dependência” por considerar que elas resultam das comparações entre “nossa modernidade com imagens otimizadas de como esse processo aconteceu nos países centrais” (CANCLINI, 1998, p. 71). Compreensão que, segundo aponta, deriva da concepção weberiana de modernidade, aquela caracterizada paradigmaticamente pelo “desencantamento do mundo” e pela “organização racionalista da sociedade” (CANCLINI, 1998, p. 27) e que contribui para que estereótipos sejam utilizados politicamente para desqualificar o outro.

É fundamental para o autor considerar que as “contradições latino-americanas” que justificam o fato de “tanto as camadas populares quanto as elites combina[re]m a democracia moderna com formas arcaicas de poder” (CANCLINI, 1998, p. 19), não são exclusividades da modernidade latino-americana como quer boa parte de sua bibliografia. De acordo com esta, haveria se desenvolvido na América Latina constituições liberais, com regime de representatividade parlamentar, mas a ausência de coesão social e de uma cultura política moderna era um empecilho para que nossas sociedades fossem governáveis, visto que: “Os caudilhos²⁷ continuam guiando as decisões políticas com base em alianças informais e relações rústicas de força” (CANCLINI, 1998, p. 25).

As elites políticas brasileiras incorporaram o liberalismo sem abandonarem práticas “antimodernas”, a exemplo do “favor” analisado por Schwarz (2000) no seu conhecido artigo “as ideias fora do lugar”. Trata-se de um símbolo da coexistência entre o moderno e o tradicional, entre temporalidades diversas, no âmbito das práticas sociais. Citando-o, Canclini pondera que o favor era tão antimoderno quanto a escravidão, mas, diferentemente desta que precisou ser abolida para que o Brasil pudesse ser reconhecido como uma nação moderna, era “mais simpático” e suscetível de conviver com o liberalismo. No entanto, a existência desses processos híbridos não significa que as ideias liberais sejam incompatíveis com nossa realidade social ou que elas sejam falsas:

²⁷ Importante citar o livro de Domingo Sarmiento, publicado em 1845, no qual estabelece a dualidade “civilização e barbárie”, para representar a situação política argentina nas lutas internas do pós-independência. O modelo se tornou um paradigma, sobretudo, no séc. XIX, mas também no séc. XX, para explicar a experiência das sociedades “colonizadas” que então construíam seus projetos de nação. Era o modelo europeu, urbano, branco e “civilizado”, *versus* o modelo americano, agrário, indígena, e “bárbaro”, sendo Sarmiento um intelectual e político que, fundamentado nos ideais modernos europeus, colocava-se a favor de um governo “unitário” e liberal para a Argentina, opondo-se aos “federalistas” e “caudilhos”, cujo símbolo era Facundo Quiroga, tipo social que dá o título a sua obra. Cf.: SARMIENTO, 1996.

Por acaso era possível descartá-las? Mas interessante é acompanhar seu jogo simultâneo com a verdade e a falsidade. Aos princípios liberais não se pede que descrevam a realidade, mas que deem justificativas prestigiosas para o arbítrio exercido nos intercâmbios de favores e para a ‘coexistência estabilizada’ que permite. Pode parecer dissonante que se chame ‘independência a dependência, utilidade o capricho, universalidade as exceções, mérito o parentesco, igualdade o privilégio’ para quem crê que a ideologia liberal tem um valor cognoscitivo, mas não para os que vivem constantemente momentos de ‘prestação e contraprestação – particularmente no instante-chave do reconhecimento recíproco –’, porque nenhuma das duas partes está disposta a denunciar a outra, ainda que tenha todos os elementos para fazê-lo, em nome de princípios abstratos (CANCLINI, 1998, p. 77).

Trata-se de um jogo político que atravessa as apropriações dos princípios liberais que são significados em conformidade com as posições e os interesses privados, sobretudo daqueles que em seu nome falam. Até porque, “nenhuma das duas partes está disposta a denunciar a outra”, havendo, nessa relação, uma espécie de legitimação do favor. As ideias não estariam, portanto, fora do lugar; pelo contrário, são “manipuladas” em função dos interesses de quem as utiliza. O liberalismo foi apropriado e (re)significado, não transplantado, convivendo com práticas tradicionais que remetem ao período da colonização, como é o caso do favor que continuou a existir no Brasil pós-colonial.

Temporalidades distintas se cruzam, se hibridizam, não existindo no âmbito das práticas versões “perfeitas” ou “imperfeitas” da modernidade, até porque:

O problema não reside em que nossos países tenham adotado mal e tarde um modelo de modernização que na Europa teria sido realizado impecavelmente, nem consiste em procurar reagir tentando inventar algum paradigma alternativo e independente, com tradições que já tenham sido transformadas pela expansão mundial do capitalismo (CANCLINI, 1998, p. 83).

Os processos de resistência se dão, também, com táticas de apropriações do “universal” que não excluem o local, fazendo ambos conviverem e, a partir dessa interação, construir o próprio. Tentar escolher entre a modernização e a tradição, entre o nacionalismo e a dependência, entre o global e o local é uma “simplificação insustentável” (CANCLINI, 1998, p. 84), posto que são processos que se misturam, se interagem. Pensadores clássicos que expuseram fórmulas políticas para o Brasil não o admitiam, criando esquemas etnocêntricos e defendendo modelos estanques que serviram para garantir que suas ideias fossem naturalizadas como verdadeiras e, sobretudo, para legitimarem projetos políticos.

A despeito de sua contribuição para a análise da formação social brasileira, na medida em que destacou o “lamentável mal-entendido” que era a democracia entre nós pelo fato de persistirem aqui heranças ibéricas, sobretudo o patrimonialismo e o personalismo, Sérgio Buarque de Holanda (1995) desconsiderou em seu tempo o que hoje chamamos de processos de usos e apropriações do passado promovidos pelos sujeitos históricos que o (re)significam para atender a demandas do presente. Seria anacrônico exigir teorizações que são do nosso tempo para a década de 1930, momento em que Holanda escreveu o ensaio *Raízes do Brasil*.

Porém, considerando o lugar que sua obra ocupa na Historiografia e na Sociologia brasileiras e na própria maneira como os brasileiros se percebem, interessa-nos pontuar alguns aspectos que consideramos importantes para o nosso problema de pesquisa, qual seja: como e porque saiu vitorioso um modelo liberal de democracia nos anos 1980, tendo em vista que, historicamente, havia evidências de que o liberalismo brasileiro não produziu uma democratização social? Quais foram as estratégias simbólicas utilizadas pelos atores políticos envolvidos no processo?

Holanda defende os valores modernos, urbanos, liberais com a ressalva de que era preciso encontrar soluções para promovê-los de acordo com a formação social brasileira. Não haveria como produzir uma sociedade democrática instituindo um Estado burocrático, nos moldes weberianos, e conservando o *ethos* do “homem cordial”, tipo social que age de acordo com o “coração”, com as paixões instintivas, sem racionalizar seu comportamento social e político. As leis e os ideais liberais não conseguiriam, portanto, operacionalizar mudanças radicais sem que houvesse uma alteração no âmbito dos costumes e dos padrões de comportamento na vida social.

Trata-se de uma interpretação que reproduz binarismos ao colocar a tradição e a modernidade como pares opostos, não apontando seus processos híbridos. O que talvez tenha a ver com a apropriação que o autor fez da tese weberiana dos tipos de dominação legítima (WEBER, 1997), utilizando-a sem relativismos, na medida em que entende que as “permanências” ibéricas e agrárias inviabilizavam o desenvolvimento de um Estado moderno e burocrático na sociedade brasileira. Holanda desconsidera, portanto, as possibilidades de contatos culturais que transformam aspectos das sociedades envolvidas, sem afetar a fronteira que as separa, distingue e particulariza (BARTH, 2000). Em sua leitura, é como se as culturas pudessem ser substituídas por outras, ainda que num longo prazo, donde nega a ideia de hibridismo cultural que supõe a mistura entre temporalidades diversas que se reconfiguram e, por essa razão, não são simplesmente esquecidas para dar lugar a outras.

As categorias com as quais interpretamos fenômenos sociais são históricas e, portanto, (re)significadas em função das mudanças que afetam a sociedade e seus intérpretes. Por exemplo, as propostas modernas de industrialização, substituição de importações e de fortalecimento dos Estados nacionais passaram a ser menosprezadas, conforme afirma Canclini, e consideradas “ideias antiquadas, culpadas pelo atraso das sociedades latino-americanas em seu acesso à modernidade” (CANCLINI, 1998, p. 27). Elas não mais interessavam às elites políticas e econômicas que no início do séc. XX as viam como expressões do progresso e da modernidade. Segundo ele, passou a ser uma “‘ingenuidade pré-moderna’ que um Estado proteja a produção do próprio país ou, pior, que o faça em função de interesses populares que costumam ser julgados contraditórios com o avanço tecnológico” (CANCLINI, 1998, p. 27).

O que evidencia o jogo político que perpassa as lutas de representações do mundo social, das quais os mais “fortes” derrotam os mais “fracos”, sob a afirmação de que estes também serão incluídos. Canclini posiciona-se contrariamente a esse modelo de Estado neoliberal, cujo foco é o mercado, afirmando duvidar que a “ineficiência crônica de nossos Estados, de suas políticas desenvolvimentistas e protecionistas, seja resolvida liberando tudo à concorrência internacional” (CANCLINI, 1998, p. 27). Posição de resistência ao discurso da “globalização” de um autor latino-americano que dessacraliza verdades historicamente construídas a nosso respeito, sobretudo aquelas forjadas por interesses intervencionistas que nos definem como “atrasados” para tentarem assumir o protagonismo de nossa gestão.

A modernidade latino-americana, portanto, precisa ser pensada enquanto alteridade, não enquanto sinônimo de “dependência”, discurso perigoso e autoritário que contribui para a reprodução da “síndrome do colonizado”, impedindo que nos enxerguemos a partir de nossas particularidades históricas e reforçando a tese de que somos nações “atrasadas”, “subdesenvolvidas” e “exóticas”, sobretudo se não aceitarmos as exigências do discurso neoliberal. O que nos parece uma estratégia simbólica para reafirmar a urgência de se impor modelos “universalistas” que têm pregado agendas neoliberais, cujo alvo é o crescimento econômico sem propostas de distribuição de renda e, portanto, de democratização socioeconômica. Consideramos que são as hierarquias sociais, perpetuadas por elites socioeconômicas e políticas que “atrasam” nossa democracia e não a resistência a modelos ditos “globais” que desconsideram o local.

Para Jessé Souza (2009), a tese do “atraso” e do caráter “incompleto” de nossa modernidade evidenciada no “patrimonialismo”, por exemplo, foi “naturalizada” socialmente

por ser entendida enquanto uma espécie de “mal de origem” (SOUZA, 2009, p. 56), próprio da cultura brasileira. Essa é a compreensão que elabora ao problematizar a gênese da “ciência conservadora dominante no Brasil”, em cujo *corpus* localiza duas tradições de pensamento que passaram a explicar o que a sociedade brasileira tem de “positivo” e de “negativo”: a de Gilberto Freyre que glorifica a herança pré-moderna identificada numa “mestiçagem” que teria favorecido a formação de uma sociedade sem conflitos, e a de Sérgio Buarque de Holanda, seguido por Raymundo Faoro e Roberto DaMatta, que, inversamente, acusa a tradição como o “mal de origem” da nação (SOUZA, 2009, p. 56).

É a essa última perspectiva que Souza tece críticas por considerar que ela justifica

[...] tanto a cultura do privilégio e a extraordinária desigualdade, a partir do acesso diferencial a certo capital de relações pessoais, quanto a presença da corrupção, por outro lado, pensada como uma característica folclórica desse tipo de sociedade e não como algo congênito ao capitalismo” (SOUZA, 2009, p. 56).

“Congênito ao capitalismo” e, portanto, não exclusiva de sociedades ditas “atrasadas” ou que não teriam alcançado a “meta” da modernidade. O autor explica a gênese da interpretação da sociedade brasileira presente no imaginário social na qual prevalecem os temas “antimodernos” da emoção e da cordialidade sobre os valores modernos da razão e da impessoalidade. Interpretação que faz com que os brasileiros se percebam como mais “calorosos” e “hospitaleiros” do que os indivíduos das “sociedades centrais”.

Souza (2000) problematiza autores que compõem o que chama de “sociologia da inautenticidade” por considerar que trataram a modernidade desenvolvida na sociedade brasileira como “inautêntica”, “para inglês ver”, superficial e, dessa maneira, dado corpo a uma ideia que domina a imagem que os brasileiros têm de si mesmos. Identifica em Sérgio Buarque, Faoro e DaMatta as raízes dessa interpretação presentes nos conceitos de herança ibérica, personalismo e patrimonialismo (SOUZA, 2000, p. 11), propondo uma alternativa para a análise da “singularidade cultural brasileira” a partir de uma releitura de Gilberto Freyre com a qual coloca em cheque a tese da herança ibérica que fazia do Brasil uma continuação de Portugal e ganhou proporções cotidianas ao influenciar a maneira como os indivíduos “comuns” se percebem:

[...] a sociologia da inautenticidade do processo de modernização brasileiro articula soluções e problemas que formam um sistema. Iberismo,

personalismo e patrimonialismo são termos intimamente interligados como uma explicação tanto para nosso atraso social como para nosso (sub)desenvolvimento. A influência dessas idéias sobre a vida cotidiana de cada brasileiro é gigantesca. Ela constitui nossa auto-imagem dominante, seja na dimensão das ideias, seja na dimensão da prática social e política (SOUZA, 2000, p. 207).

É em *Sobrados e mocambos* que Souza identifica a ambiguidade cultural brasileira entre a tradição patriarcal e o processo de “ocidentalização” a partir da influência de uma Europa “burguesa”, não portuguesa, que foi produzindo uma mudança de hábitos no Brasil do séc. XIX (SOUZA, 2000, p. 213). Para Souza, no geral, se analisa esse processo de modernização, cuja implicação foi a alteração nos padrões de comportamento, como marcado por afetação e superficialidade e, portanto, por “inautenticidade”, suscitando interpretações a que o autor dá o nome de “sociologia da inautenticidade” (SOUZA, 2000, p. 236). Segundo ele, considerando essas interpretações, não teria havido uma preocupação ao longo do processo de modernização, em institucionalizar os valores individualistas e burgueses da Europa moderna, não-ibérica. Assim, Souza se apropria de Freyre para apontar uma saída para essa questão:

Em *SM* [Sobrados e Mocambos], Gilberto Freyre percebe a ‘reeuropeização’ do Brasil do século XIX como um processo que tinha certamente elementos meramente imitativos do tipo ‘para inglês ver’, elementos esses aliás típicos em qualquer sociedade em processo de transição. Fundamental, no entanto, é que existiam também elementos importantes de real assimilação e aprendizado cultural. Mais importante ainda é a construção, nesse período, de instituições fundamentais, como um Estado e mercado incipientes, base sobre a qual poderiam se desenvolver, em bases autônomas, os novos valores universalistas e individualistas (SOUZA, 2000, p. 236).

Freyre, segundo Souza (2000), via esse processo de “reeuropeização” como uma mudança estrutural que provocou um impacto democratizante com o advento do mercado e do Estado. Houve aí uma “revolução de cima para baixo”, alterando as posições sociais dos grupos e acrescentando novos signos de diferenciação: valores burgueses e individualistas que se tornaram o núcleo da ideia de modernidade enquanto princípio que passaria a reger a sociedade brasileira (SOUZA, 2000, p. 239).

Mudanças econômicas, culturais e políticas expressavam a “reeuropeização” da sociedade, a exemplo do advento das ideias liberais e individualistas. No entanto, afirma Souza, o que provocou um impacto maior foi a entrada do “elemento burguês democratizante por excelência: *o conhecimento e, com ele, a valorização do talento individual*, que tanto o novo mercado por artífices especializados, como as novas funções estatais exigiam” (SOUZA,

2000, p. 240, grifo do autor). Era o conhecimento que iria servir de critério hierarquizante e que viria a permitir a ascensão social do “mulato habilidoso” levando à incorporação do “mestiço” à sociedade.

Para Souza, relendo Freyre, a despeito da questão racial, a europeização foi determinante para a inclusão do indivíduo nessa “nova sociedade” que significou uma ruptura com os fundamentos da sociedade patriarcal cujas premissas eram o personalismo e a “proximidade” dada pelos laços pessoais. Prossegue:

A europeização que Freyre descreve, a partir da data-chave de 1808, é a real revolução modernizadora e burguesa brasileira. Ela é o *início ao mesmo tempo do Brasil moderno e da miséria brasileira*. Ela permite a ascensão de amplas camadas sociais segundo critérios impessoais, por um lado, e condena toda uma classe, pelo abandono, à condição secular de párias rurais e urbanos, por outro (SOUZA, 2000, p. 250-251, grifo do autor).

A posse dos novos valores, advindos da Europa, será o fundamento da identidade de grupos e da estigmatização dos excluídos, estabelecendo-se um processo de legitimação da dominação de um grupo sobre outro. É essa “posse” que “[...] vai justificar os privilégios de um sobre o outro, vai calar a consciência da injustiça ao racionalizá-la e vai permitir a ‘naturalização’ da desigualdade como a percebemos e vivenciamos hoje” (SOUZA, 2000, p. 251). Souza se refere à “revolução modernizadora”, descrita por Freyre, proporcionada pela influência de uma Europa já individualista e burguesa, como a responsável pela constituição das duas principais instituições do mundo moderno: o Estado e o mercado.

Da mesma forma, opõe-se ao dualismo entre “pessoa” e “indivíduo” estabelecido por DaMatta como o traço singular da sociedade brasileira, considerando-o “aparente” e “de fachada”. Pois, “ao contrário do que pensa DaMatta, desde a revolução modernizadora da primeira metade do século XIX, o Brasil tem apenas *um código valorativo dominante: o código do individualismo moral ocidental*” (SOUZA, 2000, p. 254, grifo do autor). Explica melhor seu argumento:

Dizer que o nosso código valorativo dominante é o do individualismo moral desde então, não significa dizer, obviamente, que o Brasil seja um país moderno, rico e democrático como os países centrais do Ocidente. Significa afirmar o fato, de todo modo prenhe de consequências, de desde sua institucionalização, a partir da primeira metade do século XIX, tender a ser considerado justo, legítimo ou valorável, no nosso país, apenas as premissas, comportamentos, atitudes, leis, enfim, projetos coletivos de toda sorte, que

sejam justificáveis segundo as normas que regem o código valorativo do individualismo moral ocidental (SOUZA, 2000, p. 254-255).

Nesse sentido, a contribuição de Freyre estaria, para Souza, no entendimento de que a “modernização”, e não o personalismo, foi o elemento que veio a dar “vida” à sociedade brasileira. O único discurso legítimo que poderia unir as vontades era o modernizador. Daí, o necessário desafio de “mapear a *institucionalização do acesso diferencial a bens culturais*” (SOUZA, 2000, p. 255, grifo do autor). Modernização que é seletiva, não alcançando a todos, a despeito das promessas do projeto ocidental de modernidade, cuja utopia liberal oculta o acesso seletivo de indivíduos e grupos aos bens e recursos que são disputados no campo social e vencidos por aqueles que detêm um maior acúmulo de capital simbólico.

Ideia que Souza procurou desenvolver empiricamente em *A ralé brasileira* (2009), na qual argumenta que o processo de modernização brasileiro constitui não só as classes novas, modernas que se apropriam do capital cultural e do econômico, mas também uma classe de indivíduos a que chama de “ralé” estrutural. São indivíduos que não só são desprovidos de capital cultural ou econômico, como também não possuem as condições sociais, morais e culturais de acesso a eles. Para Souza, o processo de modernização não ocorre de maneira homogênea em todos os lugares, produzindo novas dicotomias, agora com características “impessoais”: “doutor/ analfabeto, trabalhador qualificado/ trabalhador desqualificado, morador de bairros burgueses/ morador de favelas, etc” (SOUZA, 2000, p. 260).

A “subordinação”, antes definida por valores pessoais, ganha dimensões impessoais, perpassando aí uma dominação referida a “valores inscritos dentro da lógica de funcionamento das instituições fundamentais do mundo moderno, especialmente do mercado capitalista” (SOUZA, 2000, p. 261). O “abandono” pelo Estado dos indivíduos que não se inserem no sistema tende a ser chamado de “fracasso individual”. É assim que Souza constrói o argumento da “modernização seletiva” da sociedade brasileira que teria sido marcada por uma inversão da lógica equalizante que predominou nos países centrais do Ocidente. O problema central que o autor identifica na sociedade brasileira é o modo pelo qual a modernização foi utilizada para criar o seu inverso, a subcidadania e a desigualdade.

A crítica de Jessé Souza a expoentes do pensamento social brasileiro tem a ver com a maneira como ele analisa teoricamente o campo social. Não se trata de afirmar que não há evidências patrimonialistas no Brasil, mas de questionar as afirmações de que sua presença se justifica pela herança ibérica, tese levantada por Holanda e Faoro. O que sugere que o

patrimonialismo seria um traço folclórico da identidade brasileira, uma particularidade que atrasava o desenvolvimento do País.

Por sua vez, a ênfase de Jessé Souza é para a afirmação de que são os valores modernos que legitimam as posições sociais dos indivíduos no interior do campo social, uma vez que aqueles que não têm acesso a eles são excluídos da disputa por espaço social ou são definidos como “fracassados”. O discurso da liberdade fomenta a ideia de que todos podem ascender socialmente, bastando que se esforcem. Compreensão meritocrática que desconsidera as lutas desiguais pelas condições de acesso ao “universal”, geralmente vitoriosas por aqueles que detêm um maior acúmulo de capital econômico e cultural. Nesse sentido, não estaria no passado ibérico a explicação para a existência do “atraso” ou da corrupção, diferentemente do que expoentes do pensamento social brasileiro (HOLANDA, 1995) pontuaram. O “atraso”, expresso na desigualdade social, é subjacente ao capitalismo moderno e não uma “permanência” de uma cultura ibérica.

Resolvê-lo demandaria, em primeiro lugar, uma redefinição da maneira como a sociedade brasileira se percebe a partir da superação da interpretação “economicista” presente, segundo Souza (2009), na “ciência social dominante conservadora”, que justifica as desigualdades como resultado de um problema individual, ocultando sua dimensão social. A saída, para isso, é “[...] deixar de nos avaliar como ‘economia’, pelo tamanho do nosso PIB, e de começarmos a nos avaliar como ‘sociedade’, pela forma como nos tratamos uns aos outros” (SOUZA, 2009, p. 26). Movimento intelectual que implica compreender a democracia mais do ponto de vista da sociedade e menos do ponto de vista do mercado.

2.1. Contradições da democracia: os que a defendem são os mesmos que a odeiam

O conceito de democracia enquanto liberdade – de ir e vir, de expressão, de escolher os governantes – que venceu as lutas de representações no Brasil dos anos 1980, foi fundamental para a negação da própria democracia. Constituiu-se um Estado Democrático de Direito, sobretudo com a Constituição de 1988, porém cada vez que conquistas sociais são ampliadas, observa-se que existe um ódio à democracia, um esforço no sentido de conservar hierarquias que, historicamente, “atrasaram” as possibilidades de igualitarização. Reações à inclusão de grupos histórica e socialmente estigmatizados expressam o quanto a democracia é vista como um mal por uma parte da sociedade; sua ampliação parece significar a ruína dos

grupos dominantes que defendem governos democráticos, mas não sociedades democráticas. Grupos que não querem perder privilégios nem disputar igualmente bens e recursos com os “dominados”, sobre quem preferem continuar exercendo uma dominação simbólica através da conservação de hierarquias sociais.

Jacques Rancière (2014) explica esse ódio à democracia enquanto efeito da própria ampliação da democracia. Enquanto ela significava instituições que diziam encarnar o poder do povo, não havia mal-estar, pois que: “é do povo e de seus costumes que eles [os portavozes do ódio] se queixam, não das instituições de seu poder” (RANCIÈRE, 2014, p. 10). Os críticos da democracia não são críticos dos Estados democráticos; são seus apoiadores. Por outro lado, na mesma medida em que se opõem ao respeito às diferenças, ao direito das minorias e às ações afirmativas estabelecidas pela “América democrática”, são a favor categoricamente da expansão da democracia para o mundo através das armas, promovida por essa mesma América – leia-se Estados Unidos. Segundo as palavras do autor:

O governo democrático, diz [o discurso do ódio], é mau quando se deixa corromper pela sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas. Em compensação, é bom quando mobiliza os indivíduos apáticos da sociedade democrática para a energia da guerra em defesa dos valores da civilização, aqueles da luta das civilizações. O novo ódio à democracia pode ser resumido então em uma tese simples: só existe uma democracia boa, a que reprime a catástrofe da civilização democrática (RANCIÈRE, 2014, p. 10-11).

A última frase recoloca a disputa histórica entre liberalismo e democracia, no sentido de que o primeiro, para os que a odeiam, é o modelo político e econômico por excelência exatamente pelo fato de torná-la impraticável a despeito de proclamar o contrário. São essas contradições que caracterizam a democracia e que têm a ver com os processos de manipulação de seus significados social e político.

Igualmente, para Rancière, democracia e representação não são identificáveis; pelo contrário, uma é o oposto da outra, uma vez que o modelo eleitoral representativo foi estabelecido para garantir que apenas as oligarquias ou uma elite minoritária chegassem ao poder. Democracia, por outro lado, muito mais do que participação através do voto é um processo de resistência ao discurso liberal e a favor da esfera pública:

Assim, a democracia, longe de ser a forma de vida dos indivíduos empenhados em sua felicidade privada, é o processo de luta contra essa

privatização, o processo de ampliação dessa esfera. Ampliar a esfera pública não significa, como afirma o chamado discurso liberal, exigir a intervenção crescente do Estado na sociedade. Significa lutar contra a divisão do público e do privado que garante a dupla dominação da oligarquia no Estado e na sociedade (RANCIÈRE, 2014, p. 72).

Ampliação da esfera pública que significou, dentre outras coisas, a inclusão de grupos sociais que eram excluídos “naturalmente” da condição de eleitores e de elegíveis por não pertencerem à “sociedade” e à esfera pública, mas apenas ao ambiente doméstico e privado: de trabalhadores assalariados dependentes de seus “senhores” a mulheres submetidas ao ambiente doméstico e à condição de esposas. Todas as lutas contra o domínio privado do público ampliam a democracia e, por esse motivo, geram ódio entre aqueles que se sentem incomodados por terem suas posições sociais deslocadas.

Rancière (2014) discute a democracia na França, mas seus argumentos contribuem em demasiado para pensar o Brasil, sobretudo considerando as conquistas sociais dos últimos anos que ampliaram a democracia e as ofensivas odiosas que contra elas têm sido lançadas. Seus argumentos reforçam o que discutimos neste capítulo quando colocamos que a democracia não é apenas uma forma de Estado. De tal maneira que existem Estados democráticos onde o avanço da democracia não é bem visto, uma vez que desestabiliza o controle e o poder das oligarquias. O autor, ainda, enumera uma lista de prerrogativas que podem tornar um sistema representativo em efetivamente democrático. Vale a pena citá-la:

Mandatos eleitorais curtos, não acumuláveis, não renováveis; monopólio dos representantes do povo sobre a elaboração das leis; proibição de que funcionários do Estado representem o povo; redução do mínimo de campanhas e gastos com campanha e controle da ingerência das potências econômicas nos processos eleitorais (RANCIÈRE, 2014, p. 92-93).

O último item talvez seja o que mais nos afeta contemporaneamente enquanto brasileiros considerando-se os debates neste ano de 2015 em torno da chamada Reforma Política que, num primeiro momento, resultaram na aprovação²⁸ do financiamento privado de campanha para partidos políticos, a despeito da maioria da população colocar-se contrária a ele. Trata-se, sem dúvida, de uma (re)significação do clientelismo, tendo em vista que são trocas de favores entre grupos políticos e as grandes empresas que se apropriam do público

²⁸ Ressalte-se a manobra do Presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, do PMDB, que, contrariando o regimento, colocou a proposta em votação novamente um dia após ela ter sido derrotada em plenário.

para garantir seus interesses privados. Por sua vez, Rancière afirma que o que chamamos de democracia é o oposto disto que ele pontuou:

Eleitos eternos, que acumulam ou alternam funções municipais, estaduais, legislativas ou ministeriais, e veem a população como o elo fundamental da representação dos interesses locais; governos que fazem eles mesmos as leis; representantes do povo maciçamente formados em certa escola de administração; ministros ou assessores de ministros realocados em empresas públicas ou semipúblicas; partidos financiados por fraudes nos contratos públicos; empresários investindo uma quantidade colossal de dinheiro em busca de um mandato; donos de impérios midiáticos privados apoderando-se do império das mídias públicas por meio de suas funções públicas. **Em resumo: a apropriação da coisa pública por uma sólida aliança entre a oligarquia estatal e a econômica** (RANCIÈRE, 2014, p. 93, grifo nosso).

Um patrimonialismo (re)significado, modernizado, que funciona a partir de acordos entre as elites econômicas e políticas. Trata-se de um cenário que, uma vez se estabelecendo uma sociedade democrática, pode vir a ser desmontado. O que justifica, em grande medida, as razões de um ódio histórico que tem inviabilizado, ao longo da construção do Brasil enquanto nação, a democracia.

Práticas patrimonialistas, clientelistas e autoritárias estão fortemente presentes no cotidiano social e político brasileiro. Afinal de contas, quando as grandes mídias privadas tomam posse dos recursos públicos para garantirem a perpetuação de seu poder econômico e político, é patrimonialismo; quando as grandes empreiteiras financiam campanhas eleitorais em troca de contratos através de licitações fraudadas, é clientelismo; quando as elites “superiores” se sentem incomodadas diante da conquista por grupos historicamente excluídos de espaços que antes lhes eram exclusivos, é autoritarismo.

São experiências que podem ser compreendidas não porque há “permanências” do passado que inviabilizam a modernidade, mas porque há corrupção e patrimonialismo na modernidade, cujas instituições tentam encobri-los. O que tem a ver com o capitalismo moderno, conforme explicou Jessé Souza (2003), que o responsabiliza pela naturalização da desigualdade social resultante de um amplo processo de modernização desde o início do séc. XIX. Atribuir às heranças “pré-modernas” a explicação para as desigualdades sociais do Brasil ou para seu “atraso” reproduz um discurso capitalista e liberal com o qual seus militantes se protegem da responsabilização social dos efeitos perversos de seu projeto de modernidade. É uma espécie de bode expiatório com o qual se oculta a tragédia provocada

pelo discurso do “individualismo democrático” que inviabiliza a democracia e quaisquer possibilidades de igualitarização que ela poderia suscitar.

Citando Castells (2013)²⁹,

[...] a democracia tem sido sequestrada por profissionais da política que, em sua diversidade, estão quase todos de acordo em que a política é coisa dos políticos, não dos cidadãos. A democracia foi reduzida a um mercado de votos em eleições realizadas de tempos em tempos, mercado dominado pelo dinheiro, pelo clientelismo e pela manipulação midiática (CASTELLS, 2013, p. 178-179).

Consideramos como pauta substancial no âmbito das lutas democráticas contemporâneas a discussão que envolve o domínio privado dos meios de comunicação no Brasil. Aspecto fundamental para a ampliação da democracia, considerando o poder simbólico exercido pela grande mídia que atua enquanto um instrumento que, ao escolher notícias, definir pautas, atuar de forma partidária e parcial, a despeito de proclamar o contrário, é em grande medida responsável pela perpetuação de privilégios que alimentam e naturalizam a desigualdade na sociedade brasileira.

No Brasil dos anos 1980, houve uma “redemocratização” no sentido de restabelecimento do Estado Democrático de Direito, mas havia um ódio à democracia, sobretudo com as possibilidades de ampliação da participação política de grupos sociais até então ausentes da esfera pública, em especial os trabalhadores. Foi esse ódio que estimulou uma “redemocratização” fundamentada no discurso liberal, com uma forte defesa dos ideais de liberdade colocados como oposição ao autoritarismo da ditadura civil-militar, a despeito dos “paladinos da liberdade” terem colaborado com esta. Ao mesmo tempo, houve um esforço por silenciar e ocultar ideias democráticas, não elitistas e, por isso, tidas como “radicais”.

É sobre esse embate entre grupos políticos que atuaram em especial no contexto da sucessão presidencial de 1984, que discutiremos no próximo capítulo. De um lado, a Aliança Democrática, liderada pelo civil Tancredo Neves, do PMDB, que colaborou com os governos militares; de outro, uma proposta alternativa localizada partidariamente no PT e ligada a movimentos sociais.

²⁹ O sociólogo espanhol Manuel Castells (2013) escreveu um ensaio sobre os movimentos sociais na era da *internet* ocorridos na Tunísia, Islândia, Egito, Líbia, Síria, Espanha, incluindo o Brasil nesse processo ao analisar as manifestações de 2013 enquanto expressões, também, do que chamou de “redes de indignação e esperança”.

CAPÍTULO II

*“Oposição liberal” versus “contestação”
na trama das (in)diretas: aliança
democrática e conflitos com a “esquerda”*



Charge de Angeli, publicada na *Folha de São Paulo*, 08/02/84.

CAPÍTULO II

“OPOSIÇÃO LIBERAL” *VERSUS* “CONTESTAÇÃO” NA TRAMA DAS (IN)DIRETAS: ALIANÇA DEMOCRÁTICA E CONFLITOS COM A “ESQUERDA”

Diversas forças políticas protagonizaram a experiência de “oposição” à ditadura civil-militar, instalada no Brasil em abril de 1964. Da luta armada, articulada por diferentes organizações guerrilheiras, à “oposição consentida” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)³⁰; de grupos e atores políticos que atuavam à margem da política institucional a parlamentares que compunham o jogo partidário. Diversos, também, foram os métodos utilizados para se contrapor ao regime autoritário, a exemplo da “violência revolucionária”³¹ (ARAÚJO, 2008, p. 247-273) e da política parlamentar. Formou-se uma oposição “dentro da ordem” e uma oposição “fora da ordem” (MACIEL, 1999), posições ligadas, respectivamente, ao MDB e à chamada “esquerda radical”³² associada ao “perigo vermelho”, não homogênea, atuante no espaço não institucional, que o “contestava” e, por essa razão, era objeto de frequentes pressões advindas tanto do governo como de parlamentares opositores.

Em se tratando do processo que envolveu a sucessão presidencial de 1984-1985, nosso objeto de interesse, uma parte da imprensa alinhada à “oposição liberal”, ajudou na construção de um consenso segundo o qual todas as forças políticas opositoras convergiam para a Aliança Democrática, apagando as posições contestadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) e de organizações sociais que, conforme aponta Almeida (2011, p. 128), também contribuíram para a formação do partido, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), intelectuais, setores do movimento estudantil, lideranças camponesas.

Pretendemos evidenciar neste capítulo a existência de sujeitos políticos, em especial aglutinados em torno do PT, que *contestaram* a aliança entre os partidos de oposição ao governo, articulada após a derrota da emenda pelas “diretas já” proposta pelo Deputado Federal Dante de Oliveira, mantendo uma posição “radicalmente” contrária à “transição

³⁰ Sobre a criação e a trajetória do MDB, ver: KINZO, 1988. Para entender o cenário de seu nascimento, ver o capítulo “A formação da oposição legal em 1966: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)”.

³¹ Segundo Hannah Arendt a *ação*, leia-se, a política e sua ênfase no diálogo e no confronto de ideias, é a condição humana por excelência. Por essa razão, o esvaziamento da política no cenário dos anos 1960, é o argumento que ela utiliza para explicar a emergência da violência como saída, para ela inadequada, para se recuperar o aspecto transformador da ação política. Cf.: ARENDT, 1994.

³² A exemplo da chamada “luta armada” que atuou, sobretudo, entre finais dos anos 1960 e inícios dos 1970, tendo sido alvo de forte repressão por parte do governo militar, em especial com o decreto do AI-5 em 1968. São movimentos que adotaram a “violência revolucionária”, seguindo um modelo internacional de resistência utilizado por jovens de vários países. Sobre o método da “luta armada”, no Brasil e na América Latina, entendida na relação com os movimentos internacionais, ver: ARAÚJO (2008).

conservadora”, tramada num jogo de conciliação entre as elites políticas do governo e da “oposição” e propagandeada pela grande imprensa.

O que nos leva a problematizar a tese segundo a qual houve um consenso em torno da Aliança Democrática na campanha presidencial de 1984-1985 e, mais do que isso, a tese de que sua proposta de “transição conservadora” e liberal era a única alternativa política para o fim da ditadura civil-militar e para a “restauração das liberdades democráticas”. Afirmava-se que tanto o autoritarismo como o socialismo, respectivamente vinculados ao nazi-fascismo e ao stalinismo, eram incompatíveis com os “interesses nacionais” e, sobretudo, que a democracia liberal-capitalista era o único caminho para seu desenvolvimento, haja vista prezar pelas liberdades civis, políticas e econômicas.

Discurso que ganhará eco nos setores conservadores/dominantes do campo político que, ao terem assumido uma “oposição consentida” ao regime civil-militar e, portanto, colaborado com a repressão institucionalizada as suas vozes mais *contestadoras*, conservaram, no cenário da “transição”, em especial nos anos 1980, uma posição contrária às propostas “radicais” de “redemocratização”, colocando-se como arautos de uma “verdadeira democracia”, cujo pilar era o discurso liberal.

Nesse sentido, neste capítulo discutiremos a articulação da Aliança Democrática e sua proposta de “consenso”, logo após a derrota da emenda pelas diretas em 25 de abril de 1984; as posições da grande imprensa que atuou como colaboradora do golpe civil-militar e, em grande medida, da ditadura civil-militar, reconstruindo-se como mensageira do movimento pela “redemocratização”; a atuação de setores políticos da “esquerda”, em especial o PT, e como tiveram suas vozes silenciadas e/ou desqualificadas por estratégias da grande imprensa e dos políticos da “oposição liberal”. Discussões com as quais propomos evidenciar a construção de um modelo de “redemocratização” articulado por membros do campo político que transitavam entre os militares e os civis, acompanhando a propaganda tramada pela grande imprensa que, desse modo, arrematava o discurso político da democracia liberal.

1. Atuação da grande imprensa no campo político: “arauto da democracia” e inimiga dos “radicalismos”

Durante a campanha presidencial para eleições indiretas, construiu-se uma “verdade factual”, fórmula que, como diz Hannah Arendt (2007, p. 299), contém em si mesma um

elemento de coerção, extinguindo o debate que é “a própria essência da vida política”, com o objetivo de silenciar propostas voltadas para a democratização do País que não estivessem ligadas diretamente à estrutura política autoritária. Estrutura da qual Tancredo Neves, candidato pela Aliança Democrática, fez parte enquanto Deputado e Senador de um partido, o MDB, que representava uma “oposição consentida”. Uma oposição necessária para a manutenção da ordem autoritária e para a sua legitimidade (MACIEL, 1999).

Seguindo com Arendt:

Os modos de pensamento e de comunicação que tratam com a verdade, quando vistos da perspectiva política, são necessariamente tiranizantes; eles não levam em conta as opiniões das demais pessoas, e tomá-las em consideração é característico do todo pensamento estritamente político (ARENDR, 2007, p. 299).

Verdade deliberadamente fabricada pela grande imprensa brasileira que, na medida em que construiu a imagem de Tancredo Neves como um homem público coerente, pacífico e conciliador e, por essas “virtudes”, único capaz³³ de concluir o “processo de transição” para a democracia nas eleições indiretas de 1985, esforçou-se para “demonizar” lideranças e movimentos sociais de “contestação” (MACIEL, 1999) e que não representavam a “oposição institucionalizada” ao regime civil-militar. Isso porque aquele que diz a “verdade factual” e pretende ser persuasivo, esforça-se por demonstrar que sua “verdade particular atende aos interesses de um grupo” (ARENDR, 2007, p. 309), eliminando as opiniões divergentes.

Mantinha-se a tese do governo de Ernesto Geisel (1974-1979), quando foi iniciada a “transição” para a democracia (MACIEL, 1999) de forma “lenta, segura e gradual”. Uma

³³ Daí o fato de não se ter escolhido Ulysses Guimarães, principal líder do PMDB e provido de popularidade, mas que não era bem aceito pelos militares. Não aceitou de imediato a candidatura de Tancredo Neves e de José Sarney, sendo necessário um esforço de articulação para convencê-lo. Ulysses era visto como um entrave à negociação por membros “moderados” do partido, a exemplo do deputado peemedebista Fernando Lyra, um dos principais articuladores da campanha para a eleição indireta de Tancredo (DIMENSTEIN, 1985, p. 72). Além de tudo, veiculavam-se na imprensa especulações de que objetivava a presidência da República: “O peemedebista mais dedicado à campanha das ‘diretas já’, era, sem dúvida, Ulysses Guimarães. Até porque o presidente do PMDB sabia que só o voto popular teria forças para conduzi-lo à Presidência da República” (DIMENSTEIN, 1985, p. 77); “Ele quer a Presidência da República embora, prudente, lembre que ‘político é como cozinheiro. Quem faz o melhor bocado nem sempre come’” (VEJA, 18/04/1984, p. 36). A postura de Tancredo, avessa a “radicalismos”, se opunha à de Ulysses que durante a campanha pelas “diretas já” vociferava contra qualquer possibilidade de “negociação” com o governo (DIMENSTEIN 1985, p. 78-80). Dessa maneira, a *Veja* resumiu sua postura: “Com paciência e obstinação, Ulysses Guimarães, talvez mais do que qualquer outro político, contribuiu para manter viva a campanha nas ruas” (VEJA, 18/04/1984, p. 32). Por sua vez, em reportagens posteriores, alguns meses após a derrota da emenda, lê-se: “Ulisses recua e dá apoio à candidatura indireta” (FSP, 15/07/1984); “A arte da costura: Tancredo faz do concorrente Ulysses um aliado e consegue o apoio da esquerda do PMDB para lançar o senador Sarney como vice” (VEJA, 16/01/1985, p. 28).

transição conservadora e “controlada” pelo Estado para impedir conflitos, “guerras civis”, “agitações”, termos frequentemente usados pela grande imprensa para noticiarem ações e comportamentos associados a sujeitos políticos da “esquerda”. O que, concordando com Carla Silva (2011, p. 79), “nos parece coadunar a ideia de que a democracia possível tem que ser tutelada, tem que ser controlada e não pode trazer a bandeira da organização dos trabalhadores”.

A grande imprensa – *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* –, por ter apoiado o golpe civil-militar de 1964 e o regime por ele implantado durante boa parte de sua vigência, colocou-se, sobretudo a partir do cenário da “transição” e da “abertura política”, como um dos principais mecanismos de “oposição” voltados para a democratização do País. A *Folha*³⁴, por exemplo, de legitimadora da Ditadura tornou-se porta-voz da campanha pelas Diretas-Já (SILVA, 2011, p. 75), trabalhando no sentido de construir uma memória histórica que ajudou a sacralizar determinados sujeitos políticos como sendo os “paladinos da liberdade”. O que, segundo Kushnir (2004), fazia parte de uma estratégia para provocar o esquecimento de que órgãos da imprensa liberal, a exemplo do próprio grupo *Folha* e de *O Estado de São Paulo*, serviram de sustentação do regime ao atuarem como seus colaboradores.

Para citarmos um exemplo recente desse trabalho de reconstrução da memória histórica relacionada ao regime civil-militar, vejamos o editorial publicado pelas Organizações Globo³⁵ no portal *Memória O Globo*, lançado em 31 de agosto de 2013, através

³⁴ Registremos aqui um editorial de 27/02/2009 em que a *Folha* referiu-se à ditadura brasileira com o neologismo “ditabranda”, suavizando-a ao compará-la com o que chamou de “novo autoritarismo latino-americano”, em especial com o governo de Hugo Chavez. Ver análise detalhada, inclusive as reações discordantes de intelectuais a respeito, em SILVA, 2011, p. 86-91.

³⁵ Ressalte-se, também, o boicote à campanha pelas “diretas já” pelo telejornalismo da Rede Globo, emissora que transmitia desde 1969 o *Jornal Nacional* cuja audiência era a maior do país (VEJA, 05/09/1984, p. 48). No entanto, em argumento apresentado pela própria emissora de televisão no portal *Memória Globo*, criado em 2013, há uma justificativa para os poucos minutos dedicados tardiamente à cobertura da campanha pelas “diretas já” num esforço de reconstrução de memória. Um trecho do argumento, diz: “O primeiro comício a ser noticiado para todo o país foi o que hoje é considerado o primeiro grande comício das Diretas, realizado na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro. Naquele dia, o *Jornal Nacional* exibiu reportagem que dedicava um minuto e três segundos exclusivamente ao tema. Mas a matéria provocou polêmicas. A Globo sofreu a acusação de mentir ao telespectador dizendo que o comício era apenas uma festa em comemoração aos 430 anos da cidade de São Paulo”. Como parte do argumento, há o apelo à censura e às pressões dos militares como motivo maior para a não transmissão da campanha. Veja-se também: “José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, então vice-presidente de operações da TV Globo, confirma: ‘Naquele momento, a pressão sobre Roberto Marinho foi intensa. Foi uma frustração para mim e para toda a equipe de jornalismo, uma tristeza para o Armando Nogueira e a Alice-Maria, não poder fazer a cobertura de maneira adequada. Nós ficamos limitados pelo poder de audiência que a TV Globo tinha. Isso foi uma tristeza muito grande, mas naquele momento o Dr. Roberto não podia resistir’”. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/erros/diretas-ja.htm>. Acesso em 05 ago. 2013

de que o grupo “reconheceu o erro” de ter apoiado a ditadura e o fez num momento de desdobramentos políticos das “manifestações de junho”.

Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que **o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país**. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma (O GLOBO, 01/09/2013, p. 15, grifo nosso)³⁶.

O editorial trata os eventos de 1964 como “história”, numa compreensão desta que a associa ao passado que, neste caso, deveria ser esquecido, sobretudo porque, no presente, o grupo Globo teria como “valor absoluto” a “democracia”. Daí ter veiculado intensamente as manifestações de 2013, narradas como expressões de um “anseio popular por mudanças”, seguindo o discurso da defesa da “ordem” ao se colocar favorável apenas às manifestações “pacíficas”. As memórias são, portanto, históricas na medida em que são produzidas e reatualizadas de acordo com os interesses dos grupos que as forjam e que lutam para garantir que suas posições exerçam uma dominação simbólica no campo social.

Ao “reconhecer o erro”, *O Globo* procurou justificar, ainda, outro editorial intitulado *Julgamento da revolução* (O GLOBO, 07/10/84, p. 1), publicado na primeira página com assinatura de Roberto Marinho, cerca de três meses antes da eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney pela Aliança Democrática. Constrói uma memória da ditadura civil-militar com tons laudatórios, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico que ela teria promovido. Vejamos:

Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais, de **preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social** e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas anti-revolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente (O GLOBO, 07/10/84, p. 1, grifo nosso).

³⁶ Texto completo também disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 16 jan. 2015. Para acesso ao portal: <http://memoria.oglobo.globo.com/>.

O editorial reatualiza o argumento proliferado pela grande imprensa no cenário do golpe de 1964 de que a intervenção das Forças Armadas intencionava estabelecer a ordem, defender a democracia e reprimir as ondas de “radicalização ideológica” – cognome de “comunismo” – que as “ameaçavam”. O jornal ratifica sua posição de colaborador do regime, estabelecendo uma linha de continuidade entre o golpe – “movimento vitorioso” –, o “processo de abertura” e a “posse do futuro presidente”, Tancredo Neves, cuja vitória naquele momento já era dada como certa pelos meios de comunicação. O editorial segue reafirmando sua fidelidade aos objetivos da “revolução” pelo fato desta ter sido uma exigência do povo, pois “sem povo, não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘golpe’ com o qual não estaríamos solidários”.

Roberto Marinho reproduz o vocabulário dos Presidentes Militares³⁷ na medida em que define como “revolução democrática” em defesa dos interesses do “povo” o que a historiografia³⁸ denomina de “golpe”, justificando a repressão intensificada pelo AI-5 “nos meses dramáticos de 1968” em razão dos “atos de terrorismo”. Uma “revolução” que agiu em nome do “povo”, categoria associada à representação da sociedade brasileira, mas que se refere a setores específicos desta, a exemplo daqueles que foram às ruas³⁹ para defenderem a “intervenção militar” no governo de João Goulart.

Nessa direção, o editorial faz propaganda em favor do “movimento revolucionário”, descrevendo um conjunto de ações no plano econômico que desenvolveram o país, corroborando a tese do “milagre econômico”:

³⁷ Em discurso à nação brasileira através do rádio e da TV, em 11 de abril de 1964, após “eleito” Presidente da República pelo congresso nacional, Castello Branco afirma seu “compromisso” com os “elevados objetivos do Movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o Povo inteiro e as Forças Armadas, na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social”³⁷. Perante o congresso nacional, em 15 de abril de 1964, se refere à “esplêndida coragem e decisão” do “movimento cívico da Nação brasileira” para “restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível”. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco>. Acesso em: 10 jun. 2013. Veja-se, também, o discurso de posse do presidente João Figueiredo em 15/03/1979, no qual reafirma os “compromissos da Revolução de 1964” com o povo brasileiro: “*Reafirmo*, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Medici e Ernesto Geisel. *Reafirmo*: é meu propósito inabalável — dentro daqueles princípios — fazer deste País uma democracia. As reformas do eminente Presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade”. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo>. Acesso em: 10 jun. 2013.

³⁸ A título de exemplo, ver: FICO, 2014.

³⁹ A referência é à “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, a 19 de março de 1964, com a qual setores da classe média brasileira que seguiam a trilha da campanha “anticomunista” para retirar João Goulart do governo, reagiram ao comício pelas reformas de base ocorrido seis dias antes, a 13 de março.

Na era do impacto da crise mundial do petróleo desencadeada em 1973 e repetida em 1979, a que se seguiram aumentos vertiginosos nas taxas de juros, impondo-nos uma sucessão de sacrifícios para superar a nossa dependência externa de energia, a deterioração dos preços dos nossos produtos de exportação e a desorganização do sistema financeiro internacional. Essa conjugação de fatores que teriam fatalmente de resultar na exacerbação do processo inflacionário.

Nas repostas que a sociedade e o governo brasileiro deram a esses desafios, conseguindo no segundo decênio revolucionário que agora se completa, apesar de todas as dificuldades, reduzir de 80% para menos de 40% a dependência externa na importação de energia, elevando a produção de petróleo de 175 mil para 500 mil barris diários e a de álcool, de 680 milhões para 8 bilhões de litros; simultaneamente aumentar a fabricação industrial em 85%, expandir a área plantada para a produção de alimentos de 20 milhões de hectares a mais, criar 13 milhões de novos empregos, assegurar a presença de mais de 10 milhões de estudantes nos bancos escolares, ampliar a população economicamente ativa de 29 milhões e 500 mil para 45 milhões e 797 mil, elevando as exportações anuais de 12 bilhões para 22 bilhões de dólares.

Volvendo os olhos para as realizações nacionais dos últimos vinte anos, há que se reconhecer impressionante: em 1964, éramos a quadragésima nona economia mundial, com uma população de 80 milhões de pessoas e uma renda per capita de 900 dólares; somos a oitava, com uma população de 130 milhões de pessoas, a renda média per capita de 2.500 dólares (O GLOBO, 07/10/84, p. 1).

Os elogios davam ênfase ao crescimento econômico que interessava ao grupo Globo, não tocando em questões relativas a reivindicações de setores historicamente afetados pela distribuição desigual de renda no País. O texto ganha fortes tons propagandísticos com a apresentação de dados estatísticos com os quais seu autor pretendia evidenciar o sucesso da “revolução”, sobretudo quando compara as “realizações nacionais dos últimos vinte anos” com o cenário do País em 1964, ano que, de acordo com esse discurso, teria marcado o retorno do país à democracia.

Carla Silva (2011, p. 75-76) chama a atenção para o papel dos sistemas de comunicação na disseminação de valores capitalistas durante a ditadura civil-militar, num cenário de grande atuação de empresas multinacionais no Brasil. Fato que tinha como corolário uma ampla propaganda da imprensa no sentido de demonstrar os “riscos que a população ‘ordeira e pacífica’ correria diante do ‘perigo comunista’, que abalaria a possibilidade inalienável de poder consumir, que seria o marco da ‘liberdade’ capitalista e ‘proibida’ no mundo comunista”. Ideais que foram divulgados por várias empresas de comunicação, entre as quais cita “a Abril, a Globo e o Grupo Folha” (SILVA, 2011, p. 76). Empresas que tiveram um amplo crescimento econômico nesse cenário, a exemplo da Rede

Globo de Televisão⁴⁰ fundada por Roberto Marinho em 1965 a partir de uma concessão pública do governo militar.

Embora dê destaque às medidas econômicas dos governos militares, o editorial d' *O Globo* estabelece que o objetivo fundamental destes foi “a preservação dos princípios éticos e o restabelecimento do estado de direito”, pontuando ações de “liberalização” promovidas por Geisel, mas já manifestadas por Castello Branco, Costa e Silva e Médici e, portanto, deixando claro que a democratização do País fazia parte de um projeto estrutural iniciado em 1964:

Em 24 de junho de 1978, o Presidente Geisel anunciou o fim dos atos de exceção, abrangendo o AI-5, o Decreto-Lei 477 e demais Atos Institucionais. Com isso, restauravam-se as garantias da magistratura e o instituto do habeas-corpus. Cessava a competência do Presidente para decretar o fechamento do Congresso e a Intervenção nos Estados, fora das determinações constitucionais.

Perdia o Executivo as atribuições de suspender direitos políticos, cassar mandatos, demitir funcionários civis e reformar militares. Extinguiam-se as atividades da C.G.I.⁴¹ e o confisco sumário de bens. Desapareciam da legislação o banimento, a pena de morte, a prisão perpétua e a inteligibilidade perene dos cassados. Findava-se o período discricionário, significando que os anseios de liberalização que Castello Branco e Costa e Silva manifestaram em diversas ocasiões o que Médici vislumbrou em seu primeiro pronunciamento finalmente se concretizavam (O GLOBO, 07/10/84, p. 1).

O editorial cita medidas autoritárias do regime – atos de exceção, cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos, demissão de funcionários –, mas se centrando no fato delas terem sido reformadas, sem informar quando e porque foram estabelecidas. Não as define como autoritárias, nem as cita como parte das ações dos governos militares, ressaltando, apenas, que foram acionadas num “período discricionário”⁴² e que, naquele momento, eram superadas pelo processo de “liberalização”. Argumento semelhante àquele

⁴⁰ A Rede Globo cresceu junto com o chamado “milagre econômico”, o que justificava seu apoio ao regime civil-militar. O veículo produziu e divulgou em 1975, por exemplo, um material de exaltação ao regime, intitulado “Brasil ontem, hoje, amanhã”, em que foi feita uma forte propaganda do crescimento econômico do Brasil. O material apresenta manchetes de jornais bem selecionadas para mostrar que antes do golpe o Brasil estava falido e, a partir dele, o País passou a crescer. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sN7PfKz7MLA>. Acesso em: 04 ago. 2015.

⁴¹ Comissão Geral de Investigações. “Projetada logo após o golpe, a CGI conduzia os Inquéritos Policiais-Militares que deveriam identificar o envolvimento dos acusados em atividades de subversão da ordem ou de corrupção. Com jurisdição em todo o território nacional, seus processos obedeciam a rito sumário e seus membros eram recrutados entre os oficiais radicais da Marinha e da Aeronáutica que buscavam utilizar a CGI para construir uma base de poder própria e paralela à Presidência da República”. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/moralismo-capenga>. Acesso em: 27 fev. 2015.

⁴² Período de maior ação da repressão que era justificável, de acordo com essa leitura, como dito antes no mesmo editorial, pela atuação de “terroristas”. Situa-se entre fins de 1960 e nos anos 1970.

que atribui a “terroristas” a responsabilidade pelo decreto do AI-5 que intensificou as ações de repressão para preservar a “ordem”.

Publicado pouco mais de três meses antes da eleição indireta que viria a eleger Tancredo Neves como Presidente da República, o editorial faz referência ao candidato elogiando-o pelo fato de, diferentemente de outros líderes oposicionistas, que consideraram as medidas ““meros paliativos””, ter concordado com elas: “O então Deputado Tancredo Neves, Líder do MDB na Câmara Federal, reconheceu que a determinação governamental ‘foi além do esperado’”. Com essa referência, Roberto Marinho inclui Tancredo enquanto parte da história dos que estavam alinhados ao discurso democrático da ditadura civil-militar. Iguala-o a Figueiredo que, em suas linhas, é responsável pela continuidade do “processo de redemocratização”, visto ter feito concessões:

A concessão da anistia ampla e irrestrita. As eleições diretas para os Governos dos Estados, a posse dos eleitos, a colaboração federal com os novos Governos oposicionistas na defesa dos interesses maiores da coletividade são demonstrações de que o Presidente não falou em vão.

Não há memória que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da revolução de 1964 (O GLOBO, 07/10/84, p. 1).

Nesse trecho, Roberto Marinho expõe uma lista de medidas de Figueiredo, mas não diz, por exemplo, que a emenda pelas “diretas-já” não foi aprovada em 25 de abril de 1984, meses antes da publicação do editorial. Refere-se a uma “anistia ampla e irrestrita” que não ocorreu, visto que o governo aprovou uma anistia “parcial”, não incorporando na relação de anistiados os chamados “terroristas”⁴³. Considera o “maior feito da revolução de 1964” o fato de ter se “autolimitado”, com medidas de “abertura”, como a liberação para a criação de novos partidos⁴⁴, a fim de ampliar a democracia no Brasil.

Finaliza o editorial, legitimando o modo conservador com que a sucessão presidencial estava sendo articulada:

⁴³ Discutimos essa questão sobre a lei da anistia de agosto de 1979 no capítulo III.

⁴⁴ Medida que é considerada por muitos autores uma estratégia para segregar a oposição e dificultar suas articulações; um “golpe mortal contra a frente de oposições” (KUCINSKI, 2001, p. 110). Daí foi que o PMDB (ex-MDB), o PDS (ex-ARENA), o PDT, o PTB e o PT foram articulados ou rearticulados.

Neste momento em que se desenvolve o processo da sucessão presidencial, exige-se coerência de todos os que têm a missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios.

O caminho para o aperfeiçoamento das instituições é reto. Não admite desvios aéticos, nem o afastamento do povo.

Adotar outros rumos ou retroceder para atender a meras conveniências de facções ou assegurar a manutenção de privilégios seria trair a Revolução ou seu ato final (O GLOBO, 07/10/84, p. 1).

A sucessão de um civil significava um “aperfeiçoamento das instituições”, numa linha de continuidade com as “conquistas” dos governos militares. Roberto Marinho escreveu esse texto num momento em que a campanha de Tancredo, a quem apoiava, estava a todo vapor e que já era divulgado na imprensa que seu opositor, Paulo Maluf, não tinha chances no Colégio Eleitoral. Dessa forma, legítima a “revolução de 64” a partir do argumento de que foram seus próprios agentes que promoveram e estão promovendo a “redemocratização”, entre os quais insere Tancredo, a quem parece direcionar as últimas palavras do texto, como se quisesse orientá-lo a ter cuidado nessa etapa de “aperfeiçoamento” a fim de impedir que determinadas “facções” – leia-se, grupos de “esquerda” – atrapalhassem o processo.

Constrói a esperada vitória de Tancredo como sendo o ato final da “revolução”; um “marco” da “redemocratização” do País e da derrota de “facções” que agiam em nome de “radicalismos” traindo a “revolução”. Na versão de Roberto Marinho, portanto, civis e militares caminhavam de mãos dadas, diferentemente do que a memória acerca da ditadura tentou fixar após o restabelecimento do Estado Democrático de Direito nos anos 1980.

As posições da grande imprensa nos anos 1980 em defesa da democracia liberal e em campanha contra a “esquerda” parecem seguir uma linha de continuidade em relação à propaganda “anticomunista” arquitetada durante o governo de João Goulart e que teve um papel fundamental para a consecução do golpe de 1964. Os jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo* transformaram Jango no maior inimigo do País, associando-o a “agitações estudantis”, “greves”, “perturbação social”, que seriam estimuladas pelo “comunismo” que ele supostamente pregava (DIAS, 2014). De acordo com Flávia Biroli (2009, p. 277),

[...] os principais jornais do país posicionaram-se, naquele momento, a favor do afastamento de Goulart e, com ênfases e envolvimento diferenciados, a favor de um golpe que, ao afastá-lo, restauraria a ‘ordem’ e protegeria o país da demagogia, do sindicalismo, do comunismo, da subversão dos valores, de uma suposta ditadura de esquerda.

O Jornal *O Globo* posicionou-se enfaticamente contra o governo de João Goulart, utilizando, sobretudo, o argumento que o associava a uma “ditadura do tipo cubano” (O GLOBO, 03/04/1964, p. 1). Às forças militares caberia a função de reorganizar a nação que vivia momentos de instabilidade, como expressa a manchete do dia 07 de abril de 1964: “Os chefes militares apresentam um ato institucional para que o país possa ser descomunizado”. Elogios são direcionados às forças armadas pelo protagonismo de sua ação em deter os “perigos que ameaçavam a nossa democracia”; “perigos” que são traduzidos no “conluio do Governo anterior com os comunistas” (O GLOBO, 07/04/1964, p. 1).

Nas manchetes de abril de 1964 predominaram notícias em que o brado “ressurge a democracia!” ecoava: “Vive a nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas [...] para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem” (O GLOBO, 02/04/1964, p. 1). Com os editoriais na primeira página “Basta!” (31/03/1964), “Fora!” (01/04/1964) e “Vitória” (02/04/1964), o *Correio da Manhã* expressava sua posição liberal, com a qual se opunha ao governo de João Goulart, associando-o à “ditadura de esquerda” e defendendo a “legalidade”⁴⁵. Segundo Abreu (2006, p. 108), a imprensa ajudou a derrubar o governo Jango ao divulgar o “fantasma do comunismo”, exacerbar notícias sobre um “caos administrativo” e defender a necessidade de intervenção militar para o restabelecimento da ordem. Ressalte-se que até aproximadamente os anos 1960 a imprensa afirmava-se declaradamente sua posição partidária:

Embora os jornais não fossem sustentados por qualquer facção política, refletiam os interesses ideológicos dos partidos, faziam parte de uma imprensa que tinha uma concepção missionária de sua atividade. Basta lembrar que *O Estado de São Paulo* e *O Globo* eram os jornais que

⁴⁵ Ver trechos dos três editoriais, na sequência: “Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presentemente, na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as forças armadas por meio da indisciplina. que se torna cada vez mais incontrolável?” (CORREIO DA MANHÃ, “Basta!”, 31/03/1964, p. 1); “A Nação não mais suporta a permanência do sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao sr. João Goulart: saia” (CORREIO DA MANHÃ, “Fora!”, 01/04/1964, p. 1); “Ditadura nunca! Seja da direita, esquerda ou do centro. Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base que são mais do que nunca imprescindíveis à revolução industrial que levará o Brasil à área dos países desenvolvidos e economicamente independentes. A derrocada do janguismo, com tudo que nele existe de medíocre e de prejudicial para o país, não pode servir de pretexto para o estabelecimento de um regime que não esteja plenamente de acordo com a dignidade do povo brasileiro [...]. O CORREIO DA MANHÃ desfraldou a bandeira da legalidade, da defesa das instituições. E saiu vitorioso. Esta vitória é da democracia e da nação brasileira” (CORREIO DA MANHÃ, “Vitória”, 02/04/1964, p. 1).

defendiam as ideias e posições liberais da União Democrática Nacional (UDN), enquanto a *Última Hora*⁴⁶ era partidária e defensora das posições do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (ABREU, 2006, p. 108-109).

A invenção do discurso supostamente a-partidário, despolitizado e isento da imprensa ocorreu concomitantemente ao processo de “redemocratização” quando jornais, a exemplo da *Folha*, promoveram reformas técnicas e editoriais passando a se colocarem como arautos da democracia, defendendo a anistia, as eleições diretas, a preservação das liberdades de imprensa e de expressão e dos direitos humanos (ABREU, 2003, p. 63-64).

João Goulart, conforme ressalta Abreu (2006), governou o Brasil numa conjuntura internacional polarizada entre os países ocidentais capitalistas e os países socialistas, com conflitos ideológicos que ecoavam na América Latina que havia passado pela experiência da Revolução Cubana em 1959. Na conjuntura local brasileira, havia, também, um cenário polarizado: de um lado, grupos que representavam a esquerda, com a reestruturação do PCB que passou a defender mecanismos pacíficos e institucionais de participação política tornando-se aliado do governo Goulart, a criação do PCdoB em 1962, o surgimento de organizações de esquerda, tais como, a AP, a POLOP, as ligas camponesas, entre outras; de outro, grupos de direita e extrema-direita, tais como, o IPÊS, MAC, a TFP, o IBAD, o GAP.

O discurso anticomunista, pregado por esses grupos de direita, foi proliferado pela grande imprensa que estava alinhada às posições ideológicas dominantes, fazendo uso de seus meios de comunicação para difundir o medo na classe média, sobretudo em relação às “reformas de base”, associadas deliberadamente ao “comunismo”. Conforme acrescenta a autora, “acusar de ‘comunistas’ todos os que defendiam o governo, fossem eles socialistas, trabalhistas, nacionalistas ou mesmo liberais, foi a tática usada pelos conservadores contrários a qualquer mudança na estrutura social” (ABREU, 2006, p. 110).

No cenário de tensão política pós-golpe, editoriais da *Folha* são explícitos na defesa dos valores da “ordem” e da “lei” pregados pelo “vitorioso movimento” e na oposição aos “elementos comunistas”:

⁴⁶ Jornal fundado em 1951 pelo jornalista Samuel Wainer com o objetivo de defender o novo governo de Getúlio Vargas, eleito em 1950, e se opor à imprensa liberal que lhe fazia oposição, a exemplo do jornal *A Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, deputado federal pela UDN, partido do candidato Brigadeiro Eduardo Gomes, derrotado por Vargas. A título de exemplo, em sua primeira edição, a 12 de junho de 1951, *A Última Hora* publicou, como editorial, uma carta de Vargas na qual desejava sucesso ao novo jornal, cuja criação ele próprio apoiara. Vale ressaltar, também, sua defesa do governo de João Goulart e a oposição ao golpe de 1964, defendido pela maioria dos grandes jornais à época.

Não foi por falta de advertências que a situação nacional chegou ao estado em que hoje se encontra, de profunda crise militar e política, opondo-se ao presidente da República ponderável parcela das Forças Armadas e diversos líderes civis de incontestável autoridade, responsáveis pelo governo de importantes Estados da Federação. Ninguém por certo desejou tal situação, excluídos certamente **os elementos comunistas para os quais a situação do país estará tanto melhor quanto pior em verdade for**. Esses elementos, infelizmente, vem agindo há muito em altos cargos da administração pública federal e, de certa maneira, orientando muitas ações do governo. (...). Se existem meios constitucionais para resolver a maioria dos grandes problemas nacionais, assim como para realizar as reformas necessárias ao progresso do país, por que se fez desse tema reformista uma simples bandeira de agitação, pregada com violência e com evidente propósito, não poucas vezes, de atirar os vários grupos sociais uns contra os outros? (FSP, “Em defesa da lei”, 02/04/1964, p. 4, grifo nosso).

Começam a aparecer vozes reclamando expurgos de vária natureza, porém com mais insistência de elementos comunistas. **A palavra não é das mais simpáticas, porque faz lembrar certos processos e métodos totalitários**, e porque traz consigo um indisfarçável tom de passionalismo, que pode acabar confundindo os propósitos. Deve-se pois chamar a atenção das autoridades responsáveis pela manutenção da ordem no país e pela consolidação do regime constitucional para os riscos que poderá correr o povo se elas não agirem com a cabeça fria e sem açodamentos comprometedores (FSP, “Expurgos”, 04/04/1964, p. 4, grifo nosso).

O jornal constrói uma representação maniqueísta do mundo social na qual “ordem” e “legalidade” são associadas ao “movimento armado que terminou com o abandono do poder pelo ex-presidente João Goulart” e “agitação” e “violência” são postas como referências de um governo que não agia de acordo com “meios constitucionais” e recorria a “métodos totalitários”. Atuando enquanto colaboradora do “Alto Comando Revolucionário”, a *Folha* expõe seu apoio à censura à imprensa “subversiva”, ao mesmo tempo em que defende a “liberdade de imprensa”, máxima que valeria apenas para os grupos que, de forma coesa, atuaram na posição contra João Goulart:

Houve, praticamente, absoluta coesão da imprensa livre na condenação e na crítica aos fatos do ex-presidente Goulart. A imprensa é, pois, uma força que pode exigir respeito. Ninguém poderá fazer restrições à ação da imprensa durante as horas de intranquilidade. Se ela repeliu a censura, quando se esboçou a possibilidade desta, manteve-se cautelosa em seu noticiário para não animar a agitação nem dar oportunidade de contragolpe aos conhecidos inimigos do país (FSP, “Revolução definida”, 12/04/1964, p. 4).

A *Folha* reage à possibilidade de censura do “governo revolucionário”, em nome da defesa de uma “imprensa livre”, mas justifica sua postura com a afirmação de que foi “cautelosa” ao discutir a questão para evitar focos de “agitação”, vindos, sobretudo, dos

“conhecidos inimigos do país”. Mais adiante, referendada por entrevista do ministro da guerra, gen. Costa e Silva, ressalta que as restrições apontadas por ele visavam a combater exclusivamente o “perigo vermelho”, citando suas palavras: ““é claro que não poderá ser tolerada, por exemplo, a propaganda comunista ou o proselitismo subversivo de fundo comunista””. Baseado nisto, o jornal demonstra confiança na “revolução” afirmando com convicção que não haverá “cerceamento da liberdade de crítica”, exceto em relação ao “comunismo”:

Mas isto [a censura] não acontecerá, estamos certos, porque confiamos em que **a Revolução se fez para reimplantar a democracia**, praticamente abolida com os repetidos assaltos ao Congresso pelo ex-presidente da República e pela deslavada pregação comunista feita pelo próprio Governo federal (FSP, “Revolução definida”, 12/04/1964, p. 4, grifo nosso).

A *Folha* assumiu uma posição claramente favorável às decisões políticas da “revolução”, construiu a representação maniqueísta entre democracia *versus* comunismo, colocando-se como aliada da primeira e, por essa razão, disposta a denunciar tudo aquilo que tivesse relação com a “subversão”. Alzira Abreu (2003, p. 23-24) dá uma dimensão do protagonismo da grande imprensa nesse cenário:

É importante lembrar que os órgãos de imprensa de maior circulação e prestígio no país tiveram participação fundamental na queda do regime constitucional em 1964, por seu apoio à ação dos militares. Os proprietários dos jornais aqui analisados encampavam as ideias liberais do liberalismo econômico e se identificavam com o ideário dos liberais da União Democrática Nacional (UDN). Basta lembrar a família Mesquita, de *O Estado de São Paulo*, o proprietário da *Gazeta Mercantil*, Herbert Levy, um dos fundadores da UDN em 1945 e um dos articuladores do movimento militar que derrubou o governo constitucional de 1964, e Roberto Marinho, do jornal *O Globo*.

Nessa direção, Carla Silva (2011, p. 77) afirma que a, ao longo do regime civil-militar, a imprensa costumava reproduzir os preceitos discursivos utilizados pelos generais sem um exercício de crítica: “Revolução denominando Ditadura; Democracia igualmente definindo Ditadura”. O mesmo jornal, a *Folha*, que legitimou a Ditadura/“Revolução”, vinte anos depois, sobretudo na campanha das Diretas Já, construiu-se como “arauto” da Democracia. Posição que, segundo ela, foi possível num momento em que os representantes da Ditadura procuraram lhe pôr fim sem perder o poder.

Sobre o discurso pró-diretas da *Folha* em 1984⁴⁷, Silva (2011, p. 78) sugere razões que o justificam: “[...] o momento histórico exigia esse discurso, depois de greves dentro do próprio meio jornalístico, depois da Lei da Anistia, da reforma política, dos atentados do Riocentro⁴⁸, ficava difícil seguir chamando a Ditadura de Revolução/Democracia”. No entanto, a proposta de renovação, iniciada com Geisel, deveria ser controlada pelo governo para evitar “radicalismos”, como foi possível perceber nas reformas estabelecidas, como a Lei da Anistia em 1979, que só foi aprovada com alterações no projeto que defendia uma “anistia ampla, geral e irrestrita”, de acordo com as quais não haveria anistia para os chamados “terroristas”, os militantes da luta armada.

Importante destacar que, ainda que tenha publicado várias manchetes dando visibilidade à campanha pelas “diretas-já” e se colocado contrária a um candidato de “consenso” pelas indiretas (Cf.: FSP, “Tancredo, a precipitação”; “Todos pelas diretas”, 24/04/84, p. 4), a *Folha* aderiu à candidatura de Tancredo-Sarney que representava a ideia do governo militar de promover o fim da ditadura sem perder o poder, haja vista que Tancredo era um nome aceito tanto pela “oposição consentida” quanto pelo próprio governo militar. Em editorial publicado na primeira página, o que não era comum, a exatos dois meses da eleição no Colégio Eleitoral, a *Folha*, ao mesmo tempo em que reitera sua defesa pró-diretas e sua

⁴⁷ A título de demonstração, expomos a seguir manchetes da primeira página do jornal *Folha de São Paulo* do mês de abril, em que a campanha foi intensificada: “Diretas não já, quer Figueiredo” (01/04/1984); “Oposições rejeitam proposta-Figueiredo” (02/04/1984); “Ulisses propõe plebiscito para decidir diretas” (03/04/1984); “Brizola vai à TV pelas diretas” (04/04/1984); “Comitê quer greve dia 25” (05/04/1984); “Sociedade civil critica proposta de greve dia 25” (06/04/1984); “Comitê recua da greve geral” (07/04/1984); “População não reelegerá indiretistas” (08/04/1984); “Governo pode vetar diretas ao vivo na TV” (09/04/1984); “Rio faz hoje comício-monstro” (10/04/1984); “No Rio mais de um milhão pelas diretas” (11/04/1984); “Eu [Figueiredo] teria sido a milionésima-primeira pessoa no comício” (12/04/1984); “Figueiredo manda desmentir tudo” (13/04/1984); “Em Porto Alegre 200 mil vão à praça exigir diretas” (14/04/1984); “Comitê espera 1 milhão na Sé” (15/04/1984); “Diretas estão nas mãos de Aureliano” (16/04/1984); “São Paulo faz o maior comício” (17/04/1984); “Governo ameaça reagir a ‘pressões’” (18/04/1984); “Emergência de novo em Brasília” (19/04/1984); “Diretas já, retruca Ulisses” (20/04/1984); “Emergência já faz oito prisões” (21/04/1984); “Tancredo repele intransigências” (22/04/1984); “Brasília, cidade proibida” (23/04/1984); “Sociedade exige diretas já, Tancredo agora quer negociar” (24/04/1984); “Congresso repele cerco policial e vota hoje a emenda das diretas” (25/04/1984); “A NAÇÃO FRISTRADA! Apesar da maioria de 298 votos, faltaram 22 para aprovar diretas” (26/04/1984); “Planalto diz que não negocia” (27/04/1984); “Subemenda divide o PMDB” (28/04/1984); “Diretas já, insiste Montoro” (29/04/1984); “Dia do trabalho será por diretas já” (30/04/1984).

⁴⁸ Sobre a Lei da Anistia e as reformas discutimos no capítulo III. Já o Atentado do Riocentro diz respeito ao que a CNV chamou de “terrorismo de Estado contra a população brasileira”, visto ter se tratado de um ataque falho de setores das Forças Armadas descontentes com a “abertura política” e que tinham como meta explodir bombas no show de 1º de Maio ocorrido no Riocentro, em 1981, no Rio de Janeiro. Uma das bombas explodiu no colo de um dos militares quando estava no carro à espera de dar prosseguimento ao ataque. Fato que levou os investigadores daquele momento a afirmarem que se tratava de um ato do “terrorismo comunista”. Em relatório sobre o caso, a CNV o definiu como um ato de “terrorismo de Estado”. Cf.: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **O caso Riocentro:** terrorismo de Estado contra a população brasileira. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/479-relatorio-da-cnv-aponta-que-atentado-do-riocentro-foi-realizado-por-militares-para-retardar-a-abertura-politica>. Acesso em: 27 mar. 2015.

contrariedade com o recurso ao Colégio Eleitoral, um “organismo autoritário”, legitima a esperada vitória de Tancredo:

[...] o ex-governador Tancredo Neves terá então de enfrentar, antes dos imensos problemas nacionais, o problema de sua própria legitimidade. Assumirá o cargo por um processo anti-democrático; seu programa, suas ações de governo estarão sob a suspeita que merecem todos os que ascendem ao poder sem que o povo lhes tenha, para isto, conferido qualquer delegação [...]. Não governará verdadeiramente. A não ser que se disponha a tomar uma decisão corajosa, inusual talvez, mas que a maioria dos brasileiros há por certo de aplaudir e reconhecer como democrática: a de, uma vez empossado a 15 de março, convocar de imediato eleições populares para a Presidência da República. Que lhe seja assegurado o direito de disputá-la, temporariamente extintas as incompatibilidades da atual legislação eleitoral. Reconduzido ao poder pelo voto direto, como tudo faz crer, poderá então dispor de apoio de confiança popular necessários para empreender um governo autêntico e efetivo. Assim, restituirá o poder a quem o deveria deter de direito, e os princípios republicanos a uma prática política atualmente deles apartada. Pertencerá a galeria de estadistas [...]. Eleja-se presidente pelo povo, e para o Brasil terá chegada a hora de ingressar decididamente no plano das nações em que há governo, há república, há democracia, e não a simples reverência às imaginações que tais palavras alimentam (FSP, “Posse e diretas para presidente”, 15/11/84, p. 1).

Afirmar que a convocação imediata de eleições diretas corrigiria o “erro” de ter sido eleito indiretamente, constituía uma estratégia do jornal para legitimar um processo transitório que vinha sendo articulado entre governo e “oposição”. Interessante observar que o jornal ignora quaisquer possibilidades de outras lideranças políticas derrotarem Tancredo numa possível eleição direta, considerando-o um “líder popular” que venceria indiscutivelmente. Apagava-se do campo das disputas políticas “novos sujeitos” que vinham conquistando popularidade enquanto representantes dos trabalhadores. Sujeitos que a grande imprensa, em sintonia com os políticos que tramaram a “transição negociada”, considerava uma “ameaça”.

De acordo com Silva (2011, p. 78), “o nível de consciência dos trabalhadores estava chegando longe demais, precisava ser abarcado pela ‘experiência democrática’ para deixar de ser potencialmente revolucionária”. A *Folha* adotou, portanto, uma postura de freamento e de controle dos movimentos sociais, na proporção em que legitimava a “saída conciliadora” através do Colégio Eleitoral.

Nesse sentido, em editorial intitulado “Greve é contra diretas-já” (FSP, 05/04/84, p. 2), a *Folha* opõe-se categoricamente a uma proposta de paralisação nacional para o dia da votação da emenda Dante de Oliveira, embora ela tenha sido deliberada pelo Comitê

Suprapartidário Pró-Diretas. Na manchete da edição, o jornal dá destaque ao assunto: “Comitê quer greve no dia 25”, informando que a decisão foi confirmada por 180 entidades sindicais e quando a proposta foi lida em assembleia, “o auditório passou a gritar “greve geral greve geral””.

Em reportagem sintética de primeira página, o jornal não faz referências a outras entidades e aos partidos que aprovaram a decisão⁴⁹, dando ênfase à discordância dos governadores Franco Montoro e Leonel Brizola, ambos participantes ativos da campanha pró-diretas, de empresários, do diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e do governo.

Sujeitos políticos cujos argumentos se assemelhavam, prevalecendo as opiniões de que a proposta de paralisação, já noticiada como greve geral, era uma “aventura” (Brizola), “exacerbava posições” (Mário Garnero, empresário do grupo Brasilinvest), “trará graves prejuízos à nação” (Carlos Átila, porta-voz da presidência), era uma “ideia ‘exagerada, radical e imatura” (Nelson Marchezan, deputado e líder do governo na Câmara). Posições que interessavam à *Folha* e, portanto, ganhavam visibilidade no jornal.

Voltando ao editorial, o texto começa já deixando clara a posição da *Folha* que corroborava as opiniões de políticos da “oposição”, de empresários e do governo, atuando no sentido de estabelecer um controle sobre o movimento: “O propósito de convocar uma paralisação das atividades produtivas do País no próximo dia 25, data da votação da emenda que restabelece as **diretas-já**, é incorreto e insustentável”. Proposta que considera motivada por um “entusiasmo juvenil que mal disfarça a desesperança e a inclinação para lançar mão, **in extremis**, de um expediente cujas consequências poderão revelar-se desastrosas”. Nesta linha de raciocínio, estabelece uma lista de três “erros” que estariam no centro da proposta, explicitando, sem reservas, sua posição contrária à greve que, de acordo com a narrativa liberal-capitalista que informa o jornal, é a representação da “desordem”.

⁴⁹ “Dia 25/04 - Dia Nacional de Luta pelas DIRETAS JÁ. DELIBERAÇÃO SOBRE O DIA NACIONAL DE LUTA 25/04/84 ‘Vigília cívica com paralisação das atividades em todo o Brasil para acompanhamento da discussão e votação da emenda das diretas””. De acordo com a ata que documenta a assembleia, estavam presentes e/ou representados nesta reunião do dia 04 de abril de 1984: PDS - Grupo Pró-Diretas; PMDB - Dep. Ulysses Guimarães - Presidente Nacional; PDT -Doutel de Andrade – Presidente Nacional; PT - Luís Inácio Lula da Silva - Presidente Nacional; Airton Soares - Líder na Câmara; OAB - Dr. Mário Sérgio Garcia - Presidente Nacional; ABI - Jornalista Pompeu de Souza; ANDES - Prof. Luiz Pinguelli - Presidente Nacional; CUT - Jair Meneguelli – Coordenador; Jacó Bittar; CONCLAT - Joaquim Andrade – Coordenador; UNE - Acildon Pae - Presidente Nacional. Todos compunham o Comitê Suprapartidário Pró-Diretas. Informação disponível no documento DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL PRÓ-DIRETAS REALIZADA EM 04/04/84. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/deliberacoes-do-comite-pro-diretas>. Acesso em: 28 fev. 2015.

A convocação de uma greve geral – deixemos de lado os eufemismos – introduz uma profunda fratura no movimento sem precedentes que vem exigindo em uníssono a restauração do direito popular ao autogoverno. A **unidade da pressão pacífica e ordeira em favor das diretas**, construída e ampliada a tão duras penas, corre agora o risco de se desmanchar da noite para o dia caso a proposta de greve seja levada adiante (FSP, 05/04/84, p. 2, grifo nosso).

Narra o que considerava o primeiro “erro” da greve: colocava as diretas em risco rompendo seu traço “pacífico”. O apoio da *Folha* às “diretas-já” se dava sob a condição de que a campanha fosse articulada dentro da “ordem”, sem “agitações”, corroborando as posições da oposição liberal e do governo. Uma greve, recurso que considerava cabível apenas no âmbito das reivindicações sociais e das negociações trabalhistas, não poderia ser utilizada como instrumento político. Aspecto que aponta como sendo o segundo “erro” da proposta: “a forma da eleição do presidente da República não é uma questão de caráter social. Ela exige o emprego de instrumentos próprios à luta política”.

Os argumentos “pacifistas” do jornal representam uma posição política que, historicamente, se opôs ao uso da luta e do enfrentamento enquanto mecanismos de ação política voltados para a transformação social. Defender a paz e a ordem significava, também, conservar o *status quo*, o lugar ocupado pelas elites políticas e econômicas para quem as mudanças estruturais não interessavam. De acordo com Martins (2011), houve uma carência de movimentos e conflitos na história política brasileira que resultassem em transformações que afetassem profundamente as estruturas sociais, sobretudo porque as mudanças políticas não resultaram de reivindicações populares, mas de acordos entre elites mediados por favores e por uma dinâmica patrimonialista:

Foi o próprio rei de Portugal, em nome da nobreza, que suspendeu o medieval regime de sesmarias na distribuição de terras; foi o príncipe herdeiro da Coroa portuguesa que proclamou a Independência do Brasil; foram os senhores de escravos que aboliram a escravidão; foram os fazendeiros que em grande parte se tornaram comerciantes e industriais ou forneceram os capitais para esse desdobramento histórico da riqueza do país (MARTINS, 2011, p. 84).

O estilo conservador com que as mudanças são operacionalizadas no Brasil é, para o autor, um aspecto característico de sua sociedade que se justifica pelo esforço histórico das elites dominantes no sentido de inviabilizarem grandes rupturas que pudessem abalar suas

posições no âmbito da estrutura social. Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, de 1933, identificou na formação social brasileira uma ausência de conflitos entre seus três principais grupos étnicos que, segundo ele, viviam “confraternizados”, formando um “antagonismo equilibrado”, cujo símbolo maior havia sido a relação “harmônica” entre o senhor e o escravo (FREYRE, 2006).

As ideias de Freyre, com sua valorização da mestiçagem, até então interpretada como um entrave para a construção da nação brasileira, contribuíram para a construção da unidade nacional e da superação dos conflitos de classes ao serem apropriadas pelo Estado interventor de Getúlio Vargas. É assim que Souza (2009) analisa a maneira como, discursivamente, a negação dos conflitos foi positivada e incorporada aos argumentos políticos sobre a nação brasileira. Ele acrescenta:

O elogio da unidade, da homogeneidade, da “índole pacífica do povo brasileiro”, do encobrimento e da negação de conflitos de toda espécie, assim como, no outro polo, a demonização da crítica e da explicitação de conflitos e das diferenças, ganham, a partir desse contexto discursivo e até nossos dias, sua articulação e legitimação máximas (SOUZA, 2009, p. 38).

Trata-se de uma interpretação da formação histórica brasileira que exerceu influências no nosso campo intelectual e que foi sendo (re)apropriado por diversos tipos de profissionais, incluindo políticos e jornalistas, que usam o argumento da suposta propensão “natural” da sociedade brasileira para a “conciliação” a fim de deslegitimarem quaisquer movimentos e organizações sociais que venham a propor estratégias de ação política voltadas para uma alteração mais “radical” da dinâmica social a partir de enfrentamentos face ao *status quo*.

E, nesse sentido, a tese da “cordialidade”, não aquela definida por Sérgio Buarque de Holanda (1995)⁵⁰ enquanto um traço “inato” da sociedade brasileira, contribui para que grupos conservadores, a exemplo da própria grande imprensa, justifiquem suas posições editoriais radicalmente contrárias a greves, “agitações” e quaisquer conflitos que possam desestabilizar a “ordem” e a “paz social”. Concordando com Souza (2009, p. 39), “o corolário do nosso mito da cordialidade é a aversão a toda forma de explicitação de conflito e de crítica”. “Aversão” que, para o autor, “[...] é o núcleo de nossa ‘identidade nacional’, na

⁵⁰ Conforme demonstramos no capítulo I, a “cordialidade” definida por Holanda não significa “pacifismo”. Coube a Cassiano Ricardo, nos anos 1940, (re)significar o conceito de Holanda, conferindo-lhe uma conotação que a associava a um caráter “amistoso” e pouco afeito a conflitos da sociedade brasileira. Cf.: LAMOUNIER, 2015, p. 215.

medida em que penetrou a alma de cada um de nós de modo afetivo e incondicional” (SOUZA, 2009, p. 39).

Exatamente a partir desse tipo conservador de argumento em relação aos conflitos, a *Folha* ratificou posições que, historicamente, já haviam sido assumidas em relação a movimentos sociais. Uma delas pode ser situada, a título de exemplo, em editorial (FSP, “Estudantes e agitação”, 12/01/64, p. 4) publicado pouco mais de dois meses antes do golpe militar, com o qual a *Folha* culpa professores pelo fato de abandonarem sua “missão educativa” e de terem transformado suas cátedras em “verdadeiras tribunas de pregação política”. Continua:

Nos últimos tempos, entretanto, o fenômeno se agravou. Alguns ministros da educação tentaram fazer da mocidade estudantil uma brigada a serviço do comunismo ou pelo menos da desintegração nacional. Pregaram em termos indiscutivelmente antidemocráticos e levaram para congressos de estudantes, patrocinados e organizados praticamente pelo governo, a semente da radicalização esquerdista.

O jornal defende uma separação entre a atividade política e a atividade escolar/educativa afirmando existir um “clima de intranquilidade na Faculdade de Filosofia do Rio” pelo fato de ambas terem sido conjugadas em virtude das ações “comunistas” de alguns professores e estudantes. Contrariamente ao método “radical” dessas “agitações”, propõe valores liberais e capitalistas a serem incorporados nas escolas: “Inflação se vence com trabalho e aumento de produtividade. Também nas escolas é preciso muito trabalho e muito esforço que vise a uma produtividade maior”. Pilares do *ethos* capitalista, sobretudo o trabalho, o esforço e a produtividade, são acionados como substitutos da “indisciplina” e da “desordem”, marcas desses movimentos estudantis, segundo o jornal.

Os argumentos da produtividade e da necessidade de separar as questões sociais da disputa política também são utilizados para a contraposição do jornal à proposta de greve do Comitê Pró-Diretas. Finaliza o editorial, com o terceiro “erro”, segundo o qual a greve estava ligada a determinados setores, cuja intenção era provocar instabilidade no País sob o argumento de que lutavam por diretas:

[...] a paralisação proposta para o dia 25 veste como uma luva a tese insidiosa daqueles que pretendem associar o movimento pró-**diretas-já** com o intuito de desestabilizar a ordem e convulsionar o País. Se efetivada, coisa de que duvidamos, a paralisação geral parecerá a muitos como o corolário do

rastilho de greves setorizadas que começam a eclodir aqui e ali. Essa vinculação entre reivindicação social e política é a melhor arma ideológica que se poderia oferecer aos adversários do movimento **diretas-já** e constituir a fórmula exata para desarticulá-lo, dividi-lo, desfazê-lo (FSP, “Estudantes e agitação”, 12/01/64, p. 4).

Conclui afirmando que a greve contribuiria apenas para desarticular as *diretas-já*, podendo ser utilizada como justificativa pelo grupo pró-indiretas para não aprovar o movimento pró-diretas por ser “subversivo”, o que perverteria seu caráter “pacífico”. A *Folha*, no editorial de 05 de abril de 1984, constrói-se como um jornal com “a autoridade de quem insiste há meses e com firmeza em favor do restabelecimento imediato da escolha popular” e, por essa razão, “é contrária à proposta irresponsável de greve geral para o dia 25”. Prática jornalística que tem a ver com o que Silva (2011, p. 82) chama de “esforço memorialístico” que o jornal adotou para “mostrar-se como desde sempre democrático”, considerando-se sua atuação como legitimador do golpe civil-militar.

Trata-se de mais um editorial do cenário da sucessão presidencial no qual a *Folha* estabelece uma divisão no campo político entre as forças “democráticas” e as forças “antidemocráticas”. Divisão que nem sempre fica tão evidente pelo fato do jornal se construir como “progressista” e “confiável” ao permitir, segundo Silva (2011, p. 82), “uma certa diversidade de opinião, que abre espaço editorial para posições divergentes, embora quase sempre hegemônicas. Se compararmos com o discurso uno da *Veja*, por exemplo, o jornal até parece ser democrático”.

Porém, “várias pesquisas mostram o tom absolutamente anti-progressista do jornal sempre que fala dos movimentos sociais” (SILVA, 2011, p. 82). Com efeito, o jornal abre espaço em suas colunas e editoriais para intelectuais e políticos de diferentes posições se colocarem, o que se configura em estratégia para se construir como democrático, não deixando, no entanto, de reafirmar suas posições políticas quando se trata de abafar a “desordem” e a “indisciplina”.

A *Folha*, junto com outros veículos da grande imprensa, ao longo dos anos 1980, atuou no sentido de afastar do campo da disputa política legítima os movimentos sociais e a luta dos trabalhadores, associando-os ao universo de “reivindicações sociais” e fazendo uma ampla propaganda do *ethos* liberal-capitalista. Conforme Silva (2011, p. 79), “nessa armação discursiva, a posição dos trabalhadores é sempre rechaçada por ser ‘ideológica’, a posição do jornal corresponde à verdade”.

A maneira como a grande imprensa noticiava a sucessão presidencial convergiu para a construção de uma *verdade factual*, segundo a qual o País vivia um ambiente de “conciliação” em torno da candidatura de Tancredo Neves que se apresentava como a única oposição legítima ao regime autoritário. Deslegitimava-se um modelo de oposição que “contestava” o regime e que atuava “fora da ordem” e, portanto, se distinguia da “oposição consentida”, então representada pelo PMDB e outrora pelo MDB e, sobretudo, pela *persona* de Tancredo Neves que, ao agir “dentro da ordem”, não contestava a institucionalidade autoritária. Opiniões que divergiam da ordem institucional em voga foram pouco noticiadas para que fosse possível garantir a permanência das elites políticas brasileiras no poder, a partir da substituição de militares por civis, que levantaram a bandeira do liberalismo como único caminho capaz de orientar o país para a democracia.

Neste sentido, ao longo do processo de oposição à ditadura civil-militar, naturalizou-se a ideia de que o liberalismo era sinônimo de democracia e de que ser democrata era necessariamente ser liberal. Propostas de um socialismo democrático, defendidas pelo PT, foram transformadas em autoritarismo “esquerdista” que poderia implantar uma “ditadura” stalinista ou castrista no País, discurso que reeditava a campanha “anticomunista” contra o governo João Goulart.

Por outro lado, os defensores do liberalismo construíram suas posições afastando-se tanto do que chamam de “autoritarismo de direita” quanto do “autoritarismo de esquerda”, legitimando a sua oposição através do recurso a uma imprensa, também liberal, que contribuiu decisivamente para a omissão das posturas “esquerdizantes”, ou para sua “demonização”, na medida em que pouco as noticiava, e quando o faziam era com tons de propaganda desconstrutiva, privilegiando interesses de determinados grupos políticos com os quais estava alinhada.

2. Disputas simbólicas: o “conservadorismo” da Aliança Democrática e o “radicalismo” do Partido dos Trabalhadores

Havia outras versões visando à “redemocratização” do País para além da proposta da Aliança Democrática, geralmente desqualificadas pela grande imprensa que estava alinhada ao projeto iniciado pelos militares e depois incorporado pela “oposição liberal”. Uma delas era a do PT que defendia as eleições diretas como único caminho para fazer a “transição”,

conforme afirma, seu Presidente, Luís Inácio “Lula” da Silva, em entrevista à revista Lua Nova em setembro de 1984, momento em que a campanha de Tancredo para Presidente já despontava:

Existem duas formas de se fazer a transição do regime autoritário para o regime democrático. A primeira, como todos queremos, no Brasil, é disputando com o regime; ou seja, ganhando do regime pelo voto secreto e, a partir daí, fazendo as mudanças necessárias para democratizar o País. Eu acho que esta é a forma que pode levar a um regime democrático sólido e eficaz, na medida em que o povo participa da sua construção. A outra forma de transição implica a responsabilidade de as oposições arcarem como o ônus político de aceitar as imposições do regime autoritário que, ao invés de deixar o poder de vez, quer sair paulatinamente (REVISTA LUA NOVA, 1984, p. 13).

A proposta da revista foi colocar em debate a “transição” num cenário em que se tinha, de um lado, a campanha presidencial pelas indiretas e, de outro, a continuidade da defesa implacável das diretas pelo PT. Nessa empreitada, publicou entrevistas com políticos e jornalistas a respeito do processo, destacando-se as versões de Lula e de Tancredo. Este último, argumentando em favor de uma democratização “lenta”, reproduz o projeto dos militares:

[...] existe o exemplo brasileiro atual que é uma experiência inédita de transição. Uma espécie de transição por etapas, onde as conquistas democráticas vão sendo feitas pouco a pouco, a democratização é feita gradativamente. Aqui, ocorreu, em primeiro lugar, a eliminação dos atos de exceção, como o AI-5, seguida da restituição dos poderes do judiciário, como foi o caso do restabelecimento do *habeas corpus*. Depois, veio a luta contra a repressão, o gradual restabelecimento da autonomia sindical, a liberdade de imprensa, a anistia e as eleições diretas para os governadores do Estado. Estamos, agora, na fase final, onde o que deve ser conquistado são as eleições diretas para a Presidência da República e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (REVISTA LUA NOVA, 1984, p. 8).

Tancredo propõe uma acomodação às reformas que vinham sendo estabelecidas pelos governos militares, donde a eleição direta seria apenas a continuidade “natural” de um processo já iniciado por eles. Refere-se à conquista das diretas como a “fase final” do processo, num cenário político em que fazia campanha para chegar à presidência através das indiretas. Eleição que, em sua narrativa, estava entre as “etapas” necessárias para dar prosseguimento à “redemocratização”. Portanto, Tancredo atua dentro das regras do jogo

político postas pelo regime, ao passo que Lula propõe uma “disputa com o regime”, configurando-se duas versões que apresentavam projetos distintos de “redemocratização”.

Interessante sublinhar que na mesma entrevista Tancredo argumenta sobre a temática da greve e das conquistas sociais, ao ser perguntado a respeito, apresentando um discurso homólogo ao da *Folha* e ao de *O Globo*, conforme é possível observar a seguir:

Ainda falta muito, os nossos sindicatos ainda precisam de fortalecimento, mas eles já têm uma presença ativa. Toda vez que um sindicato, no Brasil, se posiciona em torno de uma reivindicação salarial, ele leva a melhor. Onde o sindicato é, realmente, uma força que não se impõe é nas reivindicações políticas. Quando o sindicato sai das reivindicações sindicais e caminha para as reivindicações políticas, evidentemente, estabelecem-se dentro do próprio sindicato divisões decorrentes das posições políticas de cada um (REVISTA LUA NOVA, 1984, p. 10).

Tancredo defende a separação entre sindicatos e política, com o argumento de que a presença desta nas reivindicações sociais contribui apenas para a divisão dos movimentos. Provável estratégia para criticar as posições do PT e deslegitimá-lo por se tratar de um partido que se constituiu a partir dos movimentos sindicais e que tinha na luta social dos trabalhadores a base principal de seu programa.

Consideramos, pois, que havia neste cenário um embate político entre uma proposta conservadora, elitista e liberal de democracia e uma proposta “radical” de mudanças sociais baseada em argumentos de um “socialismo democrático” (BRANDÃO, 2003). O principal embate, naquele momento, portanto, não era entre Tancredo e o regime, representado pela candidatura de Paulo Maluf pelo PDS, haja vista que a chapa Tancredo-Sarney representou uma ampla aliança entre PMDB, ex-membros do governo, que formaram a Frente Liberal, membros do PDS, do PDT, do PTB, do PCB e do PC do B, configurando uma vitória premente.

Ronaldo Costa Couto (2010, p. 391-395), inscrito na lista dos ministros de Tancredo, refere-se a uma “união contra Tancredo”, descrevendo manobras de militares para inviabilizarem sua candidatura ou derrotá-lo, tendo em vista o “anti-malufismo” que tornava previsível a derrota da candidatura governista. Demonstrar que houve tentativas de golpe por forças da “direita”, descontentes com o possível fim do regime militar, e, ao mesmo tempo, não dar visibilidade à oposição do PT à Aliança, reforça a tese de que Tancredo e o grupo que ele representava eram o caminho adequado para pôr fim a quaisquer possibilidades de “retrocesso” – leia-se “radicalização”.

Até mesmo quando os políticos liberais se referiam à necessidade de aliança também com a “esquerda”, tratava-se de um grupo que, “dentro da ordem”, assumia posições mais radicais. Em memórias de políticos (LYRA, 2009) que participaram da campanha de Tancredo, há a afirmação de que o candidato da Aliança Democrática reivindicava a adesão da “esquerda”:

Nas primeiras conversas com doutor Tancredo, ele me deixou claro que qualquer candidatura de oposição a presidente para se viabilizar, jamais poderia prescindir do apoio de setores importantes da esquerda.

Numa das vezes em que estive em Belo Horizonte articulando a sua candidatura, perguntei-lhe:

–Doutor Tancredo, na sua opinião, quem representa a esquerda?

–Chico Pinto e Arraes.

Era como se ele dissesse: ‘Conseguindo o apoio desses dois, considero que tenho o apoio da esquerda’ (LYRA, 2009, p. 164).

Fernando Lyra, Deputado Federal pernambucano que fazia parte do grupo dos “autênticos” do MDB⁵¹, é quem faz essa afirmação num livro em que narra a respeito de sua trajetória política e dá ênfase a sua atuação como articulador da candidatura de Tancredo. Expõe uma opinião de Tancredo sobre quem era a “esquerda” brasileira naquele momento, citando nomes que atuavam no PMDB: Francisco Pinto, também dos “autênticos” e um dos fundadores desse partido, e Miguel Arraes⁵², preso e exilado com o golpe de 64, se filiou ao PMDB pelo qual se elegeu Deputado Federal em 1982. A referência é à “esquerda do PMDB”, herança dos chamados “autênticos”.

Dessa maneira, há um esforço voltado para a exclusão do campo das disputas políticas de grupos que, ainda durante o regime civil-militar, atuavam “fora da ordem”, a exemplo daqueles que representavam os “novos sujeitos políticos” que derivaram do cenário das greves operárias e de movimentos sociais e sindicalistas no final dos anos 1970 e início dos 1980, a partir dos quais se formaram o PT (1980), oriundo de um “novo sindicalismo” (OLIVEIRA, 2002; 2004) que se constituiu a partir de uma ruptura com o “velho sindicalismo” getulista (SINGER, 2012, p. 90). Construía-se, assim, um “campo democrático e popular” como alternativa ao modelo liberal:

⁵¹ Sobre esse grupo, ver: NADER, 1998.

⁵² Foi eleito governador de Pernambuco pelo Partido Social Trabalhista em 1962.

A emergência do *novo sindicalismo* é o marco inicial de construção de uma nova perspectiva de *democracia* na história do país. Daí surgiram o Partido dos Trabalhadores, em 1980, e a CUT, em 1983, ao mesmo tempo em que envolveu, sob diversas relações de compromisso, outros movimentos sociais e populares, pastorais e ONGs, que então surgiam em todo o país (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014, p. 29).

São “novos personagens políticos” (OLIVEIRA, 2002, p. 24) que ajudaram a combater a ideia de que havia um pensamento hegemônico acerca da “redemocratização”. Pontuá-los significa acentuar que o debate sobre a “transição democrática” também passou por questionamentos em relação ao “conservadorismo” com que ela foi conduzida pela elite política tradicional representada tanto pelo governo militar que propôs a “abertura” quanto pela “oposição liberal” liderada pelo (P)MDB. De acordo com Oliveira (2004), a emergência de um “novo sindicalismo” possibilitou a construção de uma alternativa de democracia baseada na autonomia do projeto dos trabalhadores e, portanto, numa linha de “contestação” ao modelo liberal proposto pelas elites políticas que articulavam a “transição conservadora”:

No correr dos anos 80, o PT, na condição de “partido de massas, de lutas, democrático, e socialista”, se afirmou como a principal *expressão partidária*, a referência comum mais visível, de um campo de forças sociais e políticas, que foi se construindo como um projeto alternativo ao processo de “transição conservadora”, conduzido pela Aliança Democrática. O fez demarcando posições em situações decisivas. Atuou de maneira distintiva na Campanha das Diretas, em 1984. Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, posicionou-se pelo boicote à eleição de Tancredo Neves pela via do Colégio Eleitoral (OLIVEIRA, 2004, p. 07).

Para Maciel (2008, p. 21), a crítica dos grupos ligados a movimentos sociais e políticos populares⁵³ à transição “lenta, gradual e segura” e à “conciliação pelo alto” articulada pela Aliança Democrática provocou um “forte isolamento político na conjuntura final da Ditadura Militar e inicial da Nova República”. Os jornais de maior circulação no País lhes davam pouca visibilidade e contribuía para estabelecer uma visão do mundo social que conformasse seus interesses liberais. A *Folha de São Paulo* na edição que se seguiu ao dia da votação no Colégio Eleitoral, noticiou a vitória de Tancredo em várias reportagens no especial intitulado “encerrado o ciclo autoritário” (FSP, 15/01/1985) que abarcou dezoito páginas. Notícia os vários momentos que marcaram a eleição de Tancredo, com uma tônica festiva que

⁵³ O autor cita o novo sindicalismo, a formação do PT e de tendências populares do PMDB e do PDT e a criação da CUT e da CONCLAT como expressões dos movimentos sociais e políticos ligados às “classes subalternas” (MACIEL, 2008, p. 21).

seria a expressão de um sentimento de vitória supostamente compartilhado por todos os brasileiros.

Por outro lado, em poucas linhas (FSP, 16/01/1985, p. 15), o jornal expõe a opinião de Lula e do PT na mesma página em que comenta sobre as posições do PCB e de Brizola, dando a entender que a proposta considerada “radical” dos primeiros estava solitária e que, até mesmo partidos historicamente de “esquerda”, como o PCB e o PC do B, apoiavam Tancredo. Na sessão Painel da mesma edição, o jornal expõe claramente sua crítica ao PT pelo fato deste não aderir a uma decisão que era construída como sendo do “povo”: “Contra [título]. Enquanto o País comemorava a vitória de Tancredo o PT promovia um ato público em São Bernardo contra o Colégio Eleitoral. Marcando diferenças ... com o País” (FSP, 16/01/1985, p. 03).

Neste sentido, havia lutas simbólicas entre diferentes grupos que queriam estabelecer uma verdade no campo em que atuavam, travando entre si relações de forças que culminaram com a vitória daquele que detinha mais capital político e, portanto, posicionava-se como parte do grupo dominante, exercendo um poder simbólico sobre aqueles que, na configuração do campo, eram percebidos como dominados. Trata-se do grupo que articulou a Aliança Democrática lançada pelo PMDB, com uma ampla adesão de dissidentes do PDS que formaram a Frente Liberal, de membros do PTB e do PDT, excetuando-se dos partidos de oposição que tinham lugares no Congresso Nacional apenas o PT⁵⁴. Até mesmo parlamentares que não haviam rompido com o PDS, se abstiveram no dia da votação⁵⁵, cujo resultado foi de 480 votos para Tancredo e apenas 180, para Maluf, tendo 26 abstenções.

Couto (2010, p. 345) dá uma dimensão dos apoios que a Aliança Democrática construiu, associando-os, sobretudo, à presença de Tancredo como protagonista do processo:

Apesar de ameaças de golpe militar e manobras continuístas terem permeado quase todo o final do período, as Forças Armadas e as classes dominantes não se sentiram ameaçadas pelo projeto presidencial de Tancredo Neves. Pelo contrário: lideranças militares e políticas importantes terminaram apoiando decididamente o candidato do PMDB e da Aliança Democrática. Como o general Ernesto Geisel, Aureliano Chaves, José Sarney e Antônio Carlos Magalhães. No meio empresarial, aconteceu o mesmo. De Antônio Ermírio Moraes, maior empresário do País, a Roberto Marinho, líder das Organizações Globo, o principal e mais influente complexo brasileiro de meios de comunicação. Houve um pacto não escrito – ou secreto? – com a

⁵⁴ Com a exceção dos três Deputados Federais do PT – Bete Mendes, José Eudes e Aírton Soares – que compareceram ao Colégio Eleitoral e votaram em Tancredo Neves, contrariando decisão majoritária do partido.

⁵⁵ A exemplo de Nelson Marchezan, líder do governo na Câmara. Ver lista dos votantes em FSP, 16/01/85.

corrente moderada das Forças Armadas e outro, explícito, com os dissidentes do PDS e outros aliados.

Com a referência a esses vários nomes que participavam da política nacional, o autor parece entender que, uma vez tendo o seu apoio, a vitória de Tancredo era inevitável. O apoio, portanto, de grupos e agentes que representavam as elites políticas e econômicas do País e que projetavam na candidatura de “consenso” a possibilidade de terem seus interesses resguardados. Ao autor, não interessou situar posições políticas “radicais”, contrárias à eleição indireta. Economista e historiador, mas também secretário de planejamento do governo de Minas Gerais na gestão de Tancredo e ministro do interior no governo Sarney, Couto se posiciona como um agente que contribuiu para a conformação da vitória simbólica de uma memória que intencionou cristalizar aquele momento, a eleição indireta, como sendo o “final feliz da abertura política, apontada como uma das mais longas e suaves da América Latina” (COUTO, 2010, p. 345). Ajudou a construir a verdade parcial de que o melhor caminho para o Brasil naquele momento era a opção liberal representada pela proposta da “conciliação” e de que os “radicalismos” eram incompatíveis com as demandas da sociedade brasileira.

O caráter “suave” com que teria sido conduzida a transição brasileira em razão de um processo “lento, gradual e seguro” e “conciliador”, é, para Couto, motivo de orgulho nacional que distingue a experiência brasileira de Países latino-americanos, a exemplo da Argentina, onde o primeiro presidente civil⁵⁶ no pós-ditadura assumiu o cargo a partir de eleições diretas e, além disso, iniciou um processo de investigação contra os militares, sem aderir à proposta do “sem revanchismos” que caracterizou a transição brasileira.

Essa tese pressupõe, em primeiro lugar, que não houve conflitos no “lento” processo de “redemocratização”, na medida em que este foi conduzido pela estratégia da “conciliação” entre os dois lados: governo e oposição; e, em segundo lugar, que os agentes políticos teriam percebido que a insistência nas eleições diretas provocaria o risco do “retrocesso” e, por essa razão, optaram por aderir ao Colégio Eleitoral. Aspectos que são considerados pelo autor uma idiossincrasia da experiência brasileira a ser elogiada; de tal maneira que sua narrativa exclui do processo as lutas simbólicas que o marcaram e os sujeitos políticos que não aderiram à tese da “conciliação” e da “transição conservadora”.

⁵⁶ Mandato de Raul Alfonsín (1983-1989).

Assumindo uma posição de recusa ao que considerava um projeto “continuísta” liderado por Tancredo Neves, o PT expôs sua estratégia de ação política num Encontro Nacional ocorrido entre 12 e 13 de janeiro de 1985:

[...] estamos propondo ao partido um plano de ação e uma plataforma de lutas por uma alternativa democrática e popular, que se contraponha ao regime, à transição conservadora e ao pacto social. Isto significa que o PT, desde já, se coloca claramente como oposição ao governo que, no Colégio Eleitoral, sucede o presidente Figueiredo (Apud REVISTA PERSEU, 2009, p. 160)⁵⁷.

O maior foco de críticas do PT é a paralisação da campanha em defesa das eleições diretas promovida por setores liberais e conservadores que, após a derrota da emenda do Deputado Dante de Oliveira no Congresso, optaram por articular a sucessão presidencial utilizando-se das armas do governo militar. Faz críticas aos setores “progressistas” de alguns partidos, como o PMDB, o PCB, o PC do B, e também do MR-8, que optaram por não se aliarem a si:

Ao se submeterem à hegemonia liberal-burguesa, estes setores não se opuseram efetivamente à desmobilização da campanha das Diretas, incorporaram-se à Aliança Democrática, deram seus votos para regulamentar o Colégio Eleitoral e, hoje, ainda que isolados pelos setores mais conservadores, servem para legitimar a transição conservadora (Apud REVISTA PERSEU, 2009, p. 160).

Circunstância que deixava o partido isolado politicamente em sua defesa incontestada das “diretas já”. Partido que era associado ao comunismo stalinista numa construção simbólica que reafirmava a tese de que o único modelo político capaz de promover a democracia no Brasil era o liberalismo que, historicamente, foi legitimado pelo Ocidente moderno como sendo uma verdade incontestável, sobretudo com a derrota do “socialismo real”⁵⁸ no final dos anos 1980.

Por sua vez, o legado das diretas se constituiu em instrumento simbólico bastante utilizado para a legitimação da candidatura de Tancredo. Daí a importância da pergunta: *como uma eleição indireta se tornou legítima, ou seja, não percebida como indireta?* Historicamente, as lutas simbólicas entre os agentes sociais no campo político fizeram de

⁵⁷ Revista que publica artigos e documentos sobre a esquerda contemporânea, com destaque para o PT.

⁵⁸ A referência é ao modelo socialista implantado na URSS.

determinados grupos os únicos providos de habilidades exclusivas para estabelecerem a sua representação do mundo social.

São grupos, portanto, que passam a deter um poder simbólico, esse poder capaz de transformar ou reproduzir uma determinada visão de mundo (BOURDIEU, 2005, p. 14). Isto é, “poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrárias – embora ignoradas como tais – da realidade social” (BOURDIEU, 2005, p. 12). À concepção weberiana de Estado como monopólio da violência legítima e à de Elias como monopólio da violência e estabelecimento do imposto, Bourdieu acrescenta o elemento simbólico, sem o qual considera que o Estado não conquistaria legitimidade. Era preciso justificar, por exemplo, porque era legítima a prática da “extorsão” (imposto), afirma Bourdieu (2014, p. 183). O processo de construção do Estado passou, também, pela constante necessidade de legitimar ideias e derrotar outras e, para isso, foram utilizados recursos simbólicos.

Nesse sentido, os discursos que Tancredo proferiu ao longo de sua trajetória e, neste caso específico, da campanha presidencial são representações de uma posição política de um grupo que deteve um maior capital político e econômico ao longo do processo de construção da nação e, por essa razão, encontrava-se investido de um poder simbólico capaz de derrotar os novos sujeitos políticos que estavam se constituindo em uma alternativa ao modelo liberal, naquele momento expressado pela Aliança Democrática.

Tancredo fez uso de um capital político construído, em grande medida, na sua participação na campanha pelas “diretas já”, cujo valor simbólico legitimou sua vitória. Em vários de seus comícios realizados a partir de agosto de 1984, quando sua chapa foi oficializada na Convenção do PMDB⁵⁹, Tancredo procurou diminuir a distância entre o Colégio Eleitoral e a eleição direta: “[...] mas de tal maneira identificou-se o colégio eleitoral com o povo, que hoje nós não sabemos o que é direta e o que é indireta. Sabemos apenas que o povo será vitorioso”⁶⁰. Fê-lo, também, no discurso pronunciado no Congresso imediatamente após ser eleito em 15 de janeiro de 1985 quando elenca diferentes “lutas” da história política do Brasil, entre as quais insere a campanha pelas diretas e a sua própria “convocação” para ir ao Colégio:

⁵⁹ Ocorreu em 12/08/84.

⁶⁰ Transcrição de trecho de um discurso de Tancredo Neves durante sua campanha presidencial, veiculado no programa *Globo Repórter*, exibido pela TV Globo em abril de 1985, após sua morte. Tivemos acesso ao vídeo através do site de compartilhamento *Youtube*. Acesso em 18 jan. 2015.

A história da Pátria, que se iluminou através dos séculos com o martírio da Inconfidência Mineira; que registra, com orgulho, a força do sentimento de unidade nacional sobre as insurreições libertárias durante o Império; que fixou, para admiração dos pósteros, a bravura de brasileiros que pegaram em armas na defesa de postulados cívicos contra os vícios da Primeira República, **a História situará na eternidade o espetáculo inesquecível das grandes multidões** que, em atos pacíficos de participação e de esperança, vieram para as ruas reivindicar a devolução do voto popular na escolha direta para a Presidência da República. Frustradas nos resultados imediatos dessa campanha memorável, as multidões não desesperaram, nem cruzaram os braços. Convocaram-nos a que viéssemos ao colégio eleitoral e fizéssemos dele o instrumento de sua própria perempção, criando, com as armas que não se rendiam, o governo que restaurasse a plenitude democrática. **Na análise desses dois grandes movimentos cívicos não sei avaliar quando o povo foi maior**, se quando rompeu as barreiras da repressão e veio para as ruas gritar pelas eleições diretas, ou se quando, mesmo vencido, não se submeteu, e com extrema maturidade política exigiu que agíssemos dentro de regras impostas, exatamente para revogá-las e destruí-las [discurso em 15/01/1985] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 822, grifo nosso).

Opondo-se às “insurreições libertárias” do império e às “paixões anárquicas” – expressão usada no mesmo discurso – de seu tempo, Tancredo propõe a “liberdade” e a “ordem justa” para estabelecer o “equilíbrio social”. Orientado por essas ideias, faz elogios à campanha pelas diretas, um “espetáculo inesquecível” e pacífico que, uma vez frustrado, não atrapalhou os planos democráticos de se pôr fim ao regime de “arbítrio”. Tancredo não apenas justifica a eleição no Colégio, como também interroga em qual dos dois “movimentos cívicos” houve uma maior participação popular, deixando a entender que a sua campanha presidencial foi legítima e, mais do que isso, pode ter superado o próprio movimento das “diretas-já”.

Adiante, no mesmo discurso, iguala as duas campanhas, analisando-as como parte de um mesmo processo, a “restauração das liberdades”: “Esta memorável campanha confirmou a ilimitada fé que tenho em nosso povo. Nunca, em nossa história, tivemos tanta gente nas ruas, para reclamar a recuperação dos direitos de cidadania e manifestar apoio a um candidato” [discurso em 15/01/1985] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 827-828).

Discursos que relativizam o método das diretas em favor do qual ele havia se pronunciado categoricamente em vários de seus discursos no Congresso, quando era Deputado e Senador pelo MDB, conforme podemos observar nas passagens seguintes:

Não há democracia sem voto, que é a voz do povo. Repudiamos, por isso, todas as farsas e mistificações com que nos últimos anos se tem afastado a

participação do povo na escolha e construção de seu destino. **As eleições, chamadas indiretas, no Brasil, são um engodo, que humilha e degrada** [discurso em 07/03/78] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 504, grifo nosso).

O que pede mais o Movimento Democrático Brasileiro nas suas emendas? Que se acabe, de uma vez por todas, com este **violento ultraje aos princípios democráticos que regem os povos civilizados**, de ver **Presidentes da República escolhidos na intimidade do palácio**, de ver **governadores escolhidos no compadrio**, na recompensa a dedicações e até entre os cortesãos, frequentadores das antessalas dos gabinetes palacianos. [discurso em 21/09/78] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 530, grifo nosso).

No pleito proporcional prevalecem, ainda, as relações de parentesco, amizade, reconhecimento e prestígio das lideranças tradicionais, cujos vínculos com o seu eleitorado não se desfazem facilmente. É o voto condicional por injunções pessoais. **Só nas eleições majoritárias é que o voto eclode na força telúrica de um grito da consciência, livre e desassombrado**, na afirmação de um estado de espírito, cujos limites são os parâmetros da própria Pátria [discurso em 06/12/78] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 533, grifo nosso).

Com a derrota da emenda na Câmara e as articulações em torno da formação da Aliança Democrática, a campanha pelas diretas foi perdendo espaço na grande imprensa, sobretudo após a segunda derrota ocorrida em junho de 1984, quando o presidente João Figueiredo retirou de pauta a emenda Leitão, que previa eleições livres para 1988 (FSP, 29/06/84, p. 1). Os líderes políticos que seguiram na campanha pelas diretas, como Lula, Franco Montoro, Leonel Brizola e Ulysses Guimarães haviam articulado uma estratégia para votar uma subemenda à emenda constitucional do governo, com a qual garantiriam as diretas para a escolha do sucessor de Figueiredo (FSP, 25/06/84). Os governadores Brizola e Montoro, “reafirmam compromisso” (FSP, 26/06/84, p. 4) com a campanha, com a ressalva, no caso do primeiro, de que defenderá a indireta no Colégio Eleitoral caso a subemenda não seja aprovada⁶¹.

⁶¹ Leonel Brizola expõe sua posição, por exemplo, em editorial “Escamoteação e ilegalidade” publicado no jornal *Última Hora* (30/10/84, p. 3): “Lamentavelmente, impuseram-se as leis remanescentes do regime autoritário, o chamado Colégio Eleitoral, a escolha indireta do futuro Presidente. Aos que lutam pela normalização da vida do País, não restou outra alternativa senão construir a sua unidade e enfrentar o continuísmo sob as suas próprias regras, ainda que estas tenham sido ardidamente preparadas para sustentar e manter os detentores do regime. Pois bem, desenhou-se nitidamente, com o correr dos dias, a vitória das oposições. Pensando bem, não poderia ser diferente. O povo brasileiro encontra-se mobilizado e consciente, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, nos grandes centros urbanos e no interior, decidido a restaurar, pacificamente, os seus direitos. E seria um absurdo, inconcebível mesmo, que a maioria dos seus representantes no Congresso e nas Assembléias viessem a dissentir da sua vontade soberana [...]. A Nação inteira quer paz e a intangibilidade das regras estabelecidas, sem mais distorções e escamoteios. A ordem legal que aí está precisa, indispensavelmente, ser democratizada, mas por processos legítimos e normais. Até então, o que cumpre a todos nós é defendê-la, como o estatuto mínimo com que conta, neste momento, o povo brasileiro, para fazer prevalecer as suas justas e legítimas aspirações”. Edição digitalizada pela Biblioteca Nacional. Disponível em: memoria.bn.br/pdf2/386030/per386030_1984_11426. Acesso em: 17 jan. 2015.

Nesse cenário, a *Folha* critica a posição de recuo dos governadores opositoristas, alguns dos quais, como Montoro e Brizola continuavam ligados à campanha, mas já articulavam a estratégia do candidato de “consenso”:

A reunião dos governadores em São Paulo que resultou no ambíguo lançamento da candidatura igualmente ambígua do Sr. Tancredo Neves à Presidência da República, apesar de ter reafirmado genericamente em palavras a defesa das diretas-já, não apresentou em verdade nenhum traço de união com a luta concreta da sociedade pela conquista do direito ao autogoverno [...]. A busca de entendimento do maior partido de oposição, o PMDB, com outros partidos dessa área e com o grupo parlamentar do PDS favorável à restauração do pleito direto para o sucessor do Presidente Figueiredo, não se revelou tão nítida e intensa como era de esperar na fase atual da batalha. Não é só. As notícias que nos chegam de Belo Horizonte informam que, ao invés de trabalhar pela mobilização popular, o governo Tancredo Neves trata de frear as iniciativas que cerca de 200 entidades da sociedade civil vêm tomando para esse fim. A ambivalência da candidatura de Tancredo Neves, que já tivemos a oportunidade de denunciar, acaba assim por definir-se – não em favor do voto popular, mas do Colégio Eleitoral, cuja ausência de legitimidade e representatividade marcará necessariamente com esse sinete quem quer que nele triunfe, chame-se Maluf ou Tancredo (FSP, “Legitimação do ilegítimo”, 24/06/84, p. 2).

Crítica que se justifica pela posição que a *Folha* construiu para si como a grande defensora das “diretas-já” e que foi feita num cenário em que havia ainda a possibilidade institucional do Congresso votar uma emenda pelas diretas. Num primeiro momento, a *Folha* se refere a um “impasse” que se configurava no dilema entre a proposta de setores de oposição de continuar a luta pelas “diretas já” e de outros que defendiam o lançamento imediato da candidatura de Tancredo, criticando a manutenção do Colégio Eleitoral por considerá-lo um método ilegítimo (FSP, 30/06/84, p. 2). Porém, com o avanço das negociações voltadas para a formação de uma candidatura única representando as oposições e que redundou na Aliança Democrática, o jornal passa a tratar a votação no Colégio Eleitoral como justificável e necessária para o processo de “redemocratização”.

O jornal opina sobre o anúncio da possibilidade de Paulo Maluf ser o candidato do governo e de como a notícia servia de justificativa para a oposição lançar um candidato, comentando que mesmo o PT, até então categórico em sua defesa exclusiva das diretas, aprovaria Tancredo no Colégio nessa circunstância. De todo modo, o jornal continua se opondo a este método que, segundo diz, passou a ser o preferido das oposições (FSP, 03/07/84, p. 2). Vários editoriais expressam essa opinião, a exemplo deste:

Do lado das oposições, a nitidez do compromisso com o princípio da soberania popular foi trocado [sic] por acertos de bastidor visando ao lançamento da candidatura do governador Tancredo Neves à Presidência da República. Acertos tanto mais obscuros quanto o próprio candidato a candidato reluta em assumir inequivocamente essa condição e os que articulam seu lançamento brincam de esconder o óbvio, a saber, que se trata de uma candidatura destinada à disputa no desmoralizado Colégio Eleitoral indireto (FSP, 04/07/84, p. 2).

O jornal dá ênfase à “ilegitimidade” do governo que viesse a ser eleito pelo Colégio Eleitoral, sobretudo num cenário em que, segundo pesquisa *Folha*, a população brasileira rejeitava esse mecanismo que já o havia sido na campanha pelas “diretas já” (FSP, 08/07/84, p. 2). Porém, nessa mesma edição, em coluna de opinião, há a defesa de “Tancredo nas ruas, já” sinalizando para a estratégia de transferir para as multidões que haviam ido às praças defender o voto direto, a tarefa de ir aos comícios do candidato indireto a fim de legitimá-lo:

[...] o governador Tancredo Neves não pode gripar outra vez e se ausentar dos palanques. Ele não é um candidato destinado unicamente ao Colégio Eleitoral. Mas se passar a sê-lo, não haverá outro caminho para legitimar essa candidatura do que as multidões nas praças gritando seu nome, cobrando-lhe democraticamente definições em relação às mudanças que o País exige e ouvindo, atentamente, da boca de líderes que repudiavam há poucos meses o Colégio Eleitoral, as razões para agora suportá-lo como uma via de transição. É essa força que vencerá a vacilação dos liberais, abortará os projetos continuístas do regime e selará o verdadeiro compromisso do candidato indireto da oposição com a sociedade. Mas não pode tardar (FSP, “Tancredo nas ruas, já”, 08/07/84, p. 2).

A referência é aos comícios pelas “diretas-já”, ocorridos entre 25 e 27 de junho, no Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, de que Tancredo não participou alegando gripe. José Richa e Franco Montoro, governadores dos dois primeiros estados, teriam participado com a principal intenção de mostrar para o grupo “Só diretas”⁶² que eles não eram contra a campanha, ainda que admitissem a impossibilidade de aprová-la (VILLA, 2014, p. 322).

Após a oficialização da chapa Tancredo-Sarney, a *Folha* ensaiou uma posição de legitimá-la, noticiando uma identificação da população brasileira, em especial com o candidato a presidente, evidenciada em pesquisa:

A nítida preferência da população brasileira pela candidatura de Tancredo Neves – 47% do total de entrevistas da pesquisa “Folha” publicada nesta edição – revela que seu nome se identifica com os anseios de mudança que a

⁶² Grupo que permaneceu intransigente na defesa das eleições diretas, com destaque para a atuação do PT.

sociedade civil expressou nas ruas, através da campanha pelas eleições diretas (FSP, 19/08/84, p. 2).

Ainda que em edição anterior o jornal tenha publicado uma pesquisa que apontava para a rejeição da população brasileira ao método indireto, expõe no editorial uma pesquisa segundo a qual havia uma preferência por Tancredo. A *Folha* não questiona mais o método indireto, preocupando-se, sobretudo, em demonstrar que o mais importante naquele momento era a presença de um nome que representava “os anseios de mudança”; os mesmos anseios proclamados pela sociedade brasileira durante a campanha pelas “diretas-já”.

A revista *Veja* que, ao longo da campanha se posicionou pelas “diretas já”, à semelhança de outros veículos de comunicação⁶³, contribuiu, também, para a transferência simbólica das “diretas já” para “Tancredo já”. Posição que se consolidou, ainda mais, com a retirada de votação da emenda que propunha diretas para 1988⁶⁴ e com as divisões no interior do PDS que fragilizavam o governo. A *Veja* constrói a ideia de que a circunstância era favorável à vitória da “oposição” no Colégio Eleitoral, haja vista a impossibilidade de sucesso em relação à emenda pró-diretas e a “desintegração do esquema parlamentar do governo”. Em paralelo a isso, havia a candidatura de Tancredo a ser utilizada como um “recurso pragmático” para pôr fim ao regime:

É no contrapé deste extenso fiasco que se levanta a candidatura de Tancredo Neves, a cada semana mais consistente. Foi para evitar a possibilidade de um nome de oposição chegar à Presidência, justamente, que o governo tudo fez

⁶³ Salientemos aqui a posição contrária da rede Globo à campanha, cujos comícios não foram transmitidos em seu telejornalismo, considerando que o Jornal Nacional, no ar desde 1969, tinha a maior audiência do país (VEJA, 05/09/1984, p. 48). O principal exemplo dessa sua posição foi ter noticiado o comício de São Paulo a 25 de janeiro de 1984 que reuniu cerca de 300 mil pessoas (FSP, “300 mil nas ruas pelas diretas”, 26/01/84) e que foi considerado pela *Folha* como “a maior manifestação já realizada em São Paulo desde a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964”, como sendo uma comemoração pelo aniversário da cidade. No entanto, em argumento apresentado pela própria emissora de televisão no portal Memória Globo, criado em 2013, há uma justificativa para os poucos minutos dedicados à cobertura da campanha pelas “diretas já”, num esforço de reconstrução de memória. Um trecho do argumento, diz: “O primeiro comício a ser noticiado para todo o país foi o que hoje é considerado o primeiro grande comício das Diretas, realizado na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro. Naquele dia, o Jornal Nacional exibiu reportagem que dedicava um minuto e três segundos exclusivamente ao tema. Mas a matéria provocou polêmicas. A Globo sofreu a acusação de mentir ao telespectador dizendo que o comício era apenas uma festa em comemoração aos 430 anos da cidade de São Paulo”. Como parte do argumento, há o apelo à censura e às pressões dos militares como motivo maior para a não transmissão da campanha. Veja-se também: “José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, então vice-presidente de operações da TV Globo, confirma: ‘Naquele momento, a pressão sobre Roberto Marinho foi intensa. Foi uma frustração para mim e para toda a equipe de jornalismo, uma tristeza para o Armando Nogueira e a Alice-Maria, não poder fazer a cobertura de maneira adequada. Nós ficamos limitados pelo poder de audiência que a TV Globo tinha. Isso foi uma tristeza muito grande, mas naquele momento o Dr. Roberto não podia resistir’”. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/erros/diretas-ja.htm>. Acesso em: 05 ago. 2013.

⁶⁴ Figueiredo justificou a retirada com o argumento de que havia “manobras regimentais que poderiam antecipar para já essa volta do país às urnas” (VEJA, 04/07/84, p. 21).

para bloquear as eleições diretas. Ele talvez consiga a proeza, agora, de perder também nas indiretas (VEJA, “Carta ao leitor”, 04/07/84, p. 19).

Argumentos externos são utilizados para justificar a candidatura de Tancredo: o esfacelamento do PDS e do governo e a não aprovação da emenda pelas diretas. Dava-se a entender que ela foi apenas uma saída circunstancial pelo fato de não existir outras possibilidades. Uma saída que, em nossa compreensão, tem a ver com a percepção dos grupos opositores, em sua maior parte, de que suas posições no campo político naquele momento poderiam derrotar o governo, faltando apenas construir uma legitimidade face à opinião pública brasileira para que fosse possível, inclusive, deslegitimar alguns movimentos de “esquerda” que tentavam “boicotar” o Colégio Eleitoral, em especial o PT.

Oficializada sua candidatura, Tancredo procurava sinalizar que a Constituinte e as eleições diretas seriam suas principais bandeiras políticas. Estratégia para legitimar o pleito indireto, como é possível observar no discurso por ocasião da Convenção do PMDB em que foram indicados seu nome e o de Sarney, este para Vice-Presidente, em aliança com a Frente Liberal:

Assumo, diante de nosso povo, o compromisso de promover, com a força política que a Presidência da República confere a seu ocupante, **a convocação de poder constituinte** para, com a urgência necessária, discutir e aprovar nova Carta Constitucional. Esta Carta deverá devolver-nos a República e a Federação. Quando dizemos República, pensamos no governo assentado sobre o consentimento ativo de todos os cidadãos. Quando dizemos República, pensamos no **voto livre, universal e secreto**. Pensamos em mandatos de duração certa, em pluralidade partidária, em alternância normal de homens e doutrinas na administração política do País [discurso em 07/08/84] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 741-742, grifo nosso).

Neste mesmo discurso, Tancredo atribui à “conciliação” entre as diversas forças políticas o meio pelo qual será possível “reconciliar o Estado com a Nação” e, por essa razão, além de reconhecer a importância de Sarney e dos “companheiros da Frente Liberal que se unem ao nosso partido, para a vigorosa arrancada democrática”, procura estabelecer um diálogo com os outros partidos de oposição, citando inclusive o PT, a fim de garantir a legitimidade de sua candidatura:

Não basta, porém, esta forte e prestigiosa aliança. Estamos confiantes de que não nos faltarão, com seu apoio, as demais forças democráticas, com seu passado de sacrifícios pela democracia. Mais uma vez não faltarão ao povo

os contingentes respeitados e populares do PDT, do PT e do PTB, e, por que não dizê-lo, de todos os setores da sociedade, para a ampliação do grande e empolgante movimento da Aliança Democrática [discurso em 07/08/84] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 740).

Tancredo tenta construir um sentimento de unidade em torno da proposta conservadora, articulando acordos traduzidos como “conciliação”. Após a não aprovação da emenda Dante de Oliveira, ocorreu uma reestruturação da posição dos indivíduos no interior do campo político, porém esse movimento não se deu na direção de uma modificação das estruturas estabelecidas. Ao contrário disso, houve sua reprodução, o que garantiu a manutenção da estrutura autoritária, representada por políticos que compunham o governo, seja pelo PDS, ex-ARENA, seja pelo PMDB, ex-MDB, ambos, segundo entendemos, partidos de sustentação do regime. A imprensa que havia dado visibilidade ao PT na campanha pelas diretas enquanto um partido que também estava entre os partidos que por elas lutavam, passa a dar um espaço quase exclusivo à Aliança Democrática.

Em comício realizado em João Pessoa que teria reunido cerca de 70 mil pessoas, segundo a *Folha* (27/10/84), Tancredo justifica o recurso ao Colégio Eleitoral:

Povo da Paraíba, no dia 15 de janeiro nós vamos enfrentar o colégio eleitoral. E fizemos tudo para, com nosso voto, com o voto de todos os cidadãos, eleger o futuro Presidente da República. Mas lacram a boca das urnas e achavam que podiam ainda eleger um Presidente da República sem o apoio do povo. Mas nós resolvemos enfrentar a luta para recuperar para o povo o direito de que ele possa escolher o seu supremo mandatário. Mas não vamos ao colégio eleitoral para coonestá-lo, para legitimá-lo, para honrá-lo. **Nós vamos ao colégio eleitoral para explodi-lo de uma vez por todas** [discurso em 26/10/84] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 770, grifo nosso).

O jornalista enviado da *Folha* para fazer a cobertura, Ricardo Kotscho, refere-se ao comício como um gesto de resistência ao regime diante das notícias de repressão a militantes “de esquerda”, contra o que ressalta a discordância de Tancredo e Ulysses: “Em nome do PMDB, Ulysses Guimarães prestou sua solidariedade aos ‘brasileiros que têm ideias que não são as minhas, vítimas da prepotência’, e terminou exigindo a liberdade e o respeito aos direitos humanos”. É possível elencar um conjunto de elementos simbólicos que atua no sentido de construir a imagem dos partícipes de uma campanha por eleições indiretas como homens públicos que sacrificam “ideologias” com o interesse exclusivo de pôr fim ao regime “de arbítrio”.

Kotscho compara o comício de João Pessoa àqueles realizados pelas “diretas-já”, procurando conferir ao evento um significado simbólico a partir de sua associação com uma campanha que foi noticiada pelos órgãos da imprensa como a representação da maior luta democrática da história política brasileira.

Por tudo o que se viu, o comício de João Pessoa fez lembrar o mesmo clima da campanha das diretas: a improvisação, o palanque ainda sendo armado às 6 da tarde, a falta de um apresentador [...], o pequeno número de artistas e nada daquela feérica produção de Belém e Manaus há duas semanas [...]. O púlpito já estava praticamente tomado pela Frente Liberal quando Tancredo Neves chegou pouco antes das sete da noite. E a festa acabou com Elba Ramalho e todo mundo junto cantando o Hino Nacional, de peito aberto, mãos dadas, braços erguidos, como nos bons tempos das diretas (FSP, 27/10/84, p. 4).

Daniel de Mendonça (2004, p. 116) destaca como, apesar das alianças conservadoras que viabilizaram sua vitória no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves se constituiu no símbolo da “Nova República”, entendendo que as expectativas democratizantes elaboradas ao longo do processo de transição, em especial durante a campanha pelas “diretas-já”, foram transferidas para ele. A principal estratégia eleitoral foi o trabalho de reedição da campanha que teria evidenciado a existência de um “imaginário popular oposicionista” ao regime autoritário. O autor chega a afirmar que, “se não fosse o insignificante grupo político que apoiava Paulo Maluf, Tancredo seria incontestavelmente uma unanimidade nacional” (MENDONÇA, 2004, p. 119), desconsiderando a oposição à Aliança Democrática pelo PT que não se coligou aos partidos que a formaram.

Ao longo do jogo que envolveu a sucessão, os agentes da imprensa modificavam suas posições, interferindo no campo político. As críticas ácidas da *Folha* ao método do Colégio Eleitoral vão sendo atenuadas proporcionalmente ao avanço da candidatura de Tancredo e ao recuo da campanha pelas diretas, cuja defesa “incondicional”, no âmbito partidário, tornou-se uma exclusividade do PT. Partido cujo programa não interessava à *Folha*, haja vista que suas propostas “radicais” não corroboravam com sua perspectiva liberal.

Em resolução aprovada durante reunião de seu Diretório Nacional entre 2 e 3 de junho de 1984, o PT estabelece sua linha de ação voltada para a reafirmação das “diretas já” como única proposta de transição política:

1. O PT reafirma as suas resoluções do Encontro Nacional de São Bernardo e da reunião do Diretório Nacional realizada em São Paulo. E reitera seu propósito de prosseguir na campanha por eleições Diretas Já como uma luta pelo direito de o povo exercer o controle do governo e como primeiro passo para mudanças políticas e econômicas que levem ao atendimento de reivindicações da classe trabalhadora.
2. Reafirma, também, sua posição contrária a quaisquer negociações que privem o povo de seu direito de eleger ainda este ano o novo presidente e contra as manobras de prorrogação do mandato do atual Presidente.
3. O PT não participará do Colégio Eleitoral e nem de quaisquer outros mecanismos de escolha indireta do Presidente. Mais ainda, o PT se empenhará concretamente no boicote ao Colégio Eleitoral para torná-lo inviável.
4. Para que a mobilização popular pelas Diretas Já tenha tempo para superar o nível alcançado anteriormente, o PT tentará protelar a votação da Emenda Figueiredo, que mantém o Colégio Eleitoral em 1984 e adia para 1988 a eleição direta. Ao mesmo tempo, procurará redirecionar contra o Executivo o eixo da pressão popular, e exigirá que o governo substitua aquela emenda por outra que estabeleça diretas em 1984. Se isso não for conseguido, o PT lutará, no Congresso, para destacar e derrubar os itens da Emenda Figueiredo que mantêm a escolha indireta em 1984, e examinará os demais itens, para aprovar os que interessam à classe trabalhadora e às oposições.
5. O PT considera indispensável, neste momento, retomar, ampliar e intensificar a mobilização pelas Diretas Já, através de sucessivas e crescentes manifestações populares, com jornadas nacionais de luta que incluam concentrações e paralisações do trabalho. Essas lutas populares devem desembocar numa ampla e massiva greve geral, de acordo com o movimento sindical, e para cuja efetiva preparação o PT conclama desde já seus militantes e simpatizantes (Apud REVISTA PERSEU, 2009, p. 149).

A partir de uma posição radicalmente contrária às indiretas, o PT procurou esgotar as possibilidades institucionais a fim de inviabilizar a eleição, chegando a criar estratégias, com recurso a mandado de segurança, para impedir a regulamentação do Colégio Eleitoral (FSP, 08/08/84, p. 2) e, por fim, decidir em reunião pelo não comparecimento de seus deputados no dia da votação⁶⁵, derrotando duas outras propostas que surgiram dentro do partido: comparecer ao Colégio e votar em Tancredo seja para manifestar apoio a Aliança Democrática seja para se opor a Maluf, ou, submeter um programa a Tancredo que serviria de condicionante do voto (SINGER apud FSP, 11/02/85, p. 3).

Na resolução aprovada no Encontro Nacional do partido três dias antes da eleição no Colégio, há uma síntese da análise que o partido fez à época do processo sucessório:

⁶⁵ Três deputados federais descumpriram a decisão majoritária do partido e compareceram ao Colégio Eleitoral, todos votando em Tancredo Neves. Foram eles: Ayrton Soares, Bete Mendes e José Eudes Freitas.

Ao longo de toda a campanha, os setores liberais e conservadores das oposições, liderados pelo governador Tancredo Neves, oscilaram entre a luta pelas Diretas e a conciliação com o regime. Temerosos diante do crescimento da mobilização popular, que ameaçava seu controle sobre a transição, estes setores, às vésperas da votação da Emenda Dante de Oliveira, apressam as negociações com setores do regime e do PDS: começa a tomar forma a Aliança Democrática. A derrota da Emenda Dante de Oliveira foi a senha para a desmobilização e a retomada do controle pelos setores conservadores, que, tornando-se majoritários no Congresso, se recusaram a votar a Emenda Teodoro Mendes⁶⁶, regulamentaram o Colégio e consideravam golpe aprovar qualquer emenda por Diretas Já. Por outro lado, a vitória de Maluf na convenção do PDS criou as condições definitivas para a união dos dissidentes do PDS com o PMDB, formalizando a Aliança Democrática e o lançamento oficial da candidatura Tancredo Neves (Apud REVISTA PERSEU, 2009, p. 164).

Dessa forma, o PT procurou estabelecer uma posição de independência que o tornava um partido distinto e, ao mesmo tempo, isolado naquele contexto, haja vista a não inclusão na ampla aliança partidária que se constituiu em torno da candidatura Tancredo-Sarney. No pouco espaço de visibilidade conferido a Lula pelos veículos da grande imprensa, é possível visualizar sua crítica ao governo de “transição”, logo após a derrota da emenda: “A proposta de Tancredo Neves não é de governo de transição coisa nenhuma. É uma proposta de transação. As oposições não têm o direito de negociar apenas por interesses partidários. Nós temos que lutar simplesmente, pelas eleições diretas já” (FSP, 25/04/1985, p. 4). O jornal, que, aos poucos vai silenciando a voz de Lula, diz que, para este, as propostas de negociação do governo apenas mudam os homens sem mudar o regime, tratando-se de uma “saída política suave”, reafirmando o papel da oposição que deveria tomar uma “medida de força”, diferentemente do que estava fazendo Tancredo e seus colaboradores (FSP, 25/04/1985, p. 4).

Por outro lado, a posição de Tancredo em relação aos chamados grupos de esquerda e aos “radicais” se aproxima mais de um governo de perfil autoritário do que de um Estado democrático, em favor do qual afirmava se candidatar, como é possível observar nessa sua entrevista publicada na *Folha*:

Não transigirei jamais. Não farei nenhuma concessão, por mínima que seja, a qualquer agrupamento político, seja ele qual for, e particularmente às esquerdas no que tange à matéria de princípios como a ordem pública, as nossas instituições civis e militares, a segurança nacional e a soberania do

⁶⁶ Emenda de autoria de José Theodoro Mendes, deputado federal pelo PMDB. A emenda previa eleições diretas imediatamente, mas sequer foi votada, num contexto político tenso que resultou na retirada por Figueiredo até mesmo da emenda Leirão que estabelecia diretas para 1988. Cf.: FSP, “Figueiredo volta atrás e retira emenda; Tancredo já se prepara”, 29/06/1984.

povo brasileiro. O Brasil é uma pátria nacionalista, uma pátria democrata e cristã e há de ser sob a égide dessas influências que nós haveremos de construir uma Nação soberana, digna e justa (FSP, 20/07/1984, p. 5).

Discurso que se alinha à postura da *Folha* e que, ao mesmo tempo, possibilita a percepção de disputas simbólicas entre os grupos aos quais Tancredo e Lula estavam ligados, se constituindo em evidências de que não havia um consenso no tocante à proposta “conservadora” de “redemocratização”, a despeito do esforço da grande imprensa em alardeá-lo.

A memória histórica produzida sobre a “etapa final” do processo de “transição” por políticos e escritores exerceu um papel central na cristalização de uma narrativa que transferia o *slogan* “diretas já” para “Tancredo já”. Poucas eram as referências à continuidade da campanha. Isso porque um conjunto de forças políticas se aliou na defesa do Colégio Eleitoral, conquistando uma vantagem simbólica que afastou do campo político aqueles que continuavam reivindicando as “diretas já”.

A ideia de que, com sua candidatura Tancredo estaria dando continuidade ao movimento pelas diretas, aparece fortemente neste discurso endereçado a artistas e intelectuais no Teatro Casa Grande, no Rio de Janeiro:

Mais de 60 milhões de eleitores estavam prontos e motivados para a escolha do supremo mandatário da Nação, mas não confiaram no povo e adiaram a festa. Mas a opinião pública quer mudanças e as continuou exigindo nas praças, nas reuniões, nos comícios em que as vozes das “Diretas Já” se transformaram nos apelos de “Mudanças Já”, tema central da **emocionante campanha eleitoral** que teve início no lançamento da Aliança Democrática e só vai encerrar-se em Brasília, em 15 de março [discurso em 05/11/1984] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 772, grifo nosso).

Tancredo constrói um paralelo entre as “diretas já” e a “emocionante campanha eleitoral”, contribuindo para a construção da *verdade factual* de que a campanha da Aliança Democrática era uma continuação do movimento pelas diretas e, portanto, era legítima e expressava os interesses do “povo”:

Esta vai ser ainda uma eleição indireta. Mas são encontros como o desta noite que nos asseguram que as forças da Oposição e seus candidatos estão sintonizados com o povo, identificados com as mais expressivas lideranças de todos os segmentos sociais, culturais, econômicos e políticos, em uma campanha que não seria diferente se a eleição direta nos tivesse sido

assegurada para o dia 15 de novembro [discurso em 05/11/1984] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 772).

Uma estratégia retórica de persuasão com a qual o orador conquista capital simbólico e vai se constituindo no protagonista da “redemocratização”, ainda que feita sob as mesmas regras da “ordem autoritária”:

Fizeram as normas e as regras. Por não nos restar outro caminho, foram estas regras e normas aceitas pelas lideranças políticas e partidárias e adotadas pelos candidatos. O povo entendeu tudo, e foi ouvindo a sua voz que a imensa maioria dos senadores, deputados e representantes das Assembleias no colégio eleitoral já deixou claro a toda a Nação qual será o seu voto em 15 de janeiro. [...] É por isso mesmo que os brasileiros confiam que seus representantes, em 15 de janeiro, votem nos candidatos democráticos como **uma forma de usar o colégio eleitoral para acabar com ele**, para que nunca mais se tenha de escolher indiretamente um Presidente da República em nosso País [discurso em 05/11/1984] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 772, grifo nosso).

Na transição, sem dúvida, temos agora o grande avanço republicano e democrático como decorrência da **vontade manifesta de mudança**, que se **expressou na longa campanha das “Diretas Já” e se constituiu na base mesma da pregação dos candidatos da Aliança Democrática** [discurso em 15/11/1984] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 797, grifo nosso).

Com um discurso que reproduz, com um forte envolvimento afetivo, esses argumentos, Couto (2010) intenciona conservar a imagem fabricada durante a campanha eleitoral de que a eleição indireta simbolizava as “sonhadas Diretas-já”, sobretudo pelo fato de ser conduzida por um “candidato que está no coração do povo” (COUTO, 2010, p. 340). É enviesado por esta posição política que o autor narra o recurso ao Colégio Eleitoral enquanto uma astúcia “para acabar com ele”, uma “saída politicamente brilhante, porque justifica a disputa, sem elidir as críticas já feitas”. O dilema ético que, segundo ele, afetava os líderes do PMDB que haviam criticado em demasia o colégio, foi resolvido com o “pragmatismo” do partido que não acompanhou o PT na continuidade da campanha por saber “que não adianta” e que “é hora e vez da democracia” (COUTO, 2010, p. 347), ainda que via mecanismo a ela avesso.

Além de se construir como símbolo da “vontade do povo”, Tancredo atribui a si o papel de “refundador” da República, então destituída de seu significado conceitual em razão da existência de um “poder unipessoal”. É baseando-se no elemento retórico da comparação histórica, que Tancredo profere um discurso a 15 de novembro de 1984 em Vitória-ES no qual coletiviza a responsabilidade do trabalho de todos na conjuntura que se apresentava: “[...]”

concito e conclamo os cidadãos à tarefa de construirmos juntos a Nova República”. Procura equiparar a “transição” à “proclamação da república” e à “independência” no sentido de inclui-la no rol dos “marcos históricos” da formação política do Brasil, interpretando esses eventos como exemplos de uma “tendência natural” do País à “conciliação” e um desprezo pelos “radicalismos”:

Sejamos, pois, nesta hora decisiva da vida brasileira, possuídos pela mística da República, a fim de que ela se prepare para a sua continuidade histórica. Para que ela, instituída em uma Federação descentralizada, seja, efetivamente, capaz de **moderar os conflitos**, por meio de uma vigilância constante contra os perigos de quaisquer **novos disfarces** pelos quais se pretenda impor à Nação a **vontade das minorias**. A generosa **inclinação dos brasileiros para a tolerância e o consenso fez da Independência, da Abolição e da República conquistas civilizadas e pacíficas**. Esta cordura nos processos, esta moderação nos meios empregados para o alcance dos objetivos mais difíceis, esta ausência de violência no encaminhamento das soluções mais intrincadas não significam debilidade de um povo, mas, ao contrário, força de alma e de razão. O rigor e a violência são, muitas vezes, filhos da fraqueza e do temor. Os livros são férteis de casos trágicos, que, não fora a desconfiança e o medo, não teriam prevalecido por tanto tempo em tantas nações. Os historiadores sabem que muitas vezes **a agressividade e o radicalismo não passam de formas de pânico**, individuais ou coletivas, situações-limite que, por isso mesmo, não podem durar e, muito menos, ser permanentes [discurso em 15/11/1984] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 795, grifo nosso).

Com um discurso fortemente liberal, Tancredo criminaliza os conflitos associando-os a posições antidemocráticas, à semelhança das representações da grande imprensa que alardeavam discursos como esse ampliando sua difusão. “Radicalismos”, seja os de “esquerda” seja os de “direita”, não caberiam no País naquele momento. Os primeiros “nos levam ao fanatismo ideológico” e o segundo tipo são “carentes de princípios e repletos de ambições de poder”. É o que Tancredo procura instituir como verdade a fim de garantir a soberania de sua posição e de seu grupo enquanto democrata-liberal no âmbito das disputas políticas.

Diferentemente dos “radicais”, ele simbolizaria a “moderação”, essa que seria uma característica inata aos brasileiros. Os “radicalismos” apenas “agridem os sentimentos e as tradições nacionais”, ao contrário da “conciliação”, como aquela estabelecida entre republicanos e monarquistas que “uniram-se [...] sem ressentimentos ou sectarismos, para construir a nova ordem” [discurso em 15/11/1984] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 795). Tancredo reatualiza a noção freyreana de “vocação democrática” (FREYRE, 2006), segundo a

qual o brasileiro, resultado da “confraternização” entre as “três raças”, tinha uma tendência “natural” ao “pacifismo” e à “cordialidade”. Tese bastante utilizada pelos setores liberais para justificarem o que consideram “radicalismos” que, de acordo com o discurso de Tancredo, estavam ausentes da “alma” brasileira.

Tancredo faz uma releitura da memória histórica brasileira, silenciando os conflitos, à semelhança do que já fizeram alguns pensadores sociais ao interpretarem a formação social do Brasil⁶⁷. Justifica sua oposição aos conflitos e aos “revanchismos” a partir de sua “formação democrática, alicerçada em uma vida pública em que nunca faltaram o apoio do povo, o voto direto dos meus concidadãos e a confiança das lideranças políticas e sociais” [discurso em 15/11/1984] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 798).

Tancredo faz uso do “povo” como um importante recurso retórico com força simbólica para legitimar sua campanha. Trata-se de um conceito que deve ser relativizado, uma vez que o “povo” ao qual Tancredo faz referência representa grupos sociais identificados com sua candidatura.

Da luta pelas **diretas**, esta memorável página cívica nos anais de nossa história. O **povo** encheu as praças, o povo, em todos os recantos da nossa Pátria, manifestava da maneira mais eloquente o seu inconformismo com as estruturas que vinham do **autoritarismo**. As eleições diretas marcaram, sem dúvida, uma nova etapa na nossa destinação política. Mas elas não se submeteram, essas multidões, ao fracasso da derrota que tanto nos constrangeu. A derrota das diretas não abateu o povo. Pelo contrário, ganhou energia para vir novamente em **praça pública** sustentar uma causa representada num candidato que tinha por objetivo principal devolver ao povo as suas prerrogativas fundamentais e essenciais, ainda que para isso tivesse de ir a um **colégio eleitoral** espúrio para destruí-lo, e de uma vez por todas [discurso em 13/01/1985] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 818, grifo nosso).

Discurso pronunciado dois dias antes da eleição e no qual o candidato pelas indiretas à Presidência da República reforça os símbolos que associa à “democracia” utilizados durante toda a campanha, “povo”, “diretas” e “praça pública”, assim como, os símbolos da ditadura contra os quais se posicionou discursivamente: “autoritarismo” e “colégio eleitoral”. O alvo do discurso de Tancredo na campanha não era criticar os “maus feitos” do regime, como as torturas e as cassações de mandatos. Sua ênfase era na necessidade de restaurar a ordem democrática, mas sem criticar, sobretudo, os personagens do regime militar. Criticava o regime de “arbítrio”, mas não os atores políticos que o constituíam.

⁶⁷ Cf.: FREYRE, 2006.

O passado não precisava ser exumado; importava colocar os olhos para o presente e para o futuro, “redemocratizando” o País sem revanchismos. Tancredo obedecia ao pressuposto geiseliano da abertura “lenta, segura e gradual”, desqualificando aqueles que defendiam um processo de transição única e exclusivamente através das diretas e, sobretudo, afirmando serem suas ideias um grave risco de retrocesso. As “opiniões” da esquerda foram desqualificadas e utilizadas para se estabelecer a legitimidade do discurso político da “oposição liberal”, sintetizado em Tancredo.

Tancredo fazia uso de um cabedal conceitual liberal e moderno e, ainda que tenha diversas vezes discordado da eleição indireta considerando-a um método “arcaico”, símbolo dos acordos oligárquicos e antidemocráticos, dela se apropriou, mas sem se afastar de uma retórica fundamentada em valores modernos. Tornou-se recorrente a naturalização da tese segundo a qual o único caminho para uma sociedade justa e igualitária era a democracia liberal, devendo ser excluídas possibilidades a ela alternativas, leia-se, o “socialismo democrático” (BRANDÃO, 2003), naquele momento representado partidariamente pelo PT.

Considerando-se que o poder simbólico só é possível a partir da “cumplicidade” daqueles sobre os quais ele é imposto, ou seja, a partir de um “desconhecimento da violência que se exerce através dele” (BOURDIEU, 2004, p. 194), entendemos que houve uma violência simbólica no trabalho, em grande medida realizado pela grande imprensa, por meio do qual se transformou discursivamente as eleições indiretas em diretas e construiu-se a *verdade factual* de que a única saída possível para a democratização do País era a adesão à proposta liberal da Aliança Democrática.

Por corolário, houve um esforço por parte dos agentes políticos e da grande imprensa no sentido de promoverem o esquecimento de “alternativas” ligadas a grupos de “esquerda”, cuja memória os associou à “ditadura socialista”⁶⁸. Donde, resultou-se uma vitória simbólica dos grupos políticos defensores de uma democracia liberal que estabeleceram sua

⁶⁸ Tese que vem sendo reatualizada por alguns jornalistas e historiadores, de acordo com os quais a democracia liberal representa o caminho do “meio”, na medida em que se opõe tanto à “ditadura de direita”, como à “ditadura de esquerda”. Um historiador que corrobora essa opinião tem aparecido bastante nas telas e em jornais impressos e digitais: Marco Antônio Villa. Para ele, a única frente de “oposição” ao regime militar era a “oposição oficial” empreendida pelo MDB e por setores da sociedade civil, argumentando que a luta armada serviu, antes de tudo, para uma maior repressão por parte do regime. Para o autor, a explicação principal para o AI-5, por exemplo, não deve ser buscada na estrutura do próprio autoritarismo, mas nos movimentos de guerrilha, por ele chamados de “terrorismo” e que teriam sido os responsáveis pela repressão em larga escala da ditadura. Leitura conservadora e reacionária que, lançando mão do argumento de que seu único interesse é defender a democracia, reproduz visões “autoritárias” e a ideia, consolidada por sujeitos políticos, como Tancredo, de que a democracia liberal é o caminho exclusivo que poderá conduzir o Brasil ao “progresso”. Cf.: VILLA, 2014.

representação do mundo social e a transformaram numa “verdade” incontestada, prorrogando sua dominação política no cenário brasileiro até o ano de 2002, ano da vitória do PT, com a eleição de Lula para a presidência da República que “[...] representou simbolicamente a emergência dos trabalhadores no poder, fato notável se consideramos o elitismo e o conservadorismo da política brasileira” (D’ARAÚJO, 2008, p. 323). Conservadorismo que, ressalte-se, parece-nos está permeando o cenário político atual.

No próximo capítulo, discutiremos a trajetória de Tancredo Neves enquanto um ator social que representa o conservadorismo das elites políticas brasileiras, acompanhando posições que assumiu em diversos momentos de tensão, a exemplo da crise que envolveu a renúncia de Jânio Quadros e da posse de João Goulart, assim como, durante o regime civil-militar.

CAPÍTULO III

Tancredo Neves e a “ordem autoritária”: colaborações com o regime civil-militar



Charge de Luiz Gê, publicada na *Folha de São Paulo*, 12/02/84.

CAPÍTULO III

TANCREDO NEVES E A “ORDEM AUTORITÁRIA”: COLABORAÇÕES COM O REGIME CIVIL-MILITAR

A memória de Tancredo Neves que o inclui na lista dos que resistiram a um regime “autoritário” foi fabricada por ele próprio, pelos aliados políticos e alardeada pela grande imprensa durante a campanha presidencial de 1984-1985, consolidada quando de sua doença e morte e reproduzida em narrativas biográficas elaboradas *a posteriori* (DELGADO, 1985, 2010; NUNES, 1988; COUTO, 1995, 2010; TENDLER, 2011; RIBEIRO, 2015). Nessas narrativas, a vida de Tancredo foi constituída como um “todo, um conjunto coerente e orientado”, como se “‘desde o início’, desde a mais tenra idade” (BOURDIEU, 1996, p. 74), estivesse se dirigindo, teleologicamente, a um objetivo, uma realização predeterminada.

Pensar as histórias de vida como uma “narrativa coerente de uma sequência significativa e coordenada de eventos”, é ceder a uma “ilusão retórica” (BOURDIEU, 1996, p. 76), desconsiderando as transformações do mundo social que afetam as posições dos agentes individuais e são por elas afetadas. Acompanhando a compreensão de Bourdieu sobre o texto biográfico, “nada é mais enganador do que a ilusão retrospectiva que revela o conjunto dos traços de uma vida, tais como as obras de um artista ou os acontecimentos de uma biografia, como a realização de uma essência que lhes preexistiria” (BOURDIEU, 2009, p. 91).

No ensaio introdutório à coletânea de discursos de Tancredo Neves organizado a convite da Câmara Federal, Lucília Delgado (2010) mitifica-o, sem estabelecer uma relação de distanciamento-estranhamento que lhe permitisse se posicionar criticamente e tratá-lo como sujeito histórico. A historiadora, e também sobrinha de Tancredo, perfila-o como um daqueles indivíduos hegelianos que agem “inconscientemente” movidos pelo “espírito de época” e que não seriam afetados pela ação da historicidade. Preocupa-se, sobretudo, em demonstrar que o homem responsável pela “transição”, tinha uma “vocação democrática” inata, um destino que já se iniciara em sua infância⁶⁹ quando lia para o pai discursos de Rui Barbosa, Barbosa Lima Sobrinho e outros políticos que faziam parte da “oposição” da época, conforme ele próprio conta em entrevista (DELGADO; SILVA, 1985, p. 68-69).

⁶⁹ Tancredo de Almeida Neves nasceu em 04 de março de 1910, em São João del-Rei, Minas Gerais. Era o quinto dos doze filhos do comerciante Francisco de Paula Neves e de Antonina de Almeida Neves (DELGADO, 2010, p. 25).

Conforme a narrativa de Delgado (2010), Tancredo bacharelou-se em Direito em 1932 pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, participando das movimentações que marcaram os anos 1930: “Deixou-se também contagiar pelo espírito da época, ‘*pela pressão do ambiente mineiro*’ que, sob a liderança de Antonio Carlos, apostou na renovação das práticas e da mentalidade política”. Segundo conta, ele fortaleceu sua “vocação democrática” na ambiência da revolu o de 30, momento em que teria reafirmado convic es que vinham se formando desde sua infância e adolescência, sobretudo a “valoriza o suprema da democracia” (DELGADO, 2010, p. 27). A narradora esculpe o jovem Tancredo a partir de um olhar anacr nico, uma vez que lhe atribui um perfil que lhe foi associado, sobretudo nos anos 1980, fazendo crer que ele era possuidor “inato” de um “sentimento democrático”.

A partir daí, já se manifestava, segundo a autora, aquilo que seria a “marca indelével de sua trajetória política”: “Começava a se formar no jovem, que se preparava, sem mesmo o saber, para uma longa jornada na vida pública, um conjunto de princípios cujo carro-chefe era, como já afirmado, a **convic o democrática**” (DELGADO, 2010, p. 27-28, grifo da autora). Característica que teria acompanhado Tancredo em toda sua trajetória como homem público e, se exacerbado, durante a campanha eleitoral de 1984-1985 e, mais ainda, com a sua morte, circunstância em que a grande imprensa consolidou sua imagem como símbolo das “liberdades democráticas” e de “inimigo da ditadura”.

Da memória sobre Tancredo (DELGADO, 1985, 2010; NUNES, 1988; COUTO, 1995, 2010), sobretudo após sua morte, prevaleceu a tese de que tinha uma “inclina o natural” para a democracia e de que sua trajetória teria sido marcada por um “sentido” que o direcionara para um fim pré-estabelecido: a reden o do Brasil, com sua vitória no Colégio Eleitoral e com sua morte, agindo em “holocausto”, como afirmou Pedro Simon (COUTO, 1995, p. 176), para que o País voltasse a ser uma democracia.

Estratégias memorialísticas para produzir um esquecimento de sua colabora o com o regime civil-militar? Afinal de contas, se, por um lado, em vários momentos de sua trajetória, Tancredo acionou o dispositivo da “concilia o” para justificar suas práticas no campo político, por outro, ao longo de sua atua o no regime civil-militar, modificou suas posi es de acordo com as mudanças estabelecidas pela “ordem autoritária”. O recurso ao discurso da “concilia o” atenuou a posi o de Tancredo como colaborador do regime, fazendo dele um político hábil, capaz de “unir os contrários” e de eliminar os “radicalismos”.

São argumentos que iremos desenvolver ao longo deste capítulo por entendermos que eles deslocam a ideia de “concilia o” como um traço “natural” de Tancredo e da sociedade

brasileira e, também, a suposição de que sua experiência biográfica teve um percurso linear e pré-estabelecido, visando a um *telos*: a “redemocratização” brasileira. Contribuem, portanto, para tensionarmos a memória de Tancredo como um dos principais líderes da resistência à ditadura, evidenciando sua colaboração com o governo militar, sobretudo a partir da “abertura lenta, gradual e segura” projetada por Ernesto Geisel. Colaboração que, na esteira dos interesses governistas, tinha a intenção de silenciar propostas consideradas “radicais” que poderiam interferir numa “redemocratização” conservadora do País.

A memória de Tancredo como um homem público “essencialmente” conciliador e democrático associa-se a mecanismos simbólicos que a autorizaram e a construíram como verdade. Um caminho para o exercício de problematização consiste em pensá-lo como um indivíduo que, orientado por um *habitus*, um conjunto de “disposições duráveis” construídas e (re)significadas ao longo de sua trajetória social, realizou práticas no interior do campo político que devem ser situadas histórica e socialmente. Analisemos na trilha do que pensa Bourdieu:

Produto da história, o *habitus* produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme aos esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo (BOURDIEU, 2009, p. 90).

As posições do agente político, de acordo com Bourdieu, devem ser compreendidas a partir das relações de forças entre os indivíduos que compõem o campo político, esse “universo autônomo”, onde “as pessoas envolvidas [...] possuem, por esse motivo, interesses específicos, interesses que são definidos pela lógica do jogo e não pelos mandantes” (BOURDIEU, 2004, p. 200). Em outra ocasião textual, diz o autor:

[...] a noção de campo relativamente autônomo obriga a colocar a questão do princípio das ações políticas e obriga a dizer que, se queremos compreender o que faz um político, é por certo preciso buscar saber qual é sua base eleitoral, sua origem social..., mas é preciso não esquecer de pesquisar a posição que ele ocupa no microcosmo e que explica uma boa parte do que ele faz (BOURDIEU, 2011, p. 199).

É a posição que o indivíduo ocupa no interior do campo que define de qual lado ele está, se é de “esquerda” ou de “direita” e quais grupos representa (BOURDIEU, 2004, p. 201).

Sobre as normas simbólicas que regulam o campo político, Bourdieu (2011, p. 200) afirma: “com bons sentimentos, faz-se má política. É preciso aprender a usar de evasivas ou subterfúgios, aprender os artifícios, as relações de forças, como tratar os adversários... Essa cultura específica deve ser dominada de forma prática”.

Se, por um lado, é relevante para o político conhecer o direito constitucional para que não fique excluído dos debates com os pares, por outro é importante aprender um conjunto de saberes e habilidades que lhe permitem se comportar politicamente no campo. “Essa percepção do jogo político é o que faz com que se possa negociar um compromisso, que se silencie a respeito de algo que habitualmente se diria, que se saiba proteger discretamente os amigos, que se saiba falar aos jornalistas” (BOURDIEU, 2011, p. 200).

Negociações e acordos constituem, antes de tudo, regras do campo político, cujos agentes interiorizam uma “exterioridade”, agindo com “disposições” que “permitem que as forças exteriores sejam exercidas, mas segundo a lógica específica dos organismos nos quais estão incorporados, ou seja, de maneira durável, sistemática e não mecânica” (BOURDIEU, 2009, p. 90-91). Os conceitos de *habitus* e campo contribuem para a análise de aspectos da trajetória de Tancredo, na medida em que permitem a reflexão sobre as “disposições mentais” que orientavam suas práticas no âmbito estrutural do jogo político. Portanto, consideramos importante analisarmos aspectos de sua trajetória pelo fato de se tratar de um político que foi construído e se construiu como o símbolo da estratégia “conciliadora” da “redemocratização”, alguém que personificava a ideia de democracia “permitida” pelas elites políticas naquele momento.

Interessa-nos analisar as dimensões social e individual que o envolvem, considerando que seu comportamento político expressava características estruturais da cultura política brasileira e seu conservadorismo (MARTINS, 2011)⁷⁰, assim como, obedecia a regras do campo político (BOURDIEU, 2011), não se configurando como uma idiosincrasia individual. Analisar representações políticas e midiáticas a respeito de Tancredo supõe, na nossa perspectiva, considerá-lo um ator político que representava socialmente o modelo conservador de

⁷⁰ Cultura política marcada por um conservadorismo que, segundo José de Souza Martins (2011), esteve presente em vários momentos da história política brasileira: da proclamação da independência do Brasil pelo príncipe herdeiro da Coroa portuguesa à abolição dos escravos por seus senhores (MARTINS, 2011, p. 84). A esses exemplos históricos, Martins acrescenta o caso da articulação política feita pelos próprios atores que compunham a máquina do governo militar que se converteu na “redemocratização” do Brasil. Para Martins, o recente processo político que conduziu ao fim da “ditadura militar” não se realizou como resultado de manifestações populares, mas de tramas entre políticos até então adversários: “A ditadura militar só acabou em 1985, porque uma facção oligárquica se retirou do partido governista e se aliou à oposição, assegurando, assim, a eleição de um civil da oposição, Tancredo Neves, para a presidência da República (um civil que, de qualquer modo, vinha do antigo PSD oligárquico)” (MARTINS, 2011, p. 99).

“transição” a partir de uma proposta de “conciliação” que significava, antes de tudo, o afastamento da arena política de sujeitos que eram associados a uma possibilidade de fratura no *status quo*.

3. “Ódio aos extremismos”: a política da “conciliação”/colaboração

Tancredo Neves interiorizou uma cultura política conservadora, haja vista fazer parte de elites políticas que, historicamente, se apropriaram de teorias liberais (re)significando-as para conservarem seus privilégios. Atuava no campo enquanto um político híbrido, com sua retórica liberal e seu *habitus* “conciliador”, compondo a estrutura autoritária implantada no Brasil desde 1964, ainda que ocupasse o lugar de “oposição” no Congresso Nacional desde 1966, enquanto Deputado (1966-1978) e Senador (1978-1982) pelo MDB. Diferentemente de Leonel Brizola, Miguel Arraes ou Juscelino Kubitschek, que tiveram seus mandatos cassados pelo regime ficando no ostracismo da vida pública, Tancredo, assim como, Ulysses Guimarães, se mantiveram no *status quo* enquanto parte da institucionalidade autoritária.

Com a derrota da emenda das “diretas já” em abril de 1984, seu nome representava os interesses do governo e da “oposição liberal” que, em articulação, operacionalizaram uma transição “pactuada”. A tese utilizada era a de que só havia um caminho possível para a “redemocratização” do País: a “conciliação”, palavra que suavizava a ideia de colaboração, ao acionar a hipótese do caráter “cordial” das relações sociais, bastante presente nas interpretações sobre a formação social do Brasil⁷¹.

Delgado e Silva (1985), ao construírem uma “trajetória liberal” para Tancredo, esforçaram-se por justificar, através de referências ao seu passado político, a posição conservadora e “conciliadora” adotada por ele durante a campanha presidencial de 1984-1985. Chamam a atenção para a habilidade do mineiro em ter desenvolvido, ao longo de sua vida pública, uma “capacidade” de equilibrar os extremos, exercício que já havia realizado ao analisar as mudanças que tornaram a sociedade brasileira de agrária para urbana em menos de meio século.

⁷¹ Em Gilberto Freyre (2006), com sua tese da “confraternização das raças”, desenvolvida em *Casa grande e senzala*, de 1933.

Tancredo Neves aprendeu com rapidez o movimento da mudança. Neste aprendizado, o político de São João del-Rei desenvolveu a capacidade de equilibrar a sua ação pública entre dois pólos: os interesses do Brasil do passado – o universo das oligarquias agrárias estaduais e dos modos tradicionais de organização da economia e das relações sociais – e os interesses do Brasil contemporâneo, industrial, expressos no processo dinâmico de formação de novos grupos políticos nas cidades, nas fábricas, nos sindicatos, nos partidos (DELGADO; SILVA, 1985, p. 24).

Para elas, a trajetória de Tancredo revelava elementos que poderiam representar uma interpretação da sociedade brasileira, segundo a qual os conflitos deveriam ser tratados com negociação, evitando-se “atitudes radicais” e, ao mesmo tempo, orientando-se pelos “princípios liberais”. Dessa maneira, elas reafirmam uma aptidão de Tancredo para o diálogo que justificaria sua posição contrária a “autoritarismos” tanto de “esquerda” quanto de “direita”. “Sua vida pública pautou-se sempre pela convicção de que a política é o caminho de homens civilizados para resolverem suas disputas. Consequentemente, não via nos golpes de Estado nem em ações radicais o meio de criar uma sociedade estável e progressista” (DELGADO; SILVA, 1985, p. 26).

A análise que as autoras fazem da trajetória de Tancredo reproduz seu discurso de forma a-crítica, colocando-se a serviço da construção de uma memória a seu respeito como um político “equilibrado” que tinha aversão a conflitos. Fizeram entrevistas com ele ao longo de 1983 e as publicaram em forma de “depoimento” em 1985, ao qual acrescentaram um ensaio introdutório, após sua morte. Nesse ensaio, procuraram fixar uma memória de Tancredo que o eternizaria como um liberal que, desde cedo, teria tomado decisões pautado na dinâmica da “conciliação”, palavra que serve de atenuante para traduzir as posições contraditórias e, porque não dizer, oportunistas, do político.

Elas assumem uma posição política concatenadas com um cenário em que a grande imprensa, intelectuais e políticos procuraram estabelecer uma memória da ditadura civil-militar como um período “sombrio” pelo qual apenas os militares teriam sido responsáveis e, paralelamente, fabricar ícones da resistência. De tal maneira, que apenas recentemente os historiadores passaram a utilizar a expressão ditadura civil-militar em substituição à “ditadura militar”, com a intenção de dar visibilidade à participação de civis naquele processo político.

Num contexto em que a ditadura está sendo investigada e (re)significada, com a atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e até mesmo em razão dos cinquenta anos do golpe em 2014 e trinta anos da eleição de Tancredo em 2015, Daniel Aarão Reis (2014) problematiza como se construiu a memória de que o ano de 1985 representava o fim da

ditadura pelo fato de ter ocorrido a eleição de um civil, não corroborando a tese de que o regime autoritário teria sido obra apenas dos militares,

No Brasil, formou-se ampla coligação de interesses e vontades a favor da ideia de que a ditadura teria se encerrado em 1985. Na base dessa verdadeira *frente* social, política e acadêmica, estava **uma ideia-força de modo nenhum respaldada pelas evidências** – a de que a ditadura fora obra apenas dos militares, reconstruídos como *bodes expiatórios*, responsáveis únicos pela *noite escura* e pelos *anos de chumbo*. [...] embora os militares tenham sido protagonistas – inegáveis – de primeiro plano, tendo exercido sempre a Presidência da República, além de inúmeros outros papéis relevantes, a ditadura nunca foi obra exclusivamente sua (REIS, 2014, p. 127, grifo nosso).

“Ideia-força” que foi bastante repetida pela grande imprensa durante a campanha presidencial de Tancredo, construído como o símbolo da “redemocratização”, especialmente após sua “morte-sacrifício”. Na base disso, estaria o mito da resistência (REIS, 1997), segundo o qual a sociedade civil teria se revoltado contra a ditadura e jamais teria com ela colaborado. A partir do ano de 1985, se reforçou a memória de que o regime foi militar, de que o golpe foi militar, para apagar a participação dos civis. Mais ou menos 40 anos depois, nos trabalhos em que o tema foi rediscutido, é que os historiadores passaram a usar as expressões golpe civil-militar e ditadura civil-militar, num trabalho de reconstrução da memória oficial que vigorava na historiografia.

A interpretação de Delgado e Silva (1985), portanto, foi produzida num cenário político nacional em que se buscou construir a *verdade factual* de que Tancredo, ainda que eleito através de um Colégio Eleitoral, representava a “vontade do povo brasileiro”. Tornava-se fundamental definir a “conciliação” como uma estratégia do hábil político que era capaz de superar divergências partidárias ou pessoais para garantir o bem coletivo. Estratégia discursiva bastante utilizada por Tancredo durante a campanha presidencial e que ocupou centralidade em seu discurso pronunciado no Congresso Nacional, logo após a vitória no Colégio:

É inegável que o processo de transição teve contribuições isoladas que não podem ser omitidas:

– a do Poder Legislativo, que, muitas vezes mutilado em sua constituição e nas suas faculdades, conservou acesa a chama votiva da representação popular como última sentinela do campo da batalha democrática;

– a da Igreja, que, com sua autoridade exponencial no campo espiritual e na ação social e educativa, lutou na defesa dos perseguidos, e pregou a necessidade da opção preferencial pelos pobres, com base na democracia moderna;

– a dos homens e mulheres do nosso povo, principalmente as mães de família, que arrostaram as duras dificuldades do desemprego e da carestia em seus lares e lutaram, com denodo, pela anistia, pelos direitos humanos e pelas liberdades políticas;

– a da imprensa – jornais, emissoras de rádio e televisão –, que, sob a censura policial, a coação política e econômica, ousou bravamente enfrentar o poder para servir à liberdade do povo;

– a da sociedade civil como um todo, em suas muitas instituições: a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, as entidades de classe patronais, de empregados, de profissionais liberais, as organizações estudantis, as universidades, e tantas outras, com sua participação, muitas vezes, sob pressões inqualificáveis, nesse mutirão cívico da reconstrução nacional;

– a das Forças Armadas, na sua decisão de se manterem alheias ao processo político, respeitando os seus desdobramentos até a alternativa do poder;

– a de Sua Excelência o Presidente João Figueiredo, que, prosseguindo na tarefa iniciada com a revogação dos atos institucionais, ajudou, com a anistia política, a devolução da liberdade de imprensa, as eleições diretas de 1982, o desenvolvimento normal da sucessão presidencial.

Graças a toda essa imensa e inesquecível mobilização popular, chegamos, agora, ao limiar da Nova República. Venho em nome da conciliação. Não podemos, neste fim de século e de milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras [discurso em 15/01/1985] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 822-823).

Tancredo reúne um conjunto de grupos que tinham posições diversas em relação à ditadura civil-militar, representando-os como se fossem homogêneos e símbolos de uma intensa “mobilização popular” que teria visado o fim do “arbítrio”. Refere-se à imprensa como instância que resistiu à censura, propalando a ideia de que os jornais foram críticos da ditadura, apagando o papel de alguns como seus colaboradores, conforme evidenciou Kushnir (2004). Do Congresso ao presidente João Figueiredo, todos teriam participado de uma campanha “em nome da conciliação” que tinha nele o líder aglutinador.

Discurso articulado com vistas a um esquecimento do “diálogo” colaborativo que manteve com os presidentes-generais ao longo do regime. Ao mesmo tempo, Tancredo fabrica uma impressão de consenso, a despeito de, no mesmo discurso, falar em favor de um “entendimento” que não viesse a excluir o “confronto das ideias”:

O entendimento nacional não exclui o confronto das ideias, a defesa de doutrinas políticas divergentes, a pluralidade de opiniões. Não pretendemos que signifique capitulação, nem um morno encontro dos antagonistas políticos em região de imobilismo e apatia. O entendimento se faz em torno de razões maiores, as da preservação da integridade e da soberania nacionais. Dentro dessa ordem de ideias, a conciliação, instruindo o entendimento, deve ser vista como convênio destinado a administrar a transição rumo à nova e duradoura institucionalização do Estado [discurso em 15/01/1985] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 823).

O discurso do “entendimento” prevaleceu no âmbito da campanha da Aliança Democrática, numa proposta eleitoral que tinha a intenção de evidenciar um consenso e anular as “opiniões”. Tancredo insere os trabalhadores entre os grupos com os quais intencionava estabelecer diálogos, numa provável tentativa de esvaziar o programa do PT que se sustentava enquanto o seu porta-voz:

Tenho uma palavra especial para os trabalhadores. É às suas mãos que muito devemos e é em suas mãos que está o futuro do nosso País. Desde o primeiro passo de minha vida pública, tenho contado com o apoio dos trabalhadores. Elegi-me vereador em São João del Rei com os votos dos ferroviários e nunca deixei de lhes merecer a confiança política. Uma Nação evolui na mesma medida em que cresce a sua participação na divisão de renda e na direção dos negócios públicos. Ao prestar minha homenagem a esses brasileiros, que são a maioria de nosso povo, reafirmo-lhes o compromisso de dedicar todo o meu esforço para que se ampliem e se respeitem os seus direitos. A reconstrução democrática do País significa o retorno, com toda a liberdade, dos trabalhadores à vida política. Sem seu apoio, nenhum governo poderá cumprir suas tarefas constitucionais [discurso em 15/01/1985] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 827).

Sua proposta consistia em criar uma impressão de consenso, com o argumento de que “no serviço da pátria há lugar para todos”, ainda que procurasse ressaltar que sua defesa da “conciliação” não significava o estabelecimento de uma “unanimidade”, palavra que compõe o acervo vocabular de regimes autoritários:

Vim para promover as mudanças, mudanças políticas, mudanças reais, efetivas, corajosas, irreversíveis. Nunca o País dependeu tanto da atividade política. Dirijo-me, pois, a todos vós que a exercéis, aos que serviram ao meu governo com o seu apoio e aos que a ele prestaram a vigilância de opositores. Não aspiro à unanimidade, nem postulo a conciliação subalterna, que se manifesta no aplauso inconsequente do aulicismo. A conciliação se faz em torno de princípios, e ninguém poderá inquirir, na injustiça e na malevolência, os que nos reuniram nesta vitoriosa aliança de forças democráticas [discurso em 15/01/1985] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 827).

As possibilidades de “mudanças” que o governo de Tancredo suscitaria pelo fato deste simbolizar a expressão de uma vontade popular, tornariam insignificantes, porque excepcionais, o recurso ao Colégio Eleitoral e as articulações com membros que fizeram parte da cúpula dos governos militares. Importava destacar que a eleição de um civil que havia feito oposição ao regime de “arbítrio” era o marco da retomada da democracia. Versão que apagava o lugar de Tancredo como colaborador da ditadura e estabelecia a ideia de um consenso em torno de sua eleição.

Consenso que foi alardeado pela grande imprensa que ratificava a versão de que a eleição de Tancredo significava o “fim da ditadura militar” e o marco de um “novo tempo”, sobretudo por viabilizar “mudanças” que reorganizariam o país. A *Folha* arremata essa ideia, adotando a mesma tônica do discurso de Tancredo: critica o método indireto por ter sido instituído pelos governos militares, mas justifica seu uso, em caráter excepcional, pela oposição:

Agora, contudo, este mesmo Colégio está prestes a sufragar o nome de um candidato opositor, Tancredo Neves, cuja vitória, garantida de antemão, forjou-se mediante uma série de acontecimentos que envolveram o País. Paradoxalmente, o principal dentre estes foi, sem dúvida, a campanha pelas “diretas-já”, cuja principal exigência era justamente a abolição deste organismo. Embora frustrada tal reivindicação, outras, como o desejo de mudança, aliadas ao profundo repúdio nacional a Paulo Maluf, ajudaram a precipitar a derrocada do continuísmo. [...] Esta reunião do Colégio Eleitoral, porém, assume grande significado simbólico, pois marca o fim de todo um período da história do País. Sua importância reside assim, conforme anseia a Nação, precisamente em ser a última (FSP, “O último colégio eleitoral”, 15/01/85, p. 2).

A despeito da “frustração” decorrente do revés das “diretas-já”, o “desejo de mudança” teria impulsionado a vitória de Tancredo que foi, para o jornal, um marco “rumo à democracia”, expressando o fim do “continuísmo” representado pela candidatura de Paulo Maluf. As críticas à “reunião” são amenizadas com o argumento de que ela seria a última e, sobretudo, de que marcava o “fim de todo um período da história do País”. Aspectos que o jornal destaca para dar legitimidade à eleição indireta de Tancredo, mas com o cuidado de conservar a postura democratizadora, de oposição ao regime, que havia assumido durante as “diretas-já”.

O Globo (15/01/85, p. 1) considera a eleição o “ato final” do regime e uma “manifestação da vontade nacional”, também ratificando os argumentos de Tancredo e fazendo-os alcançar um público mais amplo: “Realiza-se hoje a última eleição indireta para a Presidência da República. Destinada a constituir o ato final de um regime de exceção, transformou-se numa expressiva manifestação da vontade nacional que, desde agora, passa a decidir soberanamente os destinos do País”. Compara a “mudança” simbolizada por Tancredo àquela operacionalizada pelo golpe de 1964, igualando-os:

A conjugação da sociedade brasileira em torno de Tancredo Neves só é comparável àquela que ocorreu em 1964 quando a consciência de que tornava inadiável uma mudança de métodos e objetivos de governo determinou uma transferência de poder que se consumou sem qualquer resistência. A diferença está em que ao invés de um caminho traçado por atos institucionais, abre-se a nossa frente o pleno restabelecimento do estado de direito (O GLOBO, “O signo da confiança”, 15/01/85, p. 1).

O jornal associa a circunstância da candidatura de Tancredo Neves ao ano de 1964 – leia-se ao golpe – interpretando-os como dois momentos em que teria havido uma mobilização popular em defesa de “mudanças” cujo desfecho foi a saída do governo do poder, sem “resistência”. A “mudança” simbolizada por Tancredo seria semelhante, portanto, à “revolução” feita por setores civis e militares da sociedade brasileira em 1964. Comparação que coloca o presidente que viria a ser eleito no dia da publicação do editorial no mesmo patamar político que os Presidentes militares.

Dando sequência, *O Globo* preocupa-se em justificar que a vitória de Tancredo não foi resultado de um jogo de manobras, provavelmente dando respostas a críticas que apontavam os acordos com ex-membros dos governos militares. Opta por usar um vocabulário que substitui “manobras” por consenso entre oposição e situação:

Pretender explicar a vitória da Aliança Democrática como resultado de um jogo de habilidades políticas ou manobras secretas constituiria uma visão ingênua e deturpada dos acontecimentos. A verdade é que as correntes da situação e da oposição viram-se forçadas a um consenso em favor do candidato identificado com os anseios nacionais, de maneira que os acordos e entendimentos que se vieram sucedendo nos últimos meses transcenderam divergências partidárias e antagonismos ideológicos. Houve uma pressão inexorável da opinião pública de tal modo que, neste momento, o Colégio Eleitoral se reúne menos para eleger o presidente do que para homologar o pronunciamento popular (O GLOBO, “O signo da confiança”, 15/01/85, p. 1).

O mais importante, segundo o jornal, era que havia um candidato que unificava os diferentes grupos, ultrapassando as divergências entre os partidos e o que chama de “antagonismos ideológicos”. De ratificador das decisões do poder executivo, o Colégio Eleitoral tornava-se naquele momento, afirma ainda o jornal, um homologador dos interesses populares. E, portanto, reforça o argumento de que foi o “povo” – palavra que tem uma força simbólica capaz de legitimar argumentos – que elegeu Tancredo, arrematando: “A Nova República nasce sob o signo da confiança nacional. Com a presença do mineiro Tancredo Neves a nação retoma a via do Desenvolvimento com Liberdade, ainda que tarde” (O GLOBO, “O signo da confiança”, 15/01/85, p. 1). Isso porque Tancredo aglutinava em torno de sua representação política, grupos divergentes, o que é colocado pelo jornal como expressão de uma atitude democrática: a capacidade de “diálogo” e de “conciliação”.

Houve um esforço em demonstrar que agir em “conciliação” significava ser orientado por uma perspectiva de mundo mineira – a “mineirice” – em contraposição às opiniões “radicais”. Em entrevista dada em 1983, perguntado sobre o “espírito conciliatório” dos mineiros, Tancredo responde a partir de uma comparação com os “radicais”, posição por ele criticada no cenário da “redemocratização” conservadora:

Eu não diria que o mineiro seja conciliador por natureza. O que ele não é, é um radical. O horror de Minas ao radicalismo é histórico. E quando se vê um cidadão radical, pode se jurar por antecipação que ele não é mineiro. Ser mineiro não é ser radical, e ser radical não é ser mineiro. Mas a natureza conciliadora dos mineiros tem, ao meu ver, fatores de natureza sociológica, fatores psíquicos e fatores históricos (DELGADO; SILVA, 1985, p. 103).

Agregando a sua imagem o “mito da mineiridade” (ARRUDA, 1989), que construiu Minas ora como sinônimo de liberdade e democracia, ora como símbolo da “moderação”, Tancredo se definiu como um político “naturalmente” conciliador. Apropria-se de classificações regionais que são baseadas em determinismos biológicos e geográficos e que contribuíram para a elaboração de definições que associam espaço físico e comportamento humano. Um exemplo delas é a “psicologia do mineiro”, segundo Alceu Amoroso Lima: “o mineiro é o tipo humano mais representativo, a meu ver, de um fenômeno de equilíbrio e superação entre extremos a que cabe naturalmente a denominação de centrismo” (LIMA, 2000, p. 25-26). Perspectiva determinista bastante utilizada por Tancredo em suas autodefinições.

Segundo Arruda (1989), o “mito da mineiridade” começou a ser elaborado pelos viajantes estrangeiros que chegaram a Minas no séc. XIX, muitos dos quais destacavam um

caráter politizado da sociedade mineira que teria pouco senso de submissão e uma “vocação democrática” (ARRUDA, 1989, p. 65-66). Segundo a autora, a mineiridade funda a figura abstrata dos mineiros, constituindo-se num mito que vai sendo conservado por aqueles que com ele se identificam; “o mito quando politicamente instrumentalizado adquire dimensão ideológica” (ARRUDA, 1989, p. 198). Políticos mineiros costumam recorrer, em suas falas, à “mineiridade” desde o império aos tempos atuais, diz a autora.

Não é raro encontrar esses elementos nos discursos de Tancredo que, frequentemente, reproduzia e reatualizava o “espírito libertário” e “pacífico” associado aos mineiros para justificar sua “natural” capacidade de “conciliar” e de se opor a “radicalismos” e a posições políticas consideradas extremistas. E, acima de tudo, uma identificação “natural” entre si e as liberdades democráticas, visto que, como ele discursou na posse do Governo do Estado em 15 de março de 1983, “liberdade é o outro nome de Minas”; acrescentando: “conhecida é a nossa tolerância, elogiada é a nossa disposição para o diálogo e a conciliação” (NEVES, 2010, p. 672-673).

Uma liberdade que deveria ser conquistada sem “radicalismos”, nem “rebeldia”. Tancredo se apropriou do mito de Tiradentes elaborado pelos republicanos no final do séc. XIX e, à semelhança desses, apagou a imagem do Tiradentes “rebelde” que lutara contra a Coroa portuguesa a fim de construir uma “república americana” (CARVALHO, 1990, p. 59). Interessava-lhe o Tiradentes que teria lutado pela identidade nacional e que “Não antagonizava ninguém, não dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país” (CARVALHO, 1990, p. 68). Um Tiradentes “conciliador”, à semelhança de Tancredo.

Retomando a pergunta que fizemos neste capítulo, mas, agora, já com elementos que permitem afirmações: a insistência discursiva de Tancredo em se autoconstruir como um “conciliador” e sua ratificação pela grande imprensa nos parecem uma estratégia para ocultar a colaboração com o regime. Tancredo foi primeiro-ministro de João Goulart entre 1961 e 1962 a partir da manobra parlamentarista com a qual foi possível diminuir o poder do Presidente alvo de uma propaganda “anticomunista”; filiou-se ao MDB optando pela “oposição” ao regime no qual atuou “dentro da ordem”; permaneceu em “silêncio” até o período da “abertura” de Geisel e, a partir daí, passou a defender o fim do “arbítrio” e as eleições diretas, fazendo, porém, um trabalho de colaboração com o projeto de “redemocratização” “lento e gradual” do governo militar; foi escolhido para candidato à Presidência da República pela “oposição” formada também por ex-membros dos governos militares, esforçando-se na legitimação das indiretas. Ao longo disso, posicionava-se como

verdadeiro democrata pelo fato de “conciliar” os que costumava definir como “extremistas radicais”, tanto de “direita”, como de “esquerda”, contra os quais afirmava se colocar.

3.1 “Lealdade” a Jango e o “silêncio” pós-golpe: estratégias para permanecer no campo político

A trama da “conciliação”, tendo Tancredo como protagonista, foi acionada em agosto de 1961, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros⁷². Com a intenção de boicotar a posse do Vice-Presidente João Goulart, função que o Presidencialismo garantiria, forças políticas⁷³ articularam o artifício da emenda parlamentarista⁷⁴, com a qual o poder do presidente seria restringido pela presença de um Primeiro-Ministro que assumiria a função de chefe de governo. A associação de Jango à “esquerda”, por ter sido apoiado pelos comunistas nas eleições de 1955 e de 1960, ser líder da ala esquerda do PTB e ter transformado este em aliado do PCB, deram nascimento a uma “crise política”, cuja solução imediata foi o arranjo parlamentarista, mas também uma “campanha anticomunista” (MOTTA, 2006, p. 129-30) que culminou com o golpe de 1964.

Apesar de ter proferido um manifesto à nação, após a renúncia de Jânio Quadros, no qual defendia o respeito à constituição e fazia uma campanha legalista a favor de que Jango assumisse o poder (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 145), Tancredo teve um papel fundamental na articulação para se instituir o parlamentarismo⁷⁵, chegando a assumir o cargo

⁷² Havia vencido as eleições presidenciais em 1960 pela UDN, derrotando o candidato getulista, marechal Henrique Lott.

⁷³ Entre elas: a grande imprensa, as Forças Armadas e o PSD, partido de Tancredo. O PSD, desde sua formação em 1945, dava sustentação ao PTB, partido de Getúlio Vargas e João Goulart. Porém, no contexto deste governo em que estava fortemente fragmentado, abandona sua posição de “centro” que “equilibrava” as tensões entre o PTB e a UDN, chegando a se aliar a esta e contribuir para a “derrubada” de Jango. Em se tratando da emenda parlamentarista, o PSD estava dividido quanto ao seu apoio, mas suas articulações com a UDN no Congresso garantiram a sua aprovação. Sobre essas tramas partidárias envolvendo o PSD, Lúcia Hippolito analisa com detalhamentos (HIPPOLITO, 2012, p. 257-270).

⁷⁴ Emenda parlamentarista nº 4, de 2 de setembro de 1961. “Art. 1º O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo a este a direção e a responsabilidade da política do governo, assim como da administração federal”. No art. 7º, do cap. III, fica clara a relação de hierarquia institucional entre o primeiro-ministro e o presidente: “Art. 7º Todos os atos do Presidente da República devem ser referendados pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro competente como condição de sua validade”.

⁷⁵ José Augusto Ribeiro (2015) narra a manobra de Tancredo para ir sozinho a Montevideú a fim de conversar com João Goulart e convencê-lo de que o parlamentarismo era a solução para aquele momento, tendo em vista a recusa dos ministros militares, que compunham as Forças Armadas, em aceitar seu nome para assumir à Presidência da República. “Para evitar o constrangimento de recusar a companhia de Wilson Fadul [deputado indicado pelo PTB para ir com ele levando consigo uma carta de Almino Affonso em que orientava Jango a não aceitar a proposta parlamentarista], o voo de Tancredo foi antecipado. Tinha sido combinado, também, que Tancredo faria escala em Porto Alegre, para conversar com Brizola. O avião chegou a iniciar a manobra de aproximação, mas Tancredo, no último minuto, deu contraordem e decidiu seguir direto para Montevideú”

de Primeiro-Ministro ao ter seu nome aprovado pelo Congresso. Vale dizer que sua aprovação foi de 246 votos a favor e apenas 10 contrários (FSP, 09/09/1961, p. 2), o que indica uma receptividade pelas distintas forças políticas que protagonizavam as disputas daquele momento. Sobre a decisão, ele comenta no discurso de sua posse como Primeiro-Ministro:

Houve, por muito tempo, quem menosprezasse a nossa **tendência quase invariável** de buscar para todos os problemas, por mais graves que se configurassem, **soluções pacíficas** e harmônicas, que **conciliassem** interesses aparentemente contraditórios, mas resultando sempre na afirmação ativa e corajosa de que acima de tudo devia ser considerado o bem comum dos brasileiros.

Eis por que o episódio da renúncia, apesar do seu caráter abrupto e chocante, a ninguém encontrou desprevenido. O povo, os seus mandatários nas duas Casas do Congresso Nacional, as forças do capital e do trabalho, os intelectuais e, sobretudo, as Forças Armadas brasileiras, não tiveram outro pensamento senão o de **preservar as instituições democráticas** e o de assegurar a posse do Presidente João Goulart.

[...] emergiu, como **solução conciliadora** e alta, a implantação do regime parlamentarista.

Com a posse de Sua Excelência, repito, estavam restauradas as franquias democráticas e as prerrogativas inalienáveis do povo brasileiro. Dele – deste bravo, altivo e generoso povo brasileiro – foi a vitória alcançada [discurso em 08/09/61 na Câmara Federal] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 147-49).

O orador dá ênfase à “solução conciliadora” enquanto uma saída que possibilitava a preservação das instituições democráticas e a posse de João Goulart como presidente, usando argumentos parecidos com aqueles que justificaram o golpe de 1964 ao se referir à ação das Forças Armadas, por exemplo. Usa o argumento de que naquele momento o Presidencialismo era um sistema anacrônico, inadequado à “atual etapa de evolução do País”, sobretudo por seu caráter “unipessoal” (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 152), colocando-se como defensor da posse de Jango e, ao mesmo tempo, do Parlamentarismo que limitava o seu poder. Adota uma posição “equilibrada” com a intenção pragmática de não se indispor politicamente nem com João Goulart nem com os membros do PSD, partido ao qual era filiado, que defendiam a

(RIBEIRO, 2015, p. 207). Então governador do Rio Grande do Sul pelo PTB, Brizola liderava a campanha pela legalidade, defendendo a posse de Jango e se opondo ao parlamentarismo. Vejamos seu depoimento, anos mais tarde: “Meu propósito era reter Tancredo Neves em Porto Alegre. Não pretendia propriamente prendê-lo... Sabíamos que, àquela altura, Jango já tinha condições de assumir a Presidência da República, na crista do movimento popular e com o apoio da maioria das Forças Armadas, sem precisar fazer qualquer concessão. Queria apenas detê-lo [a Tancredo], antes que falasse com Jango, para daí então iniciarmos a resistência...” (Apud RIBEIRO, 2015, p. 208).

emenda⁷⁶, encampando os interesses de grupos descontentes com a presença no Executivo de ideias de “esquerda”.

Embora Tancredo e Jango tenham composto o governo de Getúlio Vargas, ele como ministro da justiça entre 1953 e 1954⁷⁷ e Jango como ministro do trabalho, suas perspectivas políticas e partidárias eram distintas. Tancredo filiou-se ao PSD, criado em 1945 paralelamente ao PTB, partido de Jango, com os acenos da “redemocratização” articulada pelo governo Vargas⁷⁸. Partidos de cunho getulista, porém com fundamentos diferentes: o PSD foi criado por interventores estaduais responsáveis por controlar importantes aparatos administrativos e clientelísticos. “De cunho eminentemente conservador, teria por missão precípua garantir uma transição política controlada, que evitasse mudanças abruptas nos rumos políticos do país” (D’ARAÚJO, GOMES, 1987, p. 4). Representava as “novas elites políticas”, atestando uma raiz oligárquica visto que sua organização “não partiu da construção de um diretório nacional e sim da organização de núcleos municipais e estaduais” (D’ARAÚJO, GOMES, 1987, p. 11). O PTB, por sua vez, tinha a intenção de reunir as lideranças sindicais⁷⁹ e estabelecer uma política trabalhista; acima de tudo, “nascera de e para Vargas”, mesmo porque seu principal traço era o estilo carismático de política de seu líder (D’ARAÚJO, GOMES, 1987, p. 32).

Tancredo assumia uma posição de “centro” seguindo a orientação de seu partido que, segundo Hippolito (2012), exercia o papel de “equilíbrio político”⁸⁰ contrabalançando as tensões entre o PTB e a UDN num cenário, entre 1945 e 1961, de fortes tensões políticas, sobretudo aquelas que envolveram o governo Vargas e que culminaram com o fatídico suicídio em 1954. De acordo com a autora, essa posição foi sendo modificada no governo

⁷⁶ Em documento programático intitulado “Declaração de Brasília”, divulgada na IX Convenção Nacional do partido em março de 1962, o PSD expõe sua posição favorável à continuidade do Parlamentarismo, num contexto em que João Goulart articulava estratégias para a retomada do Presidencialismo. Ver o documento na íntegra em: HIPPOLITO, 2012, p. 343-344.

⁷⁷ Ver: “Momento governamental: na busca da conciliação, o caminho da crise”, em: D’ARAÚJO, 1992, pp. 127-138. Antes disso, Tancredo havia sido eleito pelo PSD deputado estadual (1947-1950) e deputado federal (1950-1953).

⁷⁸ O PTB e o PSD a UDN formaram os três maiores partidos que marcaram a cena política brasileira entre 1945 e 1964 (D’ARAÚJO, GOMES, 1987, p. 4), nesse entreato “democrático”.

⁷⁹ Um sindicalismo, ressalte-se, controlado pelo Estado e, portanto, sem autonomia. Importante ressaltar esse modelo de “trabalhismo” concebido pelo PTB.

⁸⁰ Pragmatismo político que lembra a postura do atual PMDB que apoiou os governos FHC, Lula e Dilma, mas, no segundo mandato desta, apresenta-se com uma postura mais “auto-suficiente”, como foi possível observar no horário político oficial transmitido em cadeia nacional em 26 de fevereiro de 2015. Partido que tem se apresentado na mídia com múltiplas e distintas vozes, umas apoiando o governo, outras fazendo oposição mais aberta e outras, ainda, fazendo o papel de “morde” e “assopra”, ora legitimando o discurso do governo, ora rebatendo-o. Trata-se do partido com mais filiados no Brasil, de maior bancada no Congresso Nacional e, portanto, que usa de seu poder para barganhar posições no âmbito do governo, a exemplo dos ministérios.

Goulart quando o PSD perdeu sua coesão interna, fragmentando-se e não mais atuando como elemento estabilizador que havia garantido a governança dos Presidentes pós-Getúlio.

Em narrativa laudatória sobre Tancredo, Lucília Delgado (2010, p. 29-30) justifica o motivo pelo qual o tio não se filiou à UDN, apesar de sua “tendência” a fazê-lo em virtude do discurso fortemente liberal desse partido: “em razão de injunções peculiares à política local de São João del Rei, inclusive devido à acirrada campanha que a UDN fazia contra Augusto Viegas⁸¹, acabou por ingressar no PSD”. A autora reproduz, sem problematizar, a explicação do próprio Tancredo em entrevista com ele realizada em 1983:

Mudei para São João del-Rei e minha tendência era participar da União Democrática Nacional, porque toda a minha formação, durante o período de oposição ao Estado Novo, era ligada àqueles que vieram a ser os chefes da UDN em Minas, como Milton Campos, Pedro Aleixo, Alberto Deodato, João Franzem de Lima e Odilon Braga, aquela gente toda que eram realmente os nomes a que eu estava mais vinculado. Como lhes disse, acabei indo para o PSD por injunções municipais. É que meu grande amigo lá, que era o velho Augusto Viegas, um grande chefe político de São João e da região, passou a ser violentamente hostilizado pela imprensa local, numa campanha iníqua, desumana, até de retaliação. Então resolvi tomar a defesa dele [...]. Particpei de todas as eleições que se seguiram sob a bandeira do PSD (DELGADO, SILVA, 1985, p. 95).

Foram acordos locais e a amizade com um político não muito citado pelas Ciências Sociais, mas que, segundo a própria fala de Tancredo, parecia ocupar uma posição semelhante à de um “coronel”, um chefe político local, na cidade de São João del-Rei, que teriam lhe conduzido a se filiar ao PSD. Perguntado sobre as diferenças entre os dois partidos, apesar de ambos se assemelharem, segundo ele próprio, por pretenderem o poder, apresenta uma explicação baseada na oposição filosófica entre “idealismo” e “realismo”:

O espírito udenista eu caracterizaria como um espírito idealista, um espírito emocional, quase romântico, um espírito muito mais jurídico do que político. Ao passo que o espírito pessedista era um espírito realista, um espírito do cotidiano, muito mais político do que jurídico, muito mais imediatista do que um pensamento projetado para o futuro. O pessedista era um homem muito mais confiante no dia de hoje que no de amanhã. O udenista acreditava muito nos efeitos da sua pregação, da sua doutrinação (DELGADO, SILVA, 1985, p. 130-31).

⁸¹ “Carismático chefe político regional que se incorporaria à biografia de Tancredo Neves como padrinho de sua vida pública” (NUNES, 1988, p. 20). Convidou-o para se filiar ao Partido Progressista, a partir do qual Tancredo se tornou vereador em São João del-Rei, seu primeiro cargo eletivo. Ver discurso “Elogio a Augusto Viegas em outubro de 1973” pronunciado por Tancredo na ocasião de sua morte: NEVES apud DELGADO, 2010, pp. 480-484.

Na definição de Tancredo, pessedistas eram mais “políticos” e “imediatistas”, agindo no campo político orientados mais pelo pragmatismo que o cotidiano impunha do que por “ideologias”. Oportunismo, talvez, que pode justificar sua escolha para Ministro da Justiça por Vargas em 1953. Trinta anos depois, em entrevista a Delgado e Silva (1985, p. 246-251), Tancredo a explica pelo fato de ter defendido na Câmara Federal o primeiro veto do Presidente⁸². A posição contrária à decisão do Congresso e favorável a Vargas teria estimulado este a convidá-lo a fazer parte de seu governo. Tática utilizada por ter, provavelmente, visualizado naquela ocasião uma oportunidade política.

Com a reforma ministerial de 1953, Getúlio Vargas procurou introduzir políticos conservadores em seu governo com a intenção de suavizar sua imagem associada exclusivamente ao “trabalhismo”. D’Araújo (1992, p. 127-128) comenta a respeito da reforma como resultado de uma política “conciliatória”, mas que não apaziguou a “crise” do governo. “A reforma significa principalmente uma nova investida junto aos setores conservadores na busca de um consenso máximo”, num cenário de “crise política”, cuja resolução demandava o recurso ao mecanismo da “conciliação”. Dos seis novos ministros, um era da UDN, dois eram simpatizantes desse partido, dois eram do PSD, entre os quais Tancredo e apenas um era do PTB, o Ministro do Trabalho, João Goulart.

Portanto, por seu viés “conciliador”, a reforma “favorece substancialmente os conservadores, especialmente os elementos vinculados à UDN”. Os objetivos de Vargas eram contornar as dificuldades econômicas e a oposição política, militar e jornalística. As greves dos trabalhadores foram apontadas como a justificativa para a escolha de João Goulart para ser o ministro do trabalho, criando a insatisfação entre os conservadores. Citando a opinião do jornal *O Globo*, a autora afirma:

Com a reforma, Vargas visava recuperar o comando político e optava por ‘assumir uma posição mais definida, orientando o governo para a esquerda mediante a mobilização revolucionária das massas, por intermédio do Ministério do Trabalho, a cargo do Sr. João Goulart’ (O GLOBO, “o golpe de agosto”, 1955). Em outras palavras, frente à desorientação administrativa e à marginalização política oriunda da fase de compromisso, Vargas partia para uma ‘posição revolucionária de confronto com as classes dominantes (idem, ibidem)’ (D’ARAÚJO, 1992, p. 129).

⁸² Isso ocorreu na sessão do dia 19/05/1951 quando Tancredo proferiu um discurso em defesa do veto de Vargas ao projeto que autorizava o governo federal a expedir títulos definitivos de propriedade de lotes na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, que haviam sido entregues a moradores das regiões de São Bento, Santa Cruz e Tinguá, mas não definitivamente. Ver discurso de Tancredo: NEVES, apud DELGADO, 2010, p. 94-96.

As “expectativas esquerdizantes” motivavam ataques da oposição tornando o governo cada vez mais vulnerável. Os meios conservadores representados pela UDN e pelos militares não aceitavam um “projeto socializante de esquerda”, sobretudo porque consideravam que João Goulart tinha “planos secretos para transformar o Brasil numa ‘república sindicalista’” (D’ARAÚJO, 1992, p. 131). Por outro lado, Tancredo nem se vinculava ao “trabalhismo” do PTB, nem ao oposicionismo da UDN, posicionando-se enquanto pessedista de “centro” e, naquele momento, aliado de Vargas, fazendo parte de sua solução “conciliadora” com a qual o presidente tencionava vencer as disputas políticas com a UDN.

Vincular-se a Vargas, considerando a transformação deste em um “mito”, sobretudo após seu suicídio em 1954⁸³, concedeu a Tancredo um capital simbólico que ele incorporou a sua trajetória, tornando-a marcada por um caráter “híbrido” em virtude de uma associação a uma cultura política personalista, sem deixar de lado a retórica liberal. Delgado o constrói como um político leal que se manteve ao lado de Vargas no ambiente turbulento de 1954⁸⁴, a despeito de suas ambições carreiristas:

Tancredo, que queria investir na carreira parlamentar, poderia ter se desincompatibilizado, ainda em 1954, para concorrer às eleições parlamentares. Ficaria, assim, livre do fardo de participar de um governo que se tornava cada dia mais inviável. Mas a lealdade ao Presidente falou mais forte e Tancredo Neves manteve-se no governo federal apesar da crescente tempestade (DELGADO, 2010, p. 31-32).

Para quem teria uma “tendência” a se filiar à UDN, em razão de suas concepções liberais, ao longo de sua trajetória Tancredo toma posições baseado num pragmatismo político que o levava a se aliar a um político considerado “populista”, cuja imagem era vinculada aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, a construir sua identidade política associada à democracia liberal. Um político narrado como um *exemplum* de democrata em sua oposição ao regime civil-militar iniciado em 1964, mas que pôs em prática a Lei de Segurança Nacional quando foi ministro da Justiça no governo Vargas. Lei que considerava “crimes contra o Estado”:

Art. 1º São crimes contra o Estado e a sua ordem política e social os definidos e punidos nos artigos desta lei, a saber:

⁸³ Sobre a crise do governo Vargas, ver: GOMES, 1994.

⁸⁴ Ver, por exemplo, discurso em homenagem a Vargas em 1954, após sua morte: NEVES apud DELGADO, 2010, p. 115-124.

Art. 2º Tentar:

II - desmembrar, por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território nacional desde que para impedi-lo seja necessário proceder a operações de guerra;

III - mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional;

IV - subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo (BRASIL. Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953)⁸⁵.

Lei centrada no argumento da “ordem” e voltada para combater a “subversão” e o que chama de “ditadura de classe social”, numa evidente estratégia de expulsar do cenário político as forças calculadamente chamadas de “comunistas”. Mas, segundo Tancredo, tratava-se de “uma lei extremamente liberal, altamente democrática. Uma lei praticamente feita pelos juristas de São Paulo e que, comparada com a de hoje, é uma lei inócua, absolutamente inexpressiva”. Afinal, “Não havia naquela ocasião a influência do fato ideológico com a intensidade que tem hoje⁸⁶ [...]. Os grupos das esquerdas naquele tempo não tinham forças” (DELGADO, SILVA, 1985, p. 250). Comentários que ajudam a compreendermos a visão de Tancredo sobre as “esquerdas” e como esse “fato ideológico” foi, em vários momentos da história política brasileira, acionado como motivador da necessidade de se estabelecer alianças “conciliadoras” sob o argumento da defesa do liberalismo, naturalizado como o modelo democrático por excelência.

Nesse sentido, situar as posições “conservadora” de Tancredo e “esquerdista” de Jango, talvez ajude a entender as suas diferentes posturas políticas durante a “crise institucional” de 1961, ainda que o mineiro discursasse frequentemente como amigo leal do então Presidente. A imprensa liberal, destacando-se a *Folha de São Paulo* (03/09/1961, p. 1), concordava sem ressalvas com a institucionalização do Parlamentarismo para evitar uma reação das Forças Armadas que “expressou restrições ao Sr. Goulart”. Para impedir “focos de ressentimento” vindo dos “prestigiosos e respeitáveis” chefes militares e, apesar de considerar que a posse de João Goulart seria uma vitória constitucional, reforça o jornal, o poder

⁸⁵ Compará-la com o decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967: Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 dez. 2014.

⁸⁶ Refere-se à lei-decreto de 7.170, de 14 de dezembro de 1983 que “Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17170.htm. Acesso em: 01 dez. 2014.

legislativo com “sabedoria e prudência”, optou por uma “solução conciliatória”, da qual não saíram nem “vencidos” nem “vencedores”.

E, assim, caberia a Jango “entender que é a melhor maneira de assumir a presidência, sem acirrar ainda mais as restrições que contra ele se levantaram”, e aos ministros militares assumir que “erraram ao desejarem o impedimento do Sr. João Goulart” (FSP, 03/09/1961, p. 1). Importa destacar que houve oposição à emenda, inclusive por parte de líderes políticos mais próximos da “esquerda”, como Leonel Brizola e, também, Juscelino Kubitschek⁸⁷.

Esse mesmo jornal, em editorial, reafirma sua defesa da “solução conciliatória” arquitetada pelo Congresso Nacional, sinalizando que se considerasse o poder das Forças Armadas que fazia “restrições” ao governo de Jango:

A posse do sr. João Goulart, com todas as prerrogativas que a Constituição lhe assegurava, teria sido uma vitória – dessa mesma Constituição, do regime, do Congresso, da opinião pública. Mas, em toda vitória, há um derrotado. No caso o derrotado teria sido o setor das Forças Armadas que expressou restrições ao sr. Goulart. Haveria vantagem em alcançar-se aquela vitória, a esse preço? Seria conveniente permitir que um novo presidente assumisse o poder, nesta hora difícil da nação, tendo contra si o peso da desconfiança de chefes militares, apesar de tudo prestigiosos e respeitáveis? Conviria ao país criar e estimular focos de ressentimento e de possíveis cizânias? (FSP, “Sem vencidos nem vencedores”, 03/09/1961, p. 2).

A *Folha* opina contrariamente à posse de Jango, mas tem o cuidado discursivo de argumentar que está preocupada apenas com o bem da nação. Uma solução de meio que não teria “nem vencidos nem vencedores” e, sobretudo, que evitaria contrariar as Forças Armadas, seria a decisão correta. Trata-se de uma interpretação que, mais do que analisar a conjuntura política, intencionava nela intervir.

Noticiando, a cada edição diária, os nomes possíveis para a posição de Presidente do Conselho de Ministros ou de Primeiro-Ministro, o jornal se refere a um acordo entre UDN e PSD com vistas a uma “aliança de pacificação política” (FSP, 07/09/1961, p. 4). Jango toma posse em sete de setembro de 1961, ocasião em que “indica” o nome de Tancredo para ser

⁸⁷ Importante destacar a oposição de Brizola (PTB) e de JK (PSD) à emenda parlamentarista. Brizola, enquanto governador do Rio Grande do Sul, denuncia que “Jango não foi consultado” (FSP, 03/09/1961, p. 4) e que a emenda foi “uma intensa decepção” (FSP, 05/09/1961, p. 3). JK, enquanto senador e interessado em se candidatar à presidência da República, votou contra a emenda e discursou em favor do presidencialismo, afirmando que a iminente mudança na estrutura política se dá por pressão “militar” e não “porque estejamos todos convencidos de que o novo regime há de melhorar o país”. Ressalta que a decisão foi tomada para resolver uma “crise momentânea” e que “mudar o regime, adotar instituições novas sem consulta ao povo, é um erro. Ele é o único, no regime democrático, capaz de fixar as normas de nossa vida política. O povo não foi ouvido. O povo não sabe o que foi decidido no atropelo dessas votações realizadas em 24 horas” (FSP, 03/09/1961, p. 4).

votado e aprovado pelo Congresso: “Tancredo Neves aceito como chefe do governo por expressiva votação” (FSP, 09/09/1961, p. 1). Em editorial, a *Folha* expressa elogios ao “Sr. Tancredo Neves”, uma “boa escolha”, visto que sua atuação na vida pública não foi marcada nem por nada “espetacular”, nem por nada que o “desabonasse”.

Assumia num momento em que se esperava do Primeiro-Ministro “moderação, equilíbrio e respeitabilidade”, qualidades que “já as revelou possuir”. Além de tudo, ressalta o jornal, era do PSD, tinha livre trânsito com o PTB e respeito da UDN. O PSD é elogiado porque “soube encontrar em seus quadros um elemento não comprometido com os erros do passado, hábil sem poder ser considerado uma ‘raposa’, equilibrado sem ser omissivo” (FSP, 09/09/1961, p. 4). Antes de tudo, não era um “radical” e, portanto, não causava perigo aos conservadores que não aceitaram a posse “de fato” de Jango.

O Globo atuou de forma enfática contrariamente a Jango, associando-o a Fidel Castro, ao “comunismo soviético”, ao mesmo tempo em que defendia o modelo ocidental de democracia liberal-capitalista, cuja representação em tempos de Guerra Fria era os Estados Unidos. Vejamos este editorial:

A crise, dramaticamente explodida pela deserção do Sr. Jânio Quadros foi das que podem levar qualquer país à suma desordem, abrindo os flancos da própria soberania, sobretudo nesta época em que a infiltração do comunismo internacional constitui, como nunca um perigo à integridade das Américas e à paz do mundo.

O que preocupou os responsáveis militares pela segurança interna foi o alastramento da subversão iniciada no Governo findo, quando os atos da política externa indicavam tendências esquerdizantes e virtual abandono das nossas linhas tradicionais de fidelidade à democracia de tipo ocidental e à comunidade interamericana.

A crise foi, porém, superada a tempo pela ação do Congresso, que, mudando a fisionomia das instituições republicanas, substituiu a unipessoalidade do poder do Chefe do Executivo Federal pela responsabilidade coletiva do Conselho de Ministros.

[...] Anticomunistas intransigentes, somos dos que têm autoridade para pedir a todos os líderes e aos cidadãos que coloquem o bom nome da Pátria acima de todas as reservas (O GLOBO, “A hora da salvação”, 06/09/61, p. 1).

O jornal dá ênfase a um “comunismo internacional” que seria o responsável pela crise brasileira, expondo sua posição num contexto em que havia um “choque ideológico no mundo – a luta entre capitalismo e socialismo” (ABREU, 2003, p. 18). “Comunismo” já observado por ele na política externa do governo de Jânio Quadros, cujas “tendências esquerdizantes”

afrontavam o modelo “verdadeiro” de democracia. Foi num cenário de tensões, portanto, envolvendo uma batalha discursiva no campo das comunicações, polarizada entre “comunistas” e “anticomunistas”, que Tancredo assumiu o cargo de Primeiro-Ministro com grande aceitabilidade dos que se diziam “anticomunistas” e defensores da ordem, da liberdade e da democracia. Pilares acionados discursivamente para a legitimação de uma decisão política que nasceu de articulações de grupos que não coadunavam com o modelo político que Jango representava, sobretudo por sua ligação com o “trabalhismo” getulista, e que foi alardeado pela grande imprensa como sendo “comunista”.

Diferentemente da receptividade que Tancredo teve de setores conservadores, como os jornais *O Globo* e *Folha*, é importante destacar que a indicação por Jango de San Tiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores do primeiro Conselho de Ministros, que durou de setembro de 1961 a junho de 1962, foi amplamente rejeitada com o argumento de que tinha vínculos com o comunismo: “PSD e UDN comunica a Goulart o veto das bancadas a San Tiago” (FSP, 22/06/1962, p. 1). Sobre o processo de escolha do novo chefe, a *Folha* admite que o presidente agiu em acordo com as prerrogativas legais, “embora, como se disse aqui, tivesse sido melhor que o Sr. João Goulart se fixasse num nome menos polêmico que o do atual chanceler” (FSP, 22/06/1962, p. 3).

Em editorial (FSP, 23/06/1962, p. 3), o jornal associa San Tiago às “forças da esquerda” e a comunistas que promoviam “agitações” no País com “ondas subversivas”, sendo necessário “vigilância e ação” dos setores democráticos que têm “o mando da coisa pública”. Finaliza afirmando que a nomeação de San Tiago se fazia “mediante o uso de todas as táticas comuns aos esquerdistas, lícitas e ilícitas”. No dia da votação, San Tiago pronuncia seu discurso na Câmara após ser indicado por Jango através de mensagem deste lida em plenário. Segundo o jornal, a indicação foi sugerida pela bancada trabalhista (PTB) que resolveu levar às “extremas consequências” seu rompimento com o PSD, partido com quem era aliado tradicional, mas que não aprovou o nome sugerido (FSP, 28/06/1962: 1) e, assim, confirma-se a rejeição de San Tiago Dantas (FSP, 29/06/1962, p. 1), cuja negativização foi amplificada pela atuação de uma imprensa liberal que, historicamente, se opunha a políticas de “esquerda”.

Consideramos relevante situar essas disputas entre “conservadores” e “esquerdistas” e como são representadas pela grande imprensa, em primeiro lugar, para situar a posição de Tancredo e, em segundo lugar, porque elas deram o tom às relações de forças que marcaram o campo político no momento que investigamos. Nessa direção, quando Tancredo assumiu a

liderança na Câmara do governo João Goulart, após o restabelecimento do Presidencialismo⁸⁸, proferiu um discurso no qual, como de costume, fez uma defesa da democracia e da república e, ao mesmo tempo, descreveu aspectos de uma “crise nacional”.

Foi confrontado por alguns deputados a partir de apartes, a exemplo de Pedro Aleixo (UDN), que esboçou uma crítica com viés irônico sobre a relação de Tancredo com Jango, ao afirmar que: “seu discurso, há de permitir que eu o diga, longe de ser um discurso de líder do governo, é um discurso veemente, caloroso, de combate a tudo quanto estamos vendo”. Um discurso que faz uma “oposição rasgada a tudo quanto aí está promovendo, dentro de termos constitucionais, a substituição de uma ordem de coisas que se torna cada vez mais intolerável”. Ao que Tancredo responde esforçando-se por expressar lealdade ao presidente:

Líder do governo nesta Casa, não dou a ninguém o direito de duvidar da minha lealdade ao Senhor Presidente da República, a quem me ligam laços indestrutíveis de uma amizade que tem sido posta à prova nas mais duras adversidades. Aqui está, acima de tudo e principalmente, um homem que ama a verdade. As falhas que eu estou apontando não podem ser levadas à responsabilidade do atual governo. São falhas estruturais, dessas estruturas que V. Exas. se recusam a modificar, porque na sua conservação V. Exas. são os maiores interessados. Quero dizer a V. Exa., Deputado Pedro Aleixo, ainda em continuação ao meu pensamento, que eu jamais viria a esta Casa para liderar um governo trazendo teses que esse governo não sustentasse. E se V. Exa. tem bem presente na memória – e eu a sei fidelíssima –, verificará que estes meus princípios, estas minhas teses, João Goulart e Tancredo Neves as herdaram daquele grande e inolvidável brasileiro que foi o Presidente Getúlio Vargas [discurso em 24/07/63] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 373).

Reforça o argumento de sua “amizade” com Jango e, ao mesmo tempo, vincula-o, e a si próprio, à herança de Getúlio Vargas, esse “mito” que além de agregar capital simbólico, permite, nesse contexto, a fabricação de uma unidade entre esses dois líderes políticos, cujas posições estavam sendo percebidas como divergentes, até mesmo por serem membros de partidos com ideias que se contradiziam, ainda que, ao menos até a “crise política” dos anos 1960, fossem aliados: o PTB, com um discurso programático associado à “esquerda” e um viés “trabalhista”, e o PSD, de tradição conservadora.

A posição de “centro” do PSD e, portanto, de partido que “equilibrava” as tensões foi se diluindo no cenário de “crise política” do governo João Goulart ao ponto de o partido se

⁸⁸ No dia 6 de janeiro de 1963, “11.531.030 eleitores, de um eleitorado de 18 milhões, votaram no plebiscito. O resultado determinou a volta ao presidencialismo, por 9.457.448 votos contra 2.073.582”. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao. Acesso em: 01 dez. 2014.

articular com a UDN a fim de se opor ao governo, ainda que sem caráter “ostensivo” e mantendo as “alianças formais” com o PTB (HIPOLITO, 2012, p. 268-269). Os acordos partidários vão sendo rearranjados no Congresso num contexto de embates políticos que envolviam os temas do Presidencialismo/Parlamentarismo, da Reforma Agrária⁸⁹ e do apoio ou não ao governo João Goulart.

Tancredo discursou a 31 de março de 1964 em “lealdade a João Goulart” (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 428) e protestou contra o Senador Auro de Moura Andrade quando este declarou vaga a Presidência da República em sessão conjunta do Senado e da Câmara bastante tumultuada na noite do dia primeiro de abril de 1964⁹⁰. Delgado e Silva “traduzem” a percepção de Tancredo sobre as razões do golpe procurando deixar claro que, para ele, o motivo principal foram os conflitos e a falta de consenso no Congresso que “passou a ser, como a sociedade, um espaço de confrontação, e não mais o lugar de busca negociada de solução dos conflitos” (DELGADO, SILVA, 1985, p. 31).

Segundo as autoras, “as Forças armadas facilmente justificaram sua intervenção em nome da restauração da ordem social perdida e da necessidade de reconstituição da integridade do poder político” (DELGADO, SILVA, 1985, p. 31). A análise das autoras sugere que Tancredo considerava as divergências políticas o maior culpado do golpe, isentando, de alguma maneira, o autoritarismo de setores da sociedade, como as Forças Armadas que teriam agido pela necessidade de estabelecer a “ordem”. Reproduzem o argumento de Tancredo, sem questioná-lo.

Com efeito, Tancredo declarou publicamente apoio a Jango alegando motivos de “fidelidade” a um político que fez parte, junto com ele, do governo de Getúlio Vargas.

⁸⁹ Para mais informações sobre a reforma agrária nesse cenário, ver: GRZYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, 2006, pp. 57-77. O autor destaca como a reforma agrária foi projetada para o centro do debate político num momento em que se consolidou a visão de que a questão agrária precisava ser resolvida a fim de levar adiante o desenvolvimento do Brasil que pressupunha a inclusão da população rural no mercado consumidor. Nesse cenário, houve, também, o surgimento de organizações camponesas, como por exemplo, as Ligas Camponesas que passaram a atuar politicamente como um grupo com representação autorizada.

⁹⁰ Transcrição da comunicação do senador Auro de Moura Andrade: “O senhor presidente da República deixou a sede do governo [tumulto no plenário], deixou a Nação acéfala [tumulto] numa hora gravíssima da vida brasileira em que é mister que o chefe de Estado permaneça à frente do seu governo. Abandonou o governo e esta comunicação faço ao Congresso Nacional! Esta acefalia configura a necessidade do Congresso Nacional, como poder civil, imediatamente tomar a atitude que lhe cabe nos termos da Constituição brasileira para o fim de restaurar, nesta pátria conturbada, a autoridade do governo e a existência de governo. Não podemos permitir que o Brasil fique sem governo, abandonado [tumulto]. Há sob a nossa responsabilidade a população do Brasil, o povo, a ordem [tumulto]. Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República! E nos termos do artigo 79 da Constituição, declaro presidente da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli [tumulto]! A sessão se encerra!”. Ouvir áudio: Disponível em: http://www.senado.gov.br/senado/grandesMomentos/pron2.shtm#7_Andrade. Acesso em: 02 dez. 2014.

Segundo Hippolito (2012, p. 282-285), o PSD oscilava entre o afastamento e a colaboração com o governo. Os pessedistas, por um lado, tinham receio quanto à ala radical do PTB liderada por Leonel Brizola, o que os pressionou a atuar contrariamente às reformas e a aliar-se à UDN; por outro, apoiavam o governo a fim de garantir estabilidade e moderação num contexto de “esquerdização” do Executivo.

O objetivo era conduzir Jango até o fim do mandato, chegando a estabelecer uma ruptura com ele, formalizada no Congresso, apenas dias antes do golpe de 1964, momento em que se avaliou que apoiá-lo significava “suicídio político”. A estratégia do PSD⁹¹ de romper com o governo num momento em que este não mais respondia aos seus interesses políticos e, ao mesmo tempo, de se aliar aos grupos “conspiradores”, civis e militares, representa o oportunismo que caracteriza o jogo político.

De acordo com Hippolito (2012, p. 298), o udenista Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais eleito em 1960, conseguiu aglutinar as forças políticas mineiras do PSD visando ao “movimento revolucionário”, com exceção de JK e Tancredo; este teria dito a Jango para não comparecer ao jantar no Automóvel Clube oferecido por “subversivos”⁹². Evidência de um esforço de articulação que intencionava impedir a “radicalização” política, numa linha de ação “moderada” com a qual Tancredo atuava em defesa de Jango, mas também não se indispunha abertamente com seus adversários políticos, inclusive membros do PSD.

Delgado atribui a Tancredo a condição de vítima do golpe ajudando a construir a versão de que ele se viu obrigado a afastar-se da vida pública. Segundo ela:

[...] reconheceu a inevitabilidade da derrota dos janguistas e se afastou para um limbo solitário, observando cautelosamente o desdobrar dos fatos. Recorreu ao silêncio e à cautela extremada para se proteger contra a avalanche de cassações que, na seqüência imediata do golpe de Estado, atingiu a maioria absoluta dos políticos ligados a João Goulart e a Getúlio Vargas (DELGADO, 2010, p. 37-38).

⁹¹ Para acompanhar os detalhes do papel do PSD no jogo político-partidário que culminou no golpe de 1964, ver: HIPPOLITO, 2012, pp. 281-304.

⁹² A referência é aos marinheiros que, no cenário de “radicalização ideológica”, apoiavam as “reformas de base” de Jango, reivindicavam a reformulação do regulamento disciplinar da marinha e melhores condições nos navios e quartéis. Haviam sido anistiados por Jango ao terem suas prisões decretadas, o que gerou insatisfação nos setores conservadores, a exemplo da grande imprensa que atacava o presidente pela aproximação com os “subversivos”. Daí que a participação de Jango em um jantar a convite de “sargentos subversivos” no Automóvel Clube do Rio de Janeiro em 30 de março de 1964 gerou mais ataques ao seu governo. No dia seguinte, confirmase o golpe. Ver, por exemplo, o editorial da *Folha* em que critica duramente a anistia de Jango aos marinheiros: FSP, “Indisciplina vitoriosa”, 29/03/64, p. 4. Mais do que isso, o jornal exigia que medidas fossem tomadas para que “rebeliões” que feriam a hierarquia militar não se repetissem.

A esse “silêncio”, a autora acrescenta um comportamento “cordial” e anti-radical de Tancredo que, “ao longo desses anos, diante do conturbado quadro da política nacional, entendeu que não era hora de bater de frente contra um regime que já nascera forte e poderoso”. Comportamento “pacífico” que ela aponta como motivo de sua não cassação, assim como, de sua permanência no campo da política institucional: “e apesar de habitualmente não alcançar votações expressivas, manteve por eleições consecutivas seu mandato de deputado federal até 1978, quando então foi eleito senador” (DELGADO, 2010, p. 39).

Com esse estilo de narrativa laudatória, publicada no centenário de nascimento de Tancredo, em 2010, Delgado pretendia fortalecer sua imagem de democrata e, portanto, de um político que sempre teria atuado na resistência, ainda que silenciosa, ao regime que nascera de um golpe. Se em 1964, a grande imprensa tratava os “golpistas” como defensores da democracia, a partir dos anos 1980 passou a defender a necessidade de pôr fim ao “arbitrio”, num processo de tentativa de reconstrução de sua memória.

Portanto, na primeira década do séc. XXI, num contexto em que cada vez mais se reafirma(va) a ideia de que somos um País democrático por termos derrotado uma ditadura, a autora faz todo um esforço memorialístico a fim de colocar Tancredo ao lado dos democráticos, criando uma polarização entre democracia e ditadura que, no âmbito das práticas políticas, se intercambiavam. Delgado assume uma postura a-crítica, sem exercitar o distanciamento com o qual poderia problematizar a imagem pública de Tancredo.

Nesse sentido, a fim de localizar a posição de Tancredo no cenário do golpe civil-militar de 1964, importa destacar que ele não se aliou a Jango nem a JK na organização da Frente Ampla de oposição ao regime e que também tinha a atuação de Carlos Lacerda⁹³. Em pesquisa feita a respeito da Frente⁹⁴, Costa (2006) analisa cartas que o ex-presidente, exilado no Uruguai, trocava com alguns políticos que permaneceram no Brasil a fim de se informar sobre a situação política do país. A autora se refere a uma carta de 05 de maio de 1966 em que o missivista relata as disputas entre Castello Branco e Costa e Silva, assim como, “o fortalecimento cada vez maior de Costa e Silva nas áreas militares e até nos meios políticos civis, onde contava inclusive com o apoio de velhos pessedistas, **como Tancredo Neves**,

⁹³ Político e jornalista que ficou conhecido por sua oposição ao governo de Getúlio Vargas, sobretudo a partir de publicações em seu jornal *Tribuna da Imprensa*, estando no centro de sua “crise” que culminou com o suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954.

⁹⁴ Observe-se que a Frente foi formada por três políticos de partidos distintos: JK, do PSD, Jango, do PTB, Lacerda, da UDN. No caso deste último, partido de histórica rivalidade com o PTB e, em menor grau, contra o PSD.

Antônio Balbino e Joaquim Ramos” (COSTA, 2006, p. 181, grifo nosso). Indícios de sua colaboração com o regime pós-64 e, sobretudo, de como o jogo político é complexo, funcionando a partir de regras próprias, pautadas na perspectiva dos atores manterem suas posições ou conquistarem novos espaços.

A aproximação de Tancredo com o governo, que pode ser identificada no fato de fazer uma “oposição consentida” pelo MDB, a partir da criação deste em 1966 como parte da tarefa de legitimar o regime “de exceção”, pode sê-lo também no fato de não ter sido cassado⁹⁵ de seu mandato de deputado federal⁹⁶. Em tom laudatório, Nunes (1988, p. 53) justifica a não cassação de Tancredo se referindo a “relações pessoais amáveis tanto com Castelo Branco, que conhecera ao estagiar na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, quanto com Costa e Silva, que lhe fora apresentado ainda major em São João del Rey”. E, além disso, ressalta que a própria trajetória do mineiro tornaria injustificável a anulação de seu mandato, destacando sua não vinculação com as “esquerdas”:

O passado de Tancredo fora vasculhado por oficiais em busca de pretextos para a degola. Em vão. Mesmo para um governo que se dispensava de oferecer explicações públicas para seus atos, seria ir longe demais cassar um político como Tancredo, avesso a posições esquerdistas e sabidamente incorruptível (NUNES, 1988, p. 53).

Se entre os motivos elencados para a cassação de mandatos, destacava-se a vinculação com a “esquerda”, Tancredo estava isento de sê-lo, segundo o autor que o define como um homem público virtuoso por não estar vinculado ao “comunismo” e, além de tudo, por ter tido relações amistosas com membros do regime pós-64. Delgado ressalta, por outro lado, uma posição de discordância de Tancredo em face do golpe a fim de reforçar a tese de que ele era um arqui-inimigo da ditadura civil-militar. Com tons de heroificação, informa: “mesmo sabendo do risco que corria, absteve-se, publicamente, de votar nas eleições indiretas que fizeram, em abril de 1964, do marechal Castelo Branco o primeiro Presidente militar de uma série então iniciada” (DELGADO, 2010, p. 39).

⁹⁵ No filme *Tancredo, a travessia*, de Silvio Tendler, produzido em 2011, o próprio Tancredo e outros políticos respondem à pergunta de porque não foi cassado. Ele diz que havia promovido, quando era primeiro-ministro, Castello Branco a general militar. Não votou nele para presidente, por lealdade a Jango, mas não foi cassado pela amizade que tinha com Castello Branco.

⁹⁶ Para conferir informações e listas de deputados cassados durante todo o regime, ver: AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. **Parlamento Mutilado**: deputados federais cassados pela ditadura de 1964. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

Em sua declaração de voto, em 12 de abril de 1964, Tancredo justifica sua decisão a partir de um alibi, o fato de ser líder da maioria da Câmara durante o governo que foi deposto, mas, com seu estilo “conciliador” de fazer política, deixa espaço para uma relação “amistosa” com Castelo Branco, ao elogiá-lo:

Não vai, porém, na nossa atitude, qualquer restrição de ordem pessoal ao eminente general Humberto Castelo Branco, a quem, de muito tempo, admiramos nas suas preclaras virtudes de militar e cidadão, que o credencia a exercer a Suprema Magistratura do Brasil com clarividência, energia, probidade e justiça, atributos marcantes de sua nobre personalidade (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 39).

A afirmação de que Tancredo não votou em Castelo Branco passou a ser acionada pelas narrativas construídas a seu respeito, especialmente após sua morte⁹⁷, como uma forte evidência de sua posição contrária à ditadura e, ao mesmo tempo, como símbolo de sua “coerência política”⁹⁸. Os discursos pronunciados por Tancredo na Câmara, enquanto membro do MDB, não se constituíam em críticas ferrenhas ao regime. Segundo Costa (2006, p. 191), até 1974, ano que marcou a “abertura”, o partido “oficial” de oposição pouco se diferenciava do partido de governo, cabendo a outros setores da sociedade, como a Frente Ampla (fechada em 1968), o movimento estudantil e partidos considerados “clandestinos”, realizarem o papel de opositor. Agindo com “habilidade”, segundo Delgado, Tancredo, um “orador compulsivo, evitou ao máximo o uso da tribuna parlamentar, praticamente só o fazendo para prestar homenagens póstumas e para saudar grandes vultos da literatura e da política nacional” (DELGADO, 2010, p. 40-41)⁹⁹.

Um silêncio que, para um cientista social, diz muita coisa. Neste caso, parece dizer que Tancredo, seguindo a tradição das “raposas pessedistas”, agiu com pragmatismo a fim de garantir sua posição no campo das disputas políticas. Indo um pouco mais além, pode significar um consentimento em relação ao regime recém-estabelecido e, portanto, uma colaboração.

⁹⁷ Discussão que faremos no capítulo IV.

⁹⁸ Para título de exemplo, citemos a fala do jornalista Eliakim Araújo durante o programa *Tancredo Especial*, exibido pelo Globo Repórter, da Rede Globo, a 24 de abril de 1985, três dias após sua morte: “[...] o gesto mais simbólico de sua coerência política, foi o de ter sido o único parlamentar do PSD que não votou para a indicação do coronel Castelo Branco para a presidência em 1964” (apud PALHA, 2008, p. 237).

⁹⁹ Eis os discursos, publicados na coletânea perfis parlamentares da Câmara Federal sob a organização de Delgado (2010): “Elogio a San Tiago Dantas” (10/09/1964); “Antonio Carlos Ribeiro de Andrada: homenagem ao centenário de nascimento” (04/09/1970); “Bias Fortes: Minas Gerais e a política” (04/1971); Milton Campos: dignidade, cultura e civismo” (04/1972); “Brasil e Portugal: homenagem a Américo Thomaz” (12/04/1972); “Drummond: Minas Gerais e a poesia” (01/12/1972); “Elogio a Augusto Viegas” (10/1973). Foram pronunciados entre setembro de 1964 e outubro de 1973.

4. Opositorista e governista: a estratégia do “diálogo” no cenário da “abertura”

Na análise dos discursos de Tancredo pronunciados a partir da “abertura” proposta por Geisel, momento em que houve uma “reativação da representação política” (MACIEL, 1999) que desde 1964 havia sido sufocada, observamos uma adequação às regras do jogo político estabelecidas pelo regime civil-militar. Cotejando seus discursos com fontes jornalísticas, é possível identificar que Tancredo manteve uma posição de colaboração com a cúpula do regime, não contestando a estrutura política vigente. Porém, no processo de construção simbólica da “redemocratização”, protagonizado pelos grupos que dominavam o campo político e pela grande imprensa, ele foi inserido no rol dos principais ícones da resistência ao “arbítrio”. Lugar que continua a fazer parte de um tipo de memória social sobre Tancredo¹⁰⁰, em especial a fabricada pela mesma imprensa que legitimou sua candidatura e sua vitória, tornando-as símbolos do fim da ditadura civil-militar.

Segundo Maciel (1999, p. 11), a “reativação da esfera da representação política, definida para conter as contradições político-sociais no marco da ordem”, tinha o objetivo de evitar “pressões contra a ordem” vindas da “contestação”, expressão associada aos “comunistas”, que deveria ser reprimida pela “oposição” do MDB, cujo papel seria legitimar a “ordem autoritária” (MACIEL, 1999, p. 97). Enquanto a “oposição” era aceita como legítima no âmbito das disputas políticas, a “contestação” “é combatida como ação subversiva pelo aparato de repressão e de informações, conforme o princípio de guerra interna, e, por isso, concebida como politicamente ilegítima e nefasta para a garantia da Segurança e do Desenvolvimento” (MACIEL, 1999, p. 17). Dessa forma,

Em 1975, Golbery do Couto e Silva¹⁰¹ anunciou secretamente aos deputados do MDB Thales Ramalho e Ulysses Guimarães, conforme relato de Luiz Gutemberg a partir de depoimento deste último, que o projeto distensionista do governo pretendia nada menos que a substituição do AI-5 por mecanismos legais que garantissem a “salvaguarda da ordem e do Estado”, o fim do bipartidarismo, com o surgimento de um sistema de partidos situado entre o conservadorismo, o liberalismo e a social-democracia, que excluísse

¹⁰⁰ Discutimos a respeito no capítulo IV.

¹⁰¹ General “castelista”, responsável pelo projeto de distensão proposto por Geisel, em cujo governo retornou à atividade política após afastamento diante da vitória de Costa de Silva como presidente em 1968. Criou o SNI (Serviço Nacional de Informações), uma das principais agências do governo militar, logo quando da deflagração do golpe de 1964. Cf.: KUCINSKI, 2001, p. 12

os “radicais” de direita e de esquerda, e até mesmo a possibilidade da anistia política¹⁰² (MACIEL, 1999, p. 102).

Reformas que não aboliram o que Maciel, baseado em Gramsci, chama de “cesarismo militar”¹⁰³. A intenção era conter “o conflito político nos marcos da ordem” e, ao mesmo tempo, estabelecer uma articulação com o “campo da interlocução liberal”¹⁰⁴, permitindo que, apesar das mudanças nas correlações de forças no seio do governo, fosse possível manter uma “transição controlada”. Ou seja, mesmo com o avanço da oposição nas eleições de 1974¹⁰⁵, bem como, nas eleições de 1982¹⁰⁶, seria possível ao Estado manter um “controle” sobre a “redemocratização” (MACIEL, 1999, p. 15-16).

De acordo com o autor, as articulações entre governo e oposição “oficial” foram voltadas para a desmobilização do que consideravam viés “subversivo” dos conflitos políticos, considerando-se que “a distância entre ‘oposição’ e ‘contestação’ precisa ser ampliada com a canalização institucional das *pressões dentro da ordem*, para que não se desdobrem em *pressões contra a ordem* e na eclosão de uma crise de hegemonia” (MACIEL, 1999, p. 107, grifo do autor). Reativar a representação política não significava uma ruptura com a institucionalidade autoritária, fato que só teria acontecido, segundo Maciel, com a

¹⁰² A referência é às reformas propostas pelo governo Geisel na trilha da “transição lenta, gradual e segura”, sendo as principais: a revogação do AI-5, a reforma partidária para extinguir o bipartidarismo, a anistia, entre outras.

¹⁰³ Para se referir a um modelo político baseado na autoridade pessoal de um chefe militar e que conservava a dominação burguesa.

¹⁰⁴ Conceito utilizado, ao longo de sua dissertação, por Maciel (1999, p. 148) que o define da seguinte maneira: “Definimos como campo de interlocução liberal o conjunto de setores políticos identificados com o projeto de transição à democracia, que assumem a função de interlocução junto ao governo na operacionalização do projeto distensionista e de mediação do conflito político junto aos diversos setores inseridos na arena da disputa política, institucionalizada ou não. Já constatamos o aparecimento de um campo de interlocução numa das etapas de consolidação da institucionalidade autoritária, em 1967-68. Porém, neste momento, o surgimento do campo de interlocução liberal é resultado direto do processo de reativação da esfera de representação política, ocorrido nesta fase da distensão, e se baseia na perspectiva de transferência de parte das funções de “salvaguarda da ordem” do poder Executivo federal, sob cesarismo militar, para outras esferas da sociedade política. Deste modo, as funções de interlocução e de mediação assumidas por este campo são potencializadas neste momento, como parte da própria estratégia distensionista do governo. Por isto, ele emerge fundamentalmente nos partidos institucionais (ARENA e MDB), no poder legislativo (Congresso Nacional, principalmente) e nos governos estaduais, porém com capacidade de dialogar com setores da esfera de representação burocrática, como os militares e o Judiciário, e até com aparelhos de hegemonia localizados na sociedade civil. As relações deste campo com o governo militar são ambíguas. Ao mesmo tempo em que colaboram no encaminhamento do projeto distensionista, submetendo-se à direção política do governo e fortalecendo estratégias de superação da institucionalidade autoritária por dentro dela mesma, pressionam pelo avanço do processo de transição, assumindo até um comportamento crítico em algumas conjunturas”.

¹⁰⁵ O MDB recebeu em novembro de 1974, 14,5 milhões de votos para seus candidatos ao senado, ao passo que a Arena obteve 10,1 milhões. Para a Câmara Federal, de 21% dos votos de 1970 o MDB aumentou sua porcentagem para 38% em 1974, equivalente a 11 milhões de votos. A votação na Arena caiu de 48% em 1970 para 41%, o que equivaleu a 11,8 milhões de votos. Cf.: KUCINSKI, 2001, p. 25.

¹⁰⁶ Nesse ano, houve eleições diretas para governador, em mais uma das medidas de “abertura” do governo. Nela, foram eleitos Tancredo Neves em Minas Gerais, Franco Montoro, em São Paulo, José Richa, no Paraná, todos do PMDB, e Leonel Brizola, do PDT no Rio de Janeiro.

Constituição de 1988 e com as eleições de 1989. Significava, sobretudo, uma estratégia do governo, através da transferência de responsabilidades para a “interlocação liberal”, a fim de promover a manutenção da ordem. À oposição “oficial”, portanto, caberia sufocar os movimentos de “contestação” e as “pressões inconvenientes” (MACIEL, 1999, p. 114-115).

Maciel (1999, p. 148-149) destaca as aproximações entre a “oposição liberal” e os militares e como aquela, representada pelo MDB, com o intuito de obter sucesso nas eleições de 1978¹⁰⁷, procurou “tranquilizar os militares e conquistar sua confiança afirmando a impossibilidade de ‘volta ao passado’ ou de ‘ascensão de inimigos do regime’ com o avanço emedebista”. Dessa forma, “o MDB imagina sua viabilização política através dos mecanismos de ação política tolerados por esta mesma institucionalidade e dinamizados pelo projeto distensionista” (MACIEL, 1999, p. 149).

O autor analisou o “processo de transição” a partir de categorias do marxismo gramsciano, o que o orientou a fazer análises que dão uma maior ênfase às estruturas. Daí discutir as mudanças da “institucionalidade autoritária” para a “institucionalidade democrática”, entendendo que durante o “processo de transição” a primeira foi mantida pelos governos militares com o apoio da “oposição liberal”, num trabalho conjunto visando à “redemocratização” sem “radicalismos”. Apesar de centralizarmos nosso olhar para as disputas dentro do campo político, em diálogo com Bourdieu, os argumentos de Maciel (1999) contribuíram sobremaneira para a nossa reflexão.

Dos discursos “silenciados” em que homenageava homens públicos e literatos numa estratégia de conviver com a ordem autoritária e, portanto, sem criticá-la, Tancredo Neves passa a atuar no Congresso com discursos efervescentes em defesa das liberdades democráticas, mas sem revanchismos nem contestações “radicais” ao governo. Um deles foi proferido na Câmara Federal em março de 1978 quando assumiu a liderança do MDB, partido ao qual atribuía a “missão heroica” de restaurar a “ordem democrática”: “Somos a trincheira impenetrável da resistência democrática e a fortaleza inexpugnável, onde se abriga a dignidade cívica do nosso povo” [discurso em 07/03/78] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 500).

As disputas no interior do MDB, envolvendo os chamados “moderados” e os “autênticos”, foram evidenciadas na eleição para a liderança do partido em 02 de março de 1978, com 77 votos para Tancredo e 75 para Freitas Nobre que era candidato à reeleição e

¹⁰⁷ Nessas eleições, Tancredo foi eleito Senador, após três legislaturas como Deputado Federal (1966, 1970 e 1974).

representava o último grupo – os “autênticos” – que era composto por “cerca de trinta deputados federais e senadores eleitos na avalanche do protesto de 1974, mais comprometidos com os movimentos populares”, que “contestava a direção conservadora do MDB” (KUCINSKI, 2001, p. 43). A *Folha* noticiou as divergências:

Tudo indica que a ascensão do mineiro criou uma cisão irreversível no partido. Jarbas Vasconcelos¹⁰⁸, presidente do MDB pernambucano e membro do grupo “autêntico”, ao tomar conhecimento do resultado, afirmou: “Como parlamentar, como opositor e como presidente de uma seção regional do MDB, vou abrir uma luta pela divisão do partido entre os que querem a Constituinte, contra os que defendem o diálogo, entre os que querem fazer oposição contra os que preferem a acomodação” (FSP, 03/03/78, p. 1).

A posição do deputado expressava um pensamento da ala emedebista mais radical que se opunha à estratégia da “conciliação” de Tancredo com o regime, evidenciando as disputas no interior do MDB. Como novo líder do partido na Câmara, Tancredo discursou com a intenção de anular essas posições mais “contestadoras” ao regime, num cenário de tensas discussões políticas relacionadas às reformas institucionais, a exemplo da proposta da anistia. Nesse sentido, envolve-se numa defesa árdua do governo opondo-se à defesa dos mais “radicais” pela punição aos torturadores, convidando a todos de seu partido para esquecerem o passado, com um discurso fortemente conservador:

O MDB não tem compromisso com o passado. O saudosismo não contamina a sua visão iluminada e isenta dos homens e acontecimentos, nem dita o seu comportamento. O revanchismo, atitude primária e tacaña de uma política vesga e facciosa, é postura totalmente eliminada do nosso ideário, voltado permanentemente para o engrandecimento do nosso País. O passado já se incorporou à História e ele só nos interessa como inspiração para compreender e analisar os dias de hoje, decifrar as suas incógnitas e rasgar os horizontes ensolarados do porvir, que nos aguarda para a realização de nossas justas ambições de grande potência a serviço dos ideais de paz, tolerância e compreensão entre todos os povos [discurso em 07/03/78 na Câmara Federal] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 500-501).

Com a frase, “o passado já se incorporou à História”, Tancredo propunha seu esquecimento, um ato político que seleciona o que convém ser lembrado e exclui do espaço da memória o que convém ser omitido. Pondo em ação uma política do “diálogo” e se opondo

¹⁰⁸ Deputado Federal pelo MDB entre 1975 e 1979 e entre 1983 e 1985, representando o grupo dos “autênticos”. Assumiu outros cargos, como o de Governador de Pernambuco entre 1999 e 2006, de Senador entre 2007 e 2015, ocupando, a partir deste ano, uma cadeira na Câmara Federal.

aos “radicalismos”, Tancredo demonstra apoio ao “governo revolucionário”, conclamando os membros de seu partido a realizarem o que chama de “oposição responsável”:

Desde a nossa fundação, examinadas as ocorrências com serenidade e sem paixão, não se poderá, sem grave injustiça, acoimar o MDB de atuação contestadora, subversiva ou intransigente. Ao contrário, a nossa conduta tem sido marcada pela oposição responsável, mais prudente do que afoita, compreensiva e construtiva, uma vez que **jamais negamos aos governos revolucionários, sempre que em posição certa e justa, o nosso apoio e a nossa solidariedade**. Na luta contra o terrorismo contou com a nossa sustentação; na conquista do mar territorial de 200 milhas não lhe faltou a nossa firme adesão; quando resiste às pressões do imperialismo estamos ao seu lado para com ele também resistir, e longo seria citar toda a relação de cooperação patriótica e lúcida a todas as iniciativas da administração, envolvendo legítimos interesses nacionais. **Jamais se apontará um só caso em que o MDB se haja revelado negativista, obstrucionista ou em sistemática oposição** [discurso em 07/03/78 na Câmara Federal] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 501, grifo nosso).

Tancredo descreve uma relação de colaborações com o “governo revolucionário” que só é interrompida “quando faz do arbítrio o instrumento único de sua ação, quando erige a força em norma política para dirimir conflitos normais na vida dos povos, quando emascula a liberdade, deforma e mutila o direito”. Num processo de “distensão” do regime, ele reafirma a posição de seu partido, quando diz que o “MDB está aberto ao debate. Acredita na sinceridade do governo quando propõe a descompressão do regime” (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 501).

Esforça-se em plenário para legitimar o papel do MDB como o símbolo principal e único de oposição para, desse modo, deslegitimar quaisquer movimentos “alternativos”, por ele considerados “subversivos” e “esquerdistas”, afinal, não compunham a institucionalidade autoritária. A “conciliação”, proposta por Tancredo e que será seu trunfo principal nas eleições indiretas de 1985, não aglutinava todos, mas, sobretudo, as forças políticas que constituíam a institucionalidade autoritária: ARENA e MDB, governo e “oposição liberal”.

Seguindo com o discurso, Tancredo faz críticas a medidas do governo Geisel, como a criação do senador “biônico”¹⁰⁹, através do Pacote de Abril, de 1977, e da Lei Falcão¹¹⁰, bem

¹⁰⁹ Estratégia do governo, após o avanço da oposição na eleição de 1974. Senador que não era eleito diretamente, mas “escolhido por um colégio eleitoral de deputados estaduais controlados pelo governo em praticamente todos os estados [...]. Assim, em 1978, das duas cadeiras senatoriais renovadas por cada estado, apenas uma seria efetivamente disputada. A outra, preenchida pelo senador biônico, garantiria a maioria simples do governo no Senado” (KUCINSKI, 2001, p. 45).

como, às eleições indiretas e à crise inflacionária. Porém, num jogo discursivo com o qual procura manter o “diálogo” com o presidente, isenta-o ao elogiá-lo por sua preocupação com a “justiça social”:

Justiça se faça ao preclaro Presidente Ernesto Geisel. Sempre se mostrou possuído de sincero sentimento de justiça social. Corrigiu, como pôde, o achatamento salarial e, por todos os meios ao seu alcance, buscou abrandar os efeitos da má distribuição da renda entre os diversos setores de nossa sociedade. Em que pese, porém, aos seus elevados propósitos, por uma estranha irrisão do destino, foi justamente no seu governo que as injustiças e as deformidades do nosso tão decantado modelo econômico atingiram o paroxismo [discurso em 07/03/78 na Câmara Federal] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 506-507).

A estratégia de Tancredo consistia em dialogar com um e outro, permanecendo “em cima do muro”; critica e elogia tanto o MDB como o governo, não tomando posições que definissem claramente de que lado estava. Importava, dizia ele, uma “reconciliação nacional”, entre “vencedores” e “vencidos”:

E, por fim, meus nobres colegas, é chegado o momento de protestar, quase quinze anos depois da vitória da Revolução, contra a iníqua separação dos brasileiros em campos irreconciliáveis: o dos vencedores orgulhosos, arrogantes e intransigentes, e o dos vencidos, humilhados, proscritos e marginalizados. Essa deplorável situação não corresponde à formação religiosa e moral do nosso povo, que abomina o ódio, repudia a intolerância e não compactua com as discriminações injustas. A grande reconciliação nacional se impõe em nome da justiça, da segurança e da paz da família brasileira. Que os nossos governantes, à maneira dos nossos íncolas primitivos, assentem no chão da Pátria os seus ouvidos e procurem recolher as ondas rumorosas e cada dia mais densas que se estão formando no subsolo da nacionalidade, clamando, num só brado, por justiça e liberdade. Antecipe-se o governo à eclosão irresistível desse tufão que poderá levar, no impacto de sua voragem devastadora, homens e instituições, deixando atrás de si a esteira sangrenta da desolação. Atenda o governo aos apelos de toda a Nação e a tranquilize, pacificando-a, fazendo içar, nas ameias mais altas do Palácio do Planalto, para que todo o Brasil a veja, como mensagem de esperança para o futuro, a bandeira redentora da anistia que o grande Rui saudou como “a mais formosa expressão da clemência cristã, aliada à sabedoria política” [discurso em 07/03/78 na Câmara Federal] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 508-509).

¹¹⁰ Lei 6.339, em julho de 1976, tinha o objetivo de regular a propaganda política do país na TV e no rádio. Os candidatos não podiam, por exemplo, veicular músicas com letras, nem discursos, dentre outras restrições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6339.htm. Acesso em: 02 dez. 2014.

Apela para argumentos do campo religioso, da cultura indígena e para metáforas baseadas em fenômenos da natureza para reafirmar a tese da “reconciliação” e se opor às tensões, concluindo com a defesa da anistia, bandeira que viria a defender nos moldes postos pelo governo, conforme discutiremos mais adiante. Ter o apoio e apoiar forças tão contraditórias tornava visível sua condição de político que se esforçava na articulação de estratégias para garantir seus interesses em detrimento dos demais. Na proporção em que assumia o lugar de oposição ao regime de “arbítrio” criticando as eleições indiretas, a lei Falcão, os Senadores biônicos, Tancredo alinhava-se ao discurso governista atuando como porta-voz de uma “abertura lenta, gradual e segura” e opondo-se aos “revanchismos”.

Tancredo colocava-se na posição confortável da “conciliação” com a qual não batia de frente com nenhuma das forças políticas em disputa no campo. Neste discurso, propôs um esquecimento do passado num cenário em que se debatia a “anistia ampla, geral e irrestrita” e a necessidade de reformas institucionais. Opunha-se à defesa dos mais “radicais” pela punição aos torturadores, orientando os emedebistas a evitarem posições consideradas “contestadoras” e “subversivas”.

Segundo a *Folha*, no geral o discurso foi aplaudido por “moderados” e “autênticos” do MDB e por “arenistas” em virtude de sua defesa das reformas políticas, sobretudo a anistia e a Constituinte. Por outro lado, sua fala elogiosa sobre Geisel enquanto defensor da justiça social gerou discordâncias em alguns parlamentares que expressaram “reações diversas”: desde a “retirada do plenário de alguns e à linguagem agressiva de outros aos elogios de terceiros” (FSP, 09/03/78, p. 4). E, mais: “elogio a Geisel é criticado até por moderados”; “Para os arenistas, o líder quis agradar gregos e troianos” (FSP, 09/03/78, p. 4). O jornal expõe a opinião adversa de alguns emedebistas, os quais se retiraram do plenário quando Tancredo começou a elogiar Geisel, sendo o “diálogo” entre estes o maior foco de suas críticas:

Jarbas disse: “Não vou ouvir mais isso não. Tenho outros afazeres. Vim a plenário por uma questão de educação. Esse discurso é apenas uma coletânea do que tem sido dito aqui diariamente”. Airton Soares: “É um discurso tímido, frouxo e medroso, que faz média ao elogiar o presidente e ao admitir que as coisas podem ser feitas sem que o presidente seja responsável”. Odacir Klein: “Vim com muita boa vontade, pensando que iria ouvir um grande discurso. Por mais boa vontade que tenha, não posso concordar com as afirmações do líder de que o Governo tem tomado medidas e se esforçado, visando a promover a justiça social. Os próprios dados oficiais referentes à distribuição de renda entre as diversas parcelas da população demonstram o contrário” (FSP, 09/03/78, p. 4).

Falas que expressam o dissenso no interior do MDB e as visões que alguns de seus membros tinham de Tancredo. Ao contrário da união partidária reivindicada por este, reafirmavam posições contrárias ao “diálogo” com o governo, imprimindo uma postura com a qual se colocavam na condição de “autênticos” opositores do regime, distinguindo-se da “moderada” oposição de Tancredo.

Uma semana depois, em 17 de março, o jornalista Mauro Santayana (1985)¹¹¹, publicou uma coluna na *Folha* expondo as “razões de Tancredo” como uma espécie de advogado o faria e, para isso, recorre à biografia do mineiro para justificar a “difícil coragem da moderação” que ele teria expressado na “tragédia de 1954” quando era ministro de Getúlio Vargas. Aciona, também, o “mito da mineiridade” ao afirmar que “é fácil pleitear o confronto, quando não se toma a responsabilidade de medir-lhe os resultados. O difícil é fazer política, tal como a entendem os mineiros e tal, como mineiro, entende-a Tancredo”. Moderação, tolerância, paciência, cortesia, todas são “virtudes” presentes em Tancredo e que explicariam, segundo Santayana, seu comportamento político que, portanto, é associado a características individuais, difíceis de serem encontradas em outro político naquele momento:

A intransigência na defesa dos princípios não exclui, nem pode excluir, o cavalheirismo. O líder do MDB não se afastou do programa do partido ao reconhecer as intenções do presidente Geisel quanto à política social. E, agora, sua conversa informal com o presidente da República demonstra apenas que o chefe do Governo acolheu o gesto elegante de Tancredo, convidando a Oposição ao diálogo no nível mais alto (SANTAYANA, 1985, p. 96).

Já em coluna do dia 07 de abril, Santayana silencia acerca dos emedebistas que se opuseram a Tancredo, criando uma impressão de consenso: “O MDB marcou, de forma clara, seu desejo de conciliação e diálogo, levando à liderança o Deputado Tancredo Neves. Tancredo, marcado pela sofrida experiência política, oferece ao Governo a possibilidade de conciliação nacional”. Além disso, associa o partido a uma “doutrina”, o “liberalismo político como expressão mais provada do exercício democrático [...]. se dele escaparmos, caímos nos extremos conhecidos” (SANTAYANA, 1985, p. 98).

Tancredo operacionalizava um estilo de fazer política que caracterizou o antigo PSD, seu ex-partido; uma política marcada pelo contrabalanceamento entre eixos que se

¹¹¹ Amigo e colaborador de Tancredo Neves. Organizou alguns livros com seleção de textos que publicou em jornais, como na *Folha de São Paulo*, sobre o político. Cf.: Disponível em: <http://tancredo-neves.org.br>. Acesso em: 05 dez. 2014.

polarizavam. Representava uma ala do MDB que nem fazia uma oposição ostensiva nem reproduzia fielmente a cartilha do governo. Comportamento político que nos parece ter sido herdado pelo PMDB que atuou como base aliada tanto do governo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB quanto dos governos Lula e Dilma Rousseff, do PT, permitindo-lhes a governabilidade. No cenário atual, o PMDB nem deixou de apoiar o governo Dilma na medida em que não faz uma oposição ostensiva como o fazem o PSDB e o DEM, nem se curva diante de sua política, dialogando com um e com outro sem definir uma posição de forma muito clara; ou melhor, a sua posição consiste em não assumir um dos dois lados da polarização.

2.1. O discurso de Tancredo arrematado pela grande imprensa: as disputas no âmbito das reformas

Ao longo dos debates sobre as reformas institucionais em 1978 que faziam parte do projeto da “abertura”, dentre as quais a proposta de revogação do AI-5, Tancredo usou a tribuna da Câmara para discursar em sua defesa. Em abril desse ano, quando já era líder do MDB, faz crítica ao uso da força pelo governo e a ausência do Estado de Direito, seguindo, na esteira de Geisel, a tônica da “transição” para a democracia. Ratificando o discurso governista, Tancredo reivindicou o desfecho da “crise institucional brasileira” que resultou na “revolução” de 1964. Fazê-lo significava pôr fim à força e ao “arbítrio” que, naquele momento, não eram mais necessários, haja vista que os “terroristas”¹¹², discurso usado para justificar a repressão, já haviam sido derrotados.

Na linha argumentativa de Geisel e dos presidentes militares, justificou a “revolução” com a tese de que era transitória: “As revoluções só se justificam, em termos éticos e jurídicos, quando, passado o curto período de sua fase demolidora, que deve ter a duração estritamente necessária à sua consolidação, institucionalizam-se pelo voto, devolvendo o poder ao povo, seu único e legítimo titular” [discurso em 27/04/78 na Câmara] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 511). Resolvida a “crise institucional”, a “revolução” deveria ser legitimada pelo voto direto.

Interpretação que tem como pressuposto a ideia de que o golpe de 1964 fundou um governo forte para solucionar uma “crise” e que esse mesmo governo, após a fase

¹¹² Referência às guerrilhas urbanas e rurais que usavam da “violência revolucionária” como método de resistir à repressão militar. As execuções de Carlos Marighela em 1969 e de Carlos Lamarca em 1971, por exemplo, tornaram-se símbolos da derrota da luta guerrilheira.

“transitória”, seria institucionalizado pelo voto popular. Não acontecendo isso, “elas [as revoluções] se monstrificam, instituem o Estado onipotente, alimentado no caldo de cultura do liberticídio, da corrupção e da degeneração dos atributos fundamentais da ordem social”. Considera que essa assertiva não era uma mera crítica da oposição, visto que foi corroborada pelos “revolucionários” de 64: “Ela teve nos arraiais da Revolução intrépidos paladinos da estirpe moral e intelectual de um Castelo Branco ou de um Milton Campos” [discurso em 27/04/78 na Câmara] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 511).

Argumentos governistas com que Tancredo reforçava a ideia de que a “revolução” teve um papel fundamental na política brasileira no sentido de ter restabelecido a “ordem”, reorientando a nação para o caminho reto. Era um recurso democrático, mas deveria ser passageiro. Nessa linha, justificou que não era aceitável a continuidade do recurso ao “arbítrio”, visto que, fazê-lo, significava concordar com a ideia de “revolução permanente” de Trotsky¹¹³, da qual se apropriou, desqualificando a perspectiva socialista de mundo:

Mesmo porque aceitar como válida a tese da revolução permanente implicaria em reconhecer como procedente uma concepção do socialismo comunista, fruto do cérebro poderoso de Trotski, **um dos mais truculentos entre os profetas do credo vermelho**, ou seja, o Estado divorciado do Direito, criando o seu próprio sistema legal, emanção do arbítrio e do capricho, no qual a ampliação do campo de atuação incontestável do poder se faz aniquilando as prerrogativas imprescritíveis do povo e com a erradicação dos direitos sagrados da pessoa humana [discurso em 27/04/78 na Câmara] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 511, grifo nosso).

Tancredo fez uma interpretação estereotípica do “comunismo”, estigmatizando um dos seus teóricos e, logo em seguida, comparando o tratamento dado pela URSS e pelos governos militares brasileiros a dissidentes:

Em notável conferência proferida na Escola Superior de Guerra, o ministro Seabra Fagundes, um dos luminares de nossa cultura, observou, a propósito, que o fanatismo nazista, responsável pelos morticínios mais infames, nasceu

¹¹³ Leon Trotsky (1879-1940). Intelectual e militante marxista, com participação na Revolução Russa, de 1917. Organizou o Exército Vermelho, fundou o Partido Comunista da União Soviética. Divergiu de Stalin quanto ao projeto revolucionário, defendendo a chamada “revolução permanente”, segundo a qual era preciso expandir a revolução para outras nações, diferentemente de Stalin que defendia sua restrição para a URSS. Apesar de se tratar de um romance, consideramos oportuno indicar o livro do literato cubano Leonardo Padura, contemporâneo, que escreveu sobre o assassinato de Trotsky e, ao fazê-lo, discutiu as divergências entre ele e Stalin que passou a persegui-lo, assim como a outros intelectuais. PADURA, Leonardo. **O homem que amava os cachorros**. Trad.: Helena Pitta. ed. 2. São Paulo: Boitempo, 2015.

da certeza da sua verdade política. E quando na União Soviética os dissidentes são internados em sanatórios para doentes mentais, é porque, erigido o comunismo em verdade suprema e incontestável, os que não se apercebem da validade desse dogma, após decênios de doutrinação, estão enfermos do intelecto e, portanto, urge segregá-los da sociedade. **No Brasil, aos dissidentes e divergentes, nunca, para honra nossa, se aplicaram esses torpes métodos de repressão.** As cassações, a suspensão dos direitos políticos, a invasão do domicílio, a intimação através de prisões arbitrárias e irresponsáveis, os processos à revelia, os maus-tratos e os artificialismos eleitorais substituem-nos com a mesma finalidade: assegurar a intangibilidade das certezas governamentais [discurso em 27/04/78, na Câmara Federal] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 512, grifo nosso).

Tancredo recorreu a um homem “notável” que, em sua leitura, possuía um conhecimento legítimo e, por essa razão, merecia ser levado em conta, diferentemente do “profeta do credo vermelho”, cujas teses deveriam ser repelidas. Colocou-se na posição de denunciante de métodos usados pela URSS para combater seus dissidentes, afirmando que no Brasil não havia ocorrido esses “torpes métodos de repressão” e, portanto, suavizando as práticas de tortura, já divulgadas por jornais da imprensa alternativa naquele contexto¹¹⁴. No âmbito do projeto de reformas não fazia parte dos planos do governo criminalizar os torturadores, discurso que Tancredo encampou, ratificando-o na tribuna da Câmara.

O interessante é que Tancredo admitiu que o governo adotou medidas autoritárias, listando-as e afirmando que elas tinham a mesma intenção do comunismo soviético: garantir uma verdade política. Ou seja, criticou o governo comparando-o à URSS, e, ao mesmo tempo, o defendeu de acusações de tortura e repressão. A tese que perpassa seu discurso é esta: se o governo reprimiu os dissidentes, o fez a partir de cassações, suspensão de direitos políticos, entre outros decretos, mas não a partir da tortura. Posição que fundamentou a Lei da Anistia, estabelecida em agosto de 1979, na medida em que esta não considerou a existência de torturadores, contribuindo para a ocultação dos crimes perpetrados pela ditadura civil-militar, conforme veremos mais adiante.

Ao mesmo tempo em que se preocupava em produzir voluntariamente um esquecimento desse passado “sombrio”, Tancredo selecionava o que considerava merecedor

¹¹⁴ Veja-se, por exemplo, o semanário *Em Tempo* (26/06-02/07/78) com a seguinte manchete: “Presos denunciam 233 torturadores – o listão completo dos policiais e militares acusados”. O jornal denuncia a própria omissão da imprensa em não divulgar informações sobre a tortura, citando o caso de W. Herzog: “A denúncia foi feita dois dias antes do episódio em que apareceu morto o jornalista Wladimir Herzog, detido no II Exército, em São Paulo, em outubro de 1975. Entretanto, nenhum jornal do país ousou até hoje publicá-la. 35 presos políticos escreveram um documento minucioso, relataram mais de vinte métodos diferentes de tortura aplicados neles próprios, e deram nomes aos bois, ao acusar 233 policiais e militares como torturadores. Entre os enumerados no listão, alguns são figuras muito conhecidas [...]. Nesta edição, EM TEMPO publica pela primeira vez no Brasil o listão de 233 acusados”.

de uma maior atenção do governo, centralizando seu foco na “restauração da ordem democrática” que, em seu discurso, significava o restabelecimento das eleições diretas. A “revolução” tinha um papel importante na história política do País e, portanto, não poderia “[...] transformar-se, de degradação em degradação, com o maior desplante, num movimento a serviço de um grupo de amigos, associados, protegidos e parentes”. Sua crítica era direcionada, naquele momento, às eleições indiretas para governadores estaduais que, segundo ele, representavam as tradições patrimonialistas da “república velha”:

Os procônules que estão sendo impostos são, além do mais, na sua maioria, recrutados de notáveis e consagradas oligarquias, velhas e surradas, que voltarão ao poder, em suas províncias, trazendo sob seu pálio protetor toda uma complexa rede de interesses estabelecidos e de condenáveis acomodações, que só se legitimam pela sua extraordinária capacidade de sustentar a oligarquia central. A renovação, no caso, é sinônima de regressão. A Revolução se anquilosa, torna-se reacionária e se cristaliza nas práticas e nas expressões mais vigorosas de um passado que todos supúnhamos definitivamente varrido da face do Brasil. Na incapacidade de gerar novos métodos e processos, retrocedendo ao que havia de mais repudiável na nossa vida pregressa, a Revolução confessa pública e solenemente o seu ruidoso fracasso. Depois de catorze anos de vigência, usando e abusando do arbítrio, o que ela consegue nessa altura do seu longo estágio para traduzir a sua mística são gastas e cediças lideranças de grupos e parentelas, refletindo assim toda a sua frustração e a sua impressionante inaptidão para criar novos valores humanos, o que significa uma demonstração inequívoca e pomposa do seu malogro no campo da renovação de nossas elites [discurso em 27/04/78 na Câmara Federal] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 513-514).

Reconhecia que a “Revolução” teria agido a “serviço do Brasil”, mas que retrocedeu, tornando-se urgente a “restauração de nossa ordem democrática”. Não se tratava de romper com ela, mas de reorientá-la. Tancredo reproduzia o discurso dos presidentes-generais, haja vista que o processo de “transição”, arquitetado por eles, tinha a intenção de garantir a “redemocratização”. Por outro lado, construía sua imagem enquanto “oposição” com discursos com os quais desqualificava a ordem autoritária, comparando-a aos “vícios” históricos da república brasileira encabeçados por suas “velhas oligarquias”.

Impunham-se “novos valores humanos”, argumentava Tancredo, para que fosse possível uma renovação das “nossas elites” políticas, tendo em vista que a “revolução” já havia alcançado seus objetivos e precisava transferir o poder para “novos” grupos. Daí que pressionava o governo para extinguir as eleições indiretas para governadores, pressão que provavelmente se justificava em razão de seu interesse em candidatar-se ao governo de Minas

Gerais, o que veio a ocorrer em 1982, quando das eleições diretas para os Estados. Seus argumentos eram aceitáveis pelo governo militar, já que não sinalizavam para uma ruptura; faziam-no apenas para a necessidade de reorganizar o país, sem mudanças bruscas.

Neste contexto, *O Globo* publicou editorial em que corroborava a decisão do governo de indicar os governadores, chegando a questionar o caráter democrático das eleições diretas:

A ideia de que os pleitos diretos produzem sistematicamente melhores candidatos e melhores eleitos não tem apoio na experiência democrática de qualquer país do mundo de hoje; e, quanto ao aspecto ético, ora traduz a deformação do sincero sentimento liberal – no caso mais preocupado com a forma e os ritos do que com a essência – ora a manifestação pura e simples da demagogia, presente em todos os regimes de consentimento popular (O GLOBO, “Uma solução política”, 28/04/78, p. 1).

O jornal deslegitima o pleito direto associando-o a uma “deformação” do liberalismo e à “demagogia”, construindo um argumento oportunista no sentido de ter sido forjado para dar respostas a uma situação circunstancial. Na sequência, pontua aspectos que considerava negativo da experiência histórica brasileira com as diretas:

Na experiência brasileira, as eleições diretas deixaram marcas profundas de maus processos de escolha e de escolhidos que, frequentemente, não souberam honrar o mandato do povo nem os qualificados critérios do sistema representativo. O voto de “bico de pena” da República Velha está na raiz da crise que nos levou à Revolução de 1930, mas as reformas a partir daí produzidas no modelo eleitoral brasileiro não bastaram para expurgar todos os vícios, velhos ou novos, do processo, e sobretudo jamais eliminaram a interferência das pressões e das distorções demagógicas. Ninguém dirá que chegamos ao precipício de 1964 por nos ter faltado a prática das eleições diretas: nós as exercitávamos, então, da maneira mais ampla possível (O GLOBO, “Uma solução política”, 28/04/78, p. 1).

Usa referências históricas para fundamentar sua posição, culminando com o argumento de que as eleições diretas não poderiam ser chamadas de democráticas, haja vista que o país chegou ao “precipício de 1964” num cenário em que elas eram institucionalizadas. Elas eram, antes, “demagógicas”, reforçava *O Globo*, com uma clara intenção de legitimar as indicações dos Governadores pelo Governo Federal:

Perdem-se portanto por insustentabilidade científica e histórica as condenações dirigidas ao sistema indireto de eleição dos governadores, mantido pelos atos de abril enquanto o Governo define seu projeto de

reforma institucional. O modelo é legítimo e de indiscutível fundamento democrático (O GLOBO, “Uma solução política”, 28/04/78, p. 1).

Conclui o editorial reconhecendo que as sucessões estaduais deixam um “saldo de frustrações e descontentamentos”, mas que foram importantes para a continuidade do projeto governista de “redemocratização”, pois que:

[...] quando se pensa que todo o esforço governamental foi feito dentro do interesse maior da coesão partidária, da redemocratização do País e da tranquilidade nacional, os traumas deixados por algumas escolhas parecem fadados a uma rápida absorção pelos setores envolvidos. Os apelos do espírito público, da vontade democrática e do patriotismo acabarão falando mais alto (O GLOBO, “Uma solução política”, 28/04/78, p. 1).

Não restabelecer as eleições diretas para governadores seria uma espécie de recuo estratégico a ser recompensado posteriormente. Tratava-se, segundo o jornal, de uma decisão que respeitava os interesses nacionais, sobretudo a “redemocratização do País”. Discurso que legitimava a posição do governo e, portanto, contribuía para que houvesse uma aceitação de seu projeto de reformas institucionais e, ao mesmo tempo, deslegitimava outros caminhos possíveis para a organização política do país. E, assim, com as reformas políticas “negociadas”, cada vez mais o “campo de interlocução liberal” se consolidava por constituir uma “pressão dentro da ordem” (MACIEL, 1999, p. 178).

Estratégia do governo e da oposição oficial para neutralizarem movimentos grevistas que ocorriam simultaneamente ao debate político-partidário sobre as reformas, em especial as greves dos operários da indústria automobilística na região do ABC paulista. A grande imprensa arrematava o discurso, ambigualmente governista e oposicionista, encampado por Tancredo, defendendo, também, uma “redemocratização” controlada.

O Globo fez campanha contra as “perturbações” grevistas, ao mesmo tempo em que elogiava Geisel pelas reformas. Ideias presentes em dois editoriais do jornal publicados na primeira página em maio de 1978. No primeiro, “Os partidários da crise” (O GLOBO, 17/05/78)¹¹⁵, direciona críticas à “perturbação” decorrente das greves operárias, sobretudo por ocorrerem num cenário em que o governo promovia reformas visando ao “interesse comum”:

¹¹⁵ Na manchete dessa mesma edição, tem-se: “Anunciadas as reformas”. Em destaque, na primeira página, a lista: “Fim do AI-5; Revogação do artigo 185 da Constituição; Revogação do 477; Volta do ‘habeas-corpus’; Restauração das prerrogativas da magistratura; Cassação de mandatos apenas pelo STF; Salvaguardas: 1. Medidas de Emergência; 2. Estado de Sítio; 3. Estado de Emergência” (O GLOBO, 17/05/78).

Considerando-se que vivemos um momento de interesse comum em favor da pronta normalização institucional do País, não há racionalidade capaz de explicar a ocorrência simultânea de vários focos de perturbação do processo de abertura política, precisamente quando o Governo se prepara para a definição final do seu projeto de reformas democráticas. Minar o terreno da liberalização não pode ser obviamente, um procedimento que ajude o esforço de quantos procuram, de boa-fé, vencer a distância entre as esgotadas características excepcionais do regime e os novos parâmetros do Estado de Direito, segundo inspirações que atendam ao melhor da realidade e da conveniência nacionais (O GLOBO, “Os partidários da crise”, 17/05/78).

O jornal pretendia inculcar a tese de que as greves eram “irracionais” e antipatrióticas visto que minavam o projeto nacional da “liberalização”. Não é à toa que listou os episódios que traduziriam o que chama de “perturbação”, com um discurso claramente governista, desqualificando o “novo sindicalismo” (OLIVEIRA, 2002) e dando ênfase às greves enquanto expressões da “radicalização”:

Podemos identificar as tentativas de turvação do processo em episódios como as greves operárias em São Paulo, a agitação provocada pelo MDB em Salvador ou as maliciosas manobras de certos setores da Oposição envolvendo figuras de alta idoneidade das nossas Forças Armadas. Em alguns casos, a ação turbulenta passa nitidamente por cima da lei, sem disfarçar os seus propósitos de provocação. Noutros exemplos, os mesmos objetivos são buscados por caminhos insidiosos. E não se excluem, enfim, aquelas atitudes comandadas apenas pelos impulsos do açodamento, da imprudência ou da irresponsabilidade, mas convencidas de que contribuem para vitalizar o clima da distensão política. Em todas essas hipóteses, porém, o que se faz na verdade é criar embaraços concretos ou simples pretextos contra a boa marcha da redemocratização brasileira. Particularmente ficam bem servidas as posições de radicalização anti-reformista, que se convertam em aliadas dos grupos a serviço da crise e do impasse. As greves operárias imprimem, de repente, um rumo abrupto à nova dinâmica do movimento sindical no Brasil, que víamos se desenvolver num sentido muito mais realista e construtivo. Sem nenhuma razão especial, passa-se da atmosfera do diálogo e do debate para a do conflito. Como entender a súbita mudança de orientação? (O GLOBO, “Os partidários da crise”, 17/05/78).

Quaisquer tipos de ação política que contrariassem o que o jornal chama de “boa marcha da redemocratização” são narrados com um vocabulário bastante desqualificador: são “agitações” ou “maliciosas manobras”, das greves operárias a articulações do MDB voltadas para a eleição presidencial. A referência a este fato diz respeito ao lançamento pelo partido da candidatura de um militar ex-ARENA, Euler Bentes, para fazer oposição à indicação do governo, João Figueiredo, para o Colégio Eleitoral nas eleições de 1978. Segundo *O Globo*, o

MDB estava partindo para a “confrontação” e estava mais interessado em dividir as Forças Armadas do que em “permitir uma disputa – que seria legítima – no Colégio Eleitoral”.

Da mesma maneira, o jornal propala a interpretação de que as greves significavam a interrupção do diálogo pelos sindicatos e a atuação a partir dos conflitos. São argumentos que iam não direção de defender o modelo governista de “redemocratização” pensado a partir das ideias de “controle” e de “ordem”, havendo uma disseminação pelo jornal de um discurso arquitetado, também, pela “oposição responsável”; modelo de oposição reivindicado por Tancredo.

Dando sequência à discussão sobre as reformas, no dia seguinte *O Globo* publicou outro editorial (“Roteiro da redemocratização”, 18/05/78, p. 1), desta feita fazendo fortes elogios a Geisel pelas reformas, se opondo aos que “conturbam” o processo com “radicalismos” e às articulações eleitorais do MDB¹¹⁶:

A esta hora devem estar desarvorados os incrédulos e os detratores das reformas prometidas pelo presidente Geisel. Elas aí se acham definidas no essencial, para a primeira etapa do processo de redemocratização do País, e trazem a marca indiscutível do espírito e do objetivo liberalizantes. O ceticismo de uns e as resistências de outros não impediram o senador Petrônio Portela desse completo cumprimento à missão de ouvir a classe política e outros setores influentes da sociedade civil sobre as mudanças institucionais necessárias à normalização do regime e à conciliação nacional, dentro dos parâmetros clássicos do Estado de Direito mas sem esquecer as características e circunstâncias típicas da realidade brasileira. Os interessados em conturbar o processo, através de manifestações radicais, agora podem verificar quanto se movimentaram em vão. Os que têm feito dessa postura obstrucionista uma tática eleitoral ver-se-ão obrigados a reformular seus planos de caça ao voto (O GLOBO, “Roteiro da redemocratização”, 18/05/78, p. 1).

Com um objetivo de interferir na dinâmica política, o jornal batia de frente com as ações que iam à contramão das decisões do governo, esforçando-se, em demasiado, para desqualificar e rebaixar aqueles que, por não “conciliarem”, eram tratados como “radicais”. Faz uma verdadeira apologia do governo Geisel por sua ação “redemocratizadora”:

¹¹⁶ A articulação da candidatura de Euler Bentes, ex-militar, se deu entre MDB e a “linha-dura nacionalista” a partir de 1976, quando o nome de Figueiredo foi lançado por Geisel para ser seu sucessor. A articulação é resultado da insatisfação de militares com essa escolha, sobretudo os chamados “linha-dura”. Segundo Kucinski (2001, p. 58), o nome de Euler era aceito pelo MDB pelo fato dele ser receptivo às aspirações populares, em razão de sua origem humilde e negra. Tinha uma plataforma, inclusive, diferentemente de Figueiredo: “Retorno dos militares aos quartéis; anistia ampla, inclusive aos torturadores; democracia com todos os partidos, inclusive o Partido Comunista; política econômica nacionalista” (KUCINSKI, 2001, p. 58). Articulações que ultrapassavam os lugares partidários e as fronteiras entre civis e militares.

[...] O presidente Geisel assumiu o Governo com o compromisso declarado de acelerar o processo de desenvolvimento político do País. Sua tarefa foi evidentemente facilitada por anseios nacionais pela redemocratização. E ele soube responder a esses anseios sem nada perder dos seus atributos de autoridade e liderança e de aguda consciência de que a retomada do Estado de Direito se deveria processar de forma prudente, cautelosa, responsável, criadora, não se reduzindo a uma simples repetição dos caminhos e descaminhos passados (O GLOBO, “Roteiro da redemocratização”, 18/05/78, p. 1).

O jornal arrematava o discurso governista e da oposição “responsável”, proliferando a ideia de que os “radicalismos” apenas atrapalhavam o “desenvolvimento político” que rumava à “redemocratização”. Concluiu o editorial atacando os que se opunham às reformas nos termos em que eram colocadas pelo governo, destacando o tema da anistia:

Enquanto o Governo espera e deseja a contribuição dos moderados para bem conduzir e aperfeiçoar o seu projeto político, a oposição radical naturalmente continuará batendo na tecla da insuficiência das reformas e entoando o coro da anistia ampla e irrestrita como condição preliminar. Entretanto o dominante sentimento democrático do País, além de estar sabendo – por exemplo – que a simples revogação do art. 185 da Constituição já liberará 90% dos políticos punidos por atos revolucionários, entende que antes de mais nada é preciso vencer a batalha fundamental: o fim do arbítrio. A partir daí, os desdobramentos lógicos virão a seu tempo, sob a garantia de uma margem de riscos (O GLOBO, “Roteiro da redemocratização”, 18/05/78, p. 1).

Situa os “moderados” na posição daqueles que contribuíam para o “aperfeiçoamento democrático”, levantando a bandeira de uma anistia que não fosse ampla nem irrestrita, discordando do apelo evidenciado pela campanha popular. Defendiam uma democratização lenta e sob controle para que se pusesse fim ao “arbítrio”, cuja permanência não tinha mais razão de ser, visto que os “terroristas” já haviam sido derrotados.

Seguindo essa linha editorial com a qual ratificava as posições do governo e de Tancredo, a *Folha* (“Reformas”, 18/05/78, p. 2) reforçou que as reformas eram necessárias pelo fato de considerar que as estruturas institucionais foram montadas com um tom mais repressor para dar resposta ao cenário político dos anos 1960 e início dos 1970. Momentos em que havia a atuação de “terroristas”, cuja ausência, no entanto, tornava desnecessária a manutenção da estrutura repressora:

O Governo aparentemente julga estar oferecendo, com as reformas, uma reposta definitiva no sentido de superar o impasse institucional que foi gerado pela obsolescência da ordem política estabelecida em 1969 – hoje incapaz de atender e cooptar as necessidades de amplas parcelas da sociedade brasileira (FSP, “Reformas”, 18/05/78, p. 2).

O País vivia uma espécie de nova fase “revolucionária” – das reformas – que não poderia ser afetada pelas intenções eleitoreiras do MDB, afinal de contas, esse partido sequer tinha uma base política parlamentar capaz de derrotar o partido governista. Foi o que assinalou categoricamente o jornal:

Mais do que nunca, não cabem reações emocionais ao anúncio dessas reformas políticas. Mesmo porque o Governo tem condições numéricas de fazer aprovar, no Congresso Nacional, o que ele bem entende; e a ARENA serve exatamente para isso: dar sustentação formal a iniciativas e deliberações das quais seus líderes participam, quando muito, na condição passiva de assistentes. O fundamental é que se estude o conteúdo das reformas propostas e se avalie em que medida elas virão contribuir para o alargamento do espaço político de discussão e participação, porque é a partir desse espaço que se poderá construir uma sociedade mais justa e mais livre. E isso vale também – e especialmente – para o MDB, que terá seu discurso político-eleitoral esvaziado pela proposta de institucionalização apresentada pelo oficialismo (FSP, “Reformas”, 18/05/78, p. 2).

A *Folha* assumiu uma posição pragmática, estimulando os congressistas a aprovarem logo essas reformas, esnobando as articulações eleitorais de alguns membros do MDB. Seus editoriais são indícios da participação efetiva da grande imprensa na formatação de modelos políticos que favoreciam o *status quo* e que eram apresentados por ela como expressões da “vontade da nação”. Defendiam a “revolução” e as medidas “liberalizantes” do governo, fazendo um esforço para evidenciar que essa posição espelhava seu interesse “sincero” pela democratização do País.

Durante as discussões envolvendo o projeto do governo Geisel para reformas à Constituição que culminaram com a aprovação da emenda nº 11¹¹⁷, referente às reformas, o deputado Airton Soares¹¹⁸, do grupo dos “autênticos” do MDB, acusou Tancredo Neves e

¹¹⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc11-78.htm#art4. Acesso em: 07 dez. 2014.

¹¹⁸ Com a reforma partidária de 1979, que extinguiu o bipartidarismo e abriu caminho para a reestruturação de “velhos” partidos e a criação de novos, o deputado Airton Soares se filiou ao PT, fundado em 1980. Interessante destacar que, à revelia da orientação do PT para não comparecer ao Congresso na eleição de 1985, ele compareceu e votou em Tancredo, contra o qual tecia duras críticas quando estava no MDB. Evidências das contradições que marcam as posições políticas dos indivíduos ao longo de suas trajetórias, sobretudo pelo fato de

outros parlamentares de estarem “participando de entendimentos com o Planalto para que a Oposição aprove as reformas” (FSP, 14/09/78, p. 1). Responsabiliza-o pela falta de quórum na bancada emedebista da Câmara para debater as reformas e, dessa forma, de ter facilitado a primeira vitória governista que aprovou o projeto em comissão mista no Congresso (FSP, 14/09/78, p. 4). O resultado da votação uma semana depois evidenciou uma dupla vitória do governo: a revogação “parcial” dos atos institucionais¹¹⁹ e a manutenção dos Senadores biônicos (FSP, 20/09/78; 21/09/78). Com a abstenção e a ausência de muitos parlamentares do MDB, fez-se valer a maioria do partido governista.

Na sessão em que as reformas foram aprovadas no Congresso, Tancredo proferiu um discurso, como líder do MDB na Câmara, em que evidenciava as fragilidades das reformas e, ao mesmo tempo, elogiava a continuidade do governo na tarefa da “abertura”. Listou aspectos das reformas que considerava “negativos” e “positivos”, mantendo sua estratégia de atuação política com a qual criticava o governo, sem deixar de elogiá-lo:

Sem pôr em dúvida a sinceridade dos propósitos governamentais, não há porque deixar de proclamar que as reformas apresentadas são ineficientes, porque não devolvem o poder ao povo; são precárias, porque não tiveram a coragem de se desvincular totalmente do arbítrio; são inumanas, porque carentes de conteúdo social [discurso em 21/09/78 na Câmara] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 522).

E, por fim, afirmou em plenário que seu partido abriria mão dos destaques que havia oferecido à emenda do governo, solicitando, no entanto, que aquele que se opusesse a

que o campo político funciona a partir de interesses que moldam as decisões e escolhas dos atores políticos nas circunstâncias específicas em que são tomadas.

¹¹⁹ “Parcial” pelo fato de que o AI-5 foi revogado, mas substituído por “medidas de emergência”, as chamadas “salvaguardas do Estado” que poderiam vir a ser acionadas caso houvesse a necessidade de estabelecer a “ordem” no país. É possível observar essa ambiguidade da reforma no parecer do relator da Comissão, José Sarney, após aprovação das emendas na comissão mista do Congresso, em 15 de setembro de 1978: “O projeto, em suas linhas básicas, revoga todos os atos de exceção, restabelece o ‘governo da lei e não dos homens’, bem como assegura um mecanismo constitucional, capaz de conjurar crises, através de dispositivos de defesa do Estado, que podem ser acionados sempre que estejam em perigo as instituições democráticas, o livre exercício dos Poderes, a Constituição, a paz social ou a ordem pública, sob ameaça de guerra, de comoção interna ou de subversão da ordem” (PARECER DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 11, 13/10/1978, p. 283-284). No discurso proferido pelo presidente Geisel na ocasião em que lhe foi entregue o autógrafo da emenda constitucional nº 11, é possível perceber esse caráter “parcial” das reformas. “Um passo marcante dessa evolução foi dado no início do mês de dezembro do ano passado [1977] quando aqui estiveram comigo membros do Diretório Nacional da ARENA e dos Diretórios Regionais. Naquela ocasião eu lhes mostrei que o governo já considerava chegado o momento de abolir os atos de exceção. Mas notei que era necessário substituí-los por instrumentos capaz de assegurar a ordem e a evolução do País. Mostrei que haveria necessidade de conciliarmos as liberdades individuais com os deveres que incumbem ao Estado em defesa da sociedade” (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 14/10/1978: 420). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1978/91.pdf/view>. Acesso em: 07 dez. 2014.

permanência dos Senadores “biônicos” fosse considerado pela presidência da Câmara para ser objeto de discussão pelos congressistas. A *Folha* (22/09/78, p. 4) noticia as disputas entre o MDB e a ARENA, narrando o cenário em que as reformas foram votadas sem a presença dos emedebistas, que abandonaram o plenário com o argumento, expresso pelo líder Tancredo, de que tiveram suas vozes cerceadas.

A revista *Veja* noticiou: “O teste das reformas: na hora de votar contra os biônicos, viu-se que há mais ‘aderentes’ no MDB do que ‘dissidentes’ na ARENA. E o projeto do governo passou intacto” (VEJA, 27/09/78, p. 20). Atribui às divisões internas do MDB as razões para o partido não ter conseguido articular uma estratégia para se opor ao projeto do governo. E acrescenta: “Muitos de seus parlamentares nunca ocultaram seu apoio ao modelo gradual da abertura política de Geisel” (VEJA, 27/09/78, p. 22).

Nessa direção, a *Folha* publica uma coluna na sessão “opinião” em que o jornalista ressalta a responsabilidade do MDB pela manutenção dos “biônicos”, argumentando que uma considerável quantidade de seus deputados estava ausente, o que teria facilitado o resultado: “Se eles lá estivessem, o Parlamento teria salvo a face, derrubando ao menos a nomeação para o Senado” (FSP, 22/09/78, p. 2). Vale lembrar que, em editorial da edição de 18 de maio de 1978 analisado anteriormente, a *Folha* assumiu uma posição bastante pragmática ao estimular os parlamentares a aprovarem com rapidez as reformas, alegando que se a ARENA tinha maioria no Congresso não havia motivos para polemizar e protelar a votação.

Nesse cenário de debates sobre as reformas, o jornal adotava uma posição que endossava o discurso de Tancredo Neves. Tanto continuava na defesa da necessidade de se restabelecer as eleições diretas para governador e presidente, quanto reconhecia que as reformas do governo representavam um avanço no âmbito do processo de “redemocratização”. Em editorial (FSP, “Ao que interessa”, 22/09/78, p. 2), o jornal reforça o argumento em defesa das diretas, mas sem “radicalismos”:

Com isso tudo, o que realmente parece interessar são as eleições diretas. Não é uma questão menor. Se é inegável que houve um avanço na decisão dos congressistas que culminou com o fim do AI-5, não há também como negar que a democracia sem apelidos é ainda um ideal longínquo para a Nação. Como bem assinalou a Oposição em seu veemente protesto contra o sistema de votação imposto pelo Governo ao Congresso (no qual não foram considerados como pertinentes as emendas oposicionistas que, como assinalamos, deveriam ter sido levadas em conta, mesmo que para serem derrotadas), as reformas políticas estão ainda longe de atender às exigências democráticas da sociedade brasileira (FSP, “Ao que interessa”, 22/09/78, p. 2).

O jornal aponta limitações das reformas, em especial por não restabelecer as diretas, mas assinala que são importantes para a democratização do País:

Como dissemos, a votação das reformas constitucionais, com todas as imperfeições que os setores mais consequentes da Nação apontaram, não deixa de ser uma condenação do arbítrio. Por isso, é necessário que as eleições diretas – única e indiscutível forma de exercício da democracia – se transformem no que devem ser; a manifestação poderosa e soberana da vontade da Nação. Das eleições indiretas – cuja ilegitimidade nunca é demais lembrada – já se sabem praticamente os resultados. Fazem parte de um jogo viciado; cabe aos legítimos eleitores deste País encaminhar as soluções institucionais no sentido que a sociedade brasileira deseja. O voto dos brasileiros é agora o que interessa (FSP, “Ao que interessa”, 22/09/78, p. 2).

Para a *Folha* o próximo passo seria a eleição direta e, portanto, acaba legitimando as decisões do governo. Argumentos que ratificam a posição de Tancredo exposta no discurso durante a sessão na qual as reformas foram aprovadas:

Sr. Presidente, o que existe de grave na emenda constitucional apresentada ao Congresso é que ela não devolve o poder ao povo. O Presidente da República e os governadores continuarão a ser eleitos por esse afrontoso processo de eleição indireta, vigente no Brasil, que não é eleição nem é indireta, porque é uma nomeação ratificada por um colégio eleitoral, que se permite a prerrogativa de substituir a Nação para ratificar com o seu voto, num conglomerado de amigos e secretários, e beneficiários, a escolha que vem de um poder mais alto. As eleições diretas para o provimento das funções executivas do poder e do terço do Senado lamentavelmente não foram contempladas no bojo da iniciativa governamental e basta esta constatação para que, de logo, a coloquemos de quarentena [discurso em 21/09/78 na Câmara] (NEVES apud DELGADO, 2010, p. 525).

Oposição “oficial” e grande imprensa, ambas com suas posições liberais, faziam parte do jogo político, numa relação recíproca com a qual a segunda arrematava aquilo que era proferido pelos políticos nos espaços que ocupavam. Ambas constroem representações que são proliferadas socialmente como verdadeiras, sobretudo a grande imprensa que alcança um público maior e, portanto, exerce o papel de alardear notícias, imprimindo seu olhar nas tramas políticas que narra e lhe conferindo conotações de uma verdade incontestável.

Com as reformas institucionais, que se estenderam à anistia concedida em agosto de 1979, já na presidência de Figueiredo, o governo continuou na direção do processo de transição a partir da domesticação dos conflitos. A Lei da Anistia fazia parte do pacote de

reformas prometido pelo governo Geisel a que Figueiredo deu continuidade, sendo enfático quanto a sua política, quando sagrado presidente em 15 de outubro de 1978: “Prendo quem for contra a abertura” (FSP, 16/10/78, p. 1). Segundo Kucinski (2001, p. 108), a lei foi uma estratégia do governo para implodir o MDB com o retorno à vida pública de líderes, como Leonel Brizola e Miguel Arraes, associados à “esquerda” e com intenções de (re) fundar novos partidos, o que repartiria a oposição.

A campanha pela anistia permeou os debates de 1978 sobre as reformas institucionais, num contexto, segundo Kucinski (2001, p. 86), em que as “revelações sobre as torturas, o processo judicial movido pela família Herzog contra a União, as greves de fome dos presos políticos”, explodem como uma “bomba política”. O próprio Tancredo, conforme já mostramos em análise de seu discurso proferido em 7 de março de 1978, assumiu uma posição favorável à anistia, mas sem “revanchismos”, corroborando a proposta do governo. Segundo Kucinski (2001, p. 87),

Pressionados no seu ponto fraco, os militares estabelecem uma linha de resistência contra esse processo de exumação do passado. Desde ameaças políticas sobre os “riscos à abertura”, até manobras de bastidores, trancando processos, intimidando ou removendo juízes, tudo é feito para estancar as revelações, para impedir que o passado seja posto em julgamento. Mais de uma vez verifica-se que há um pacto não escrito, especialmente entre os militares e a imprensa convencional, pelo qual a abertura não levará o passado a julgamento.

A emenda Djalma Marinho, do MDB, que propunha uma anistia “ampla, geral irrestrita”, foi derrotada com uma diferença de cinco votos, 206 *versus* 201, tendo sido aprovado o substitutivo Ernani Sátiro, da ARENA, que estabelecia uma anistia “parcial”, admitida pelo governo (FSP, 23/08/79, p. 1;4). Uma das principais preocupações do governo era forjar um esquecimento do passado a partir do ardil da “reconciliação nacional”¹²⁰, como sugeria o líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho (FSP, 23/08/79, p. 4). As galerias do Congresso estavam lotadas, de modo que os discursos de arenistas e emedebistas foram proferidos em meio a aplausos e vaias, numa sessão bem tumultuada¹²¹, cujas discussões

¹²⁰ Estratégia mantida pelo atual governo federal que, mesmo com a divulgação da lista de torturadores no relatório da Comissão Nacional da Verdade, em 10 de dezembro de 2014 e, mesmo com a orientação desta para que haja punição, o que se observa é a manutenção da “conciliação”. Há uma discussão sobre a revogação da Lei da Anistia, de 1979, proposta que já foi rejeitada pelo STF em 2010.

¹²¹ Para ouvir o áudio da sessão, acessar: <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=3361>. Acesso em: 06 dez. 2014.

alcançaram um público maior em razão da cobertura feita pelo telejornalismo brasileiro¹²². Um fato a ser destacado é que não há o nome de Tancredo na lista dos Deputados e Senadores que discursaram na sessão que discutiu e aprovou a emenda da anistia “parcial”¹²³.

Alguns congressistas do MDB reafirmaram suas posições favoráveis a uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, já que a lei aprovada não abrangia todas as situações, como diz o parágrafo segundo do Art. 1º: “Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”. Por sua vez, anistiava os “torturadores”, com o argumento de que o passado não deveria ser exumado lançando mão de uma expressão suave que disfarçava seu significado “É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou **conexo com estes**” (BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979., grifo nosso).

Segundo Kucinski, a lei incorpora duas “extravagâncias”: a primeira diz respeito à declaração de que “ficam anistiados, ampla e totalmente, os acusados de crimes ‘conexos aos crimes políticos’ (eufemismo para as torturas e outras violações dos direitos humanos praticadas sob o pretexto de combater as guerrilhas urbanas)”; a segunda, se refere aos desaparecidos que “podem obter rapidamente uma ‘declaração de ausência’, que substituiria a certidão de óbito para efeitos legais; uma tentativa do governo de sepultar juridicamente os cadáveres insepultos dos desaparecidos” (KUCINSKI, 2001, p. 107-08).

O Senador Paulo Brossard, do MDB, criticou as restrições indagando os motivos pelos quais o governo concedeu anistia aos “torturados” sem estendê-la aos “terroristas”; debate, aliás, que mantém sua pertinência:

A grande alegação para limitar a anistia foi a de que o Governo não anistiará terroristas. Este eu creio que tem sido um dos pontos mais em evidência colocados pelos defensores do projeto. Jamais defendi, e espero em Deus jamais defender, atos de violência. [...] Mas, manda a verdade, Sr.

¹²²A exemplo do Jornal Nacional, da Rede Globo. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/anistia-e-volta-dos-exilados/globo-brasil.htm>. Acesso em: 06 dez. 2014.

¹²³ “O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares”. A lei completa, sancionada pelo presidente em 28 de agosto de 1979, está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 06 dez. 2014.

Presidente, que seja lembrado que nós atravessamos uma longa e escura era de violências de toda a ordem – e o mais grande ainda é que muitas dessas violências foram cometidas por aqueles que, mais do que quaisquer outros, não podiam praticá-las. [...] Aí estão, Sr. Presidente, as denúncias que se repetem sobre as violências praticadas no fundo das masmorras, em outras palavras, a respeito das torturas praticadas nas dependências da Administração. Eu, Sr. Presidente, que repilo a violência, que repilo o terrorismo em todas as modalidades, pergunto: qual a diferença que existe entre um terrorista e um torturador? Qual é? (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 23/08/79, p. 1668).

Numa batalha entre o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado, as práticas de torturas são silenciadas, até porque, entre as reformas institucionais levadas a efeito pelo governo, não constava a punição aos “torturadores”. No âmbito das reformas institucionais, extinguiram-se os atos institucionais em 1978; conservaram-se os mandatos “biônicos”¹²⁴; falava-se em Constituinte e em eleições diretas, ainda que de forma “lenta”; concedeu-se a anistia, mas a punição a “torturadores” não fazia parte das intenções do governo sendo restrita aos “terroristas”¹²⁵.

Tancredo Neves e a oposição liberal contribuíram para o “esquecimento” do passado, das torturas, da perseguição a dissidentes, na medida em que defenderam uma transição controlada, negociada e conservadora e, sobretudo, sem revanchismos. O que significou a ausência de punição aos torturadores e o silenciamento da tortura de Estado. Tancredo atuava “dentro da ordem”, sem sublinhar os crimes praticados pelo governo, restringindo-se, em seus discursos, às defesas retóricas das eleições diretas e do fim do “regime de arbítrio”. Mais do que isso, atuava a partir do que se apresentava como conjunturalmente aceito pelos dois lados das forças em disputa, fazendo uma política do “oportunismo”.

¹²⁴ Cargos nomeados pelo governo militar, sem o sufrágio do povo. Governadores, prefeitos e senadores assumiram cargos ao longo do regime através desse método, com o qual era possível sufocar cada vez mais a oposição.

¹²⁵ Com a divulgação do relatório da CNV em 10 de dezembro de 2014, vieram à tona artigos sobre a lei da anistia, alguns deles questionando seu caráter parcial e restrito ao não perdoar os “crimes” de guerrilhas e perdoar os “torturadores”. Ver, por exemplo, o artigo “Nossa anistia foi ampla, geral e irrestrita?”, de Damião Azevedo em *Carta Maior*, edição online veiculada no dia em que fez 30 anos da eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, 15 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Principios-Fundamentais/Nossa-anistia-foi-ampla-geral-e-irrestrita-/40/32650>. Acesso em 16 jan. 2015. Ver, também, “A verdade jogada no lixo”, de Rodrigo Martins, em *Carta Capital*, 17/12/2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/830/a-verdade-jogada-no-lixo-2063.html>. Acesso em: 22 dez. 2014. Por outro lado, alguns artigos de jornalistas que se posicionam como liberais, opinaram em favor da manutenção do texto original da lei da anistia, com o argumento de que os que defendem sua revisão propõem que apenas os “torturadores” sejam punidos e que os “terroristas” sejam perdoados, como se estes não já tivessem recebido a pena pelo governo estabelecida no próprio texto da lei que diz não anistiar os que praticaram atos de “terrorismo”. Ver, por exemplo, o artigo “Anistia”, de Rodrigo Constantino, colunista da *Veja*, 26/12/2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/tags/anistia/> Acesso em: 30 dez. 2014.

Havia um interesse em açambarcar apoios advindos dos variados segmentos ideológicos, desde que dessem esteio a sua posição política naquele momento histórico de que participava. O passado, portanto, só serviria na medida em que fosse possível editar uma versão sua no presente que aglutinasse forças para garantir os interesses que estivessem na ordem do dia. De tal maneira, que apenas 27 anos depois da eleição de Tancredo é que se criou a CNV, uma estratégia do governo para dar uma resposta à sociedade, visando a esclarecer os crimes de tortura, mas com um discurso apaziguador, de “reconciliação nacional”, de modo a lembrar-se do passado, mas sem punição aos torturadores, a despeito do relator da CNV tê-la sugerido. Trata-se de uma concepção da memória como verdade, mas não como justiça¹²⁶.

Nesse sentido, a proposta de uma democratização “controlada” que, aliás, não se trata de uma idiosincrasia do contexto da “abertura”, foi sendo naturalizada pela grande imprensa como a única saída possível para o país naquele momento. Ainda que direcionasse críticas ao governo, no geral acompanhadas de elogios, os jornais iam ratificando a ideia de que as reformas deveriam ocorrer paulatinamente e, por essa razão, seria compreensível que não viessem todas de uma vez só. Há que se destacar que as reformas no âmbito da política, inclusive no cenário atual, são resultado de articulações entre parlamentares de diversas posições e governo, sendo influenciadas pelas narrativas da grande imprensa que fabricam versões visando a defender uma determinada posição condizente com seus interesses e, portanto, interferindo no processo.

¹²⁶ Em discurso no dia 10 de dezembro de 2014, data em que foi divulgado o relatório da CNV, a presidenta Dilma Rousseff apontou os resultados das investigações da Comissão como uma resposta à sociedade brasileira com a qual o Estado estava em débito. A tese do “sem revanchismos” foi conservada e a revalorização da “transição pactuada”: “nós reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas duras, por meio de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais, que estão muitos deles traduzidos na Constituição de 1988. Assim como respeitamos e reverenciamos e sempre o faremos, todos os que lutaram pela democracia, todos que tomaram nessa luta de resistência enfrentando bravamente a truculência ilegal do estado e nós jamais poderemos deixar de enaltecer esses lutadores e lutadoras, também reconhecemos e valorizamos os pactos políticos que nos levaram a redemocratização [...]. Afirmei ainda que o Brasil merecia a verdade, que as novas gerações mereciam a verdade, e, sobretudo, mereciam a verdade aqueles que perderam familiares, parentes, amigos, companheiros e que continuam sofrendo... [choro] continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia”. Cf.: **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade - Brasília/DF**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta>. Acesso em: 26 mar. 2015. Trecho não presente no discurso oficial arquivado no site do Planalto: “A verdade não significa revanchismo. A verdade não deve ser motivo para ódio ou para acerto de contas. A verdade liberta todos nós do que ficou por dizer, por explicar, por saber. A verdade liberta daquilo que permaneceu oculto, de lugares que nós não sabemos onde foram depositados os corpos de muitas pessoas. Mas faz com que agora tudo possa ser dito, explicado e sabido. A verdade produz consciência, aprendizado, conhecimento. A verdade significa acima de tudo a oportunidade de fazer o encontro com nós mesmos, com a nossa história, e o nosso povo com a sua história”. Cf.: O Globo, **Dilma chora na entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade**, 10/12/2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-chora-na-entrega-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade-14788969>. Acesso em: 26 mar. 2015.

Tancredo era, portanto, um agente que, por representar os interesses da “oposição liberal” numa relação de colaboração com o governo militar, estava do lado do grupo que detinha um maior capital simbólico. Ocupava uma posição dominante no âmbito das disputas simbólicas, das quais participou também a “esquerda contestadora”. Através de discursos nos quais reclamava o restabelecimento das eleições diretas, Tancredo legitimava o governo e o processo de transição por ele arquitetado, corroborando a ideia de que os presidentes-generais estavam democratizando o País. Apesar disso, foi construído, sobretudo durante sua campanha presidencial e postumamente, como um “herói” da resistência à ditadura.

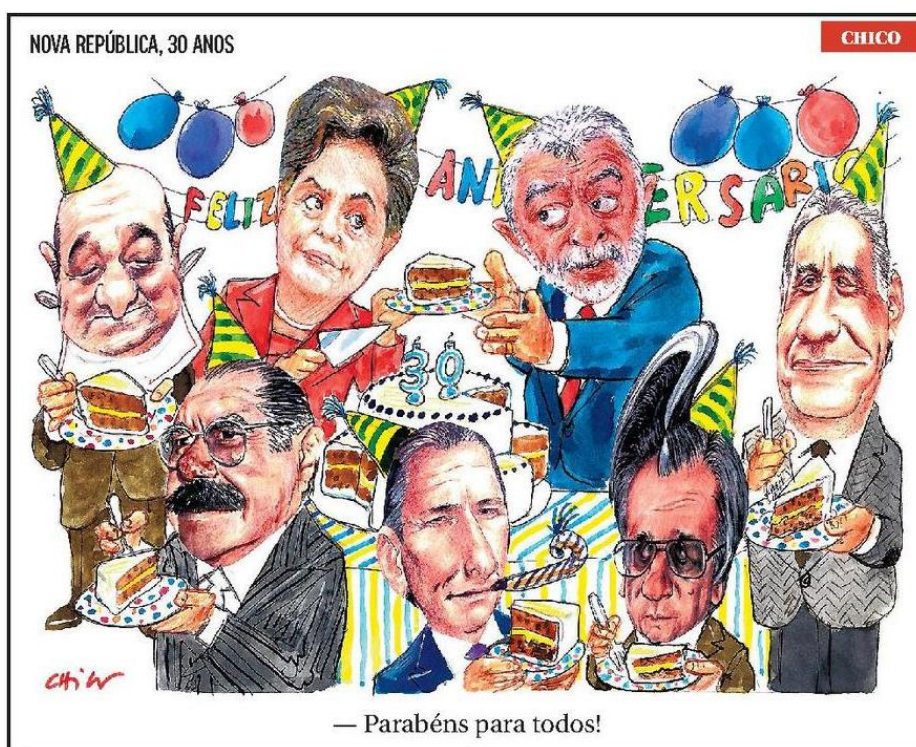
Verdade factualmente construída que foi sendo proliferada na memória social, acompanhada do estabelecimento de uma data “comemorativa”, o “15 de janeiro de 1985”, enquanto o símbolo do “fim da ditadura militar”. Data que neste ano de 2015 foi reeditada pela mídia através de uma rememoração da eleição no Congresso Nacional e da participação de Tancredo como o primeiro Presidente civil eleito pós-regime.

Portanto, há uma continuidade do processo de reprodução de uma representação do mundo social constituída a partir de um jogo de interesses e veiculada socialmente como expressão de uma verdade inquestionável. Assim é que consideramos urgente o exercício de problematização, caro às ciências sociais, acerca desse passado recente, cuja presença simbólica é expressa na impunidade de “torturadores”, no esquecimento de desaparecidos políticos, na manutenção pelo Estado da estratégia da “conciliação” e, ainda, na permanência de uma memória que selecionou sujeitos políticos que colaboraram com o regime para ocuparem o lugar de “heróis” da resistência.

Em se tratando de Tancredo Neves, sua mitificação póstuma produzida, sobretudo, pela grande imprensa, contribuiu em demasiado para a consolidação de uma memória que tentou eternizá-lo como “inimigo da ditadura” e “mártir da democracia”. Nesse sentido, o capítulo seguinte analisa as apropriações midiáticas envolvendo a morte de Tancredo, veiculadas tanto à época de sua doença e morte, como no cenário atual em que se “comemora” trinta anos da “redemocratização”. Ao mesmo tempo, discute as significações dadas à democracia por atores sociais inseridos num campo político polarizado que se apropriam do passado para fortalecerem suas posições no presente.

CAPÍTULO IV

Apropriações da “redemocratização”: construção simbólica de uma concepção conservadora de democracia



Charge de Chico Caruso, publicada em *O Globo*, 15/03/2015.

CAPÍTULO IV

APROPRIAÇÕES DA “REDEMOCRATIZAÇÃO”: CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DE UMA CONCEPÇÃO CONSERVADORA DE DEMOCRACIA

As memórias da ditadura civil-militar têm sido reavaliadas e reconstruídas na conjuntura política atual, seja por políticos e jornalistas, seja por historiadores, num processo de (re)significação do passado que, sob o discurso da necessidade de investigar a “verdade” de uma época sombria, serve de sustentação para interesses políticos do presente. A partir de 1979, com a Lei da Anistia, a revisão da Lei de Segurança Nacional e a revogação do AI-5, houve um esforço político no sentido de construir uma memória dos “anos de chumbo” e de um “regime imposto pelos militares” e, a partir disso, de produzir um esquecimento da participação civil no golpe “militar” e na ditadura “militar” (ROLLEMBERG, 2011), silenciando o fato de que para muitos aquele foi um período áureo da história política brasileira¹²⁷. Segundo Rollemberg (2011, p. 100, grifo da autora),

A partir dali, a sociedade construía a imagem de si mesma como essencialmente democrática, que repudiara o arbítrio, desde o início, desde sempre, numa *luta intransigente* contra os militares. Na verdade, o *golpe* tinha sido *militar*; a *ditadura*, *militar*; o regime, *imposto*; a sociedade, *vítima*.

Discurso que já é tensionado no campo acadêmico, sobretudo por historiadores (REIS, 2014; ROLLEMBERG; 2011; KUSHNIR, 2004), mas continua sendo alimentado por atores políticos que reatualizam a versão histórica de que líderes, como Tancredo Neves, que tinha um discurso afinado com os governos militares, foram os principais responsáveis pelo fim do “arbítrio”, tornando-se um dos símbolos nacionais da resistência de acordo com discursos liberais, a exemplo daqueles veiculados pela grande mídia que reatualizou essa memória no ano de 2015 ao comemorar com tons laudatórios o dia 15 de janeiro (eleição), o 15 de março (posse de Sarney) e o 21 de abril (morte de Tancredo), todos do ano de 1985. Datas que, ao serem rememoradas no presente, reafirmam um significado conservador de democracia defendido nos anos 1980 pelos atores políticos construídos como protagonistas da “redemocratização”.

¹²⁷ Vale ressaltar que nos anos 2014 e 2015, grupos de pessoas divulgaram uma espécie de “nostalgia” em relação à ditadura civil-militar, reivindicando a “intervenção militar já” em manifestações nas ruas ou através das redes sociais.

Na esteira disso, no ano em que são lembrados os 30 anos da eleição indireta e da morte de Tancredo Neves, *persona* construída como símbolo do restabelecimento das “liberdades democráticas” no Brasil, colunas de opinião, reportagens em telejornais e livros a respeito de sua trajetória política (RIBEIRO, 2015)¹²⁸, reatualizaram a memória do ex-presidente eleito, fortalecendo sua imagem enquanto o ícone da democracia, cujo principal feito político teria sido a “conciliação” com a qual articulou uma estratégia conservadora e “pacífica” para derrotar o “autoritarismo”, evitando “radicalizações” e rupturas que deslocassem o *status quo*.

Memória que foi fortemente construída pelas narrativas midiáticas acerca de sua morte, a 21 de abril de 1985, transformada pela imprensa em símbolo de seu “sacrifício” pela democracia. De acordo com elas, Tancredo foi um ícone de uma concepção liberal de democracia associada ao “pacifismo”, à “conciliação” e à “ordem”, opondo-se aos chamados “radicalismos” que significavam a possibilidade de mudanças sociais com maior poder de ruptura, algo que não interessava às elites políticas.

Neste sentido, a partir de uma análise da fabricação póstuma do mito de Tancredo Neves e das apropriações contemporâneas que envolvem sua memória enquanto símbolo da “redemocratização”, o capítulo propõe uma discussão sobre o conceito de democracia, considerando, também, o processo atual, midiático e político, em que ocorre uma espécie de reedição de sua concepção liberal e conservadora que venceu as disputas simbólicas nos anos 1980 e que tem lutado por mais espaço aproveitando uma circunstância política em que há um recrudescimento de pautas de “direita” e um forte discurso “antipetista” e de “ódio à democracia”.

As manifestações de 15 de março deste ano, por exemplo, nas quais proliferaram discursos que iam do “antipetismo”, ou até do “anticomunismo”, à defesa da “intervenção militar”, foram noticiadas amplamente pela grande imprensa, com destaque para o grupo Globo, enquanto expressões verdadeiramente democráticas por serem consideradas “pacíficas”, “apartidárias” e “patrióticas”. Além de tudo, foram organizadas para ocorrerem

¹²⁸ Biografando-o, o jornalista José Augusto Ribeiro (2015), assessor de imprensa de Tancredo durante a campanha presidencial de 1984/1985, construiu uma trajetória linear, com início, meio e fim. Perfil de biografia que pretende fixar uma memória única, sem lacunas, como se isso fosse possível, legitimando a posição já ocupada por Tancredo na memória histórica, sem tensionamentos. A narrativa tem um tom fatalista expressado em seu título, *Tancredo – a noite do destino*, com o qual o autor explica a doença e a morte do presidente eleito como se fossem manifestações de um destino inexorável, do qual ele não poderia se desviar. Com tons laudatórios, o autor elaborou um texto com mais de 800 páginas, respaldado numa pesquisa de anos, criando um biografado que seguiu uma orientação única voltada para a vida pública, cujo fim foi o próprio “sacrifício” pela democracia. É uma escrita, cujo autor parece não ter se preocupado com o dissenso em relação à imagem de Tancredo, fortalecendo sua memória como um dos principais personagens da história política brasileira.

numa data simbólica que lembrava os 30 anos da “redemocratização”; data que foi apropriada pela mídia para elevar o caráter “democrático” do evento. Isto suscita evidências da importância de se considerar a dimensão sociológica da democracia a fim de destacarmos como não se trata de uma palavra com um significado ontológico, uma vez que são os sujeitos que a significam socialmente e o fazem a partir de suas posições políticas e/ou de seus lugares socialmente estabelecidos.

1. Mitificação póstuma de Tancredo: estratégias midiáticas para legitimação de um modelo conservador de democracia

As narrativas midiáticas sobre a doença e a morte de Tancredo, na medida em que noticiavam o cotidiano “dramático” do Presidente eleito, elaboravam uma memória histórica que consolidou a versão no imaginário social de que a eleição no Colégio Eleitoral foi legítima e democrática, correspondendo aos interesses do povo. De candidato eleito pela Aliança Democrática em razão das articulações políticas e da transferência do valor simbólico das “diretas já” para sua campanha eleitoral, Tancredo foi transformado em um “mártir”, um “messias” que teria sacrificado sua vida pela pátria. De colaborador dos governos militares foi transformado em herói da resistência.

Uma vez morto¹²⁹, Tancredo é elevado à categoria dos homens “excepcionais”, do “líder carismático” que não havia sido em vida, do “herói nacional”, do “guia-pai” e do “salvador”. Foram diversas as definições veiculadas pela mídia que (re)significaram sua biografia, desviando-o do cotidiano político ordinário, no qual os políticos agem de acordo com as regras do jogo, como ele próprio o fez, e inserindo-o no grupo seletivo dos homens “extraordinários”. Desenvolveu-se um “culto” efêmero a Tancredo alimentado pela imprensa escrita e pela mídia televisiva diária e instantaneamente, a partir do dia em que foi internado,

¹²⁹ Foi o secretário de imprensa da presidência da República, Antônio Britto, que transmitiu “ao vivo” à sociedade brasileira a informação da morte de Tancredo, a 21 de abril de 1985: “Lamento informar que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Tancredo de Almeida Neves faleceu esta noite no Instituto do Coração, às 22h23. Acrescento o seguinte: Nos últimos cinquenta anos, a vida pública de Tancredo Neves confundiu-se com sonhos e com os ideais brasileiros de união, de democracia, de justiça social e de liberdade. Nos últimos meses, pela vontade do povo e com a liderança de Tancredo Neves, estes ideais se transformaram na Nova República. A emocionante corrente de fé e de solidariedade das últimas semanas, enquanto o presidente Tancredo Neves lutava pela vida, só fez crescer esse sentimento de união que foi sempre ação, exemplo e objetivo de Tancredo Neves. Com a mesma fé, com a mesma determinação, o Brasil haverá, a partir de agora, de realizar os ideais do líder que acaba de perder: Tancredo Neves” (Apud FSP, 22/04/85, p. 6). Ver depoimento de Antônio Britto que narra detalhes sobre a doença e a morte de Tancredo: BRITTO, CUNHA, 1985.

às vésperas de sua posse que representaria o retorno à Presidência da República de um civil, após os vinte e um anos de regime civil-militar.

Palavras, como “sacrifício”, “calvário” e “martírio”, foram exaustivamente usadas pela grande imprensa para definir o “sofrimento” de Tancredo que culminou em “tragédia”. As edições dos jornais do dia 22 de abril de 1985, um dia depois de sua morte, proliferaram manchetes, reportagens, colunas de opinião, editoriais abordando um único tema, dando prosseguimento a uma prática jornalística recorrente ao longo dos trinta e oito dias da enfermidade de Tancredo, mas que, naquele momento, chegava ao seu clímax.

Não haverá exagero em assinalar que Tancredo Neves **se sacrificou pela ordem democrática**. Todos os depoimentos confirmam que a doença o atacara muitos dias antes da data prevista para a sua posse na Presidência, e ele foi tempestivamente prevenido da urgência de socorro que o caso impunha. Sua preocupação primeira, entretanto, era que o processo da sucessão não fosse interrompido e talvez até impedido por qualquer acidente que propiciasse questionamentos políticos, impugnações de má-fé ou até mesmo simples impasse de interpretação técnica (O GLOBO, “O mártir da Nova República”, 22/04/85, p. 1, grifo nosso).

Ausente o líder, o guia, que seu exemplo seja a inspiração de toda a Nação. Exemplo de devotamento à causa pública, de compreensão dos temores de todos os brasileiros. Na verdade, não fora a compreensão do que simbolizava neste momento difícil, dr. Tancredo ter-se-ia operado mais cedo e tudo teria sido evitado. Em certo sentido, **ele morreu pelo País** – por isso, sirva seu exemplo de guia inspirador (O ESTADO DE SÃO PAULO, “O traço de união”, 22/04/85, p. 3, grifo nosso).

O que brilha e brilhará por muito tempo é o **sacrifício pessoal** de Tancredo Neves; um sacrifício que selou, com a **força do sangue**, a passagem de uma época para outra. Esse prodigioso exemplo, se não cria automaticamente novos estadistas como Tancredo Neves, empurra-nos para fora do comodismo e da mediocridade: desanimar ou agir mesquinamente, a partir de agora, é mostrar-se indigno das horas dramáticas e exemplares que terminamos de viver (JORNAL DO BRASIL, “Legado de estadista”, 22/04/85, p. 10, grifo nosso).

Em cada um desses editoriais se sobressai um vocabulário com referências cristãs, sobretudo as ideias de sacrifício¹³⁰ e martírio, que alinhavam o sofrimento de Tancredo à

¹³⁰ Pelo fato de também ser marcada por referências a um sacrifício pelo “povo”, vale a pena citar a carta-testamento de Getúlio Vargas na qual ele se dirige em comunicação direta com o “povo”, por quem diz ter se oferecido em holocausto: “Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, **renunciando a mim mesmo**, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser **meu sangue**. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu **ofereço em holocausto a minha vida**. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. **Meu sacrifício** vos manterá unidos e

paixão de Cristo e interpretavam sua morte como uma imolação, uma oferta para garantir a restauração da “ordem democrática”. Sobretudo nos dois primeiros jornais, evidencia-se a informação de que Tancredo teria optado por esperar a data de sua posse para, só depois, tratar de sua enfermidade. Um “sacrifício” que reafirmava seu compromisso cívico com a nação brasileira e com o projeto conservador da “transição”. Sua morte teria sido o último ato público daquele que se “sacrificara” para por fim aos 21 anos de regime “militar” e restabelecer a “ordem democrática”.

Mais do que um político experiente, com uma larga carreira pública, “conciliador” e, por essa “virtude”, capaz de operacionalizar a “transição democrática”, Tancredo, uma vez morto, é elevado à categoria de “herói”, atribuição que, para os gregos, era exclusiva aos mortos (MOULLAUD, 2002, p. 359). Ultrapassa a condição ordinária que o cotidiano político impunha, formando-se um hiato entre a homenagem póstuma, forjada com mecanismos simbólicos, e as evidências documentais sobre o que ele foi e fez.

Das representações que forjaram Tancredo Neves como um “herói nacional”, destaquem-se as imagens, proliferadas pela grande imprensa, do “mártir” e do “salvador” que, à semelhança de Tiradentes e do próprio Getúlio Vargas, teria dado seu corpo em “holocausto” pelas liberdades democráticas; do “guia-pai” que deixara a sociedade brasileira “órfã”; do símbolo da “Nova República”, cujo legado deveria ser preservado pelo seu vice, José Sarney; do “conciliador” que, imitando o “Tiradentes republicano”, não antagonizava ninguém, deixando o legado de seu último sacrifício em favor da unidade nacional.

Nas primeiras páginas dos jornais do dia 22 de abril de 1985, a morte de Tancredo é a informação única: “Tancredo Neves está morto; corpo é velado; Sarney reafirma mudanças” (*Folha de São Paulo*); “Morreu Tancredo” (*O Globo*); “Tancredo morreu” (*Jornal do Brasil*); “A morte do homem do Brasil” (*O Estado de São Paulo*). Desses veículos que constituíam a grande imprensa, a *Folha* é o único jornal, cuja manchete não dá exclusividade ao fato “trágico”, noticiando-o a partir de uma cadeia narrativa que é concluída com a transferência do lema da “mudança”, muito presente na campanha de Tancredo, para o governo Sarney. Os

meu nome será a vossa bandeira de luta. **Cada gota de meu sangue** será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. **Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.** Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. **Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte.** Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História”. Original datilografado disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento>. Acesso em: 27 jan. 2015.

outros veículos privilegiam o “fato” com manchetes curtas centradas na imagem de Tancredo. Todos têm em comum, no entanto, a posição central dada à notícia, sem espaço para quaisquer outras informações.

Sobre as “grandes mortes na mídia”, Mouillaud (2002, p. 350) afirma que “reconhece-se um Grande Morto na medida em que tende a ser Único: a informação única; na primeira página, ele apaga todas as demais informações”. Vejamos:

NCADERNACÃO

FOLHA DE S. PAULO

Vinte de Notícias: Cláudio Fêles Filho • São Paulo, segunda-feira, 22 de abril de 1985 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano 43 • N.º 20.473 • Al. Bento de Lima, 425 • C\$ 1.400

TANCREDO NEVES ESTÁ MORTO; CORPO É VELADO NO PLANALTO; SARNEY REAFIRMA MUDANÇAS



**Tancredo de Almeida Neves
(1910-1985)**

O presidente eleito Tancredo Neves morreu ontem, dia de Terças-feira, às 23h21, no Instituto de Coração, em São Paulo. O comunicado oficial foi feito pelo porta-voz da Presidência, Antônio Brito, às 23h5. A morte de Tancredo ocorreu 26 dias após sua internação no Hospital de Base de Brasília, na véspera de seu aniversário. Tancredo foi submetido a sete intervenções cirúrgicas, as cinco últimas em São Paulo, para onde havia sido transferido no dia 26 de março. Tancredo Neves tinha 73 anos.

O presidente José Sarney chorou ao receber a notícia, às 23h21, no Palácio Jabara, em Brasília. Em seguida, foi para o Palácio do Planalto, de onde falou ao País em rede nacional de rádio e televisão, à 23h3. Em seu pronunciamento de seis minutos, Sarney afirmou que as mudanças reclamadas pela Nação serão feitas. “Nosso programa é o de Tancredo Neves”. Prometeu um governo de concórdia, trabalho e austeridade e que o objetivo maior do programa será atingido com a Assembleia Nacional Constituinte. Disse que o legado de Tancredo permanece vivo e pediu a ajuda de todos. O Presidente decretou luto oficial de sete dias. Hoje é feriado nacional.

O senador do Congresso Nacional, senador José Fragelli, convocou sessão extraordinária para as 18h de hoje, quando será declarada a vacância do cargo de presidente e confirmado José Sarney na Presidência da República. Assim, o primeiro na linha sucessória presidencial passa a ser o presidente da Câmara dos Deputados, Cyroton Guimarães. Ulysses Sabes é o primeiro na linha sucessória da Câmara às 23h35 e garante que “a homenagem sincera e consequente dos que choram Tancredo será impedir qualquer recuo na caminhada pelas instituições livres que se consolidarão através da Assembleia Nacional Constituinte”. Líderes de todos os partidos políticos reafirmaram apoio à indicação de José Sarney na Presidência. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo suspendeu sua greve, que começaria amanhã. Os do ABC devem tomar alguma medida hoje.

O primeiro chefe de Estado a enviar mensagem de pêsames ao governo brasileiro foi o presidente Raúl Alfonsín, da Argentina. O presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, foi notificado da morte em Washington.

A última crise de Tancredo começou à tarde. O principal sintoma foi uma bruxa queda da pressão arterial. Os problemas cardiovasculares eram decorrentes do processo infeccioso abdominal, nunca debelado, que motivou seis cirurgias, e do edema intersticial pulmonar constatado após a quarta operação.

Tancredo Neves estava inconsciente havia dez dias. Desde a última cirurgia, o presidente eleito fora mantido em coma induzido através de medicamentos. Suas últimas palavras, dirigidas ao neto Adão, antes de ser anestesiado no dia 11 de abril, foram: “Eu não merecia isto.”

O corpo embalsamado será transferido para Brasília hoje, por volta das 20h, após missa celebrada entre às 6 e 18 no Instituto de Coração. O cortejo seguirá pela avenida Reboque, tomando a avenida Brasil e a avenida Pedro Álvares Cabral na direção do parque do Itaquera. No momento as solenidades constituintes, haverá uma salva de 21 tiros de canhão, com as autoridades perfuradas junto ao obelisco. Daí, continuará até o aeroporto de Congonhas. O embargo está previsto para as 11h30. O voo para o Rio de Janeiro ocorrerá no segundo andar do Palácio do Planalto, onde o corpo ficará exposto à visitação pública por 24 horas. O enterro será na cidade natal, Vila Rica del Rey, Minas Gerais. **PÁG. 4 e 16**

Dia-a-dia, todo o drama da doença

20 de março - O médico Sérgio de Moraes Ribeiro diagnosticou uma lesão na parede do coração que Tancredo Neves apresentava. Análise de exames de sangue mostrou que ele tinha diabetes. Em 21 de março, Tancredo foi internado no Hospital de Base de Brasília. Em 22 de março, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 23 de março, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 24 de março, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 25 de março, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 26 de março, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 27 de março, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 28 de março, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 29 de março, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 30 de março, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 31 de março, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República.

1 de abril - A situação de saúde de Tancredo Neves continuou a piorar. Em 2 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 3 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 4 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 5 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 6 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 7 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 8 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 9 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 10 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 11 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 12 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 13 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 14 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 15 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 16 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 17 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 18 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 19 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 20 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 21 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 22 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 23 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 24 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 25 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 26 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 27 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 28 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 29 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 30 de abril, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República. Em 1 de maio, Sarney anunciou sua intenção de assumir a Presidência da República.

Figura 1
Fonte: FSP, 22/04/85.

TEMPO EM SÃO PAULO
 JULIO DE MESQUITA NETO
 DIRETOR RESPONSÁVEL

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO DE MESQUITA NETO 1891 - 1985 JULIO DE MESQUITA FILHO 1907 - 1968 FRANCISCO MESQUITA 1921 - 1988

Capital e Interior de S. Paulo — Cr\$ 1.400 ANO 106 SEGUNDA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 1985 Nº 33.784 Domingo Cr\$ 1.900 Assinatura DEZES Cr\$ 163,300

EDIÇÃO
EXTRA

A morte do homem do Brasil



TANCREDO NEVES

Há 75 anos, São João Del Rey viu nascer um homem que seria a esperança do Brasil.
 A pequena cidade do interior de Minas acostumou-se ao som de sua flauta e às jogadas pela meia-esquerda do Esparta F.C. Tentou ser militar e engenheiro, acabou fazendo Direito. Atravessou as fronteiras, optou pela política, saiu para o mundo. Casou-se com sua primeira namorada, Risoleta, foi vereador, deputado, primeiro-ministro, governador. Irônico, bem-humorado, "capaz de ensinar no escuro", chegou à Presidência da República. Mas não assumiu. Um dia antes da posse, a doença o levou à cama de um hospital. A Nação, que agitava suas bandeiras, que festejava a chegada de uma Nova República, encolheu. Foram 39 dias de agonia. Uma luta contra a morte. Luta que ele perdeu. O Brasil chora.

Esta é a mesma edição extra que circulou ontem na Capital. Grande São Paulo e municípios vizinhos do País. Hoje, em São Paulo de edição normal de "O Estado de S. Paulo".

Figura 3

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 22/04/85.

Uma proliferação de narrativas assinala Tancredo como um “Grande Morto”, definição que, segundo Mouillaud (2002, p. 351), é produzida pela mídia a partir de uma série de estratégias discursivas:

No interior do jornal [...], o Grande Morto prolifera; o preenchimento até a borda e a repetição maçante de seu nome são a segunda marca de sua exclusividade; multiplica-se em “gêneros” de discurso e em variantes no interior de cada um dos gêneros. O máximo da repetição enfadonha ocorre quando das homenagens que, montadas em série, o jornal reproduz; porque, se o Grande Morto é um assunto único, o jornal o fragmenta em múltiplos assuntos. À oração fúnebre e a seu discurso único, o da mídia opõe uma retórica da fragmentação: biografia, anedotas, narrativa de morte, reportagem das cerimônias, exegeses de especialistas, testemunho de pessoas íntimas, declarações dos pares, comunicados das Grandes Instâncias, discursos dos Poderes, citações da mídia, uns pelos outros, textos e fotos. O Grande Morto é dispersado.

Reportagens, editoriais e colunas de opinião lamentam, especulam e, sobretudo, constroem notícias variadas sobre Tancredo, reatualizando sua biografia, contando “causos”, selecionando frases “marcantes” por ele ditas, descrevendo detalhes da doença que provocou a morte, informando o itinerário do funeral, realçando o “legado” por ele deixado. “A iconização dos Grandes Mortos pela mídia prepara a entrada dos mesmos nos manuais de história” (MOUILLAUD, 2002, p. 355). Uma vez morto, a mídia o reconhece como “Grande Homem”, reconstruindo sua trajetória política e metamorfoseando-o em “herói”.

Baseado em entrevistas realizadas com estudantes secundaristas em livro que discute a construção do “herói nacional”, Miceli (1989, p. 20) associa o processo de mitificação de Tancredo à atuação da televisão, evidenciando sua recepção entre um público que se informava por esse instrumento:

O empate entre um dos mais venerados heróis nacionais [Pedro I] e um político da atualidade pode, à primeira vista, até surpreender, mas existe uma razão evidente para isso: na atualidade, quem desempenha o antigo papel da história na criação do acontecimento são os meios de comunicação, e a mi(s)tificação de Tancredo Neves se deveu diretamente à TV, essa poderosa construtora de uma nova e efêmera memória histórica. [...] É essa visão de um choro coletivo – muitíssimo bem explorado por muitos – que as crianças tentam explicar, a partir principalmente da imagem do martírio e do desfecho fatal, um dos mais fortes apelos de todas as crenças: “ele lutou por uma Nova República, democrática, e por ela morreu antes de ocupar o cargo”.

Tancredo chega a ser igualado ao “heroísmo” do príncipe que, nas narrativas oficiais da história¹³¹, foi o “grande herói” da Independência. A televisão, segundo o autor, foi responsável pelo processo de “mi(s)tificação” por se tratar de um instrumento poderoso na produção de memória e, ao mesmo tempo, contribuiu para a fugacidade do mito.

Corroborando essa análise, Ronaldo Costa Couto (2010, p. 422-423) destacou o papel dos meios de comunicação, cuja atuação tornou a divulgação da doença e da morte de Tancredo particular em relação a outras, a exemplo do suicídio de Getúlio Vargas:

O poder dos meios de comunicação vai criar novas verdades, nova imagem, novos sentimentos. Devassam-lhe a intimidade. Sintonizam todo o Brasil na sua tragédia. Dia e noite, sem tréguas. Como se fosse a cobertura de jogos de uma copa mundial de futebol. Cada informação nova é sensacionalisticamente colocada no ar. Tancredo é o astro, o ídolo. O gigante gravemente ferido. De seu sofrimento, fazem o mártir. Do mártir, o santo. Plantões permanentes nos hospitais. Incontáveis entrevistas de médicos, visitantes, políticos e, sobretudo de oportunistas. Muitos. As edições extras dos noticiários tornam-se rotina [...]. A doença é explicada, ilustrada, debatida, sentida, sofrida e amaldiçoada coletivamente.

O autor, bastante envolvido subjetivamente, refere-se a um espetáculo que proliferava notícias e imagens de Tancredo, idolatrando-o como a um santo e, ao mesmo tempo, lamentando o caráter fugaz da mídia que desvia o personagem dos espaços de visibilidade com a mesma rapidez com que o colocou:

Fundamentais na abertura política e na eleição de Tancredo Neves, os meios de comunicação viveram e propagaram intensamente sua doença e morte. Até a saturação. Até o exagero. O Brasil já era uma sociedade midiática. Tudo pelo espetáculo, inclusive versões. Tancredo, referência política nacional, morre antes como ídolo, mártir e até santo. Depois, segue rapidamente para o limbo, porque assim é a sociedade. Consume e some (COUTO, 2010, p. 423).

Armou-se um espetáculo midiático, tendo a televisão ocupado um papel central enquanto instrumento que construiu notícias que, diariamente, destacavam o “martírio” do Presidente eleito. Nesse sentido, Eric Nepomuceno (1991, p. 210, grifo nosso) depõe sobre o caso específico da Rede Globo e suas estratégias de interferência na opinião pública:

¹³¹ Cf.: VARNHAGEN, F.A. **História geral do Brasil** (tomo I), Madri: Imprensa de V. de Domingues, 1854.

Na Globo, que é onde eu estava, as instruções eram límpidas e cristalinas. Embora eu tenha participado pouquíssimo daquelas coberturas, limitando-me a comparecer a pouquíssimas reuniões e raríssimos plantões madrugada afora, ouvi claramente que era preciso **reforçar a noção de martírio de Tancredo**, ressaltar sua figura estadista, explorar ao máximo as reações populares, obviamente estimuladas pela presença das equipes de reportagens. Lá dentro da emissora, observando nos monitores, era impressionante notar o seguinte: as pessoas estavam na porta do Hospital das Clínicas, numa vigília que misturava em doses iguais aquela atmosfera compungida por encomenda e a vontade de aparecer no vídeo. Estavam todas em silêncio, numa espera amarga e absurda. De repente, acendiam-se os focos de luz da equipe de reportagem. E as pessoas, na medida em que iam sendo iluminadas, caíam num pranto desenfreado. Quando o choro já estava no rosto de um número significativo e impressionante, o plantão era posto no ar. Quem estava em casa, imaginava multidões em vigília de dor.

Houve, segundo ele, um processo de “construção da notícia” em torno da doença de Tancredo, cuja imagem, que passou a ser comunicada a partir de um vocabulário que denotava “sofrimento e dor” – “calvário”, “martírio”, “sacrifício” –, foi amplamente disseminada¹³². A fala do jornalista Sérgio Chapelin¹³³, pouco tempo após a divulgação “ao vivo” da notícia da morte de Tancredo pelo seu secretário de imprensa, corrobora as observações de Nepomuceno:

Nesta hora de profunda tristeza, o Brasil se sente mais só. Todos nós brasileiros estamos sofrendo muito. Dr. Tancredo, o senhor nos deixa entre lágrimas de saudade e a certeza de que haveremos de viver uma Nova República. Este sentimento não nos consola, mas faz de todos nós filhos órfãos de um pai que entrega ao seu povo o legado de esperança e de fé [...]. O senhor foi estoico, foi bravo ao longo de um martírio de 39 dias. Com seu martírio, Dr. Tancredo, o senhor conseguiu fortalecer mais que nunca a abençoada virtude de nosso povo que sabe reunir na mesma corrente de amor, o sentimento religioso e o sentimento cívico¹³⁴.

Nesse momento, ocorre uma interrupção da martirização que vinha sendo acompanhada pela televisão diariamente, restando aos que “choram” a morte sacralizarem os ideais legados por Tancredo. O mito sacramenta o poder de Tancredo que, se não estava mais entre os vivos, permanecia mediante representações simbólicas que o presentificavam.

¹³² Conferir narrativa sobre como foram os dias de cobertura pelos jornalistas da Rede Globo da doença e morte de Tancredo em: MEMÓRIA GLOBO, pp. 172-176.

¹³³ A notícia foi transmitida durante o *Fantástico* e logo depois deste a Rede Globo exibiu um *Jornal Nacional* especial sobre Tancredo Neves com cerca de quatro horas de duração e permaneceu, após seu término, com a apresentação de plantões com as últimas notícias. Informações que dão uma dimensão de como a notícia da morte de Tancredo passou por um processo de espetacularização. Ver: idem, ibidem.

¹³⁴ Para acessar a fala de Sérgio Chapelin, ver trecho do *Jornal Nacional* especial, intitulado “O martírio de Dr. Tancredo”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NNnWal79IZc>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Tancredo substituía as instituições democráticas; era um “guia” que, na falta dessas, orientava a população. Daí o sentimento de orfandade ressaltado na fala de Sérgio Chapelin, assim como, no editorial d’*O Estado de São Paulo*:

Por estranhos desígnios da Providência, **a Nação se sente órfã** no exato momento em que se preparava para trilhar triunfante os caminhos que a conduziram ao Estado de Direito [...]. O País viveu intensamente o drama da doença e vive com emoção maior o da morte de dr. Tancredo Neves como se fora o drama de quem perdeu seu pai [...]. O nome de Tancredo Neves simbolizará para todo o sempre esse encontro – raro de dar-se na vida dos povos – entre o anseio popular, a habilidade dos políticos e os superiores interesses, muitas vezes não expressos, do Estado [...] quando a 15 de março Tancredo Neves não subiu a rampa do Planalto, **começamos a nos sentir órfãos. Por medo. Com medo de que acontecesse o pior.** Esse medo não é gratuito. Uma nação não se sente órfã quando sabe que os Poderes do Estado estão a serviço da Lei e da Ordem. Quando, porém, as instituições são fracas como demonstraram ser desde 1964 – para não irmos mais para trás – o medo nos toma de assalto (O ESTADO DE SÃO PAULO, “O traço de união”, 22/04/85, p. 3, grifo nosso).

O trecho evidencia uma apropriação do paternalismo herdado de Getúlio Vargas e, ao mesmo tempo, de ideias liberais. Uma vez morto, Tancredo torna-se o “pai”, mas também o símbolo do caminho institucional pelo qual seria possível restaurar o Estado de Direito sem afetar os interesses de grupos econômicos que cresceram durante os governos militares e que, com a crise do “milagre econômico”, defendiam novos rumos para o País. Por essa razão, o sentimento de desamparo é duplo, referindo-se tanto à morte de Tancredo, o “guia-pai”, como à ausência/fragilidade de instituições legais. Enquanto vivo, Tancredo as representava.

Ainda que tenha sido eleito através de recursos da “ordem autoritária”, as narrativas que o fabricaram enquanto o protagonista da “redemocratização”, fizeram-no a partir de paralelos entre ele e as instituições democráticas. Associação que ele próprio estabelecera em seus discursos de campanha, nos quais ressaltava seu compromisso, uma vez eleito, com as eleições diretas e com a Constituinte. Sua imagem representava, portanto, a possibilidade de uma “transição” sem causar “medo” nas elites, uma vez que significava o restabelecimento do Estado Democrático de Direito, embora sem ênfase à construção de uma sociedade democrática e isonômica.

Nesse sentido, os jornais da grande imprensa, além de serem unânimes ao construírem narrativas que relatavam um “sofrimento” coletivo diante da morte de Tancredo, elaboraram

estratégias simbólicas para garantirem a governabilidade de José Sarney¹³⁵, seu vice e, portanto, para não deixar morrer junto com Tancredo o projeto conservador da “redemocratização”. A despeito das posições particulares de cada jornal, a exemplo da *Folha*¹³⁶, que tentou se colocar como um veículo que publicava informações “objetivas” e “neutras”, não ocultando a gravidade do estado de saúde do Presidente eleito, ou do grupo *Globo*, que deu forte ênfase à ideia de “martírio” e “calvário”, sobretudo no telejornalismo, a grande imprensa atuou conjuntamente num processo de construção do mito de Tancredo, de legitimação do governo Sarney e, a partir disso, de defesa da continuidade de um projeto de democracia que poderia perder sua força política caso a instabilidade se instalasse. Era necessário mitificar Tancredo e transferir seu legado para Sarney, garantindo que a proposta conservadora da transição não morreria junto com o Presidente eleito.

O editorial “O mártir da Nova República”, estampado na primeira página de *O Globo*, ao mesmo tempo em que lamentou a perda que frustrara a sociedade brasileira, cujas esperanças tinham sido depositadas no “herói salvador”, direcionou o foco das atenções para o seu sucessor, ungido pelo jornal para fazer cumprir o legado de Tancredo:

¹³⁵ O jornal *O Globo* sinaliza na direção de legitimar o governo Sarney durante todo o período da doença, na medida em que em várias edições publicadas nesse intervalo, priorizou na primeira página manchetes que davam mais evidência a ele do que à doença de Tancredo. Vejamos: “Tancredo, operado de emergência, passa bem; Sarney tomará posse” (15/03/85); “Sarney toma posse; Aliança já governa” (16/03/85); “Sarney inicia reforma da estrutura econômica” (17/03/85); “Ordem aos ministros: é proibido gastar” (18/03/85); “‘Pacote instaura austeridade na economia’” (19/03/85); “Junta médica examina Tancredo que diz se sentir ‘bem melhor’” (20/03/85); “Tancredo é novamente operado e os médicos se declaram otimistas” (21/03/85); “Escândalo da Coroa-Brastel: procurador indicia Langoni” (22/03/85); “Mudam os cálculos da correção monetária” (23/03/85); “Tancredo escreve a Sarney: ‘seu exemplo tem me dado forças para superar estes momentos’” (24/03/85); “Tancredo deverá passar o fim de semana em casa” (25/03/85); “Sarney convoca mutirão contra a violência” (26/03/85); “Todo o país acompanha com emoção sofrimento do presidente. Hemorragia é estancada mas estado de Tancredo ainda inspira cuidados” (27/03/85); “Infecção preocupa mas Tancredo reage” (28/03/85); “Médicos garantem: infecções já não ameaçam”. Abaixo, uma espécie de segunda manchete: “Sarney: ‘mostramos que a nação não está órfã’” (29/03/85); “Infecção volta a preocupar mas organismo de Tancredo reage bem” (30/03/85); “Sayad prevê medidas ‘duras e dolorosas’ contra a inflação” (31/03/85).

¹³⁶ Ao longo da veiculação de notícias sobre a doença de Tancredo, a *Folha* procurou assumir uma posição diferenciada de outros jornais, no sentido de não alimentar “esperanças” na população. Claudio Abramo (1988), ao discutir as “regras” da prática jornalística, comenta sobre a maneira como a *Folha* publicava o caso da doença de Tancredo: “Insisto em que a *Folha* agiu corretamente, publicando tudo o que estava acontecendo e dizendo que ele ia morrer. Eu já sabia que Tancredo estava doente e não quis ser operado, e publiquei” (ABRAMO, 1988, p. 198). Vejamos a sessão *A palavra do Leitor* (FSP, 22/04/85, p. 3) em que quatro cartas expressam críticas à edição de 15 de abril de 1985, cuja manchete estampava: “Tancredo está à morte”. A título de exemplo, citemos: “‘Como assinante e leitor desse jornal, tomo a liberdade de escrever esta carta e expor minhas críticas. A **Folha** adotou uma linha alarmista e pessimista quanto à doença do presidente eleito Tancredo Neves, ficando praticamente isolada nesta posição em relação à grande imprensa escrita. Mesmo que esta fosse a verdade nua e crua, haveria outras maneiras de dizê-la, sem transmitir tamanho pessimismo. Há momentos em que uma palavra de otimismo gera milagres’ (W.F. Dias – São José do Rio Pardo – SP)” (FSP, 22/04/85, p. 3). Manchetes de outros jornais no dia 15/04/85 também apontam a gravidade do quadro: “Nova crise: Tancredo agoniza” (*O Globo*); “Resistência de Tancredo chega ao fim” (*Jornal do Brasil*). A exceção deve ser feita a *O Estado de São Paulo* que, na edição de 14 de abril de 1985, visto que o jornal não circulou no dia 15, não indica a gravidade: “Com os aparelhos, um quadro estável”.

Por trinta e nove dias, o povo brasileiro, perplexo, comovido e decepcionado diante dos caprichos da fatalidade, o acompanhou em seu martírio. Nesse período, a esperança no restabelecimento era abastecida pela sua extraordinária resistência à adversidade, seu organismo a refletir o prodigioso potencial de luta que o levava a arrostar todos os riscos até eleger-se, por vontade desse mesmo povo, Presidente da República.

[...]

Difícilmente encontraremos na História outro homem público que, como Tancredo Neves, tenha encarnado, em tão alto grau, a unanimidade da esperança, das emoções e da estima nacionais. Esse patrimônio de convergência brasileira dentro de uma hora de crise transforma-se no seu maior legado. Os votos que elegeram **o mártir da democracia** também elegeram um sucessor – José Sarney – cujo maior compromisso e maior título de glória será o de **materializar as aspirações da Aliança Democrática, conduzindo em segurança o País pela trilha da liberdade, do progresso e da concórdia** (O GLOBO, “O mártir da Nova República”, 22/04/85, p. 1, grifo nosso).

O objetivo do veículo, que receava “radicalizações” ou qualquer outra proposta de “redemocratização” que se desviasse do modelo que preconizava e que era representado pelo projeto da Aliança Democrática, era construir a aceitação dentro do campo político do mandato de Sarney ao instituí-lo como o herdeiro do legado de Tancredo. Fabricou a memória do “mártir”, sem abrir mão de um esforço político imediatista e oportunista voltado para garantir a “ordem” que, naquele momento, era representada pelo Vice-Presidente.

Em editorial intitulado “Necessidade de governo” (O GLOBO, 22/03/85), publicado na primeira página um mês antes da morte de Tancredo, *O Globo* chamou a atenção para a urgência do Vice-Presidente Sarney não esperar mais para tomar medidas que cabiam ao Presidente, visto já terem passado quase dez dias do impedimento de Tancredo. A justificativa para esta posição, em primeiro lugar, afirmava que Sarney ocupava legalmente o cargo de Presidente em acordo com o que previa a Constituição. Em segundo lugar, listava virtudes que o tornava digno da função de não deixar a máquina do governo semiparalisada:

Legitimamente investido na Presidência, o Vice-Presidente José Sarney tem desempenhado as funções pertinentes numa impecável demonstração de lealdade aos compromissos assumidos perante a Nação, por Tancredo Neves e pela Aliança Democrática, e com a modéstia, a severidade e a discrição impostas pelas circunstâncias [...]. É preciso que o Presidente em exercício, José Sarney, deixe de lado agora os cuidados com melindres – que não há porque recear num estadista da envergadura de Tancredo Neves – e assuma a plenitude da Presidência não apenas efetuando as nomeações que tardam como intérprete dos desejos e das aspirações de Tancredo Neves e da

Aliança Democrática, definindo políticas e as fazendo executar (O GLOBO, “Necessidade de governo”, 22/03/85, p. 1).

Dessa maneira, *O Globo* vai assumindo uma posição de legitimador de Sarney, até porque, trata-se de um veículo que apoiou o golpe, colaborou com a ditadura, não aderiu às “diretas já”, fazendo-o apenas tardiamente e apoiou a candidatura em torno da Aliança Democrática. Defendê-lo significava, também, uma estratégia de seu dono, Roberto Marinho, para conservar seu poder no âmbito das comunicações, uma vez que a proposta de democracia simbolizada por Tancredo era conservadora e favorecia as oligarquias liberais e as elites econômicas.

Apesar de, desde o início da internação de Tancredo, ter mantido uma posição que conferia mais atenção ao seu quadro clínico¹³⁷ do que ao governo interino de Sarney, a *Folha* defendeu a necessidade de se construir a sua governabilidade. Trabalho que desenvolveu simultaneamente à “frustração” e ao “desalento” diante da morte de Tancredo. Na edição que cobriu a morte, a *Folha* lamentou a ideia negativa de um “país sem Tancredo”, dando ênfase a um sentimento de frustração resultante da perda do político, mas reforçando as “esperanças” que o projeto por ele liderado teria alimentado na sociedade brasileira:

É um instante de verdadeira comoção nacional o que, depois de tantos dias de atribulação e angústia, marca o desfecho de uma trajetória pessoal e política que soube congregar, num mesmo anseio de transformações da democracia, os mais amplos contingentes da população brasileira. A confiança de que dispunha Tancredo Neves junto à opinião pública, a consciência geral de que possuía as qualidades para empreender a delicada transição política por que passa o país, cobrem o momento atual de tristeza e frustração [...]. se concentraram na figura de Tancredo Neves as esperanças de ver empreendidas, num clima de normalidade institucional, as mudanças desejadas por ele”(FSP, “O país sem Tancredo”, 22/04/85, p. 2).

¹³⁷ A *Folha* destacava o personagem Tancredo no dia-a-dia de sua doença, colocando Sarney numa posição de coadjuvante. Vejamos suas manchetes ao longo de março: “Operação do apêndice pode adiar a posse de Tancredo” (15/03/85); “Sarney toma posse conforme a lei; Tancredo já anda no quarto” (16/03/85); “Segundo escalão espera por Tancredo” (17/03/85); “Boletim diz que Tancredo está bem” (18/03/85); “Sai 1º pacote anti-inflacionário” (19/03/85); “O pós-operatório de Tancredo complica-se” (20/03/85); “Tancredo teve um tumor benigno; operado de novo, estado é grave” (21/03/85); “Tancredo melhora, País aliviado” (22/03/85); “Tancredo vai bem e poderá despachar segunda com Sarney” (23/03/85); “Tancredo passa bilhete a Sarney” (24/03/85); “Tancredo poderá ter alta na 6ª” (25/03/85); “Tancredo se deixa fotografar, alta e posse sem definição” (26/03/85); “Médicos fazem terceira cirurgia para tentar salva a vida de Tancredo” (27/03/85); “Infecção hospitalar ameaça a recuperação de Tancredo” (28/03/85); “Municípios fora das áreas de segurança”, “Sob controle a infecção de Tancredo, dizem os médicos” (29/03/85); “Febre de Tancredo volta e preocupa” (30/03/85); “Infecção permanece; Tancredo reage bem” (31/03/85).

Se ele foi transformado no substituto das instituições democráticas, seu impedimento de governar deveria levar à população a preservar os valores a ele associados e, acima de tudo, a transferir a confiança para Sarney:

Esses valores – o respeito à ordem civil, à autonomia e à permeabilidade das instâncias decisórias de que dispõem os cidadãos –, estiveram nítidas por ocasião da posse do presidente José Sarney, demonstrando que o sistema político atual pertence de fato aos representantes do povo, cabendo-lhes a última palavra em quaisquer deliberações (FSP, “O país sem Tancredo”, 22/04/85, p. 2).

Esforço midiático para manter o projeto de democracia representado pela imagem de Tancredo que garantia a conservação dos interesses de grupos, a exemplo da própria *Folha*, que cresceram economicamente ao longo da ditadura civil-militar e que atuavam no âmbito do campo político no sentido de conservar seus privilégios. O processo de transferência do capital político de Tancredo para Sarney se deu a partir de uma ênfase à dimensão coletiva do projeto de “redemocratização”, diminuindo-se o caráter individual e personalista que até então era associado ao Presidente eleito.

Tomando de empréstimo uma expressão utilizada por Bourdieu (2004), ocorreu o que ele chama de “efeito de oráculo”, quando se apropriou da análise de Nietzsche sobre o sacerdócio e de como este se “autoconsagra”, para explicar a maneira pela qual o mandatário constrói sua legitimidade no campo político: “o efeito de oráculo é uma autêntica duplicação da personalidade: a pessoa individual, o eu, anula-se em proveito de uma pessoa moral transcendente [...]. o indivíduo comum deve morrer para que nasça a pessoa moral”. A mídia consagrou Tancredo ao identificá-lo com o grupo, transformando-o em “porta-voz, mero substituto simbólico do povo”. É reduzido a “valores universais” – liberdade, democracia, justiça social –, sacralizado, distinguido dos “simples profanos” que não detêm poder e transformado na “medida de todas as coisas” (BOURDIEU, 2004, p. 196-197). Valores que, na circunstância de seu impedimento, deveriam ser transferidos para Sarney a fim de não abrir espaço para possíveis “radicalismos”.

As apropriações do “Tiradentes republicano”, aquele que não conflitava com ninguém, fizeram parte, também, de um esforço deliberadamente arquitetado pela grande mídia para “proteger” o País de posições “radicais”. O mito de Tiradentes foi bastante associado a Tancredo nas representações sobre sua morte para garantir que o Presidente eleito era o símbolo da unidade nacional e do caráter pacífico da sociedade brasileira. Na reportagem de

primeira página em que a *Folha* anuncia a morte de Tancredo, constrói um vínculo simbólico entre ambos em virtude da “coincidência”¹³⁸ de suas mortes: 21 de abril.

O presidente eleito Tancredo Neves **morreu ontem, dia de Tiradentes**, às 22h23, no Instituto do Coração, em São Paulo. O comunicado oficial foi feito pelo porta-voz da Presidência, Antônio Britto, às 22h29. A morte de Tancredo ocorreu 38 dias após sua internação no Hospital de Base de Brasília, na véspera da posse. Nesse período, Tancredo foi submetido a sete intervenções cirúrgicas, as cinco últimas em São Paulo, para onde havia sido transferido no dia 26 de março. Tancredo Neves tinha 75 anos (FSP, 22/04/85, p. 1).

Trata-se de um motivo bastante utilizado nas narrativas póstumas sobre Tancredo, destacando-se representações que igualavam os feitos de ambos que teriam agido e se sacrificado pela liberdade, constituindo-se em heróis cívicos. Em uma das páginas dedicadas a sua morte, *O Estado de São Paulo* colocou uma imagem sua lado a lado com a de Tiradentes:



Figura 5

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 22/04/85, p. 7.

¹³⁸ Houve questionamentos sobre a “conveniência” do dia da morte, haja vista o quadro clínico gravíssimo de Tancredo uma semana antes do fato, momento em que era mantido vivo com o auxílio de aparelhos. Ronaldo Costa Couto (2010, p. 422) dá uma dimensão do quadro: “A derradeira cirurgia, em 12 de abril, é uma laparotomia exploradora. Identifica e drena três abscessos. A partir daí, sob sedativos, não mais volta à consciência. A infecção pulmonar dispara, os rins funcionam mal, o quadro clínico é gravíssimo. Faz ultrafiltração do sangue, hemodiálise e depois, a partir do dia 15, é submetido a hipotermia. Trata-se de recurso extremo, que consiste em provocar temperatura corporal inferior a 35,6°C, para reduzir o consumo de oxigênio dos tecidos. A vida se deve a oito aparelhos que vão continuar ligados por mais nove dias. Seu longo sofrimento une mais o povo brasileiro em torno da democracia e da liberdade. E permite ao universo político assimilar a nova realidade e rearticular-se para consolidar a transição, mesmo sem o protagonista. É seu último serviço à nação”.

As legendas destacam a coincidência da data em que ambos morreram. Entre uma imagem e outra, o jornal introduziu um excerto do discurso de Tancredo pronunciado no dia de sua eleição no Congresso Nacional, fazendo uso de um forte recurso imagético que iguala Tancredo a Tiradentes, elevando-o à categoria de herói.

A apropriação do mito de Tiradentes, construído deliberadamente pela nascente República no final do séc. XIX para suprir a falta de “heroísmo” dos proclamadores do “15 de novembro” (CARVALHO, 1990, p. 55-73), conferia uma vantagem simbólica à memória de Tancredo e contribuía para mitificá-lo. No programa *Tancredo Especial* exibido pelo Globo Repórter do dia 24 de abril de 1985 (cf.: PALHA, 2008, p. 234), uma das estratégias jornalísticas para inseri-lo no panteão dos mitos nacionais foi associá-lo a Tiradentes, cuja imagem de “mártir da Inconfidência” que, diferentemente de outros rebeldes separatistas, teria lutado pela unidade nacional, aproximava-se daquele que teria, ao longo do regime civil-militar, lutado contra o autoritarismo e contra “sectarismos” e em defesa da construção de uma “grande nação”. De acordo com evidências documentais, Tiradentes propunha uma “república americana” (CARVALHO, 1990, 59), modelo que se distinguiu da imagem fabricada para ele pelos republicanos, em cuja narrativa mítica ele

Não antagonizava ninguém, não dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado nem do futuro. Pelo contrário, ligava a república à independência e a projetava para o ideal de crescente liberdade futura. Liberdade ainda que tardia (CARVALHO, 1990, p. 68).

A construção mítica opera mais a partir de mecanismos simbólicos do que de uma “retórica da narrativa histórica” (CARVALHO, 1990, p. 58). No programa, já analisado por Palha (2008, p. 234-238), Tiradentes e Tancredo são identificados pela voz do locutor por serem naturais de São João del-Rei, por terem lutado pela liberdade, por terem sido “martirizados”. Sobre este último aspecto, a comparação com Tiradentes a partir da exibição nas telas do quadro *Tiradentes Esquartejado* (1893), de Pedro Américo, apela para uma simbologia cristã, bastante utilizada na memória republicana que elevou o “inconfidente” à categoria de herói (CARVALHO, 1990, p. 65):

De todos os inconfidentes, só Tiradentes foi executado. Vinte e um de abril de 1792 [...] do corpo de Tiradentes não restou nada, ele foi dividido em pedaços e exibido pelas cidades do país como exemplo a todos que quisessem a liberdade. Dez e meia da noite de 21 de abril de 1985. O

martirizado corpo do presidente Tancredo Neves não aguenta mais (Apud PALHA, 2008, p. 237).

O tema do “martírio” criava um nexo direto com o imaginário cristão. Da mesma maneira que a memória de Tiradentes fabricada pelos republicanos dava ênfase ao “mártir”, cujo corpo fora enforcado e esquartejado, a memória de Tancredo produzida pela mídia dramatizava a partir da referência ao “sofrimento” durante os 38 dias, nos quais teve que passar pelo “sacrifício” de sete intervenções cirúrgicas. Couto (2010, p. 422) reatualiza a associação simbólica entre ambos a partir da ideia cristã de corpo martirizado:

Tancredo tem o corpo sete vezes rasgado, aberto, devassado. Após 38 dias de agonia, morre de infecção generalizada em 21 de abril, a data nacional dedicada ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, mártir enforcado e esquartejado da Independência, seu ídolo e conterrâneo da Comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais.

Martírio que teria simbolizado a “missão” cívica por excelência de Tancredo, depois de uma longa caminhada em vida a favor da libertação do país. É dessa maneira que a coluna de Osvaldo Peralva (FSP, 22/04/85, p. 2) narra a morte:

Hoje está claro que Tancredo Neves, como homem público, com a estatura de verdadeiro estadista, preferiu sacrificar a vida a arriscar o continuísmo. Só admitiu ser operado no dia 14, depois que seu sobrinho Dornelles lhe afirmou que a Presidência seria transferida a Sarney. Honra e glória lhe sejam feitas. Com seu martírio, cumpriu a missão patriótica de assegurar a transição do poder militar ao poder civil.

O desfecho da narrativa é uma referência direta ao mito cristão. No editorial “O mártir da Nova República” publicado na primeira página de *O Globo* (22/04/85), já exposta neste capítulo, foi feita uma montagem (cf.: figura 2) em que Tancredo aparece à frente de uma imagem de Cristo. Explora-se um imaginário bastante presente na sociedade brasileira, à semelhança do trabalho de memória que a recém-proclamada República fez com Tiradentes, moldando sua imagem a seus interesses políticos, ao ponto de transformar um “revoltoso” num ícone da “paz social”.

Tancredo passou por um processo de heroificação que, se não assegurou sua grandeza através dos tempos, teve um papel político relevante na continuidade do projeto conservador da Aliança Democrática. Dialogando com Girardet (1987, p. 82), “o mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como

uma resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência”. Pode ser chamado a “enfrentar um perigo externo, a conjurar uma crise econômica ou a prevenir os riscos de uma guerra civil” (GIRARDET, 1987, p. 82). Para este autor, é nos instantes de “crise de legitimidade” que o apelo para a “intervenção de um herói salvador” se torna mais veemente.

As certezas e esperanças foram substituídas pela perturbação a partir do dia em que foi anunciada a internação de Tancredo, o que gerou um “traumatismo psíquico” na população. Não bastava recorrer à legalidade e ao que determinava a Constituição para resolver a “crise”; era preciso agir no campo do imaginário, no qual o mito se inscreve, sinalizando-se para a construção do mito do “salvador”, “aquele capaz de encarnar a vontade do todo social – que se identifica, quase que sobrenaturalmente, com este todo – contra os interesses egoístas, particularistas, dos adversários” (MIGUEL, 1998, p. 9). Um mito que é contrário à política, já que esta não pode prescindir dos conflitos e das divergências da vida social.

O mito de Tancredo ajudava no enfrentamento de uma circunstância política instável que, segundo a grande imprensa, poderia resultar num reativamento do regime, cujo fim havia sido simbolizado por sua vitória. Mais do que isso, ajudava a conservar o modelo de democracia representado por Tancredo; um modelo que se focava no lema da liberdade, não da igualdade, favorecendo as elites que, historicamente, tiveram seus privilégios conservados e continuariam a tê-lo. Daí porque o mito não se prolongou no tempo, tendo sido construído para ser eficaz num momento específico da “redemocratização”. Apesar de a imprensa ressaltar a possibilidade de um retrocesso ao regime, daí a justificativa da defesa para que Sarney governasse, importa destacar um “medo” dos políticos conservadores de que o processo se “radicalizasse”.

Argumentava-se que Tancredo foi individualmente o responsável pelo caráter “pacífico” e “conciliador” da “transição”, conforme é possível depreender a partir deste editorial da revista *Veja* que, de início, lamenta sua perda e, em seguida, procura apontar caminhos sem que haja o esquecimento do recém-morto:

É preciso registrar, de qualquer maneira, que o último ano de vida de Tancredo foi extremamente frutuoso para o bem-estar político do país. A ação por ele desenvolvida neste período permitiu que o Brasil vivesse algo frequentemente descrito como impossível: **a mudança pacífica e ordeira de um regime para outro**. É discutível que qualquer outro brasileiro contemporâneo tivesse conseguido fazer isso e com tanta dedicação, fé e

competência. O Brasil espera agora que o legado de Tancredo não seja desbaratado (VEJA, “Carta ao editor”, 01/05/85, p. 19, grifo nosso).

Interpretações como essa ajudaram a consolidar o mito no imaginário social de que Tancredo, ao viabilizar uma “transição pacífica”, foi o principal responsável pela “nova” experiência democrática cunhada por ele de “Nova República” e, sobretudo, foi um “inimigo” do regime “militar”. Os acordos e as alianças de Tancredo com a “ordem autoritária” são ora apagados ora atenuados num processo de construção de uma memória histórica que foi fundamental para a legitimidade do mandato de Sarney, para o silenciamento de grupos e agentes políticos vinculados à “esquerda” que se opunham ao grupo que então assumia uma posição política dominante e, sobretudo, para a manutenção de uma concepção de democracia que pregava um governo democrático a partir da institucionalização de Estado Democrático de Direito, mas não uma sociedade democrática, garantidora da isonomia.

Na análise que fez da mitificação de Tancredo pela mídia a partir de um estudo cuidadoso de dois especiais¹³⁹ organizados pelo *Globo Repórter*, programa da Rede Globo, Palha (2008) sugere um significado para a produção desse “mito”, indo na direção do que apontamos:

O sentido mais amplo do legado do mito veiculado pelas telas segue exatamente nessa direção: o princípio da conciliação/moderação como elemento fundamental e provedor da ordem e do equilíbrio social frente aos então chamados ‘*interesses sectários e radicais*’. Leia-se: frente a partidos, grupos e sujeitos sociais de esquerda que não fariam parte do bloco dominante e do projeto político-social que então se iniciaria a partir da proclamada ‘Nova República’ (PALHA, 2008, p. 242, grifo da autora).

Antes do mito de Tancredo ou, através dele, se construiu o mito da “redemocratização” segundo o qual Tancredo, Sarney e a Aliança Democrática representavam a vontade da sociedade brasileira. As “opiniões” contrárias a essa “verdade” significavam interesses “egoístas” e “sectaristas” que deveriam ser anulados pela força do mito. “(Re)democratização” que, sequer, tinha sua razão de ser, tendo em vista que aqueles que

¹³⁹ Encomendados pelo jornalismo da rede Globo, o primeiro foi exibido no dia de sua eleição, em 15/01/1985 e o segundo por ocasião de sua morte, em 24/04/1985. Segundo Cássia Palha (2008, p. 221), ambos tiveram objetivos distintos: “Enquanto o primeiro traça o perfil do futuro presidente, destacando sua habilidade como exímio profissional da arte política, o segundo envolve traços nítidos não simplesmente de sua ‘santificação’ como sugere o diretor, mas de sua efetiva mitificação. No primeiro, a mobilização por uma veiculação de legitimidade do político que protagonizou o pacto da transição conservadora. No segundo, uma produção para a posteridade, um registro memorável não só do político, mas da força da construção midiática em sua relação com a vida política nacional”.

chegaram ao poder como seus representantes davam continuidade a um discurso da época do golpe de 1964, quando a grande imprensa e os militares afirmavam que estavam agindo em nome da democracia e da ordem.

A mitificação de Tancredo tornou possível a manutenção de um modelo de democracia aceitável pelas elites políticas do Brasil naquele momento. Uma democracia que defendia as liberdades civis, políticas e, sobretudo, a liberdade econômica e que deixava de lado propostas que pudessem garantir relações sociais menos desiguais, menos hierárquicas e, portanto, menos autoritárias. Seus representantes afirmavam detestar conflitos e violência em nome do pacifismo, mas imprimiam uma violência simbólica sobre parte da sociedade brasileira ao se colocarem a favor de um governo democrático e, no entanto, serem contrários a uma sociedade democrática.

2. Por uma democracia (neo)liberal e pela “ordem social”: reedições da memória da “redemocratização”

Mais uma vez, assim como já aconteceu em outros momentos históricos da vida nacional, sempre que a dificuldade era grande, o Brasil buscava em Minas um líder para construir a mudança. Foi assim com Juscelino há 60 anos atrás. Depois, passados 30 anos, coube a outro mineiro, Tancredo Neves, nos conduzir ao encontro com as liberdades e a democracia. [...]. E quase que como uma construção do destino, outros 30 anos se passaram e eu estou aqui com os mesmos valores, com a mesma coragem, com a mesma determinação para dar ao Brasil um governo que seja de todos os brasileiros. [...]. São poucos, pouquíssimos dias que nos separam da libertação do Brasil, **porque, se há 30 anos atrás o pai de minha mãe, o presidente Tancredo, nos libertou da ditadura**, eu vou libertar o Brasil de um governo que se apropriou do Estado nacional em benefício de um pequeno grupo e em detrimento dos interesses maiores da nossa gente (PORTAL G1, 22/10/2014, grifo nosso).

Discurso de campanha de Aécio Neves, candidato derrotado pelo PSDB à presidência da República em 2014, pronunciado quatro dias antes das eleições do segundo turno durante comício na cidade de Belo Horizonte. Aécio associa sua imagem pública à dos líderes mineiros, Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek, sob o argumento da “mudança” e da “liberdade” pelas quais ambos teriam lutado no passado e pelas quais ele, no presente, estaria lutando.

O candidato estabelece fios de ligação com o passado do avô, Tancredo, e o momento eleitoral que vivenciava, colocando-se como o herdeiro político de um homem público que

teria “sacrificado” a vida para libertar o Brasil do autoritarismo. Uma memória laudatória que, ao contribuir para eternizar Tancredo como o estadista que recolocou o Brasil no caminho da democracia com sua resistência à ditadura, intencionava agregar capital simbólico a sua candidatura, construída sob o principal argumento da “mudança” e, à semelhança do que teria feito Tancredo, da necessidade de “libertar” o país de um “inimigo”.

No primeiro programa do segundo turno do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), Aécio deu ênfase à memória de Tancredo e o lema usado na campanha deste em 1984, “Muda Brasil!”. O argumento que fundamentou a reatualização desse passado girou em torno da ideia de que, no presente, Aécio também estava lutando contra um “governo autoritário” frente ao qual propunha uma “mudança” que parecia está mais próxima tendo em vista que, à semelhança do que ocorreu com seu avô na articulação da Aliança Democrática, sua candidatura estava costurando alianças com grupos políticos divergentes que tinham em comum “um sentimento de mudança”. No início de seu programa, cujo lema era “Muda Brasil, agora é Aécio”, o locutor rememora o passado da “redemocratização” em que Tancredo é o protagonista e o sujeito da “conciliação”:

Olha como o mundo dá voltas. Há 30 anos, quando o Brasil sofria uma cruel ditadura e pedia por mudanças, o mineiro chegou e disse que se os brasileiros deixassem as diferenças de lado e unissem sob uma mesma bandeira, nada poderia detê-los. Deixa ele falar, dizia o governo, nós temos o poder. Mas esse velho mineiro não se intimidou e continuou lutando e denunciando o que estava errado até que o Brasil voltasse à democracia. Pois é, Tancredo Neves mostrou que nada é impossível quando o povo está unido. E, hoje, 30 anos depois, justo quando o País mais precisa, aparece um outro mineiro e neto de Tancredo para denunciar o que está errado e fazer a grande mudança que o Brasil precisa. Coincidência, não é? Curioso como o mundo dá voltas! (GUIA 01 DO SEGUNDO TURNO, Aécio Neves, 09/10/2014, 10 min).

Em outro trecho do mesmo guia eleitoral, é apresentada uma pequena biografia de Aécio, cujo ponto de partida é seu parentesco com Tancredo que o iniciara na política: “[Locutor] Aécio Neves é neto de Tancredo Neves. Esteve ao lado de seu avô na luta pela liberdade e a volta da democracia no Brasil”. O familismo, ainda que seja uma expressão antimoderna e antiliberal, é naturalizado como um aspecto positivo da política, sobretudo em se tratando de uma personagem cuja memória é associada ao fim da ditadura e ao restabelecimento da democracia. O candidato “tucano” mobilizou também sua página oficial

do *Facebook*¹⁴⁰ para agregar valor simbólico a partir de referências à memória de Tancredo, a exemplo dessa imagem em que sua fotografia é justaposta à do avô, cujo discurso após vencer as eleições em janeiro de 1985 é rememorado a partir da extração de um trecho que dá ênfase às “mudanças”, clichê bastante utilizado na campanha de Aécio:



Figura 6. Imagem publicada um dia antes do primeiro turno da eleição presidencial.

Fonte: Página oficial de Aécio Neves no *Facebook*, 04/10/2014.

As apropriações da imagem de Tancredo passaram, também, a ser promovidas por Aécio como parte de sua estratégia oposicionista ao governo de Dilma Rousseff, do PT, empossado em janeiro de 2015 após ter derrotado seu adversário numa campanha em que houve um forte acirramento da polarização entre PT e PSDB. Também através das redes sociais, Aécio (re)significou datas simbólicas, como o 15 de janeiro de 1985, quando Tancredo venceu as eleições presidenciais no Colégio Eleitoral. Vejamos:

¹⁴⁰ Sobre os usos políticos das redes sociais, a exemplo do *Facebook* e do *Twitter*, ver: MELO, Rostand. **O “reencantamento” das eleições nas mídias sociais:** performances de mobilização *on-line* em campanhas políticas na Paraíba. 2015. ? f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Campina Grande, 2015.



Figura 7. Fotografia depois de declarada a vitória de Tancredino Neves pelo Colégio Eleitoral

Fonte: Página oficial de Aécio Neves no *Facebook*, 15/01/2015.

O registro fotográfico é redesenhado em consonância com suas intenções políticas no presente, acrescentando à versão original uma frase em referência aos trinta anos da “redemocratização” e sua logomarca da página do site do *Facebook*. Os telejornais da grande mídia¹⁴¹ repercutiram os 30 anos da eleição de Tancredino Neves no dia 15 de janeiro de 2015 com um perfil de discurso que perpetuava a data como símbolo do “fim do regime militar”.

Outro tipo de discurso, publicado em um veículo¹⁴² que assume uma posição de “esquerda”, problematiza a memória de Tancredino como o “arquiteto da transição democrática”, associando-o ao pragmatismo do PMDB, cujas características atuais, em especial a “fome insaciável por cargos, verbas e canetas” que definiria seu modo de agir de acordo com as exigências das circunstâncias, são remontadas ao também pragmatismo do mineiro. Vejamos trechos por considerarmos que representam um dissenso em relação à memória lugar-comum sobre Tancredino presente na grande imprensa:

¹⁴¹ Ver, por exemplo, JORNAL DA GLOBO. **Eleição para presidente de Tancredino Neves completa exatos 30 anos.** Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/01/eleicao-para-presidente-de-tancredino-neves-completa-exatos-30-anos.html>. Acesso em: 16 jan. 2015

¹⁴² CARTA MAIOR. **Apologia a Tancredino esconde seus desastres.** Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Apologia-a-Tancredino-esconde-seus-desastres/4/32657>. Acesso em 16 jan. 2015.

Pela maioria dos relatos comemorativos da eleição de 15 de janeiro de 1985, até parece que a única coisa que deu errado com Tancredo e sua transição democrática foi sua morte [...]. Além de ter sido o protagonista da vitória no Colégio Eleitoral, Tancredo não pode ser dissociado do que foi o governo Sarney e do que ocorreu com o PMDB. A raposa mineira traçou os rumos da transição democrática, montou o governo Sarney e armou o jogo que fez o PMDB ser o que é. Se o presidente morto merece respeito, a memória e a história também (CARTA MAIOR, 16/01/2015).

Trata-se de uma versão que destoa da memória “oficial” sobre Tancredo e, ao mesmo tempo, de uma leitura do cenário político atual através da qual a revista opina a respeito das posições políticas do PMDB que compôs a base aliada tanto do governo FHC quanto dos governos Lula e Dilma e, no entanto, no segundo mandato desta, tem atuado, representado por alguns setores, como oposição, com destaque para o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Dentro das comemorações dos 30 anos da “redemocratização”, lembra o “15 de março de 1985”, data em que Tancredo seria empossado presidente, mas foi impedido pela enfermidade que o levaria à morte 37 dias depois:



Figura 8. Fotografia durante campanha em Vitória-ES, com bandeira do Brasil ganhada de uma apoiadora.

FONTE: PÁGINA OFICIAL DE AÉCIO NEVES NO *FACEBOOK*. 15/03/2015.

Junto à imagem, há um comentário de Aécio pelo qual reatualiza a memória dos primeiros dias do que chama de “via crucis”, de Tancredo:

Dia 15 de março de 1985: há exatos 30 anos, estava marcada a posse do presidente eleito do Brasil, Tancredo Neves. A data assinalou o retorno da democracia ao Brasil e o início de uma Via Crucis pessoal, que os brasileiros compartilharam tão de perto. Foram 38 dias de dor, aliviada pelas orações e pela força de um país inteiro. Tancredo deixou para o país o exemplo do compromisso com a liberdade democrática e com o dever de servir, integralmente, à Pátria. É muito bom ver, hoje, que sua resistência e coragem ainda vibram nas mesmas ruas em que tantos choraram por sua despedida. Que seus sonhos possam permanecer com intensidade em nós! Não vamos nos dispersar! (FACEBOOK, Página de Aécio Neves, 15/03/2015).

Conclui o texto com a frase “não vamos nos dispersar” com a qual Tancredo concluiu o discurso proferido após eleito indiretamente Presidente da República e que tem sido frequentemente utilizada por Aécio para convocar seus ex-eleitores ou apoiadores a participarem de manifestações e protestos contra o governo que o derrotou nas urnas.

Adotando um comportamento político bastante direcionado para desconstruir a imagem do PT e da presidenta reeleita Dilma Rousseff, Aécio usa, além de sua página no *Facebook*, colunas que, de forma privilegiada, escreve em jornais da grande imprensa para dar visibilidade às posições que ocupa no campo do poder. Destaquemos um trecho de uma coluna publicada na *Folha de São Paulo* com a intenção de rememorar os trinta anos da morte de Tancredo, mas que é direcionada pelo “tucano” para tecer críticas ao PT e para sua autoconstrução como arauto da verdade e da democracia:

Nos últimos tempos a ideia de impeachment ganhou forte impulso na sociedade. **No front do PT, a estratégia autoritária é clara:** buscar qualquer argumento para tentar questionar a legitimidade da tese, interditar e desqualificar esse debate. Para isso estimulam o raciocínio segundo o qual impeachment é golpe, tentando constranger milhões de democratas indignados com o que está ocorrendo no país. Nesse debate, em pontos extremos, de um lado está o PT tachando de golpistas os que cobram providências. De outro, estão aqueles que veem no impeachment um valor absoluto. Defendem a tese a priori e buscam no dia a dia argumentos para sustentá-la. **A verdade é que existe uma referência central que precisa nortear toda essa discussão: a do respeito à ordem democrática.** Para ser solução legítima, o impeachment precisa ser o final de um caminho percorrido com rigor, respeito à realidade e à legalidade. O papel das oposições neste momento é não se acovardar. É exigir investigações. É garantir as condições para que o debate democrático ocorra. E, nesse debate, sempre respeitando a Constituição, nenhuma palavra é proibida. Amanhã, nossa memória histórica e coletiva visita os 30 anos da morte de Tancredo Neves. **Um brasileiro que sempre defendeu o que é essencial: a democracia.** E sempre teve coragem de fazer o que precisava ser feito. Eu nunca me esqueço disso (FSP, “30 anos”, 20/04/2015, p. 2, grifo nosso).

Apropriando-se da memória dos 30 anos da “redemocratização”, Aécio usa a circunstância de uma data simbólica para fabricar uma polarização na qual o PT é associado ao autoritarismo e ele próprio, e seu partido, à democracia. O assunto discutido é a “tese” do *impeachment*, palavra que tem sido frequentemente utilizada no ano de 2015 por políticos da oposição e por setores da sociedade que assumem a posição antigoverno, sendo significada por Aécio¹⁴³, nesta coluna, enquanto única forma de se “respeitar a democracia”.

Por seu lado, diz Aécio, o PT estaria agindo com autoritarismo ao tentar “deslegitimar a tese” colocada por ele como a principal bandeira da oposição, ainda que, ele próprio, ao não aceitar o resultado das urnas nas eleições de 2014 e ter iniciado uma luta para chegar a qualquer custo à Presidência da República, não pareça respeitar os limites democráticos, pelos quais seu avô teria lutado. Portanto, Aécio cria uma polarização entre democracia e autoritarismo que em sua versão representariam, respectivamente, o PSDB e o PT, apropriando-se da memória do avô para reforçar o argumento de que, semelhante a ele num momento histórico da vida política do país, teria como principal alvo no cenário contemporâneo restabelecer a “ordem democrática”.

No campo de uma batalha de representações na qual a noção de democracia é significada de diversas maneiras para servir aos interesses de quem em seu nome fala, a presidente reeleita em 2014, Dilma Rousseff do PT, em várias de suas comunicações públicas, em especial aquelas pronunciadas na ocasião das manifestações de 13 e 15 de março de 2015¹⁴⁴, fez questão de reforçar a importância da vitória da democracia sobre o autoritarismo e daqueles que resistiram à época da ditadura civil-militar:

Sexta-feira e ontem, centenas de milhares de brasileiros saíram às ruas para se manifestar com toda a liberdade, de forma pacífica e sem violência. No dia em que celebrávamos **30 anos de redemocratização**, tivemos nesse dia

¹⁴³ Ressalte-se que essa defesa não foi unânime no PSDB, assim como, o próprio Aécio Neves chegou a abandonar a tese que não conquistou alicerces políticos que pudessem levá-la adiante. O argumento bastante proliferado pela grande mídia diz respeito às chamadas “pedaladas fiscais” do governo que estão sendo analisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), bem como, à prestação de contas das campanhas de Dilma que está sendo avaliada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A oposição tem usado esses dois aspectos para reivindicar o *impeachment*, estando marcada uma nova manifestação antigoverno para 16 de agosto de 2015. Importante ressaltar que novos dados são apresentados frequentemente pela mídia a respeito das questões aqui tratadas.

¹⁴⁴ As manifestações do dia 13, articuladas, sobretudo, pela CUT, foram narradas pela grande imprensa, que pouco a mediatizou, como sendo pró-governo. As que ocorreram no dia 15, por outro lado, foram exaustivamente veiculadas pela grande imprensa, com destaque para as Organizações Globo que usou o seu canal a cabo, a Globonews, para transmiti-las ao vivo e ininterruptamente. Foram manifestações antigoverno, com diversas frentes, dentre as quais havia uma que defendia “intervenção militar”. Há muitas matérias a respeito na internet, a exemplo desta: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/540785-protestos-1315-e-a-artificializacao-das-redes-sociais-entrevista-especial-com-fabio-malini>. Acesso em: 31 maio 2015.

e na sexta-feira, uma inequívoca demonstração de que o Brasil de agora é um país democrático que convive pacificamente com manifestações, ao contrário de muitos países no resto do mundo. **Na democracia, nós respeitamos as urnas que traduzem a vontade de toda a nossa nação. Na democracia, nós respeitamos as ruas, um dos legítimos espaços de manifestação popular, pacífica e sem violência.** Respeitamos e ouvimos com atenção todas as vozes, de todos os matizes e de todas as tendências [...]. Ao encerrar - e lembrando os 30 anos da redemocratização -, eu presto minha homenagem a todos os que lutaram contra o regime de exceção e a todos os que combateram em defesa da democracia [...]. Muitos da minha geração deram a vida para que o povo pudesse, enfim, ir às ruas para se expressar. Eu, particularmente, participei e tenho a honra de ter participado do processo de resistência à ditadura. Como muitos outros brasileiros sofremos as consequências da resistência para ver esse país livre da censura, da opressão e da interdição da liberdade de expressão. Nunca mais, no Brasil, nós vamos ver pessoas, que ao manifestarem sua opinião, seja contra quem quer que seja, inclusive, a Presidência da República, possam sofrer quaisquer consequências, nunca mais isso vai acontecer. Ontem quando eu vi, como ocorreu na sexta-feira, centenas de milhares de cidadãs e cidadãos se manifestando pelas ruas de várias cidades brasileiras, não pude deixar de pensar e tenho certeza que muitos aqui concordam comigo: valeu a pena lutar pela liberdade, valeu a pena lutar pela democracia. Este país está mais forte que nunca (ROUSSEFF, 16/03/2015, grifo nosso).

De um lado, envia um recado para aqueles que pediram seu *impeachment* nas manifestações afirmando que numa democracia as urnas devem ser respeitadas; de outro, destaca a importância da ida às ruas como expressão de uma liberdade política que outrora não existia, colocando-se como sujeito que contribuiu para a “redemocratização” ao ter participado diretamente do processo de resistência à ditadura. Dilma se apropria de seu próprio passado, (re)atualizando-o de acordo com as demandas de um presente em que memórias do “golpe” e da “redemocratização” têm sido bastante reativadas.

Ela coloca-se como corresponsável pelo restabelecimento da democracia no Brasil, procurando garantir para si um capital simbólico num início de segundo mandato bastante tenso politicamente, inclusive pela criação de uma propaganda anti-petista alimentada diariamente por notícias, deliberadamente selecionadas, que davam e dão ênfase à Operação Lava-Jato, a uma crise econômica e às medidas de ajuste fiscal estabelecidas pelo governo, muito criticado pela oposição e por membros do próprio PT por adotar medidas que, ao longo da campanha política, eram associadas por ele próprio ao PSDB.

De um lado, Aécio se apropria da imagem de Tancredo Neves, cuja memória “oficial”, veiculada pela grande imprensa, o associa à resistência à ditadura; de outro, Dilma Rousseff se apropria de seu passado colocando-se como sujeito que resistiu à ditadura com um discurso

que suaviza a imagem de “terrorista-guerrilheira”, muito utilizada pela oposição para desqualificá-la. Importante lembrar que, já na primeira campanha de Dilma à presidência da República, em 2010, a memória de sua participação na luta armada durante a ditadura civil-militar foi bastante utilizada e (re)significada pelos opositores com a intenção de desqualificá-la. Assim como, a candidata conseguiu obter ganhos políticos ao se colocar como uma militante que resistiu à ditadura e, por isso, foi presa durante cerca de três anos e torturada¹⁴⁵. Nesse sentido, a imagem “coração valente” foi bastante utilizada na campanha de 2014 a partir de uma associação da trajetória de Dilma a um período da história política brasileira, cuja memória estava sendo bastante discutida no mesmo ano da eleição em razão das “comemorações” dos 50 anos do golpe militar. Vejamos:

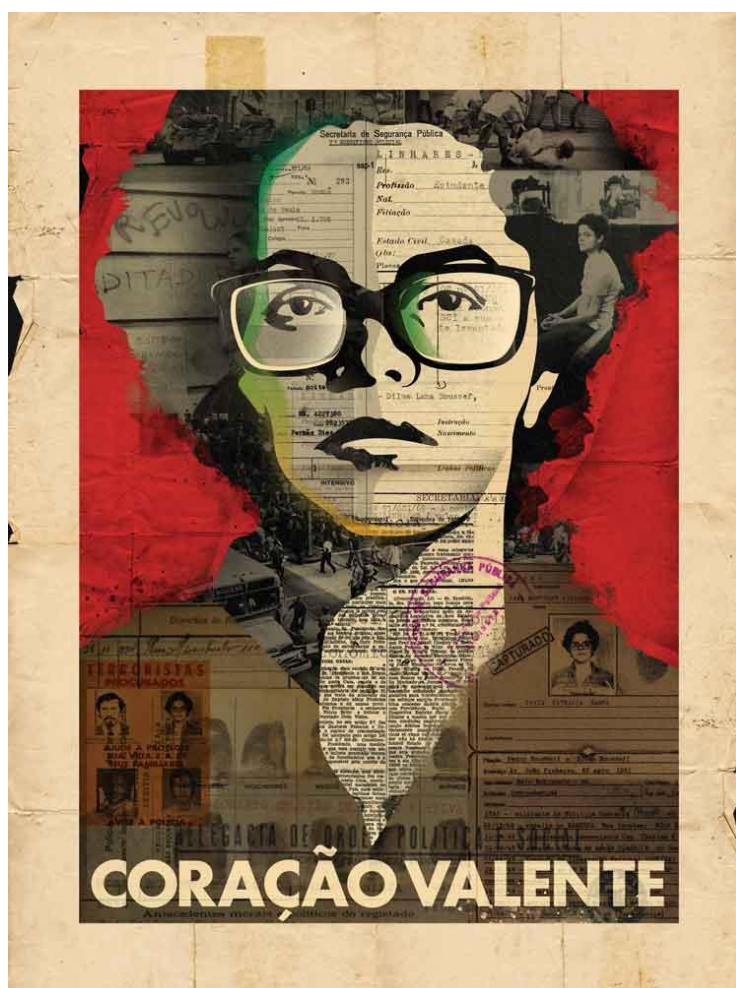


Figura 9

Fonte: página “Dilma coração valente”, no *Facebook*, 27/10/2014.

¹⁴⁵ Sobre isso, conferir: SCHMIDT, 2011.

Trata-se de uma ilustração feita a partir de uma fotografia de Dilma retirada de arquivos do DOPS e que foi bastante utilizada enquanto um signo que representava sua luta contra a ditadura, o que lhe possibilitou vantagens simbólicas e, ao mesmo tempo, críticas por parte dos opositores que ressaltavam o caráter “terrorista-guerrilheiro” da organização – a VAR-Palmares¹⁴⁶ – de que ela participava.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que Aécio Neves escreve semanalmente numa coluna da *Folha*, usando este canal para fazer oposição ao governo, o que coloca novamente em discussão a questão da democratização da mídia e de como alguns grupos políticos são privilegiados em detrimento de outros, sobretudo daqueles cuja bandeira é associada a posições de “esquerda”. Talvez a democratização da mídia passe pela admissão de que os jornais não são neutros ou imparciais e de que, nessa direção, é importante, porque democrático, que canais midiáticos – jornais impressos, rádios, televisões – com posições variadas e plurais passem a compor o rol daqueles que chegam ao público através de concessões públicas. Isso porque os discursos da defesa da democracia e da “competência” são utilizados como justificativas pelo grupo Globo, por exemplo, para a manutenção de seus privilégios no setor midiático. O que, por corolário, supõe a concessão de privilégios a projetos políticos concatenados com o modelo (neo)liberal por ele encampado e que o orienta a atuar de forma panfletária em favor de grupos políticos que o representam mais enfaticamente.

Consideramos que as apropriações da memória de Tancredo têm um significado político importante num cenário em que pautas conservadoras vêm ganhando espaço dentro do campo do poder. Trata-se de um expoente de um projeto político conservador e liberal que acusava de “radicais” aqueles que tinham propostas que poderiam abalar o *status quo*¹⁴⁷. Não foi à toa, portanto, que o jornal *O Globo* publicou um especial intitulado “Trinta anos sem Tancredo, o fiel da transição” (*O GLOBO*, 21/04/2015), com reportagem e colunas rememorando-o. Uma das colunas foi assinada por Aécio Neves que, ao rememorar a figura pública de Tancredo, constrói uma narrativa seletiva sobre o que aconteceu nesses 30 anos

¹⁴⁶ Vanguarda Armada Revolucionária Palmares.

¹⁴⁷ Interessante pontuar que, além do medo dos “novos sujeitos políticos”, a exemplo do PT, havia nos anos 1980 um temor de forças políticas do “velho trabalhismo”. Um dos motivos para a derrota em 1984 da Emenda Dante de Oliveira que estabelecia as “diretas já” era que Leonel Brizola, do PDT, fosse candidato e vencesse as eleições diretas, uma vez que ele tinha popularidade. A emenda foi derrotada e se articulou uma “transição conservadora” via indiretas.

pós-ditadura civil-militar, de acordo com a qual a democracia reconquistada por seu avô estaria sendo castigada pelo governo do PT. Vejamos trechos:

Ao longo das três últimas décadas, o país se modernizou, avançou na consolidação de suas instituições, realizou eleições livres periódicas, cultivou a liberdade de imprensa e aprimorou a garantia dos direitos civis. A partir do controle da inflação e do Plano Real, promoveu programas para enfrentar problemas sociais históricos e desenhou uma nação emergente de enorme potencial. Lamentavelmente, muitas dessas conquistas encontram-se hoje na berlinda, ameaçadas pela inépcia, a corrupção e a miopia política de um governo que, imerso em erros colossais, agoniza em praça pública (NEVES apud O GLOBO, 21/04/2015, p. 8).

Junto a isso, traz à baila a memória de Tancredo e sua política de conciliação como exemplo de democracia, fazendo ressoar no presente uma proposta conservadora desta na trilha do que foi defendido pelo avô. O colunista corrobora opiniões do próprio jornal, reforçando suas posições às quais é alinhado. Nas matérias e colunas publicadas no “especial” sobre a morte de Tancredo, as representações sobre sua memória são unânimes: ele foi o articulador político que dialogava com representantes civis e militares, o “conciliador”, sem o qual a “transição” teria sido inviável. Uma memória que expressa a concepção de democracia da grande mídia associada à defesa de posições “pacíficas” que são favoráveis à manutenção de seu poder econômico.

Na *Folha*, também em comemoração aos 30 anos da morte de Tancredo, o colunista Clóvis Rossi reconsidera sua imagem ao colocar alguns questionamentos sobre o que teria sido seu governo. Já no título, Rossi chama a atenção para a construção da imagem do político associada a sua doença e morte: “Doença e morte fizeram de Tancredo um líder popular no fim da ditadura”. No entanto, pontua o subtítulo: “Presidente morto antes da posse adotaria política econômica mais conservadora que Sarney” (ROSSI apud FSP, 21/04/2015, p. 7).

O argumento do jornalista é baseado na escolha de Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo, para o Ministério da Fazenda, o que significaria a adoção de políticas “neoliberais”, usando um termo que veio a ganhar força no Brasil apenas nos anos 1990. Sua preocupação teria sido mais voltada para ajustar as contas públicas do que encarar a questão social. A falta de popularidade de Tancredo, acrescenta Rossi, foi revertida com sua doença e morte que lhe transformaram num “ícone popular”. Embora faça essas ressalvas, o jornalista mantém a imagem laudatória que a grande mídia construiu para Tancredo, elogiando seu trabalho de

articulação política e demarcando o ano de 1985 enquanto o ponto de partida para “o mais longo período de plena e total vigência das liberdades públicas na história do Brasil” (ROSSI apud FSP, 21/04/2015, p. 7).

Em coluna “comemorativa” alusiva aos “30 anos de democracia” publicada em *O Globo* (15/03/2015)¹⁴⁸, Elio Gaspari destacou “a grande conciliação de 1985”, centrando-se na imagem de Tancredo que, diferentemente de outros políticos da época, teria abandonado os “egoísmos das classes” e promovido uma “conciliação” que se diferenciaria das demais já ocorridas na história política brasileira pelo fato de ter sido articulada pela própria oposição e se caracterizado pela não aproximação com seus opositores, os militares:

Aquele homem suave costurara a maior conciliação política da História brasileira. A conciliação de Tancredo foi a única que partiu da oposição. Isso diferenciou-a de episódios anteriores. D. Pedro I proclamara a Independência, mas era o herdeiro da coroa portuguesa. O Marquês de Paraná pacificara o Império, mas estava na chefia do governo. Os generais derrubaram Getúlio Vargas em 1945, mas haviam ajudado a fazer o Estado Novo. Tancredo jamais aproximou-se da ditadura. Como o meia-direita Didi, jogou parado (“quem tem que correr é a bola”) e o arco de interesses que chegou ao poder em 1964 teve que se aproximar dele (O GLOBO, 15/03/2015, p. 11).

Dentro desse jogo de apropriações do passado, parece-nos haver uma intenção de interferir na condução política do presente no qual estaria havendo uma disputa “maligna” entre duas forças políticas polarizadas que, diferentemente da estratégia representada por Tancredo, estaria dividindo o País. É dessa maneira que Gaspari define a rivalidade entre Lula e FHC, por exemplo, ao mesmo tempo em que faz elogios à “rivalidade benigna” entre Tancredo e Ulysses Guimarães que teriam agido apoiando-se mutuamente e conciliando interesses distintos. Ele arremata seu argumento retomando a oposição entre a “conciliação” e os “radicalismos”: “passaram-se 30 anos e o êxito dessa grande figura – a restauração democrática – é ofuscada [sic] pelo despreço que os radicalismos dedicam à maneira como se chegou a ela – a conciliação” (O GLOBO, 15/03/2015, p. 11). O jornalista elogia esse método, mas não reconhece seus efeitos prejudiciais para a democracia, uma vez que, à época de Tancredo, se tratou de um estilo conservador que reuniu civis e militares, ocultando a colaboração entre ambos, e silenciou propostas ditas “radicais.

¹⁴⁸ Nessa edição, o jornal organizou um Caderno Especial intitulado “Democracia, 30 anos”, com textos dos jornalistas Ricardo Noblat, Miriam Leitão, Jorge Bastos Moreno, Fernando Gabeira, Lucia Hippolito e Chico Otavio (O GLOBO, Caderno Especial, 15/03/2015, pp. 1-8).

Na narrativa do jornal *O Globo* sobre as manifestações de 15 de março de 2015 houve uma ênfase à ideia de um “novo 15 de março”, em referência àquele de 1985 que fazia parte das datas simbólicas que representavam o fim da ditadura “militar” e a “redemocratização”. Com a manchete “Democracia tem novo 15 de março” (O GLOBO, 16/03/2015), o jornal noticiou de forma entusiasmada as manifestações que, segundo sua narrativa, se caracterizaram pelo antipetismo, pela defesa da democracia, pelo caráter pacífico e ordeiro e pelo apartidarismo.

O grupo *Globo* não apenas forjou essa imagem do movimento, como também, convocou, através da referência a ela, a população a ir às ruas durante toda a programação da TV aberta e da *Globonews* ao longo do domingo. Por outro lado, repetidas vezes, seus repórteres e comentaristas de plantão faziam questão de ressaltar que os segmentos que pediam a “intervenção militar já”, o fim da diversidade de pensamento, com agressões a Karl Marx e Paulo Freire, e outras pautas conservadoras que atingiam grupos historicamente marginalizados, a exemplo dos homoafetivos, eram uma minoria¹⁴⁹.

O objetivo era construir uma representação unânime das manifestações enquanto símbolos da insatisfação da população com o atual governo e da democracia. De tal maneira, que foi (re)significando o dia da posse do primeiro Presidente civil após os 21 anos de “ditadura militar” que o jornal *O Globo* elaborou a manchete de primeira página, traduzindo os protestos como um “novo 15 de março” e, portanto, como uma expressão renovada da democracia. Noticiá-la como se fosse uma reedição de 1985 teve uma intenção política e partidária que representa as posições historicamente assumidas pelo grupo *Globo*, a exemplo do apoio ao golpe de 1964, da colaboração com a ditadura e do apoio à candidatura indireta e conservadora de Tancredo Neves à presidência da República. Junto disso, *O Globo* ratifica uma memória por ele também elaborada de que a eleição de Tancredo e a posse de José Sarney foram símbolos do restabelecimento da democracia, ainda que tenha se tratado de uma articulação política “pactuada” entre militares e civis.

Da mesma forma que participou do esforço político para construir uma “impressão de consenso” em torno da Aliança Democrática entre 1984 e 1985, *O Globo* tentou forjar uma imagem das manifestações que a associavam, unanimemente, à defesa pacífica da

¹⁴⁹ A revista *Carta Capital*, de orientação de esquerda e, por vezes, assumidamente petista, construiu uma outra versão das manifestações que vão na contramão do que narraram a grande mídia. Dentre os artigos escritos, ver, por exemplo: MARTINS, Helena. **Mídia e democracia na encruzilhada**. 16 mar. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/midia-e-democracia-na-encruzilhada-9717.html>. Acesso em: 31 jul. 2015.

democracia, apagando de sua memória ou dando pouca ênfase à pauta conservadora, sobretudo porque tem feito um trabalho memorialístico para se afastar da imagem de apoiador da ditadura e do golpe de 1964. Vejamos a narrativa:

No dia em que o Brasil completou **30 anos da redemocratização**, pelo menos 2 milhões de pessoas foram às ruas em todos os estados para protestar contra o governo Dilma e o PT, **defendendo a democracia em manifestações pacíficas e marcadas pelo verde e amarelo**. O maior ato ocorreu em São Paulo, onde cerca de um milhão de pessoas¹⁵⁰ tomou a Avenida Paulista. Os protestos, que também se espalharam por municípios pequenos, aconteceram exatamente 30 anos depois da posse do primeiro presidente civil, que encerrou 21 anos de ditadura. Em São Paulo, superaram as passeatas pelo impeachment de Collor, em 1992. Ontem, as ruas ficaram verde e amarelas, diferentemente das marchas de centrais sindicais e movimentos sociais na sexta-feira, quando **o vermelho do PT** predominou (O GLOBO, 16/03/2015, p. 1).

Além dos aspectos já pontuados, a narrativa constrói uma polarização simbólica entre as cores “verde e amarela” e o “vermelho” de forma valorativa no sentido de que, retomando um estereótipo do “comunismo”, desqualifica os movimentos organizados por centrais sindicais e movimentos sociais ocorridos dois dias antes, a 13 de março. O jornal aciona uma espécie de nacionalismo ufanista que fez lembrar os tempos que antecederam o golpe de 1964 e que foram bastante marcados por uma propaganda “anticomunista” levada a cabo pela grande imprensa, incluindo ele próprio.

As representações que o grupo Globo construiu acerca das manifestações de 15 de março associando-as à democracia, sobretudo por terem sido “pacíficas” e “apartidárias”, se opõem às narrativas que transformaram os protestos de 2013 em “atos de vandalismo”, associados à ação de “radicais” da “esquerda”. Imagem que prevaleceu nas manchetes e reportagens de *O Globo* e da *Folha* que, ao longo de suas trajetórias liberais, criminalizaram os conflitos sociais e defenderam a ordem e a paz social, lemas do liberalismo, como pilares de uma sociedade democrática. Pilares que também foram defendidos pelos governos militares e utilizados como justificativa para o golpe de 1964.

Na edição de 21 de junho de 2013, nas páginas de *O Globo* prevaleciam imagens do que a grande mídia convencionou a definir como “vandalismo”: “depredações”, “saques”, “violência”, “mascarados”. Vejamos a primeira página do jornal que dimensiona o tratamento por ele dado às manifestações, sobretudo pela fotografia escolhida para compô-la:

¹⁵⁰ Número que foi contestado pela pesquisa *Datafolha* que apontou 210 mil em São Paulo, conforme noticiado em manchete pela *Folha* (16/03/2015): “‘Fora, Dilma reúne 210 mil em São Paulo e multidões no país”.

O GLOBO

SEXTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2013 ANO LXXXVIII - Nº 23173

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

O BRASIL NAS RUAS

Sem controle

**Em noite de novos conflitos, depredações e saques,
Itamaraty e prefeitura do Rio são atacados**

Partidos políticos tentam entrar em manifestações e são expulsos



Vandalismo. Misturados aos manifestantes, grupos de radicais cercam e tentam invadir o prédio do Itamaraty; eles chegaram a atear fogo às janelas e tiveram de ser contidos pela Polícia Militar; cerca de 30 mil pessoas protestaram no DF

Figura 10

Fonte: **Fonte:** O GLOBO, 21/06/2013, p. 1.

Na legenda da imagem, lê-se: “**Vandalismo**. Misturados aos manifestantes, grupos de radicais cercam e tentam invadir o prédio do Itamaraty; eles chegaram a atear fogo nas janelas e tiveram de ser contidos pela Polícia Militar [...]” (GLOBO, 21/06/2013, p. 3). Na página seguinte, nova manchete em letras garrafais: “Escalada de violência”, também corroborada com imagem em que destacam “mascarados” praticando “depredações”. E assim aconteceu ao longo da edição que chegou a usar a expressão “cena de guerra” em legenda de uma das fotografias veiculadas.

O argumento do “apartidarismo” foi o mote da coluna de Merval Pereira (GLOBO, 21/06/2013, p. 4), um jornalista com posições explicitamente neoliberais e “anti-esquerdistas”, segundo quem o movimento foi uma expressão da insatisfação da classe média com “os efeitos da inflação, dos péssimos serviços públicos, da opressão do Estado”. Uma classe média que, segundo ele, não deixou os movimentos serem “contaminados por partidarismos”, assim como, protestou de forma “ordeira e pacífica”, o que os tornava legítimos. Ao contrário disso, afirma o colunista, havia a presença de “setores da esquerda” que propunham uma pauta “radical”, como a tarifa zero nos transportes públicos, a reforma agrária e o fim do “latifúndio urbano”. Na visão neoliberal do colunista, trata-se de uma pauta absurda e que não representava as reivindicações da maioria dos manifestantes. Observemos:

É difícil saber no que vai dar tudo isso. Não há como definir o que vai prevalecer nessas manifestações. Assim como há baderneiros infiltrados e toda uma gama de manifestantes dispostos ao vandalismo, que consideram a depredação a melhor maneira de enfrentar os governos, há também no próprio movimento do Passe Livre uma predominância de pensamento de esquerda radical. Agora que conseguiram a redução do preço das passagens¹⁵¹, querem a tarifa zero e outras reivindicações que não estão na pauta da maioria que foi às ruas. [...]. Mas há outras reivindicações que nada têm a ver com a grande massa que participou das manifestações, como o protesto contra o “latifúndio urbano”. E querem introduzir na pauta também a reforma agrária, uma reivindicação bastante discutível hoje no Brasil onde o agronegócio é um dos sustentáculos da economia brasileira e o latifúndio improdutivo praticamente desapareceu. [...]. A maioria não está nem com os baderneiros nem com essa politização que, embora não seja partidária, é política, de grupos que lideram os movimentos (GLOBO, 21/06/2013, p. 4).

Importante destacar que esse mesmo veículo associou o Movimento Brasil Livre, que organizou as manifestações de 15 de março de 2015, à democracia, ainda que ele estivesse ligado a uma perspectiva de “direita” e com pautas concomitantes com o discurso do PSDB.

¹⁵¹ Governos do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras regiões do País baixaram os preços das passagens nos transportes coletivos um dia antes da manifestação do dia 20 de junho de 2013.

Ademais, movimentos sociais ligados a uma perspectiva de esquerda são historicamente (des)qualificados de “politizados” por veículos (neo)liberais. Na coluna analisada, há uma atualização de um discurso que vigorou, no âmbito da grande imprensa, durante o governo de João Goulart que era associado a “agitações”, “greves” e “perturbações da ordem”, conforme situamos no capítulo II desta tese. Ao mesmo tempo, trata-se de um repertório discursivo que compôs a orientação dos governos militares em seu tratamento dos chamados “subversivos” e praticantes da “desordem”. É uma leitura conservadora e liberal dos movimentos sociais que, nessa perspectiva, só seriam legítimos se não fossem “politizados” ou “ideológicos”¹⁵² nem estivessem ligados a “partidarismos” – leia-se a partidos associados à “esquerda”.

Nessa versão conservadora, a política é restringida a partidos e, portanto, afastar-se dela seria o mesmo que se distanciar dessas instituições, num cenário em que muito se fala de uma descrença nas instituições e representações políticas. No entanto, trata-se de uma tentativa de colonizar a política, o dissenso, tomando de empréstimo um argumento de Francisco de Oliveira (1999), que associa o desprezo à política por parte de grupos econômicos ao objetivo de eliminá-la. Até porque, dialogando com Oliveira (1999), a anulação da política em favor de uma “harmonia social” é o fundamento do neoliberalismo que se sustenta a partir de uma subjetividade privada. A desqualificação histórica e o silenciamento da política enquanto caminho para se defender a esfera pública e se opor ao

¹⁵² O PL 1411/2015, do Deputado Rogério Marinho – PSDB, propõe a criminalização do “assédio ideológico” definido da seguinte forma em seu texto: “Art. 2º. Entende-se como Assédio Ideológico toda prática que condicione o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou qualquer tipo de constrangimento causado por outrem ao aluno por adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente”. No texto da justificativa, o deputado se refere a uma pauta, segundo ele, “autoritária” do PT exposta no Caderno de Tese do 5º Congresso Nacional do partido ocorrido entre 11 e 13 de 2015. Faz uma leitura conservadora do material seguindo a orientação de uma legislatura, cujo primeiro ano de atuação tem se caracterizado pelo “desengavetamento” e votação em plenário de projetos conservadores, a exemplo da proposta de redução da maioria penal, cujo foco é atingir jovens negros e pobres e devolver à sociedade a “paz social”. Vejamos: “Há correntes do partido dos trabalhadores que nomeiam seus inimigos e pregam guerra aos que pensam como a maioria da população brasileira em temas como segurança, educação e valores da família: 'a mobilização de iniciativas reacionárias e regressivas em relação aos direitos da juventude, dos/as negros/as, das mulheres e dos/as LGBT, como a que foi colocada em movimento pelas bancadas neoconservadoras do Congresso Nacional: tentativa de reduzir a maioria penal e de bloquear o fim dos autos de resistência, a legislação sobre a legalização do aborto, a legislação que criminaliza a homofobia' [...] Jamais a sociedade deve aceitar essa forma estrita e tacaña de política, a liberdade é um bem precioso para a Democracia, o respeito às Leis e ao progresso econômico. É dever cívico dos representantes do povo, defender com vigor e altivez a liberdade de pensamento, de opinião e ideológica”. Democracia, para o deputado, é conservar os privilégios dos grupos estabelecidos sem abrir espaço para os *outsiders*. Mais uma estratégia dos conservadores para inviabilizar a ampliação das possibilidades de igualitarização. Além de tudo, o projeto reatualiza uma noção, bastante veiculada nos anos 1960 e durante a ditadura civil-militar, que criminaliza movimentos estudantis e associa à prática docente a uma “missão educativa” que deve ficar distante da “pregação política”, conforme ideia exposta pelo jornal FSP em editorial nos meses que antecederam o golpe de 1964 (FSP, “Estudantes e agitação”, 12/01/64) e que situamos no capítulo II desta tese. Texto do projeto de lei disponível em: www.camara.gov.br/.../prop_mostrarintegra?codteor...PL+1411/2015. Acesso em: 03 ago. 2015. Documento do 5º Congresso do PT disponível em: www.pt.org.br/wp-content/.../04/TESES5CONGRESSOPTFINAL.pdf. Acesso em: 03 ago. 2015.

privado norteia narrativas midiáticas sobre quaisquer protestos que venham a suscitar possibilidades de mudanças no *status quo*. Trata-se de disputas entre a economia e a política, entre o privado e o público que, considerando o poder das grandes corporações, acabam resultando na vitória dos primeiros.

Nesse sentido, *O Globo*, mesmo admitindo que a maioria dos manifestantes agia pacificamente, fez questão de priorizar em suas notícias o que alardearam como sendo “atos de vandalismo”. Tratou-se de um esforço deliberado para por fim a movimentos que, a despeito da grande imprensa não admiti-lo, reivindicavam pautas que não lhes interessavam, a exemplo da tão temida democratização da mídia que, na narrativa de Merval Pereira (GLOBO, 23/06/2013, p. 4), fazia parte de uma “pauta esquerdista” que “abrange desde a reforma agrária até a reforma do ‘latifúndio urbano’ e o controle social da mídia”. Referir-se a um “controle” e não a uma “democratização da mídia”, que poderia promover uma fratura no monopólio do grupo Globo, faz parte de uma estratégia simbólica para inviabilizá-la e transformá-la num ataque à liberdade de imprensa.

O jornal *O Globo*, seja em reportagens, seja em colunas, considerou bastante democrático que não houvesse representantes de partidos, chegando a elogiar a atitude de alguns manifestantes que os hostilizaram e narrando isto como um símbolo da insatisfação social em relação aos profissionais da política. No entanto, o veículo ocultou as manifestações que combatiam com palavras de ordem – “Fora, Rede Globo”, “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” ou “A verdade é dura a Rede Globo apoiou a ditadura” – equipes jornalísticas das Organizações Globo e que foram registradas em vídeos que viralizaram nas redes sociais. Grupos que participaram dessa pauta reivindicativa foram representados por seus diversos veículos, tais como, rádio, telejornal¹⁵³ ou jornal impresso, enquanto “vândalos” e “arruaceiros”. O que nos coloca, de novo, a questão da democratização da mídia, item que incomoda em demasiado os mesmos que se afirmam como arautos da democracia.

¹⁵³ Para dar um exemplo de um telejornal, o *Jornal da Globo*, edição de 20/06/2013, narrou as manifestações com duas entradas: na primeira, evidenciou manifestantes “a favor do Brasil”, os quais, quando envolveram em tumultos, foi para expulsar um pequeno grupo com bandeiras vermelhas representando o PT. Desse lado da polarização, estavam os “bons manifestantes”, jovens da classe média que lutavam contra a corrupção e por melhorias nos serviços públicos. Na segunda entrada, o foco das câmaras foi no “vandalismo” que atingiu, inclusive, ressaltar o repórter, um evento relativo à Copa das Confederações e que tinha sido promovido pela Rede Globo. “Vândalos”, “arruaceiros”, “radicais” foram as expressões utilizadas para definir sujeitos que, antes de mais nada, representavam um perfil social que não interessava ao modelo defendido pela Rede Globo. A apresentadora do jornal ainda ressaltou que um repórter da Globonews foi atingido na cabeça, concluindo a intervenção sobre as manifestações. Dentro dessa narrativa polarizada, os bons manifestantes, aqueles que defendem o Brasil, expulsam partidos e políticos; os “vândalos” promovem “arruaças” e expulsam jornalistas, colocados como trabalhadores que estavam ali apenas a serviço da sociedade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KQBIjVWEUiY>. Acesso em: 31 jul. 2015.

Trata-se de uma reedição da concepção de democracia que venceu as disputas política e midiática nos anos 1980; uma concepção que usou o argumento do restabelecimento da institucionalidade democrática (eleição indireta de um civil em 1985, aprovação de uma nova constituição em 1988 e restabelecimento da eleição direta para Presidente da República em 1989) para legitimar-se e conservar um modelo político que privilegia grupos sociais e políticos e contribui para a conservação de uma cultura autoritária e hierárquica e que, contraditoriamente, odeia a democracia.

As apropriações contemporâneas da concepção de democracia defendida pelos “heróis da resistência” nos anos 1980 e que foi fortalecida através da mitificação de Tancredo, expressam, talvez, a reconstrução de um modelo conservador contra o qual o PT, ao longo de sua trajetória de “esquerda”, afirmava se colocar, embora, uma vez no governo a partir de 2003, tenha adotado posições semelhantes àquelas que costumava criticar. No cenário atual, crescem projetos de lei de perfil conservador num Congresso Nacional, cujo conservadorismo tem se constituído como um forte entrave à democratização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões realizadas ao longo desta Tese nos levam a afirmar que a concepção contemporânea de democracia, tão disseminada pela grande mídia e pelos atores políticos por ela mediatizados, é uma atualização daquela defendida pelos protagonistas da “redemocratização” nos anos 1980. Uma democracia conservadora que oculta conflitos e odeia as “opiniões”, criminalizando-os em nome da manutenção da “ordem social”. Até mesmo o PT que foi constituído a partir de movimentos sociais e das lutas sindicais e que era associado pelos políticos liberais nos anos 1980 ao “radicalismo”, reconfigurou-se e se tornou um partido também conservador, a despeito de tentar manter as políticas sociais como a pauta principal de sua matriz discursiva. Um partido que está inserido numa configuração política e econômica mais ampla e que reproduz práticas por ele próprio criticadas e associadas a partidos de “direita”, com destaque para seu opositor principal, o PSDB.

Os confrontos no campo político e na vida social contemporânea são evidências de que a sociedade brasileira não é cordial, amistosa ou pacífica, diferentemente das imagens estereotípicas difundidas a seu respeito e que foram construídas por nosso pensamento social e apropriadas pelos atores políticos que as utilizam para desqualificarem posições que suscitem a possibilidade de desestabilização da ordem estabelecida. Trata-se de uma sociedade, cujos indivíduos e grupos têm resistência a um convívio democrático com posições divergentes e opiniões que contradizem as suas. São procuradas formas de evitar o conflito, de mantê-lo nos bastidores, ocultando-se sua existência com o mito da cordialidade e do pacifismo que fariam parte da nossa identidade nacional, de nossa particularidade histórico-social.

As narrativas da grande imprensa têm operado com categorias polarizadas em suas versões das disputas que têm movimentado o campo político brasileiro. Fizeram-no na cobertura das recentes manifestações antigoverno e antipetismo legitimando-as por considerá-las “pacíficas”, a despeito de uma série de vídeos que viralizaram nas redes sociais em que se observam pessoas de “vermelho” ou que se manifestaram a favor do governo ou mesmo que se colocaram contrárias a algumas pautas defendidas pelos manifestantes ditos “pacíficos”, sendo violentamente hostilizadas.

Observa-se uma dificuldade cultural da sociedade brasileira em conviver com opiniões divergentes sem desqualificá-las, criando-se uma teia discursiva em que a polarização e o

maniqueísmo superam quaisquer possibilidades de debates que suscitem críticas que não sejam “emocionadas” nem defensoras de interesses privados e que apontem para sugestões visando a uma ampliação da esfera pública e da democracia. O que se tem visto, sobretudo no espaço das mídias sociais, mas não apenas, é uma banalização do debate manifestada numa onda de embates que misturam as esferas pública e privada a partir de uma linguagem rude e grosseira, usada sem qualquer constrangimento.

A polarização no âmbito da disputa por espaços no campo do poder inviabiliza a pluralidade política, mantendo a sociedade refém de dois projetos partidários, exacerbando uma cultura maniqueísta e antidemocrática que não abre espaço para a construção de novas possibilidades que possam contestar o *status quo*. A defesa do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, do PT, deixou de ser uma pauta central no âmbito da grande imprensa e de setores econômicos quando se observou que isso poderia abalar a “ordem social” que é companheira inseparável da estabilidade econômica, segundo o vocabulário neoliberal.

Por outro lado, a intervenção midiática provoca um fenômeno que tem sido recorrente no campo político, a crítica seletiva, que no cenário atual está contribuindo para a formação de um ódio e de uma indignação também seletivos. Um único partido, o PT, é transformado em bode expiatório no que se refere à corrupção na mesma medida em que partidos da oposição, sobretudo o PSDB, são isentados por uma mídia que é partidária e que usa o discurso da “credibilidade”, da “imparcialidade” e da “competência” para ocultar suas posições políticas e exercer um poder simbólico.

A despeito das diferenças históricas, isso nos remete à construção de uma memória para a ditadura que transformou os militares em únicos responsáveis pela existência de um período autoritário e “sombrio” no País, isentando-se civis do papel de colaboradores ou mesmo de sujeitos partícipes do golpe e dos governos que a ele se seguiram. Não se trata de isentar um grupo ou outro, mas de problematizar uma matriz discursiva, bastante recorrente na grande mídia, que elabora polarizações, vilanizando uns e heroificando outros e, com isso, exacerbando uma cultura maniqueísta que não contribui para a complexificação da análise da vida social e das disputas na arena do poder.

O que nos faz chamar a atenção para a importância de se considerar o papel da mídia nas reflexões sobre democracia e política e, sobretudo, para a urgência de se promover a sua democratização com a intenção de criar espaços alternativos ao discurso único e monopolizador dos grandes meios de comunicação que, historicamente, posicionam-se a favor de grupos políticos que a eles se alinham na defesa da manutenção de um modelo de

“ordem democrática” que prioriza a economia e o privado em detrimento da política e do público e criminalizam movimentos sociais e “opiniões” divergentes.

Nesse sentido, esta Tese possibilitou a construção de reflexões acerca da relação entre democracia, mídia e política, num cenário turbulento e conflituoso em que projetos políticos distintos disputam espaços e em que a grande imprensa direciona seu foco seletivo para a Operação Lava-Jato a partir de uma narrativa única conforme a qual a corrupção é exclusividade de um partido, cuja ascensão ao governo teria sido o marco de sua existência no País. Não se trata de isentar o PT da prática de corrupção, aspecto estrutural na sociedade brasileira, mas de problematizar um discurso antidemocrático, unilateral e seletivo que, com a intenção de restabelecer um modelo conservador de democracia, tem feito um esforço no sentido de criminalizar um grupo político e salvaguardar outro com quem se percebe mais alinhado. Junto a isso, a grande mídia seleciona a Operação Lava-Jato, bem como, a “crise econômica” enquanto pautas principais, quase únicas de suas narrativas, conferindo pouco espaço de discussão para temas importantes para a ampliação da democracia, como o financiamento das campanhas eleitorais, parte da Reforma Política.

A Tese destacou que Tancredo Neves, construído como “ícone da democracia”, colaborou com a ditadura civil-militar, argumentando que a concepção de democracia que representava era de viés conservador e que, à medida que se centrava na “liberdade” enquanto lema político, secundarizava a questão social. Ao longo do processo de “transição democrática”, movimentos sociais, a exemplo das greves operárias no ABC paulista no final dos anos 1970, foram condenados por parlamentares, como Tancredo, e pela grande imprensa que arrematava seus discursos. Jornais como a *Folha* e *O Globo*, escreviam editoriais em que criticavam a ação política através de conflitos, chamando os movimentos de “perturbações” e de “agitações irracionais” que contribuíam apenas para atrapalhar o movimento de “liberalização” que vinha sendo promovido pelo regime. Suas críticas, portanto, eram direcionadas para movimentos sociais e greves e não para os governos militares que estariam, eles próprios, “redemocratizando” o País.

As ideias de “controle” e de “ordem” faziam parte do vocabulário tanto de militares como de civis que defendiam uma “redemocratização” que não abalasse o *status quo* e, nesse sentido, criminalizavam práticas que poderiam fazê-lo. Trata-se de uma compreensão de democracia bastante presente na sociedade brasileira e que tem sido evidenciada em manifestações, cuja legitimidade está geralmente associada ao seu caráter pacífico, “controlado” e “ordeiro”. Manifestações em que a “paz social” é abalada são consideradas

ilegítimas, tanto por líderes políticos, quanto pela imprensa, e tratadas com o uso da violência legítima do Estado. Ao mesmo tempo, a “questão social” ainda parece ser tratada como uma “questão de polícia”, na medida em que grupos sociais desprovidos das condições de acesso aos bens simbólicos que poderiam garantir sua inserção social, continuam sendo tratados, em grande medida, como um problema para a “ordem pública”.

Nesse sentido, nos “30 anos de redemocratização”, os personagens que são rememorados pela grande imprensa enquanto ícones da resistência são aqueles que colaboraram com a proposta “ordeira” e conservadora de democracia arquitetada pelos próprios governos militares. Ao mesmo tempo, personagens e grupos sociais que reagiram à ordem e ao controle do Estado fazendo greves, defendendo pautas mais progressistas, como a anistia “ampla, geral e irrestrita”, são esquecidos da memória de um processo que é lembrado como sendo o marco que criou a democracia que vivemos hoje. São formas de lidar com o passado e com a memória que expressam a compreensão que setores dominantes, nos quais a grande imprensa se inclui, têm da história política brasileira e dos “marcos” e sujeitos que foram importantes para sua construção.

Tancredo Neves, por exemplo, é tido como um “herói da resistência”, imagem simbólica a que seu neto, Aécio Neves, ajudado pela imprensa, tentou e tenta se vincular. A memória vitoriosa a seu respeito é aquela que o associa ao “pacifismo” e à “cordialidade”; um político “conciliador”, avesso ao “radicalismo”. Símbolo da concepção conservadora de democracia vitoriosa nos anos 1980 que afirmava ser o liberalismo o caminho do meio, aquele que “equilibrava” os extremismos, tanto de “direita”, quanto de “esquerda”. Estratégia simbólica para transformar uma ideia que é histórica e social em verdade absoluta e universal, da qual todas as sociedades não poderiam fugir caso quisessem adotar a democracia. Naturalizou-se a tese de que as relações sociais no Brasil são “cordiais” e “pacíficas”, exercício político que funciona para ocultar os conflitos, a desigualdade e a dominação exercida pelos grupos que, silenciosamente, impõem uma “ideologia” de mundo a fim de garantir seus privilégios.

São aspectos que apontam para o modelo de democracia aceitável pelos grupos dominantes, seja as elites políticas ou as grandes empresas privadas. Uma democracia “controlada”, ainda marcada pela sombra da experiência autoritária, cuja memória foi reativada em 2014 com os 50 anos do golpe e com a discussão em torno da apresentação do relatório final da CNV, criada pelo Estado para investigar a “verdade” sobre os crimes de tortura numa linha de oposição ao “esquecimento” que foi defendido nos anos 1980 tanto

pelos militares como por civis, a exemplo do próprio Tancredo. Em seus discursos no final de seu mandato como Deputado, em 1978, e enquanto Senador, entre 1978 e 1982, Tancredo se opôs aos “revanchismos” e propunha um esquecimento do passado, das torturas, da perseguição a dissidentes, atuando “dentro da ordem” e reivindicando pautas aceitáveis pelo regime civil-militar em seu ocaso: eleições diretas e fim do “arbítrio”. Oposição aos “revanchismos” que foi defendida pela presidente Dilma Rousseff em 2014, cujo foco foi na memória como verdade, não na memória como justiça.

Trata-se de um significado da palavra democracia que tem sido reapropriado no cenário contemporâneo em que pautas conservadoras, a exemplo do projeto de redução da maioria penal para 16 anos, são postas em discussão e aprovadas no Congresso Nacional. A referência a Tancredo e a sua concepção “antidemocrática” de democracia nos parece pertinente para entendermos o que parte de nossa sociedade pensa a seu respeito, num momento em que alguns setores sociais pedem a “intervenção militar já”, fazem “críticas” ao governo e a políticos a partir de um vocabulário violento e defendem projetos de lei, como o já citado, que afetam, sobretudo, grupos sociais estigmatizados e com menos chances de vencer as disputas pelos recursos simbólicos que garantem a inclusão no campo social.

Podemos considerar que houve uma ruptura no *status quo* com a vitória de Lula em 2002, considerando-se o fato de que até então o País era governado por representantes de suas elites políticas e econômicas. No entanto, o presente imediato é marcado por uma onda conservadora, sobretudo se levarmos em conta as discussões que têm ganhado força no Congresso Nacional. Parece-nos uma espécie de (re)significação do modelo de democracia vitorioso nos anos 1980 com o recrudescimento de uma cultura autoritária evidenciada tanto no campo social em que há uma dificuldade coletiva em lidar com os conflitos e com a pluralidade, quanto no campo político em que projetos de leis conservadores têm sido discutidos e aprovados na mesma medida em que propostas voltadas para a garantia da inclusão democrática de minorias históricas têm sido objeto de um discurso de “ódio”.

A democracia, após 30 anos de “redemocratização”, não superou a cultura autoritária e conservadora que permeia a sociedade brasileira e que é nutrida por um jogo político no qual a grande mídia exerce um papel protagonista, na medida em que elabora narrativas diárias sobre questões que envolvem a vida social e o campo político, orientando o público para uma maneira única e antidemocrática de enxergar a ambos. Importante, pois, que o campo sociológico promova discussões que considerem os significados socialmente construídos da democracia a fim de concebê-la para além da perspectiva institucional. Fazê-lo é, também, um

exercício de resistência a um discurso unívoco que, ao reafirmar o “amadurecimento” das instituições democráticas a partir, por exemplo, da referência ao combate jurídico à corrupção, lança mão de truques sociais que ocultam a dimensão hierárquica e autoritária que perpassa as práticas sociais cotidianas perceptíveis no próprio comportamento seletivo da mídia que escolhe uns como bodes expiatórios e “salva” aqueles cuja orientação política os faz dela alinhados.

Procuramos destacar, nesta Tese, que com o fim da ditadura civil-militar, criou-se o argumento de que a sociedade brasileira é totalmente favorável à democracia e de que formas autoritárias não são por ela aceitas. Ditadura “nunca mais” é um *slogan* muito veiculado em redes sociais e no cotidiano, sobretudo nesses anos de comemorações dos 50 anos do golpe e dos 30 anos da “redemocratização”. A defesa é a favor de Estados democráticos, saliente-se, mas não de uma cultura democrática. O ódio à democracia é notado quando determinados grupos sociais se incomodam no momento em que propostas voltadas para formas mais democráticas de convivência social são apresentadas; da mesma maneira, quando atores políticos lançam mão de estratégias autoritárias para fazerem valer suas posições dentro do campo político, ou quando a presença do “entulho autoritário”, exemplificado na atuação conservadora de parlamentares que defendem a ditadura, representa a existência de aspectos antidemocráticos num regime democrático.

A democracia é uma construção social e política que se dá a partir de lutas das quais saem vencedores grupos que, na configuração em que atuam, conseguem exercer uma dominação através de mecanismos simbólicos pouco perceptíveis à maioria da sociedade, uma vez que funcionam de forma invisível e silenciosa e, por isso mesmo, possuem uma maior eficácia. Um desses mecanismos é o alinhamento à grande mídia que também participa do jogo político e, com o discurso da “isenção”, exerce um poder simbólico ao impor uma maneira única de enxergar a disputa política e, portanto, exerce um papel fundamental para a vitória de determinados grupos que representam seus interesses enquanto parte da esfera privada.

Nesse sentido, entendemos que a democracia é, também, um processo de resistência ao discurso liberal com sua ênfase ao privado e à economia, e a defesa da política, enquanto dissenso, e da esfera pública. Dessa resistência, faz parte a crítica à apropriação da coisa pública pelos grandes meios de comunicação que, ressalte-se, são empresas privadas. Como parte, portanto, das lutas democráticas no Brasil contemporâneo parece-nos prioritário a discussão que envolve o domínio privado das comunicações pela grande mídia, cuja atuação

expressa uma forma de patrimonialismo que recusa a democratização dos recursos públicos voltados para o campo das comunicações. O que constitui um exemplo de vitória dos grupos econômicos no sentido de que dificultam a ampliação da democracia, com o poder de definir até onde ela pode ir.

No Brasil dos anos 1980, houve uma “redemocratização” no sentido de restabelecimento do Estado Democrático de Direito. Porém, havia um temor em relação às possibilidades de ampliação da democracia, sobretudo no que dizia respeito à participação política de grupos sociais até então ausentes da esfera pública, em especial os trabalhadores. Um temor que estimulou uma “redemocratização” fundamentada no discurso liberal, com uma forte defesa dos ideais de liberdade colocados como oposição ao autoritarismo da ditadura civil-militar. Ao mesmo tempo, houve um esforço por silenciar e ocultar ideias democráticas, não elitistas e, por isso, tidas como “radicais”.

Nesse sentido, a partir de uma metodologia que analisou discursos políticos e editoriais de jornais da grande imprensa observando como esta arremata o que lhe interessa daqueles e silencia o que não lhe interessa, a Tese procurou colocar em suspeição a versão de que o único caminho para o Brasil pôr fim ao ciclo da ditadura era a partir do projeto liberal representado pela Aliança Democrática sob a liderança do PMDB e personificada por Tancredo Neves. Consideramos importante apontar que havia alternativas ao projeto, embora os atores políticos e a grande mídia tenham atuado no sentido de construir uma impressão de consenso em torno da “oposição liberal”. Fizeram-no para garantir que o projeto que lhes interessavam, uma vez que possibilitaria a manutenção de suas posições privilegiadas no campo social, não seria abalado por quaisquer outras opções políticas. Não foi à toa que procuraram as associar à “subversão”, ao “comunismo” e ao “radicalismo”, continuando uma prática política recorrente no campo político brasileiro, cujos atores costumam criar um bode expiatório para garantir a manutenção de seus privilégios.

Acompanhamos, atualmente, a existência de um ódio à democracia, vista aqui enquanto possibilidade de igualitarização social e instrumento político de resistência à ordem privada e econômica que é salvaguardada por setores dominantes da sociedade, cujas elites foram, historicamente, favorecidas por um modelo de democracia que aqui se estabeleceu. Para isso, fez uso de truques sociais e de um poder simbólico, cuja eficácia atua no sentido de naturalizar e de tornar indiscutível o que é discutível por ser histórico e social. Trata-se de uma sociedade a favor de governos democráticos e expressamente contrária a quaisquer formas de autoritarismo, seja de “esquerda” ou de “direita”, mas que odeia a cultura

democrática na medida em que prefere um Estado Democrático de Direito que não desloque seus lugares social e historicamente estabelecidos enquanto grupos detentores de maior capital simbólico. O principal exercício utilizado para justificar essa posição é a tentativa de eliminação do confronto e, portanto, da própria política.

A aprovação de reformas “parciais” entre 1978 e 1979, a exemplo da Lei da Anistia, que propunha o esquecimento dos “torturadores” e a criminalização dos “terroristas”; a articulação da Aliança Democrática com a “conciliação” entre civis e grupos políticos ligados aos militares; a mitificação póstuma de Tancredo Neves e a legitimação do mandato de José Sarney para inviabilizar uma possível “radicalização”, são evidências de um jogo político, cujos grupos que possuem um domínio no interior do campo procuram anular o conflito e o dissenso, em razão do ódio à democracia. Um ódio histórico provocado que parece estar nos perseguindo com mais frequência numa conjuntura política pós-eleitoral que, contrariando o mito da “cordialidade”, caracteriza-se pela violência e pela ausência de diálogo entre posições divergentes.

A análise sociológica nos permitiu evidenciar uma tese que parece óbvia, embora não o seja, precisando ser expressa a partir de argumentos fundamentados numa pesquisa que, ao centrar-se na “redemocratização” dos anos 1980, apontou aspectos da política brasileira contemporânea, sobretudo no que diz respeito à compreensão “antidemocrática” de democracia, cujo efeito social é a criminalização de grupos sociais e a desqualificação de pautas democráticas ao serem associadas à “esquerda” ou aos “radicais” pelo fato de suscitarem o “perigo” de deslocar a conservação da “ordem” e do *status quo*. Se o (neo)liberalismo define a ordem e a paz social como pilares de uma sociedade democrática, ao pensamento crítico da Sociologia cabe problematizá-lo a fim de evidenciar as mazelas sociais sustentadas e legitimadas por esse mecanismo simbólico de dominação.

Sobretudo, importa a esse campo de saber insistir na resistência à colonização da política, da esfera pública e do dissenso pela economia e pelo discurso que prioriza a esfera privada. Afinal de contas, os que defendem a ordem econômica são os mesmos que defendem governos democráticos e que se opõem à sociedade democrática. Contradições que evidenciam o jogo por trás do qual é construída a democracia brasileira. Jogo que esteve presente na proposta vencedora da “redemocratização”, haja vista que seus protagonistas, que se diziam defensores da democracia em detrimento da ditadura, foram os mesmos que colaboraram com esta.

REFERÊNCIAS

1. Bibliografia

ABRAMO, Claudio *et alii* (org.). **Constituinte e democracia no Brasil hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 107-128.

_____. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: _____; KORNIS, Mônica Almeida; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, Gelson R. de. Tancredo Neves, a transição e o PT. In: CAMPELO, Wani; PRATA, Nair (orgs.). **Tancredo Neves: a travessa midiática**. Florianópolis: Insular, 2011, pp. 107-143.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Ângela Maria C.; OLIVEIRA, Roberto V. O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In: BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos; OLIVEIRA, Roberto V. **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, pp. 29-59.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: _____. *et al* (org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pp. 247-273.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad.: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

_____. **Origens do totalitarismo**. Trad.: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. Verdade e política. In: **Entre o passado e o futuro**. Trad.: Mário W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 282-325.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n° 17, pp. 11-31, nov. 2001.

BARBOSA, Rui. **A questão social e política no Brasil**, 20/03/1919. Disponível em: www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/p_a5.pdf. Acesso em: 20 maio 2015.

BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

_____. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Ática, 1983.

BARTH, Fredrick. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, pp. 25-67.

BERTONCELO, Edison. **A campanha das diretas e a democratização**. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2007.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, MG, v. 25, nº 41, pp. 268-291, jan/jun. 2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a14.pdf. Acesso em: 03 out. 2013.

BOBBIO, Norberto *et alii*. **Dicionário de política (v. I)**. Trad.: Carmen C. Varriale *et alii*. Brasília: Ed. UnB, 1998.

_____. **Liberalismo e democracia**. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, nº 5, pp. 193-216, jan/jul. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522011000100008&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. A delegação e o fetichismo político. In: **Coisas ditas**. Trad.: Cássia R. da Silveira; Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense: 2004, pp. 188-206.

_____. Estruturas, *habitus*, práticas. In: **O senso prático**. Trad.: Maria Ferreira. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009, pp. 86-107.

_____. A ilusão biográfica. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Trad.: Mariza Corrêa. Campinas-SP: Papyrus, 1996, pp. 74-82.

_____. **Lições de aula**. Trad.: Egon de Oliveira Rangel. São Paulo: Ática, 2001a.

_____. **Meditações pascalianas**. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

_____. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Sobre o Estado**. Trad.: Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Trad.: Guilherme João de F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

- BRANDÃO, Marco Antonio. **O socialismo democrático do partido dos trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2003.
- BRITTO, Antônio; CUNHA, Luís Claudio. **Assim morreu Tancredo**. Porto Alegre: L&PM editores, 1985.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad.: Ana Regina Lessa; Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 1998.
- CANDIDO, Antônio. A sociologia no Brasil. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, SP, v. 18, n. 1, pp. 271-301, 2006. www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30018.pdf. Acesso em: 03 out. 2013.
- CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. **A democracia necessária**. Campinas: Papyrus, 1985.
- CARDOSO, Sérgio (org.). **Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Maria Alice R.; VIANNA, Luiz Werneck. República e civilização brasileira. In: BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, pp. 131-154.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. In: **Filosofia Política 2**. Porto Alegre: L&PM, 1985, pp. 9-25.
- COSTA, Célia Maria L. A Frente Ampla de oposição ao regime militar. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 177-191.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- _____. **Tancredo vivo: casos e acaso**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. Trad.: Celso Mauro Paciornik. São Paulo: EDUSP, 2005.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

_____. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, pp. 179-301.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Densidade democrática e instabilidade na redemocratização latino-americana. In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos *et al* (org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 321-338.

_____. Getúlio Vargas, cartas-testamento como testemunhos do poder. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pp. 295-307.

_____. Memória da ditadura militar no Brasil: fontes e métodos. GOMES, Ângela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania**: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, pp. 115-136.

_____. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. São Paulo: Ática, 1992.

D'ARAÚJO, Maria Celina S.; GOMES, Ângela de Castro. **Getulismo e trabalhismo**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. Trad.: Daniel Pellizzari, São Paulo: Cia das Letras, 2010.

DELGADO, Lucília de A. Neves; SILVA, Vera Alice C. **Tancredo Neves**: a trajetória de um liberal. Petrópolis: Vozes; Belo Horizonte: UFMG, 1985.

DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). **Tancredo Neves**: perfis parlamentares. 2. ed. n. 56. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2010.

DIMENSTEIN, Gilberto *et alii*. **O complô que elegeu Tancredo**. Rio de Janeiro: Ed. JB, 1985.

DIAS, Luiz Antonio. O golpe impresso: análise da participação dos jornais *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de São Paulo* no golpe civil-militar de 1964. In: XXII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 2014, Santos. **Anais eletrônicos**, Santos: Unisinos, 2014, pp. 1-17. Disponível em: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1405700326_ARQUIVO_ANPUH_2014_LuizAntonioDias.pdf. Acesso em: 12 dez. 2014.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. **Revista Crítica Marxista**. Campinas, SP, n. 18, pp. 11-36, maio 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Trad.: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2011.

- _____. **O processo civilizador:** formação do Estado e civilização. Trad.: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.
- FERREIRA, Marieta de M. (coord.). **João Goulart:** entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- FICO, Carlos. **O golpe de 1964:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FORTES, Alexandre (org.). **História e perspectivas da esquerda.** São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da sociedade brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- _____ *et al.* (org.). **Vargas e a crise dos anos 50.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada:** contrastes da intimidade contemporânea, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 489-578.
- GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório:** um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço.** Trad.: Rosa Freire d'Aguiar São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HIPPOLITO, Lucia. **De raposas a reformistas:** o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- HIRSZMAN, Leon. **ABC da greve.** Brasil, 1979. 75 min.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos:** uma história. Trad.: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- KINZO, Maria D'Alva G. **Oposição e autoritarismo:** gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.
- KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar.** São Paulo: Contexto, 2001.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAMOUNIER, Bolívar. **Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo: Augurium Editora, 2005.

_____. **Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. **Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática: os limites da dominação totalitária**. Trad.: Isabel Loureiro e Maria Leonor Loureiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. **Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Alceu Amoroso. **Voz de Minas**. ed. 4. Rio de Janeiro: Vozes: Educam, 2000.

LIMA, Elizabeth Christina de A. **Ensaio de antropologia política**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

_____. (org.). **Interseções entre política, mídia e tecnologia: novos dizeres, novos fazeres**. Campina Grande: EDUFCEG, 2015.

LIMA, Marinalva Vilar de. No plano de cima, como no plano de baixo: os políticos. In: **Loas que carpem: a morte na literatura de cordel**. 205 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2003.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Democratização brasileira: memória histórica e narrativa da imprensa (1974-1990). XIV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2012, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. UDESC: Florianópolis-SC, 2012. Disponível em www.anpuh-sc.org.br/encontro2012/.../simposio-02-trabalho-14.pdf. Acesso em 20 nov. 2014.

LYNCH, Christian E. C. A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, v. 16, nº suplementar, pp. 113-125, ago. 2008.

LYRA, Fernando. **Daquilo que eu sei: Tancredo e a transição democrática**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da ditadura militar à Nova República (1974-1985)**. 1999. 408f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás-UFG, Goiânia, 1999.

_____. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. 2008. 387f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás-UFG, Goiânia, 2008.

- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Trad.: José Antonio Martins. São Paulo: Hedra, 2007.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2008.
- MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011.
- MATTOS, Patrícia; SOUZA, Jessé (orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.
- MEMÓRIA GLOBO. **Jornal nacional: a notícia faz história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- MENDONÇA, Daniel de. **Tancredo Neves: da distensão à Nova República**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- MEYER, Marlise; MONTES, Maria Lucia. **Redescobrimo o Brasil: a festa na política**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. ed. 2. São Paulo: Contexto, 1989.
- MIGUEL, Luis F. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- _____. **Em torno do conceito de mito político**. Dados, Rio de Janeiro, v. 41, nº 3, p. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000300005. Acesso em: 23 fev. 2015.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá *et al* (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 129-147.
- MOUILLAUD, Maurice. As grandes mortes na mídia. In: PORTO, Sérgio Dayrell. **O jornal: da forma ao sentido**. Trad.: Sérgio Porto. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 2002, pp. 349-361.
- MORAES, Ninho (org.). **Cara a cara com Marília Gabriela: entrevistas políticas**. São Paulo: Siciliano, 1994.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.
- NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB: semeadores da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- NASCIMENTO, Rogério Humberto Z. **Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil**. 2006. 388f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais/Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC, São Paulo, 2006.
- NEPOMUCEMO, Eric. A construção da notícia (1). In: ARAÚJO, Inácio *et al* (orgs.). **Rede imaginária: televisão e democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp. 205-212.

NÓBREGA JR, José Maria P. A semidemocracia brasileira: autoritarismo ou democracia? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº 23, pp. 74-141, jan/abr. 2010.

NUNES, Augusto. **Os grandes líderes – Tancredo**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

OLIVEIRA, Francisco. O ornitorrinco. In: **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003, pp. 121-150.

_____. **Ornitorrinco**: será isso um objeto de desejo? [2003?] São Paulo. Palestra proferida no Programa Café Filosófico da TV Cultura. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=TexQqHycIV0>. Acesso em 28 jul. 2015.

_____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: _____; PAOLI, Maria Célia (orgs.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Nedic, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Desafios atuais do campo democrático e popular**: uma segunda chance. Plataforma Democrática, Fundação IFHC e Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2004. Disponível em: <https://sites.google.com/site/gptrabalhoufcg/publicacoes-1/publicacoes>. Acesso em: 13 jan. 2015.

_____. **Sindicalismo e democracia no Brasil**: atualizações. Do novo sindicalismo ao sindicalismo cidadão. 2002. 561f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2002.

_____. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar? In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 49-69.

PAIM, Antonio. Introdução. In: VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2005, pp. 19-45.

PALHA, Cássia R. L. **A rede Globo e o seu Repórter**: imagens políticas de Teodorico a Cardoso. 2008. 336 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, 2008.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e semeadores**: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Editora 34, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Trad.: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60; Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória; À maneira de um balanço: epílogo ou prólogo? In: _____ *et al* (orgs.) **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997.

REIS, José Carlos. In: **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

REVISTA LUA NOVA. **Transição.** v. 1, nº 2, São Paulo, set., 1984.

REVISTA PERSEU. **Dossiê:** Anistia e diretas – ditadura e democracia. n ° 3, ano 3, São Paulo, maio, 2009.

RIBEIRO, José Augusto. **Tancredo Neves:** a noite do destino. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

RICUPERO, Rubens. **Diário de bordo:** a viagem presidencial de Tancredo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: QUADRAT, Samantha; _____ (orgs.) **A construção social dos regimes autoritários:** legitimidade, consenso e consentimento o século XX (Brasil e América Latina). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 97-144.

SANTAYANA, Mauro. **Conciliação e transição:** as armas de Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a lucidez.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Palestra.** Porto Alegre. Palestra proferida no Fórum Social Mundial. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LbsV_rP6zY0. Acesso em: 28 jul. 2015.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo:** civilização e barbárie. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

SCHMIDT, Benito Bisso. “É da época e deu”: usos do passado nas narrativas sobre a participação de Dilma Rousseff na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil. **Revista Perseu Abramo**, nº 7, ano 5, pp. 85-104, 2011.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas:** forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, pp. 10-31.

SILVA, Carla Luciana. Grande imprensa brasileira: ditadura apagada e democracia forjada. In: CALIL, Gilberto G. *et al* (orgs.). **Estado e poder:** ditadura e democracia. Cascavel: Edunioeste, 2011, pp. 71-95.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania:** para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. **A modernização seletiva:** uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora UnB, 2000.

_____. Pierre Bourdieu: pensador da periferia? In: _____; MATTOS, Patrícia (orgs.). **Teoria crítica no século XXI.** São Paulo: Annablume, 2007, pp. 55-78.

_____. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

TENDLER, Silvio. **Tancredo, a travessia.** Brasil, 2011. 1h 30min.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá *et al* (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004).** Bauru, SP: Edusc, 2004, pp. 67-77.

TORRES, Alberto. **A organização nacional:** a constituição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

_____. **O problema nacional brasileiro.** 3 ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978.

VIANNA, Luiz Werneck. **A modernização sem o moderno:** análises de conjuntura da era Lula. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

_____. **A transição:** da constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

VIANNA, Oliveira. **O idealismo da constituição.** Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927.

_____. **Populações meridionais do Brasil.** Brasília: Editora do Senado Federal, 2005.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira:** a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: São Paulo: Leya, 2014.

WACQUANT, Loïc. **O mistério do ministério:** Pierre Bourdieu e a política democrática. Trad.: Paulo César Castanheira. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sergio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, nº 76, pp. 39-62, jun. 2011.

WEBER, Max. A política como vocação. In: _____. **Ensaio de Sociologia.** Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1982, pp. 97-153.

_____. Os três tipos de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (org.). **Weber: Sociologia**, São Paulo: Ática, 1997, pp. 128-141.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia:** Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

2. Fontes

2.1. Imprensa

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br>.

JORNAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www.jb.com.br/paginas/news-archive/>.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>

O GLOBO. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/>

REVISTA VEJA. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>.

2.2. Documentos oficiais

BRASIL. **Ato Institucional nº 1**, de 09 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução vitoriosa. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais#content>. Acesso em: 10 jun. 2013.

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso 01 dez. 2014.

BRASIL. **Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a ordem política e social, e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm. Acesso em 01 dez. 2014.

CASTELLO BRANCO, Humberto. **A revolução de 31 de março**. Discurso de posse. 11/04/1964. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discurso-de-posse/discurso-de-posse/view>. Acesso em: 10 jun. 2013.

COSTA E SILVA, Arthur da. **Os postulados fundamentais da revolução**. Discurso no Congresso Nacional. 03/10/1966. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/costa-silva/discursos-1/1966-1/01.pdf/view>. Acesso em: 10 jun. 2013.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. **Votação em turno único, do projeto de lei nº 14, de 1979-CN**, que concede anistia, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Brasília, pp. 1667-1668, 23 ago. 79. Disponível em: [http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/481_Votacao%20em%20turno%20unico%20e%20envio%20a%20sancao%20%20PL%20n%2014%20de%201979%20\(CN\).pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/481_Votacao%20em%20turno%20unico%20e%20envio%20a%20sancao%20%20PL%20n%2014%20de%201979%20(CN).pdf). Acesso em: 03 dez. 2014.

DISCURSOS DE PRESIDENTES. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>. Acesso em: 05 jan. 2013.

FIGUEIREDO, João Batista. **Discurso de posse**. 15/03/1979. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo>. Acesso em: 10 jun. 2013.

GEISEL, Ernesto. **Pronunciamento feito na primeira reunião ministerial**. 19/03/1974. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1974/03.pdf/view>. Acesso em: 10 jun. 2013.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Mundo sem fronteiras**. Discurso de posse, pronunciado a 30/10/1969. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici>. Acesso em 13 jun. 2013.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção do Código de Processo Civil**. 16/03/2015. Disponível em:

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-sancao-do-codigo-de-processo-civil>. Acesso em: 31 maio 2015.

3. Reportagens em portais da *internet*

PORTAL G1. **Aécio diz que Lula “apequena” a própria biografia ao atacar PSDB**. 22 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/eleicoes/2014/noticia/2014/10/aecio-diz-que-lula-apequena-propria-biografia-ao-atacar-psdb.html>. Acesso em: 22 out. 2014.

GUIA 01 do segundo turno, Aécio Neves, 09/10/2014, 10 min. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=iXNfjNQ_P1c. Acesso em: 28 jul. 2015.

CARTA MAIOR. **Apologia a Tancredo esconde seus desastres**. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Apologia-a-Tancredo-esconde-seus-desastres/4/32657>. Acesso em: 16 jan. 2015.

4. Sites consultados

<http://tancredo-neves.org.br/>

<http://www2.planalto.gov.br/>

<http://www.camara.gov.br/>

<http://www.senado.gov.br/>

<http://memoriaglobo.globo.com/>

<http://memoria.oglobo.globo.com/>

<http://www.cartacapital.com.br/politica>

<https://www.facebook.com/AecioNevesOficial?fref=ts>